manuscritos econômico-filosóficos

Tradução **Jesus Ranieri**

Escritos em 1844, os *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris* apresentam a planta fundamental do pensamento de Marx, a concentração de sua filosofia na crítica da economia política de Adam Smith e David Ricardo. Na obra, o pensador alemão expõe – com o vigor que é característico de sua escrita – a discrepância entre moral e economia, denunciando a radicalidade da alienação e da exploração do homem pela empresa capitalista.

Se Hegel reconheceu o trabalho como a essência do homem, Marx coloca no lugar do trabalho espiritual abstrato a atividade material objetiva do homem, estendendo a importância da mediação histórica do labor na formação do ser social. Já nos *Manuscritos* Marx dá sinais de sua passagem do idealismo hegeliano ao materialismo dialético e declara a necessidade de "uma ação comunista efetiva" a fim de superar a propriedade privada.

Vários dos capítulos deste livro são apenas esboços, mas ainda assim a obra oferece exemplo fascinante, em ensaios muitas vezes acabados e brilhantes, da compreensão de Marx acerca das relações íntimas entre liberdade, economia e sociedade.

ISBN 978-85-7559-002-7

KARL MARX manuscritos econômico-filosóficos

KARL MARX

manuscritos econômico-filosóficos

BOITEMPO EDITORIAL

manuscritos econômico-filosóficos

Tradução **Jesus Ranieri**

Escritos em 1844, os *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris* apresentam a planta fundamental do pensamento de Marx, a concentração de sua filosofia na crítica da economia política de Adam Smith e David Ricardo. Na obra, o pensador alemão expõe – com o vigor que é característico de sua escrita – a discrepância entre moral e economia, denunciando a radicalidade da alienação e da exploração do homem pela empresa capitalista.

Se Hegel reconheceu o trabalho como a essência do homem, Marx coloca no lugar do trabalho espiritual abstrato a atividade material objetiva do homem, estendendo a importância da mediação histórica do labor na formação do ser social. Já nos *Manuscritos* Marx dá sinais de sua passagem do idealismo hegeliano ao materialismo dialético e declara a necessidade de "uma ação comunista efetiva" a fim de superar a propriedade privada.

Vários dos capítulos deste livro são apenas esboços, mas ainda assim a obra oferece exemplo fascinante, em ensaios muitas vezes acabados e brilhantes, da compreensão de Marx acerca das relações íntimas entre liberdade, economia e sociedade.

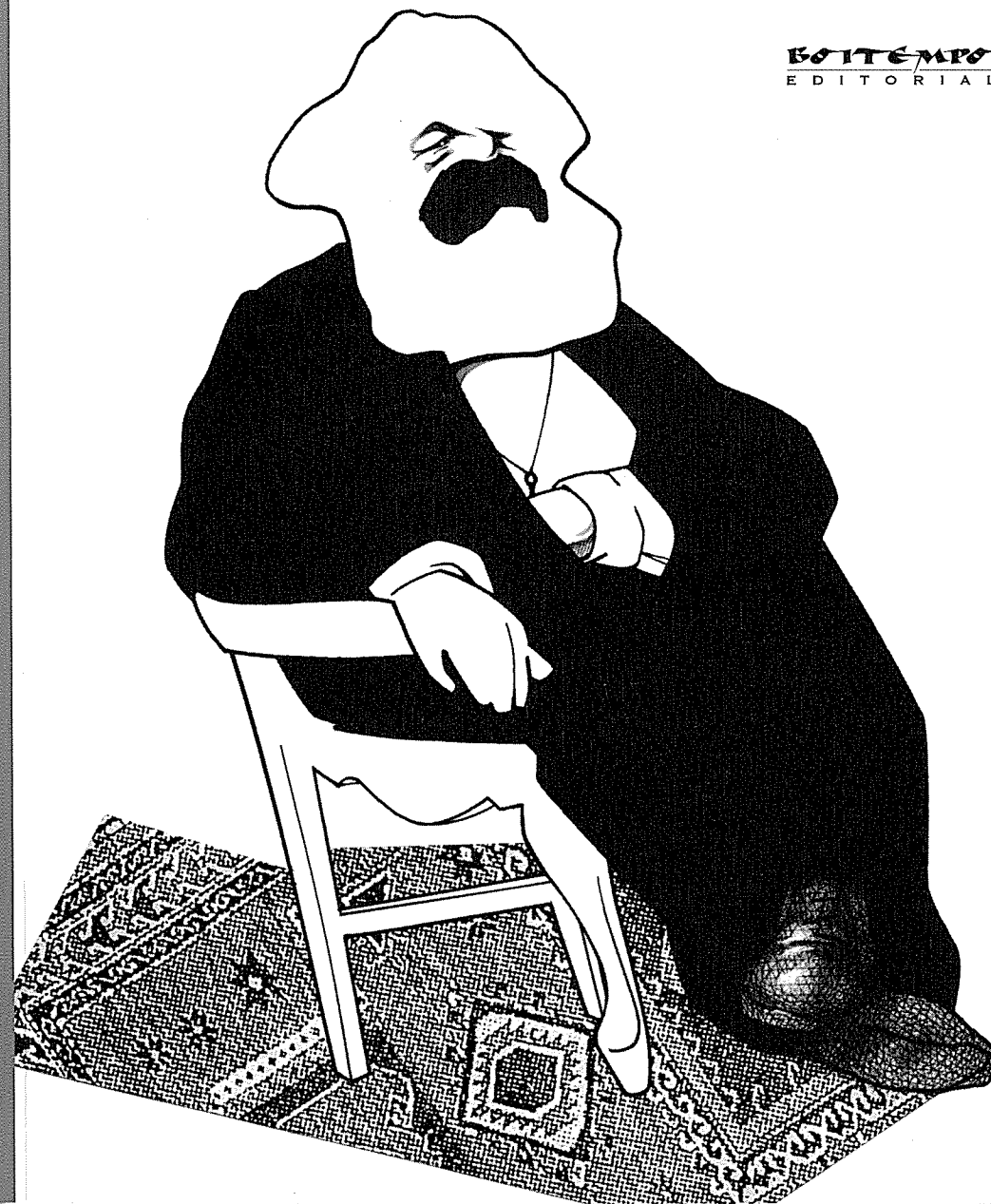
ISBN 978-85-7559-002-7

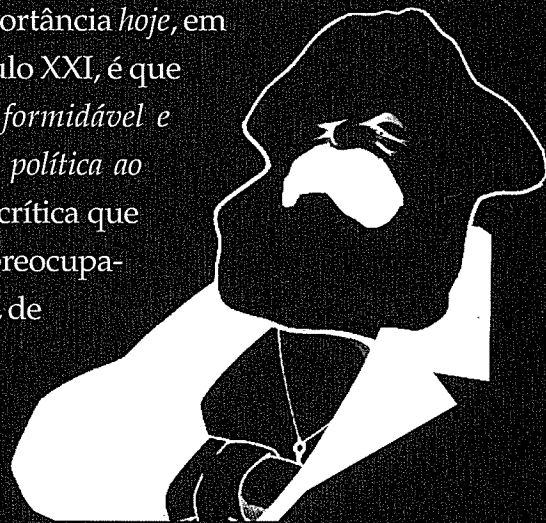
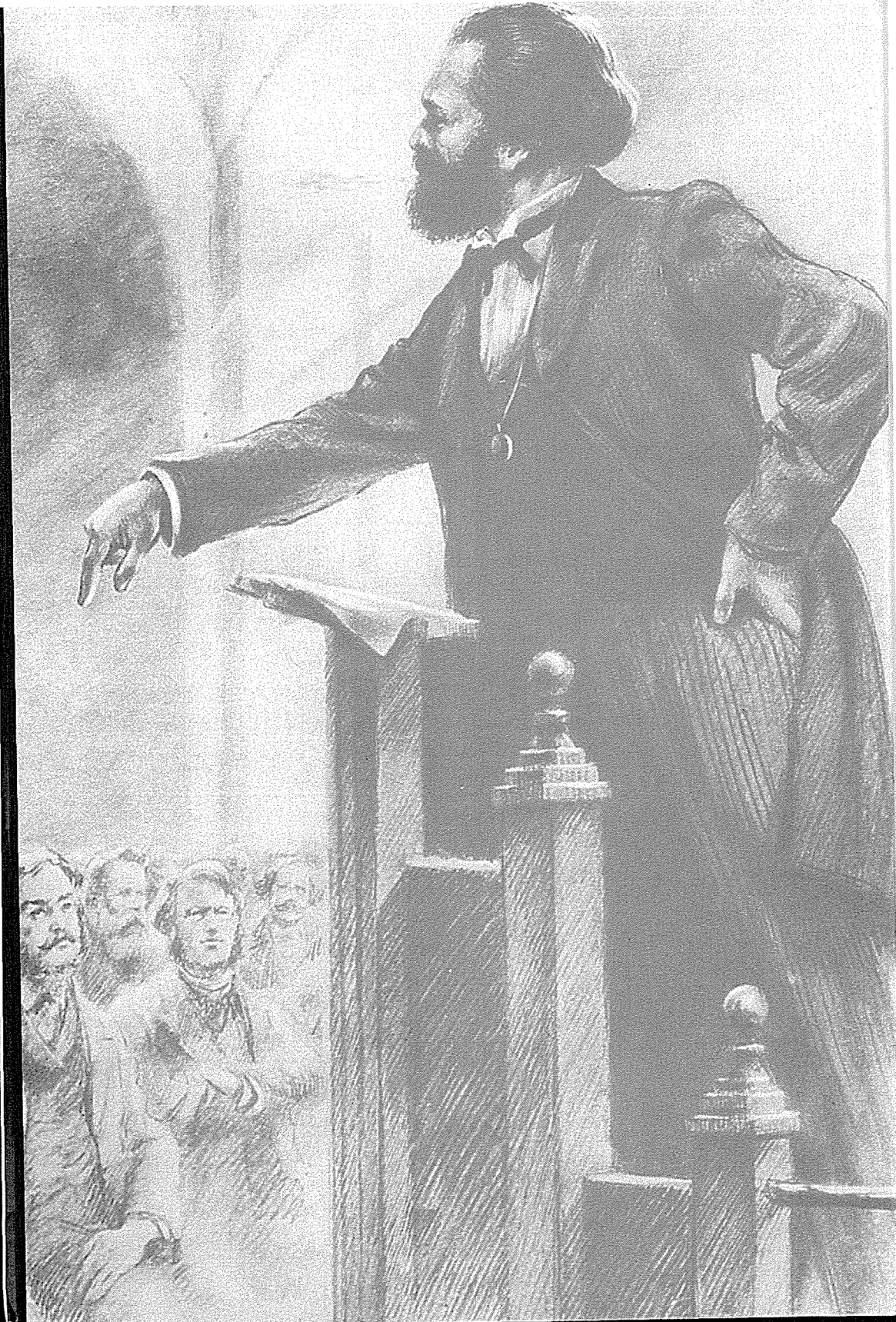
9 788575 590027

manuscritos econômico-filosóficos KARL MARX

KARL MARX

manuscritos econômico-filosóficos

BOITEMPO EDITORIAL

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) estão incluídos entre os inúmeros textos que Marx abandonou "à crítica roedora dos ratos". Felizmente os bichinhos não conseguiram comer o papel, e em 1932, quase um século mais tarde, o documento foi publicado pela MEGA, iniciando um debate filosófico e político que continua até hoje. Para alguns, como Louis Althusser, tem o grave defeito de estar construído em cima do "conceito ideológico de alienação", de caráter pré-marxista. Para outros, como Ernest Mandel, trata-se de um "encontro fascinante entre a filosofia e a economia política" e – apesar de seus limites – de um "apelo à ação revolucionária". Raros são os marxistas do século XX que deixaram de manifestar sua opinião sobre o conteúdo filosófico, o estatuto teórico e o significado metodológico desse documento.

O que é indiscutível, e sem dúvida explica a força dos *Manuscritos* e sua surpreendente relevância, importância *hoje*, em princípios do século XXI, é que se trata de uma *formidável e feroz crítica ética e política ao capitalismo* – uma crítica que coincide com as preocupações daqueles que, de Seattle a Porto Alegre, têm se mobilizado

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

Karl Marx

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

Tradução, apresentação e notas
Jesus Ranieri

Título original: *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*,
Marx-Engels Gesamtausgabe (MEGA), I, 2, Berlim: Dietz Verlag, 1982.

Tradução e notas
Jesus Ranieri

Supervisão editorial
Marcelo Backes

Capa
Antonio Kehl
sobre caricatura de Loredano

Editoração eletrônica
Maurício Fahd

Edição
Ivana Jinkings

Assistente editorial
Ana Paula Castellani

Produção gráfica
Marcel Iha

Fotolitos
OESP

Impressão e acabamento
Rettec Artes Gráficas

ISBN 975-85-7559-002-7

1ª edição: maio de 2004
1ª reimpressão: dezembro de 2006
2ª reimpressão: março de 2008

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
e-mail: editor@boitempoeditorial.com.br
site: www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

NOTA À EDIÇÃO

Com a publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, ou *Manuscritos de Paris*, escritos por Marx antes do célebre encontro com Engels, a Boitempo oferece ao público o terceiro volume de um projeto que pretende abarcar – em novas traduções, diretamente do alemão, anotadas e comentadas – os momentos fundamentais da obra de Karl Marx e Friedrich Engels. Esse projeto teve início com a publicação da edição comemorativa dos 150 anos do *Manifesto Comunista*, em 1998, na qual, além de uma introdução que situa historicamente o panfleto, ressaltando a atualidade e a força do texto, seis especialistas refletem sobre suas múltiplas facetas. Em seguida veio *A sagrada família* – traduzida e comentada por Marcelo Backes, em 2003 –, obra polêmica que assinala, em tom sarcástico, o rompimento definitivo de Marx e Engels com a esquerda hegeliana. Depois dos *Manuscritos econômico-filosóficos* será a vez de títulos como *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, *A ideologia alemã* (pela primeira vez completa no Brasil), *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, uma seleção de textos sobre clássicos da literatura universal, um capítulo inédito de Marx sobre o trabalho e outras obras dos dois autores, escritas em conjunto ou individualmente.

Além de estabelecer os fundamentos do pensamento de Marx, os *Manuscritos* representam o primeiro momento de sua crítica à economia política de Adam Smith, J.-B. Say e David Ricardo. Possuindo duplo caráter, filosófico e econômico, os textos fazem também uma crítica incisiva ao idealismo hegeliano – é a grande contribuição marxiana à filosofia e o esboço de um socialismo humanista –, contrapondo-o a uma concepção materialista ainda fortemente influenciada por Feuerbach. Marx iniciava a construção da contundente crítica ao capitalismo que o notabilizaria no século XX, refletindo especialmente sobre a alienação, pela primeira vez vista como processo econômico (e produto de uma construção societal, determinada pela própria morfologia social que a produz) que tira do ho-

mem o fruto de sua produção e faz com que se torne estranho a si mesmo e ao ambiente onde vive. Nesse processo ele identifica a "coisificação" do trabalhador, reduzido à condição de mercadoria. Aponta que o trabalho, dentro do sistema industrial capitalista, inexoravelmente, leva à alienação do homem, que se "objetifica" diante da máquina e se torna uma ferramenta, instrumento utilizado pelo capital a fim de explorá-lo – transformado em mercadoria, o operário se torna mais pobre quanto mais riqueza gera; quanto mais objetos produz, tanto menos ele pode possuir.

Escritas em Paris, em 1844 – quando o autor contava com 26 anos –, estas anotações não foram publicadas em vida por Marx e permaneceram inéditas por quase cinqüenta anos depois de sua morte. O lançamento na União Soviética, em 1932, significou uma revolução nos estudos de sua obra, favorecendo a emergência de diferentes escolas de interpretação do pensamento marxiano e alimentando a polêmica em torno das linhas de continuidade e ruptura entre a produção da juventude e da maturidade. Já nas páginas que se apresentam a seguir o filósofo alemão declara a necessidade de "uma ação comunista *efetiva*" a fim de superar a propriedade privada, prova de que mesmo antes do encontro com Engels nosso autor já era revolucionário e estava longe de ser o jovem Marx, ameno e "meramente filosófico", que muitos teóricos pretendem ver nele, numa tentativa de seccionar seu pensamento.

Sobre a descoberta dos *Manuscritos* por D. Riazanov (que ao lado de Kautsky e Bernstein trabalhou na investigação e no ordenamento dos materiais deixados por Marx e Engels), Lukács – que viria a sofrer profunda influência desses escritos em suas posições teóricas – declarou anos mais tarde em entrevista à *New Left Review*: "Quando estive em Moscou, em 1930, Riazanov me mostrou os textos escritos por Marx em Paris, em 1844. Vocês nem podem imaginar minha excitação, a leitura desses manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica. (...) Pelos meus conhecimentos de filosofia, trabalhei determinando quais as palavras ou letras que desapareceram; às vezes havia palavras começando com g e terminando com s e nós tínhamos de adivinhar o que havia no meio. Penso que a edição publicada saiu muito boa – sei porque colaborei nela. Riazanov era o responsável por esse trabalho; não era um teórico, mas um grande filólogo"[1].

[1] Entrevista concedida à sucursal da *New Left Review* em Budapeste, em 1968, e publicada no número 68, em 1971.

A tradução de Jesus Ranieri – doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor de Sociologia da Unesp, estudioso de Marx e autor do livro *A câmara escura*[2] – é formalmente fiel e criteriosa, o que se mostra adequado sobretudo pelo fato de o original ser um texto em grande parte "inacabado", ainda que compreenda ensaios irretocáveis como "[Dinheiro]", último capítulo da presente obra. Por opção de Ranieri – acatada sem reservas pela editora – mantivemos os colchetes, barras[3] e números romanos que assinalam a numeração das páginas e manuscritos na edição original, a famosa *Zweite Wiedergabe* da MEGA (*Marx und Engels Gesamtausgabe*). Também seguimos o original no que diz respeito à pontuação, ao uso de aspas em títulos de livros e ao uso de itálico para destacar autores, obras ou palavras específicas, o que se mostra coerente – ainda que por vezes fira as normas editoriais da Boitempo – na medida em que o uso do itálico tem, para Marx, a função de chamar a atenção para aquilo que está dizendo, citando ou referindo; e esse destaque ficaria enfraquecido se assinalássemos também as obras que o autor não pretende – por alguma razão – destacar em meio ao discurso. Pequenos erros de grafia nas citações em francês devem-se provavelmente ao fato de a edição alemã ter optado por transcrever os autores que Marx usa em francês, com total liberdade, reproduzindo-as de seu cadernos de notas.

Além disso, o original alemão figurará entre parênteses, sobretudo quando se trata de um conceito ou de palavra multissignificante. Para destacar as emendas do tradutor ao texto original – lembremos que o original é apenas um esboço em muitos de seus trechos –, fizemos uso de colchetes. As notas de rodapé não identificadas são do editor alemão; as notas da edição brasileira estão assinaladas com (N.T.) e nas citações bibliográficas sempre que foi possível acrescentamos referências de edições brasileiras ou em português. No final do livro o leitor encontrará uma cuidadosa cronobiografia resumida de Karl Marx, contendo três aspectos fundamentais de sua trajetória: a vida pessoal, a militância e a obra teórica, e um índice onomástico completo – incluindo personagens literárias, bíblicas e mitológicas citadas – organizado por Marcelo Backes, responsável pela revisão da tradução e supervisor editorial deste volume.

[2] *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx* (São Paulo, Boitempo, 2001).

[3] 1) | | Numeração das páginas dos próprios manuscritos (começo da paginação do texto original); 2) | Final de página do texto original; 3) / Marcação da mudança de página no texto editado, quando essa mudança não coincide com o início ou o final das páginas manuscritas; 4) \ Marcação para palavras manuscritas sobrepostas (significa que Marx riscou a primeira palavra ou expressão e escreveu por cima as outras).

Poucos autores produziram tanto impacto na história quanto Karl Marx. Suas idéias revolucionaram todo o campo do conhecimento que hoje compreendemos como Ciências Humanas e Sociais, reivindicando uma filosofia que, em vez de somente interpretar o mundo, também fosse capaz de transformá-lo. Com a publicação dos *Manuscritos*, na tradução rigorosa de Jesus Ranieri, oferecemos ao leitor brasileiro a possibilidade de mergulhar nos procedimentos de estudo e no processo criativo de Marx, desvendando os caminhos que o levavam da mera anotação de um clássico à análise profunda e crítica da sociedade em que vivia.

Ivana Jinkings
maio de 2004

APRESENTAÇÃO

Sobre os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* de *Karl Marx*

Marx nunca foi feuerbachiano. A assertiva é, sem dúvida, uma forte provocação, mas a leitura atenta destes manuscritos (também denominados *Manuscritos de Paris*) mostrará o lugar que ocupa, em seu sistema, uma nascente teoria da economia humana. Quer dizer, neles Marx faz um exame – que precede e prenuncia outra grande obra: *A ideologia alemã* – da produção e reprodução da vida à revelia de uma teoria crítica de matiz preponderantemente epistemológico do estranhamento (*Entfremdung*) do homem, esse, sim, o caso de Feuerbach. A percepção marxiana, já na juventude, de que a exegese filosófica sucumbia ao concurso histórico das realizações, inclusive intelectuais, do trabalho humano teve sua origem, em boa parte, na leitura do "Esboço de uma crítica da economia política", escrito por Engels e publicado pela primeira vez nos *Anais franco-alemães.* Esse artigo ocupava-se, fundamentalmente, da crítica da propriedade privada a partir da forma como ela aviltava tudo aquilo que envolvia as conquistas do trabalho humano. A posterior leitura (que aparece copiosamente registrada no primeiro dos manuscritos) da economia política realizada por Marx nos dá a certeza de um abarcamento praticamente inigualável da história da "indústria" da humanidade. E não é um abarcamento qualquer: nele, o pensamento (na verdade, o pensar), diferentemente de qualquer representação, significa reprodução conceitual das articulações da hierarquia dos elementos determinantes da construção da vida em comunidade; uma tentativa de adequar categorialmente aquilo que acontece no dia-a-dia do homem comum à indagação do porquê desse cotidiano combinar-se em formas específicas, particulares, através de leis universais. Em outras palavras: a questão é encontrar uma forma de reprodução conceitual do movimento do objeto por meio do exercício do pensamento; forma essa que seja ancorada na certeza de que o aparato epistemológico é, nesse caso, apenas secundário, mas jamais definidor das contradições materiais, a não ser, é claro, que apareça integralmente como resultado dessas contradições, como ideologia já composta em elementos de confronto político.

E o componente ideológico da economia política já era vislumbrado por Marx, na medida em que o lugar da mediação efetiva do trabalho como elemento universal da socialização da humanidade era substituído, na visão da economia política, pelo imperativo da atividade produtiva capitalista como uma lei absolutamente natural. Segundo essa concepção, o componente humano nada mais era do que um componente da atividade capitalista de produção – o trabalho humano igualado a qualquer outro elemento da produção de mercadorias, uma vez que no processo predomina a percepção do indivíduo isolado, puro ente subordinado ao território das determinações econômicas.

É interessante notar, nesse sentido, que os *Manuscritos econômico-filosóficos* repousam sobre uma intrigante, mas apenas aparente, contradição: a unidade da crítica à economia política dependia fundamentalmente da concepção de trabalho como alicerce de toda atividade humana. Ao mesmo tempo, esse princípio não poderia ganhar corpo e fôlego sem uma concepção histórico-filosófica que lhe desse inteligibilidade interna, ou seja, a apreensão consciente do movimento de um todo articulado que tem como base a realização material de gerações e gerações. A crítica materialista de Feuerbach à filosofia especulativa e à religião, ainda que proceda sem uma base forte no que diz respeito à atividade humana enquanto produtora efetiva da história, une-se, em Marx, a uma concepção em que essa atividade é o elemento primordial, ou seja, a apresentação do objeto enquanto percurso de exposição da verdade, nesse caso, a percepção hegeliana de atividade.

Esse pressuposto hegeliano aparece como pano de fundo na apreciação do percurso do fazer-se a si mesmo do homem, e é fundamental na concepção arquitetônica desenvolvida por Marx acerca da mediação histórica do trabalho humano na formação do ser social. Por outro lado, é perfeitamente possível notar que, em razão dos estudos ainda incipientes de economia política, boa parte das prerrogativas que dão sustentação ao desenvolvimento posterior de um grande sistema de crítica dessa economia política (sistema esse que também é amplamente sedimentado na *Wissenschaft* hegeliana) é ainda puramente intuitiva na escrita do Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos*. E isso fica evidente no critério usado na redação do texto: sempre, e necessariamente, a palavra dos autores lidos é que dá o tom da exposição, ao lado de comentários bem esparsos de Marx a respeito desse mesmo conteúdo. Nos *Manuscritos*, o que se nota é algo claramente diferente da soberania do futuro Marx, cujo conhecimento do edifício das contradições do capital fez surgir sua obra máxima. Tanto assim que somente a partir da parte final do primeiro dos manuscritos (intitulada "Trabalho estranhado", último ponto de um extenso

diálogo travado até ali com a economia clássica) é que Marx se sente à vontade para, do ponto de vista de uma apreciação ética apoiada na premissa filosófica de realização dos sujeitos humanos a partir do concurso do trabalho, fazer críticas ao primado da propriedade privada como elemento orientador do conjunto das relações humanas. A economia humana traduz-se numa teoria das objetivações dos produtos do trabalho, das objetivações de si mesmo e objetificações (a esfera subjetiva de objetivação das personalidades) dos sujeitos humanos na história, uma tríade sempre definida e condicionada por outra, que é composta por trabalho estranhado-troca (apropriação de excedente)-propriedade privada, mais bem compreendida sob a forma divisão do trabalho-propriedade privada-troca. É em função dessa última mediação que Marx concentra o conjunto de seus argumentos contra os pressupostos da economia política, uma vez que percebe claramente o quão problemática para o ser humano seria, teórica e praticamente, a naturalização conceitual das relações capitalistas de produção.

O conteúdo da reflexão de Marx tem lá sua dívida com a concepção filosófico-especulativa de atividade, como já foi visto, porque extrai de Hegel um princípio crucial para a consecução do entendimento dos elementos dessa composição acima assinalada. Esse princípio é o da distinção (e similitude) entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*). Ainda que Hegel se apóie exclusivamente numa perspectiva mística de historicidade, determinada por um *apriori* que consiste em garantir no percurso da gênese do espírito a efetivação de um *telos*, uma *finalidade* lógica que, uma vez realizada, se estranha quando se exterioriza (*entäusserte*) na esfera do mundo finito, é bastante claro que a aceitação do jogo de contradições não aparece somente como mero recurso metodológico, mas principalmente como percepção de que o núcleo da própria realidade se movimenta em termos de forte oposição e alteridade (basta pensar nos conflitos entre senhor e escravo, Estado e riqueza, existência e consciência). E é por esse prisma (o princípio da contradição) que se estruturam em Marx, graças à descoberta da contradição interna da propriedade privada, todos os desdobramentos do estranhamento do trabalho. Desdobramentos que atingem o produto do trabalho, a própria produção, a identidade entre os produtores e a identidade do trabalhador consigo mesmo. Precisamente, a marca maior dos *Manuscritos econômico-filosóficos* está na demonstração do estranhamento genérico do ser humano sob o pressuposto do trabalho subordinado ao capital.

Eis um dos pontos mais altos das reflexões contidas nestes *Manuscritos*: a fundamentação lógica da defesa da liberdade humana a partir do argumento de que todos os nossos valores e crenças são oriundos de uma

atividade da qual deriva todo e qualquer conceito de *dever ser*. Se a defesa da liberdade do homem é moral ou ética, a base para sua legitimação é aquela solidariedade que cimenta a continuidade do próprio gênero humano, ou seja, um valor nascido e renascido do trabalho. Todo trabalho engendra um valor, pois é atribuição do sujeito que trabalha conhecer minimamente o complexo causal que é objeto da atividade – o complexo causal desconhecido não pode ser mudado pelo trabalho, não podendo ser, portanto, criador de valoração humana.

Sem o desenvolvimento contínuo dessa premissa (levada a efeito pela primeira vez com a elaboração dos *Manuscritos econômico-filosóficos*), é difícil acreditar que teria havido tamanha continuidade entre a obra de 1844 e as obras posteriores de Marx; isso sem excluir, é claro, as grandes obras "econômicas" da maturidade. Os *Manuscritos* inauguram, graças aos estudos de economia política iniciados por Marx, uma análise bem estruturada do modo de produção capitalista, ou mais, da forma capitalista da atividade de produção. É nesse texto que o lugar do trabalho como forma efetivadora do ser social é realmente exposta e desenvolvida, algo que, até então, mesmo em Marx, não havia sido feito. É nele que o conjunto das esferas da existência humana (desde o lugar da arte, da religião, da filosofia, passando pela conceituação de liberdade, até as formas concretas e imediatas de realização do trabalho) aparece como dependente da esfera da produção – o trabalho é mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana. A produção aparece como a forma de o homem se manter, além de configurar a forma de ele definir e orientar suas necessidades. Necessidades que, uma vez satisfeitas, repõem, ao infinito, novas necessidades; inclusive, na medida em que a produção se enriquece, a produtividade aumenta e, portanto, o trabalho se sofistica. Repõem e renovam necessidades não propriamente materiais, mas abstratas, espirituais, que aparecem, também elas, como resultado da atividade produtiva, tendo em vista o fato de que o marco inicial desse movimento é a relação estabelecida entre o ser humano e o meio natural. É um movimento que define a própria consciência humana, o que nos remete, já nos idos de 1844, à percepção de que é o ser social que produz a consciência, e não o contrário.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos* podem ser considerados uma grande síntese daqueles aspectos que são, por um lado, emancipadores e, por outro, condicionantes de nossa obrigação cotidiana diante das diretrizes da subordinação do trabalho ao capital. O trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da socialidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento

humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada. A função de mediador universal do trabalho tem continuidade, mas ele se submete às exigências da troca capitalista, da propriedade privada e da divisão do trabalho. Nesse sentido, um aspecto que a economia política legou ao nascente sistema teórico de Marx – posto que a preocupação maior dos economistas políticos era a compreensão da forma de reprodução do sistema como um todo – foi a profunda percepção do lugar do estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*) do trabalho – uma vez que não há posição teleológica separada da consciência – sob essas relações de produção e reprodução.

Essa prática materialista levada a cabo por Marx, prática que é ao mesmo tempo crítica e incorporadora de aspectos do sistema hegeliano, é aquela que reconhece que a investigação científica se conduz a partir da relação entre totalidade e realidade, uma vez que essa última só pode se dar a conhecer a partir de seus nexos causais. Portanto, em última instância, a partir do recurso das abstrações racionais que levam em conta a hierarquia das determinações materiais postas em ação pelo trabalho do homem.

DA TRADUÇÃO

Tentei ser o mais fiel possível ao texto original, procurando garantir a permanência de expressões coloquiais, assim como (bem mais difícil) daqueles termos que denotam o vínculo intelectual de Marx com o idealismo alemão, principalmente com a filosofia de Hegel. A presente tradução poderá chocar, portanto, àqueles que transigem menos acerca da potencialidade desse vínculo, mas a decisão pela manutenção de um vocabulário aproximado resultou do próprio manejo de Marx com os referidos termos.

Em primeiro lugar, é preciso destacar a distinção sugerida, nesta tradução, entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), pois são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx. É muito comum compreender-se por *alienação* um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da supressão do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto de *Entäusserung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo, os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria

alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista.

Na reflexão desenvolvida por Marx não é tão evidente, no entanto, que esse pressuposto seja levado às suas últimas conseqüências, pois os referidos conceitos aparecem com conteúdos distintos, e a vinculação entre eles, geralmente sempre presente, não garante que sejam sinônimos. E é muito menos evidente ainda que sejam pensados somente para a análise do sistema capitalista. *Entäusserung* significa *remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro* qualitativamente distinto. Significa, igualmente, *despojamento*, realização de uma ação de *transferência*, carregando consigo, portanto, o sentido da *exteriorização* (que, no texto ora traduzido, é uma alternativa amplamente incorporada, uma vez que sintetiza o movimento de *transposição* de um estágio a outro de esferas da existência), momento de *objetivação humana* no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. *Entfremdung*, ao contrário, é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada. Ao que tudo indica, a unidade *Entäusserung-Entfremdung* diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações (ou exteriorizações) humanas, o que, em Marx, é possível perceber pela relação de concentricidade entre as duas categorias: invariavelmente as exteriorizações (*Entäusserungen*) aparecem no interior do estranhamento, ainda que sejam ineliimináveis da existência social fundada no trabalho humano.

Outro obstáculo foi encontrar uma tradução adequada para o verbo *aufheben* que, em alemão, significa, a um só tempo, o ato de erguer (algo do chão), o de guardar (um objeto, para que se conserve) e o de suspender (por exemplo, a vigência de um ato jurídico). Em geral, traduz-se *aufheben* por suprimir, abolir ou ainda superar, assim como se traduz o substantivo *Aufhebung* por supressão, abolição ou superação. O problema é que o significado contido em *aufheben* e desdobramentos é muito maior, mais rico e variado, o que dificulta sobremaneira a versão para um termo adequado, que contenha ao mesmo tempo a unidade e a diversidade do original. Minha opção foi vertê-los, de maneira geral, para supra-sumir (*aufheben*) e supra-sunção (*Aufhebung*), posto que o que se deve reter é a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo ou foi superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que supra-sume.

Também optei por discernir carência (*Bedürfnis*) de necessidade (*Notwendigkeit*), uma vez que a distinção é operada pelo próprio Marx.

Bedürfnis é uma carência cuja base está posta na condição biológica do ser humano (comer, beber, dormir, habitar), o que a vincula a uma falta, assim como também a um desejo, ou seja, a carência se revela como um componente que, uma vez satisfeito, pode dar, inclusive, origem à positividade de novas carências, mais sofisticadas. Por outro lado, justamente por causa dessa positividade, algumas vezes preponderou a opção por verter *Bedürfnis* por necessidade, ao invés de carência, uma vez que, em português, soa estranho esperar que carências possam ter um conteúdo positivo. Porém, na penúltima parte do terceiro dos *Manuscritos*, "Propriedade privada e carências", o leitor notará que a opção de verter *Bedürfnis* por carência generalizou-se pelo texto inteiro, a fim de que se tornasse manifesta justamente a insistência de Marx em estabelecer, a partir de uma exposição das carências humanas, a insuficiência da reflexão teórica da economia política sobre o trabalho humano, elemento este que, para ela, não passa de mais um componente da produção. Por sua vez, *Notwendigkeit* está vinculada à necessidade lógica, oposta à contingência, que aparece como possibilidade efetiva de realização a partir da satisfação histórica das carências.

Por último, peço ao leitor que não desanime diante do copioso volume de notas que acompanha a presente edição, especialmente aquelas que remetem ao conteúdo dos textos dos economistas clássicos, material sobre o qual Marx se debruçou, interpretando, por meio de transcrições que felizmente chegaram a nós, o seu conteúdo. A opção pela manutenção dessas notas acontece em virtude da necessidade de exposição dos critérios bastante originais utilizados por Marx para levar adiante os seus estudos de economia política: o primeiro dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (que é a parte propriamente "econômica" deles) é a combinação de três fases distintas de trabalho sobre os textos dos economistas, ou seja, a consulta direta à obra do autor, as anotações (transcrições e comentários) em cadernos de notas e, finalmente, a redação que forma o primeiro dos *Manuscritos*, redação essa que era oriunda tanto da consulta, por parte de Marx, direta ao texto do autor, quanto de seu próprio (de Marx) caderno de notas. O leitor forçosamente notará, quando cotejar o texto traduzido do alemão para o português com as referidas notas em língua original (na sua maioria em francês), a liberdade com que Marx repõe e rearticula o conteúdo original, adequando-o à sua nascente reflexão crítica. Às vezes, é possível duvidar de que se trata do mesmo texto. Para dirimir quaisquer dúvidas, as referências aos diversos cadernos de notas de Marx também aparecerão em notas de rodapé, sucedendo o trecho transcrito.

Jesus Ranieri
fevereiro de 2004

[PREFÁCIO (DO CADERNO III)]
|XXXIX| PREFÁCIO

Anunciei, nos "Anais franco-alemães", a crítica do Direito e da Ciência do Estado sob a forma de uma crítica da filosofia *hegeliana* do direito[1]. Na preparação para a impressão, evidenciou-se que a crítica dirigida apenas contra a especulação, combinada com a crítica das diferentes matérias particulares, seria completamente inoportuna, refreando o desenvolvimento e dificultando a compreensão. Além disso, a condensação da riqueza e a diversidade dos objetos tratados só seria possível, numa única obra, de modo totalmente aforístico, e, por sua vez, tal apresentação (*Darstellung*) aforística produziria a *aparência* (*Schein*) de um sistematizar arbitrário. Farei, por conseguinte e sucessivamente, em diversas brochuras independentes, a crítica do direito, da moral, da política etc., e por último, num trabalho específico, a conexão do todo, a relação entre as distintas partes, demarcando a crítica da elaboração especulativa deste mesmo material. Assim, será encontrado o fundamento, no presente escrito, da conexão entre a economia nacional[2] e o Estado, o direito, a moral, a vida civil (*bürgerliches Leben*) etc., na medida em que a economia nacional mesma, *ex professo*, trata destes objetos.

Ao leitor familiarizado com a economia nacional não preciso assegurar que meus resultados foram obtidos mediante uma análise inteiramente

[1] Marx faz aqui alusão ao seu artigo "Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung", publicado nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, 1844.

[2] A opção por "economia nacional", em vez de "economia política" é do próprio Marx. Economistas burgueses ingleses e franceses utilizavam, correntemente, *political economy* e *économie politique*, mas aos alemães era mais próximo o termo *Nationalökonomie*. O próprio Marx teria pronunciado, também nos *Anais franco-alemães*, quando da caracterização da diversidade de desenvolvimentos das diferentes cidades francesas e inglesas, comparadas às alemãs, algo a respeito da oposição entre economia política e economia nacional. Somente mais tarde ele irá converter, nos seus escritos, o conceito de "economia nacional" para "economia política". Importa salientar igualmente que "economia nacional" diz respeito, dependendo do contexto, tanto ao sistema econômico quanto às suas teorizações.

empírica, fundada num meticuloso estudo crítico da economia nacional. É óbvio que utilizei, além dos socialistas franceses e ingleses, também trabalhos socialistas alemães. No entanto, os trabalhos alemães plenos de conteúdo (*Inhaltsvollen*) e *originais* nesta ciência reduzem-se – fora os escritos de Weitling[3] – aos estudos publicados por Hess nas "Vinte e uma folhas de impressão"[4] (*Einundzwanzig Bogen*) e aos "*Umrisse zur Kritik der Nationalökonomie*", de *Engels*, publicados nos "*Anais franco-alemães*"[5], nos quais eu indicara igualmente, de modo bem geral, os primeiros elementos do presente trabalho[6].

A crítica da economia nacional deve, além do mais, assim como a crítica positiva em geral, sua verdadeira fundamentação às descobertas de *Feuerbach*. De Feuerbach data, em primeiro lugar, a crítica *positiva* humanista e naturalista. Quanto menos ruidosa, tanto mais segura, profunda, extensa e duradoura é a eficácia dos escritos *feuerbachianos*, os únicos nos quais – desde a *Fenomenologia* e a *Lógica*, de Hegel[7] – se encerra uma efetiva (*wirkliche*) revolução teórica.

Considerei o capítulo final do presente texto, a exposição (*Auseinandersetzung*) da *dialética* e da filosofia *hegelianas* em geral, extremamente necessário, posto que semelhante trabalho jamais foi realizado, e nem sequer chegou a ter sua necessidade reconhecida pelos *teólogos críticos* do nosso tempo | |XL| – uma inevitável *falta de profundidade*, pois mesmo o teólogo *crítico* continua *teólogo* e, portanto, ou tem de partir dos pressupostos determinados da Filosofia como uma autoridade, ou, quando, no processo da crítica ou mediante descobertas alheias nascem nele dúvidas acerca dos pressupostos filosóficos, os abandona de maneira covarde e injustificada, *abstrai* deles, apenas manifesta mais negativa, inconsciente e sofisticamente sua servidão a eles, e a angústia desta servidão[8]. Rigorosamente considerada, a *crítica teológica* – por muito que no início do movimento fosse um momento efetivo do progresso – nada mais é, em última instância, do que a culminação e a conseqüência da velha *transcendência filosófica*, nomeadamente a hegeliana, deformada em *caricatura teológica*. Esta interessante justiça da história, que determina a teologia, desde sempre o lado putrefato da filosofia, a apresentar agora também em si a dissolução negativa da filosofia – isto é, o seu processo de degenerescência –, esta nêmesis histórica demonstrá-la-ei pormenorizadamente em outra ocasião[9].

[3] Weitling, Wilhelm. *Die Menschheit, wie sie ist und wie sie sein sollte*, Paris, 1838. Do mesmo autor: *Garantien der Harmonie und Freiheit*, Vivis, 1842.

[4] Hess, Moses. "Socialismus und Communismus", p. 74-91; "Die Eine und ganze Freiheit", p. 92-97 e "Philosophie der That", p. 309-331, todos publicados na coletânea *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz*, 1843.

[5] Engels, Friedrich. "Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie", p. 86-114.

[6] Marx, Karl. "Zur Judenfrage".

[7] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, 1807; *Wissenschaft der Logik*, 1812-1816.

[8] Cf. Bauer, Bruno. "Was ist jetzt der Gegenstand der Kritik?", in: *Allgemeine Literatur-Zeitung*, caderno VIII, p. 18-26, 1844.

[9] Engels, Friedrich & Marx, Karl. *Die heilige Familie oder Kritik der Kritischen Kritik. Gegen Bruno Bauer & Konsorten*, Frankfurt am Main, 1845. [Ed. bras.: *A sagrada família*. São Paulo, Boitempo, 2003.]

CADERNO I[1]
|I| SALÁRIO

O *salário*[2] é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas conseqüências para eles. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital (*Capitalinteresse*) ao seu ordenado industrial. Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores. Portanto, somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa. Capital e propriedade fundiária

---

[1] Neste caderno, Marx não utiliza diretamente como fonte principal a obra de Adam Smith *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, tradução de Germain Garnier, Paris, t. 1 & 2, 1802 (original em inglês: *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, edição da qual Marx não faz uso), mas sim os excertos que dela havia feito. Uma comparação detalhada das passagens citadas da obra de Smith neste caderno I com o caderno de extratos de Marx prova, indubitavelmente, que este último tanto transcreveu as citações a partir do caderno de extratos quanto utilizou a redação francesa no caderno de extratos como base de sua versão. Há, nas citações em questão, muitas variações quando confrontadas com o referido caderno de extratos, mas nenhuma delas compromete as bases do texto de Smith. O próprio Marx admitiu as divergências. Para um confronto mais detalhado, vide Marx, Karl: *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, MEGA, IV/2, p. 332-386.

[2] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 346.12-347.5. Na *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), ou seja, *Obras completas de Marx & Engels*, houve o cuidado editorial de publicar-se, em livros paralelos, o conjunto dos critérios utilizados na elaboração do texto definitivo a partir do material deixado por Marx. Geralmente, esses livros (como é o caso do IV/2, citado acima), assim como aqueles que são as obras propriamente ditas, trazem não somente páginas, mas também as linhas numeradas, que são indicadas após o ponto que sucede o número da página. Para as notas desta tradução, o material é extraído de: Marx, Karl. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, MEGA, I, 2 (Apparat), Dietz Verlag, Berlim, 1982, p. 685-917. (N.T.)

não precisam estacionar nessa abstração, mas o trabalho do trabalhador, sim.

Para o trabalhador, portanto, a separação de capital, renda da terra e trabalho [é] mortal.

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga[3]. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (*simple humanité*), isto é, com uma existência animal[4].

A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista[5].

Se a quantidade de oferta excede a procura, então uma das partes constitutivas do preço – lucro, renda da terra, salário – é paga abaixo do *preço*, portanto uma parte desses rendimentos (*Leistungen*) subtrai-se dessa aplicação e o preço de mercado gravita para o preço natural como ponto central. Mas, 1) se para o trabalhador, mediante uma grande divisão do trabalho, é dificílimo dar ao seu trabalho uma outra direção, 2) cabe-lhe, na sua relação subalterna com o capitalista, antes de mais nada o prejuízo.

Com a gravitação do preço de mercado para o preço natural, o trabalhador perde, portanto, ao máximo e incondicionalmente. E é precisamente a capacidade do capitalista em dar outra direção ao seu capital que: ou submete o trabalhador (*ouvrier*) – restringido a uma determinada esfera do trabalho – à fome, ou o obriga a sujeitar-se a todas as exigências desse capitalista. |

| II | As oscilações acidentais e súbitas do preço de mercado atingem menos a renda da terra do que a parte do preço decomposta em lucro e salário (*Salaire*), mas [atingem] menos o lucro do que o salário (*Arbeitslohn*)[6]. Para um salário que sobe tem-se, na maior parte das vezes, um que permanece *estacionário*, e um que *cai*.

[3] Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 347.5-12.

[4] Ibid., p. 347.15.

[5] Ibid., p. 343.15-27.

[6] Ibid., p. 343.36-38.

O trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde. Assim, o trabalhador não ganha quando o capitalista mantém o preço de mercado acima do preço natural através de segredos de comércio ou industriais, através do monopólio ou da localização favorável de sua propriedade (*Grundstück*)[7].

Além disso: *os preços do trabalho são muito mais constantes do que os preços dos meios de vida.* Freqüentemente, eles estão na relação inversa. Num ano caro, o salário decresce em virtude da diminuição da procura, [mas] sobe por causa da subida dos gêneros alimentícios. Portanto, equilibra-se. De qualquer maneira, uma quantidade de trabalhadores fica sem pão. Em anos baratos, o salário sobe por causa da elevação da procura, [e] diminui em razão dos preços dos gêneros alimentícios. Portanto, equilibra-se[8].

Outra desvantagem do trabalhador:

Os preços de trabalho das diferentes espécies de trabalhos são muito mais diversos do que os ganhos dos diferentes ramos nos quais o capital se aplica. No trabalho, toda a diversidade natural, espiritual e social da atividade individual sobressai e é paga diferentemente, enquanto o capital morto caminha sempre no mesmo passo e é indiferente perante a atividade individual *efetiva*[9].

É preciso observar, enfim, que onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu Mamon[10] morto.

O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.

Consideremos as três situações principais em que a sociedade pode se encontrar e observemos a situação do trabalhador nessas mesmas situações.

1) Se a riqueza da sociedade estiver em declínio, então o trabalhador sofre ao máximo, pois: ainda que a classe trabalhadora não possa ganhar tanto quanto a [classe] dos proprietários na situação próspera da sociedade, *nenhuma sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores (aucune ne souffre aussi cruellement de son déclin que la classe des ouvriers)*[11].

[7] Ibid., p. 344.5-24.

[8] Ibid., p. 348.35-349.2.

[9] Ibid., p. 351.35-352.11 e 352.24-31.

[10] Ídolo – divindade – da Obsessão pelo Lucro. (N.T.)

[11] Smith, Adam. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, cit., t. 2, p. 162: "La classe des propriétaires peut gagner peut-être plus que celle-ci à la prospérité de la société; mais aucune ne souffre aussi cruellement de son déclin, que la classe des ouvriers". Vide também: Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 356.27-30.

| III | 2) Consideremos agora uma sociedade na qual a riqueza progrida. Esta situação é a única favorável ao trabalhador. Aqui começa a concorrência entre os capitalistas. A procura por trabalhadores excede sua oferta: Mas[12]:

Primeiro: a elevação do salário impele ao *sobretrabalho* (*Überarbeitung*) entre os trabalhadores. Quanto mais eles querem ganhar, tanto mais têm de sacrificar o seu tempo e executar trabalho de escravos, desfazendo-se (*sich entäussernd*) de toda a liberdade a serviço da avareza[13]. Com isso, eles encurtam o seu tempo de vida. Este encurtamento de sua duração de vida é uma circunstância favorável para a classe trabalhadora em geral, pois, em função disso, se torna sempre necessária a nova oferta. Esta classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, para não perecer totalmente.

E ainda: quando se encontra uma sociedade em [situação de] enriquecimento progressivo? Com o crescimento de capitais e réditos (*Revenuen*) de um país. Mas isto só é possível α) contanto que se acumule muito trabalho, porque o capital é trabalho acumulado[14]; portanto, na medida em que sejam retirados das mãos do trabalhador cada vez mais produtos seus, que o seu próprio trabalho cada vez mais se lhe defronte como propriedade alheia, e cada vez mais os meios de sua existência e de sua atividade se concentrem na mão do capitalista. β) a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; inversamente, o número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, assim como a divisão do trabalho aumenta o acúmulo de capitais[15]. Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que | | IV | apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante.

γ) Numa sociedade que se encontra em crescente prosperidade, apenas os mais ricos entre todos podem viver do juro sobre o dinheiro. Todos os outros obrigam-se, com o seu capital, a montar um negócio ou lançá-lo no comércio[16]. Desta maneira, a concorrência entre os capitais torna-se, portanto, maior,

[12] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 347.16-22.

[13] Ibid., p. 348.11-19.

[14] Ibid., p. 360.8-9.

[15] Ibid., p. 358.4-26.

[16] Ibid., p. 350.23-28.

a concentração dos capitais torna-se maior, os grandes capitalistas levam à ruína os pequenos, e uma parte dos capitalistas de outrora baixa à classe dos trabalhadores, a qual, com esta entrada, sofre, em parte, novamente uma redução do salário e cai numa dependência ainda maior dos poucos grandes capitalistas. Na medida em que o número de capitalistas se reduziu, quase deixou de existir a sua concorrência em relação aos trabalhadores e, na medida em que o número de trabalhadores se elevou, a concorrência desses entre si tornou-se tanto maior, mais inatural e mais violenta. Por isso, uma parte da classe trabalhadora (*Arbeiterstand*) cai, assim, necessariamente na classe dos miseráveis ou mortos de fome (*Bettel- oder Verhungerungstand*), tal como uma parte dos capitalistas médios [decai] na classe trabalhadora.

Mesmo na situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a conseqüência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicidade de uma parte dos trabalhadores.

| V | A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito (*Geist*) e de seu corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente. Finalmente, tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, essa mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação (*Accumulation*), uma *grande quantidade de obras malfeitas* (*Machwerk*) que se torna sobreprodução (*Überproduktion*) e acaba: ou por colocar fora [da esfera] do trabalho uma grande parte de trabalhadores, ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo.

Estas são as conseqüências de uma situação da sociedade que é a mais favorável ao trabalhador, a saber, a situação da riqueza *crescente, progressiva*.

Mas, por fim, esta situação crescente tem de atingir ainda o seu ponto mais alto. Qual é, então, a posição do trabalhador?

> 3) Num país que tivesse atingido o último estágio possível de sua riqueza, seriam ambos, salário e juro do capital, muito baixos. A concorrência entre os trabalhadores para conseguir emprego (*Beschäftigung*) seria tão grande que os salários (*Salaire*) seriam reduzidos até o suficiente para a manutenção do mesmo número de trabalhadores, e com o país estando já suficientemente povoado, esse número não poderia aumentar[17].

[17] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 193: "Dans un pays qui aurait atteint le dernier

O excedente (*Plus*) teria de morrer.

Portanto, na sociedade em situação regressiva (*abnehmend*), miséria progressiva do trabalhador; na [sociedade] em situação progressiva, miséria complicada; na [sociedade] em situação plena, miséria estacionária. |

| VI | Contudo, uma vez que, segundo Smith, uma sociedade em que a maioria sofre não é feliz[18], mas uma vez que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento da maioria, e que a economia nacional (de maneira geral, a sociedade do interesse privado) conduz a esta situação mais rica, [deduz-se que] a *infelicidade* da sociedade é a finalidade da economia nacional.

Com respeito à relação entre trabalhador e capitalista, há ainda que observar que a elevação do salário é mais do que compensada, para o capitalista, pela redução da quantidade de tempo de trabalho[19], e que a elevação do salário e o aumento do juro do capital atuam sobre o preço das mercadorias como juro simples e composto[20].

Coloquemo-nos agora totalmente do ponto de vista do economista nacional e comparemos, segundo ele, as reivindicações teóricas e práticas do trabalhador.

Ele nos diz que, originária e conceitualmente, o *produto total* do trabalho pertence ao trabalhador[21]. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (*Wirklichkeit*), ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores[22].

Diz-nos o economista nacional que tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado[23]. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade.

degré de richesse ... les salaires du travail et les profits des capitaux seraient probablement très-bas tous les deux. ... la concurrence, pour obtenir de l'occupation, serait nécessairement telle, que les salaires y seraient réduits à ce qui est purement suffisant pour maintenir le même nombre d'ouvriers, et le pays étant déjà pleinement peuplé, ce nombre ne pourrait jamais augmenter". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 350.10-16.

[18] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 347.25-27.

[19] Ibid., p. 349.5-11.

[20] Ibid., p. 351.24-27.

[21] Ibid., p. 341.16-21, 344.34-36 e 346.4-6.

[22] Ibid., p. 347.9-14 e 348.1-2.

[23] Ibid., p. 338.27-341.15 e 360.8-9.

Enquanto a renda fundiária do indolente possuidor de terra perfaz, na maior parte das vezes, a 3ª parte do produto da terra[24], e o lucro do capitalista diligente perfaz o dobro do juro do dinheiro[25], o a mais (*Mehr*) que na melhor das hipóteses o trabalhador ganha perfaz: de seus 4 filhos, 2 têm de passar fome e morrer[26].

| VII | Segundo o economista nacional, enquanto o trabalho é o único meio pelo qual o homem aumenta o valor dos produtos da natureza, enquanto o trabalho é sua propriedade ativa, na opinião da mesma economia nacional o proprietário fundiário e o capitalista – que, enquanto proprietário fundiário e capitalista, são meramente deuses privilegiados e ociosos – sobrepujam por toda parte o trabalhador e lhe ditam leis.

Enquanto, segundo o economista nacional, o trabalho é unicamente o preço constante das coisas, nada é mais acidental, nada está exposto a maiores flutuações do que o preço do trabalho.

Enquanto a divisão do trabalho eleva a força produtiva do trabalho, a riqueza e o aprimoramento da sociedade, ela empobrece o trabalhador até [a condição de] máquina. Enquanto o trabalho suscita o acúmulo de capitais e, com isso, o progressivo bem-estar da sociedade, a divisão do trabalho mantém o trabalhador sempre mais dependente do capitalista, leva-o a maior concorrência, impele-o à caça da sobreprodução, que é seguida por uma correspondente queda de intensidade.

Enquanto o interesse do trabalhador, segundo o economista nacional, nunca se contrapõe ao interesse da sociedade[27], a sociedade contrapõe-se, sempre e necessariamente, ao interesse do trabalhador.

Segundo o economista nacional, o interesse do trabalhador nunca se contrapõe ao interesse da sociedade 1) porque a elevação do salário é mais que compensada pela redução na quantidade do tempo de trabalho, juntamente com as demais conseqüências acima desenvolvidas[28]; e | | 2) porque, em relação à sociedade, todo o produto bruto é produto líquido, e apenas no que diz respeito ao homem privado o [produto] líquido tem um significado[29].

Afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da

[24] Ibid., p. 355.22-23.

[25] Ibid., p. 350.37-351.2.

[26] Ibid., p. 347.12-14.

[27] Ibid., p. 356.26-27

[28] Ibid., p. 349.5-11.

[29] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*. In: MEGA, IV/2, p. 315.19-27.

riqueza – é pernicioso, funesto. Isso decorre, sem que o economista nacional o saiba, de seus próprios desenvolvimentos.

Segundo o conceito, renda fundiária e ganho de capital são *deduções* que o salário sofre. Mas, na realidade efetiva, o salário é uma dedução que terra e capital permitem chegar ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho.

Mas, na situação em progresso da sociedade, o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto de seu trabalho e da riqueza por ele produzida. A miséria que resulta, portanto, da *essência* do trabalho hodierno mesmo.

A situação mais rica da sociedade – um ideal que é, contudo, aproximadamente alcançado, é pelo menos a finalidade da economia nacional, assim como da sociedade burguesa – é *miséria estacionária* \\ para os trabalhadores.

É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como *trabalhador* o *proletário*, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho (*arbeitslose Zeit*), mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (*Bettelvogt*).

Lancemo-nos agora para além do nível da economia nacional, e procuremos responder a duas perguntas a partir do desenvolvimento realizado até aqui, [e isso] quase com as palavras do economista nacional:

1) Que significado tem, no desenvolvimento da humanidade, esta redução da maior parte dela ao trabalho abstrato?

2) Que erro cometem os reformadores en détail[30], que ou desejam *elevar* o salário e por este meio melhorar a situação da classe trabalhadora, ou consideram (como Proudhon) a *igualdade* do salário como o objetivo da revolução social[31]?

O *trabalho* aparece, na economia nacional, apenas sob a forma de *emprego* (*Erwerbstätigkeit*). |

|VIII| Pode-se defender que aquelas ocupações que pressupõem aptidões específicas ou preparação mais longa se tornam, no seu todo, mais rentáveis; enquanto o salário relativo para a atividade mecanicamente uniforme, na qual qualquer um pode ser rápida e facilmente ensinado, baixou e tinha de necessariamente baixar com a crescente concorrência. E precisamente *esta* espécie de trabalho, no estágio (*Stand*) atual de sua organização, é, de longe, a mais numerosa. Se, portanto, um trabalhador da primeira categoria ganha agora sete vezes mais, e um outro, da segunda, ganha o mesmo que há cinqüenta anos, ambos ganham *em média*, certamente, quatro vezes esse tanto. Mas se, isoladamente, num país a primeira categoria de trabalho é ocupada por apenas 1.000 pessoas, e a segunda por um milhão, então 999.000 não estão, quanto a isso, melhor do que há cinqüenta anos, e estão muito *pior* se tiverem subido, simultaneamente, os preços das necessidades vitais (*LebensBedürfnise*). E com semelhantes *cálculos médios* superficiais quer-se enganar a classe mais numerosa da população. Além disso, a grandeza do *salário* é apenas um momento para a estimativa do *rendimento do trabalhador*, porque para a mensuração desse último conta ainda essencialmente a *duração* assegurada do mesmo, da qual, na anarquia da chamada livre-concorrência, com as suas sempre recorrentes flutuações e interrupções, simplesmente nada se diz. Finalmente, há que se considerar ainda o *tempo* de trabalho habitual de antes e o de agora. Mas esse elevou-se, para o trabalhador inglês nas manufaturas de algodão, a 12 até 16 horas diárias desde 25 anos para cá, em virtude da avidez do empresário | |IX|, portanto, precisamente após a introdução das máquinas poupadoras de trabalho. A elevação, num país e num ramo da indústria, tinha de vigorar mais ou menos também noutros lugares, e com o direito, por toda a parte reconhecido, de uma exploração incondicionada dos pobres pelos ricos. *Schulz*. Bewegung der Production, p. 65[32].

Mesmo se fosse tão verdadeiro quanto é falso que o rendimento médio (*Durchschnittseinkommen*) de *todas* as classes da sociedade tivesse aumentado, as diferenças e distâncias *relativas* dos rendimentos poderiam, contudo, ter-se tornado maiores, e, por isso, as oposições da riqueza e da pobreza poderiam ter-se evidenciado mais nitidamente. Pois precisamente *porque* a produção total se eleva e, na mesma medida em que isso acontece, aumentam também as necessidades (*Bedürfnise*), apetites e exigências, a pobreza *relativa* pode, portanto, aumentar, enquanto a *absoluta* reduzir-se. O samoiedo, com o seu óleo de fígado de bacalhau e peixes rançosos, não é pobre porque na sua sociedade fechada todos têm as mesmas necessidades. Mas num *Estado que avança*, que no decorrer de mais ou menos uma década aumenta a sua produção total relativamente à sociedade em um terço, o trabalhador, que antes ou depois destes dez anos ganha a mesma quantia, não ficou tão abastado quanto antes, mas tornou-se um terço mais carente. Ibid., p. 65-66.

Mas a economia nacional conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho, como uma besta reduzida às mais estritas necessidades corporais.

Um povo, para se cultivar [de forma] espiritualmente mais livre, não pode permanecer na escravidão de suas necessidades corpóreas, não pode continuar a ser servo do corpo. Acima de tudo, tem de lhe restar *tempo* para

[30] Em francês, no texto: por partes. (N.T.)

[31] Vide Proudhon, Pierre-Joseph. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement. Premier mémoire*, Paris, 1841, cap. III, parágrafo 6.

[32] Schulz, Wilhelm. *Die Bewegung der Production. Eine geschichtlichstatistische Abhandlung zur Grundlegung einer neuen Wissenschaft des Staats und der Gesellschaft*, Zurique, 1843.

poder também criar espiritualmente e fruir espiritualmente. Os progressos no organismo do trabalho ganham esse tempo. Pois agora, junto a novas forças motrizes e maquinaria aperfeiçoada, não raramente um único operário executa, nas fábricas de algodão, o trabalho de 100 ou mesmo de 250 até 350 trabalhadores de antes. Conseqüências semelhantes em todos os ramos da produção, porque cada vez mais forças naturais externas são forçadas a tomar parte | |X| no trabalho humano. Se anteriormente, para a satisfação de uma quantidade (*Quantum*) de necessidades materiais, havia necessariamente um dispêndio de tempo e força humana que mais tarde foi reduzido à metade, então, simultaneamente, outro tanto ampliou-se, sem prejuízo algum ao prazer sensível, o espaço para o criar e para o fruir espiritual... Mas também a partilha dos despojos que conquistamos ao velho Cronos, mesmo no seu domínio mais particular, ainda decide o jogo de dados do acaso, que é cego e injusto. Calculou-se que, na França, do ponto de vista atual da produção, um tempo de trabalho médio de cinco horas diárias para cada [ser humano] apto ao trabalho seria suficiente para a satisfação de todos os interesses materiais da sociedade... Não obstante a economia de tempo por intermédio do aperfeiçoamento da maquinaria, para uma numerosa população a duração do trabalho escravo nas fábricas apenas aumentou. p. 67, 68. Ibid.

A passagem para além do trabalho manual composto pressupõe uma decomposição do mesmo em suas operações simples. Mas, então, em primeiro lugar, apenas *uma parte* das operações uniformemente recorrentes cabe às máquinas, [e] uma outra parte cabe aos homens. Segundo a natureza das coisas e segundo experiências conformes, uma tal atividade incessantemente uniforme é, igualmente, prejudicial para o espírito assim como para o corpo; e então têm de aparecer, junto desta *conexão* da maquinaria com a mera divisão do trabalho sob numerosos braços humanos, também ainda todas as desvantagens desta última. As desvantagens revelam-se, dentre outras coisas, na maior mortalidade do trabalhador fabril | |XI|... Não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que ponto os homens trabalham *com* máquinas, ou até que ponto eles trabalham *como* máquinas. Ibid., p. 69.

Mas para o futuro da vida dos povos, as forças naturais desprovidas de sentido, que operam nas máquinas, serão nossas escravas e servas. Ibid., p. 74.

Nas fiações inglesas, estão ocupados apenas 158.818 homens e 196.818 mulheres. Nas fábricas de algodão do condado de Lancaster, para cada 100 trabalhadores há 103 trabalhadoras, e na Escócia, até mesmo 209. Nas fábricas de linho inglesas de Leeds contavam-se, para cada 100 trabalhadores masculinos, 147 femininos; em Dundee e na costa leste da Escócia, até mesmo 280 [mulheres para cada 100 homens]. Nas fábricas de seda inglesas, muitas trabalhadoras; nas fábricas de lã, que requerem maior força de trabalho, mais homens. Também nas fábricas de algodão norte-americanas estavam ocupados, no ano de 1833, cerca de 18.593 homens e não menos de 38.927 mulheres. Com as transformações no organismo do trabalho, coube, portanto, ao sexo feminino um novo círculo de afazeres

(*Erwerbsthätigkeit*)... as mulheres [ocupando] uma posição economicamente mais autônoma... ambos os sexos aproximados um do outro nas suas relações sociais. p. 71, 72, ibid.

Nas fiações inglesas movidas a vapor e água, trabalhavam no ano de 1835: 20.558 crianças entre 8 e 12 anos; 35.867 entre 12 e 13, e finalmente 108.208 entre 13 e 18 anos de idade. ... Sem dúvida, os posteriores progressos da mecânica, na medida que removem cada vez mais da mão humana todas as ocupações uniformes, atuam na direção de uma paulatina supressão | |XII| desse inconveniente. Todavia, no caminho destes mais rápidos avanços está a circunstância de que os capitalistas podem apropriar as forças das classes subalternas, até mesmo na idade infantil, da maneira mais fácil e mais barata, para servir-se delas e as usar *em lugar* dos recursos da mecânica. p. 70-71. *Schulz:* Movimento da produção (Bewegung der Production)

Apelo de Lord Brougham aos trabalhadores: 'Tornai-vos capitalistas!'... o mal é que milhões – apenas através de trabalho fatigante, corporalmente arruinante, moral e espiritualmente atrofiante – podem ganhar parcos meios de subsistência; que até mesmo essa infelicidade de ter encontrado um *tal* trabalho tenha de ser considerada uma felicidade. p. 60, ibid.

Para viver, portanto, os não-proprietários são obrigados a pôr-se direta ou indiretamente *a serviço* dos proprietários, quer dizer, sob a sua dependência. Pecqueur: Théorie nouvelle d'économie soc. etc., p. 409[33].

Criados – ordenados; trabalhadores – salários; empregados – vencimentos ou emolumentos. Ibid., p. 409-10[34].

"alugar o seu trabalho", "emprestar trabalho a juro", "trabalhar no lugar de outro".

---

[33] Pecqueur, Constantin. *Théorie nouvelle d'économie sociale et politique, ou études sur l'organisation des sociétés*, Paris, 1842, p. 409. [Em francês, no texto: "Pour vivre donc, les non-propriétaires sont obligés de se mettre directement ou indirectement *au service* des propriétaires, c-à-d. sous leur dépendance".]

[34] Pecqueur, Constantin. *Théorie nouvelle...*, cit., p. 409-410: "Ce sont alors des *domestiques*, et la part de richesses qu'ils reçoivent en retour s'appelle *gages*. Ils concourent avec eux ou sous leurs ordres à l'œuvre de production des richesses agricoles, manufacturières et commerciales; et alors ce sont des *ouvriers*: et la part de richesse qu'ils reçoivent se nomme *salaire*. Ils dirigent le travail, ou ils remplissent diverses fonctions de l'ordre intellectuel ou de surveillance qui assurent l'œuvre de production, pour le compte du propriétaire; et alors, sous le nom d'*employés*, ils obtiennent plus de considération, plus de stabilité dans leur fonction, que les ouvriers au jour ou à la semaine, et la part de richesse qui leur est échue prend le nom de *traitement* ou d'*émoluments*, et se paie au mois ou à l'année". Em francês, no texto: *Domestiques – gages; ouvriers – salaires; employés – traitement ou émoluments.*

"Alugar a matéria do trabalho", "emprestar a matéria do trabalho a juro", "fazer outro trabalhar no seu lugar". Ibid[35].

| XIII | esta constituição econômica condena os homens a ocupações de tal modo abjetas, a uma degradação de tal maneira desoladora e amarga, que a selvageria aparece, em comparação, como uma condição real[36]. Ibid., p. 417-418.

a prostituição da carne não-proprietária sob todas as formas. Ibid., p. 421[37]. Apanhador de farrapos (*Lumpensammler*).

Charles Loudon, no escrito Solution du problème de la population etc., Paris, 1842, declara o número de prostitutas na Inglaterra como algo em torno de 60 até 70.000; o número de mulheres de virtude duvidosa seria igualmente grande. p. 228[38].

A média de vida, na rua, dessas criaturas desafortunadas, depois de terem entrado na carreira do vício, é por volta de seis ou sete anos. De maneira que, para manter o número de 60 a 70.000 prostitutas deve haver, nos três

[35] Ibid., p. 411: "Des propriétaires qui prêtent à intérêt la matière du travail aux prolétaires. Or, emprunter du travail moyennant intérêt, c'est prêter la matière du travail à intérêt, tout comme emprunter la matière du travail à intérêt, c'est prêter son travail à intérêt. Et en définitive, faire quelqu'une de ces choses, c'est ou faire travailler autrui à sa place, ou travailler à la place d'autrui: 'ce qui est le point juste où se noue le nœud gordien de l'économie politique du passé, nœud fatal, qui constitue, avec l'esclavage ou avec la servitude mitigée, l'immoralité la plus flagrante, au dire de saint Paul, qui déclare que celui qui ne veut pas travailler n'a point le droit de manger. Ainsi donc tout se réduit à ces deux moments: *louer son travail* et *louer la matière du travail;* mais quelle différence entre ces deux modes de location! Louer son travail, c'est commencer son esclavage; louer la matière du travail, c'est constituer sa liberté". [Em francês, no texto: "louer son travail", "prêter son travail à l'intérêt", "travailler à la place d'autrui" (...) "louer la matière du travail", "prêter la matière du travail à l'intérêt", "faire travailler autrui à sa place".]

[36] Em francês, no texto: "cette constitution économique condamne des hommes à des métiers tellement abjects, à une dégradation tellement désolante et amère, que la sauvagerie apparaît, en comparaison, comme une royale condition". (N.T.)

[37] Pecqueur, Constantin. *Théorie nouvelle...*, cit., p. 418: "...parmi nous, la dignité humaine est si bas ravalée, que de cadavres vivants qu'on nomme *chiffonniers*, sortent quotidiennement de leur tombe à l'heure des ténèbres et s'en vont, munis d'une lanterne, d'un crochet et d'une hotte, à la recherche de guenilles, remuer et fouiller les tas d'immondices de nos riches et fastueuses cités! et tant d'ignominie pour gagner les plus pressantes nécessités d'une vie mourante!". Em francês, no texto: "la prostitution de la chair non-propriétaire sous toutes les formes". (N.T.)

[38] Loudon, Charles. *Solution du problème de la population et de la subsistance, soumise à un médecin dans une série de lettres*, Paris, 1842, p. 228: "je doute fort qu'il y ait beaucoup plus de 60 à 70.000 filles publiques dans les trois royaumes réunis. On peut estimer égal le nombre de femmes d'une vertu douteuse".

reinos, pelo menos 8 a 9.000 mulheres que se dedicam a esse infame ofício todos os anos, ou cerca de 24 novas vítimas por dia, o que dá a média *de uma* por hora; e, conseqüentemente, se a mesma proporção tiver lugar em toda a superfície do globo, deve haver constantemente um milhão e meio dessas infelizes. Ibid., p. 229[39].

a população dos miseráveis cresce com a sua miséria, e é no extremo limite da indigência que os seres humanos se apressam em maior número disputando o direito de sofrer. ... Em 1821, a população da Irlanda era de 6.801.827. Em 1831, ela subira para 7.764.010; são 14% de aumento em dez anos. No Leinster, província na qual a pobreza é menor, a população aumentou apenas 8%, ao passo que em Connaught, a província mais pobre, o aumento atingiu os 21% (*Extratos dos Relatórios Oficiais sobre a Irlanda Publicados na Inglaterra*, Viena, 1840.)" *Buret*, de la misère etc., t. I, p. 36-37[40].

A economia nacional considera o trabalho abstratamente como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria[41]: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço[42]: o que força a

[39] Ibid., p. 229. [Em francês, no texto: "La moyenne vie de ces infortunées créatures sur le pavé, après qu'elles sont entrées dans la carrière du vice, est d'environ six ou sept ans. De manière que pour maintenir le nombre de 60-à-70.000 prostituées, il doit y avoir, dans les 3 royaumes, au moins 8 à 9.000 femmes qui se vouent à cet infâme métier chaque année, ou environ 24 nouvelles victimes par jour, ce qui est la moyenne *d'une* par heure; et conséquemment, si la même proportion a lieu sur toute la surface du globe il doit y avoir constamment un million et demi de ces malheureuses". O grifo é de Marx.]

[40] Buret, Eugène. *De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France; de la nature de la misère, de son existence, de ses effets, de ses causes, et de l'insuffisance des remèdes qu'on lui a opposés jusqu'ici; avec l'indication des moyens propres a en affranchir les sociétés*, t. 1, Paris, 1840, p. 36. Em francês, no texto: "la population des misérables croît avec leur misère et c'est à la limite extrême du dénûment que les êtres humains se pressent en plus grand nombre pour se disputer le droit de souffrir. ... En 1821 la population de l'Irlande était de 6.801.827. En 1831, elle s'était élevée à 7.764.010; c'est 14% d'augmentation en dix ans. Dans le Leinster, province où il y a le plus d'aisance, la population n'a augmenté que de 8%, tandis que, dans le Connaught, province la plus misérable, l'augmentation s'est élevée à 21% (Extraits des Enquêtes publiées en Angleterre sur l'Irlande. Vienne, 1840.). E sobre a indicação destes extratos citados no interior da nota: *De l'agriculture et de la condition des agriculteurs en Irlande et dans la Grande Bretagne*. Viena/Paris, 1840. (*Extraits des enquêtes et des pièces officielles publiées en Angleterre par le parlement, depuis l'année 1833 jusqu'à ce jour*. Vol. 1.), p. 79-80, citado por Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 36-37.

[41] Em francês, no texto: le travail est une marchandise.

[42] Em francês, no texto: comme marchandise le travail doit de plus en plus baisser de prix.

isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores[43];...

A população trabalhadora, vendedora de trabalho, é forçosamente reduzida à parte mais fraca do produto ... A teoria do trabalho mercadoria será outra coisa que não uma teoria da servidão disfarçada?. L.c. p. 43.

Por que então não ter visto no trabalho senão um valor de troca?[44]. Ib., p. 44.

As grandes oficinas (*Ateliers*) compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos do que o [trabalho] dos homens. l.c.[45]

o trabalhador não está defronte àquele que o emprega na posição de um *livre vendedor*. ... o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho, e o trabalhador é sempre forçado a vendê-lo. O valor do trabalho é completamente destruído se não for vendido a cada instante. O trabalho não é suscetível nem de acumulação, nem mesmo de poupança, diferentemente das verdadeiras [mercadorias]. | | XIV |

O trabalho é a vida, e se a vida não se permutar todos os dias por alimentos, sofre e, em seguida, perece. Para que a vida do homem seja uma mercadoria é preciso, portanto, admitir a escravidão. p. 49-50, l.c.[46]

[43] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 42-43: "Suivant cette théorie, le travail est considéré abstraitement comme une chose, et l'économiste qui étudie les variations de l'offre et de la demande, oublie que la vie, la santé, la moralité de plusieurs millions d'hommes sont engagées dans la question; le travail est une marchandise: si le prix en est élevé, c'est que la marchandise est très-demandée; si, au contraire, il est très-bas, c'est qu'elle est très-offerte; et de cette façon, quand on spécule ainsi, rien ne vient troubler votre sang-froid ni déranger vos calculs. Comme marchandise, le travail doit de plus en plus baisser de prix; car la concurrence exerce une double pression pour le réduire, pression de la part de ceux qui emploient le travail et qui s'efforcent de l'obtenir au meilleur marché possible, au moyen de machines et d'inventions nouvelles; pression de la part des travailleurs, qui, agglomérés sur un même point et de plus en plus nombreux, offrent leur travail au rabais...".

[44] Em francês, no texto: "La population ouvrière, marchande de travail, est forcément réduite à la plus faible part du produit ... La théorie du travail marchandise est-elle autre chose qu'une théorie de servitude déguisée? (...) Pourquoi donc n'avoir vu dans le travail qu'une valeur d'échange?". (N.T.)

[45] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 44: "... si les grands ateliers achètent de préférence le travail des enfants et des femmes qui coûte moins que celui des hommes...".

[46] Ibid., p. 49-50. [Em francês, no texto: "le travailleur n'est point vis à vis de celui qui l'emploie dans la position d'un *libre vendeur*. ... le capitaliste est toujours libre d'employer le travail, et l'ouvrier est toujours forcé de le vendre. La valeur du travail est complètement détruite, s'il n'est pas vendu à chaque instant. Le travail n'est susceptible, ni d'accumulation, ni même d'épargne, à la différence des véritables [marchandises.] | | XIV | Le travail c'est la vie, et si la vie ne s'échange pas chaque jour contre des aliments, elle souffre et périt bientôt. Pour que la vie de l'homme soit une marchandise, il faut donc admettre l'esclavage". Colchetes no original em alemão; grifos de Marx.]

Se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades. Mas, mesmo segundo princípios da economia nacional, o trabalho não é mercadoria porque não é *o livre resultado de um mercado livre*[47]. O regime econômico atual

baixa ao mesmo tempo o preço e a remuneração do trabalho; ele aperfeiçoa o trabalhador e degrada o homem[48]. p. 52-53, l.c.

A indústria tornou-se uma guerra, e o comércio um jogo[49]. L.c., p. 62.

As máquinas de trabalhar o algodão[50] (na Inglaterra)[51] representam sozinhas 84.000.000 de artesãos.

A indústria encontrou-se até agora na situação de guerra de conquista:

ela esgotou a vida dos homens que compunham o seu exército com tanta indiferença como os grandes conquistadores. O seu objetivo era a posse da riqueza e não a felicidade dos homens. Buret, l.c., p. 20.

Esses interesses (econômicos) livremente abandonados a eles próprios ... devem necessariamente entrar em conflito; eles não têm outro árbitro que não a guerra, e as decisões da guerra dão a uns a derrota e a morte, para dar aos outros a vitória. ... é no conflito das forças opostas que a ciência procura a ordem e o equilíbrio: a *guerra perpétua* é, segundo ela, o único meio de obter a paz; essa guerra chama-se concorrência[52]. L.c., p. 23.

A guerra industrial, para ser conduzida com efeito, exige numerosos exércitos que ela possa juntar no mesmo ponto e dizimar abundantemente. E nem

[47] Ibid., p. 50: "... que le salaire n'était pas le résultat d'un libre marché, ou, si l'on veut, que le travail n'était pas une marchandise".

[48] Ibid., p. 52-53: "... le régime économique actuel ... abaisse à la fois et le prix et la rémunération du travail; il perfectionne l'ouvrier et dégrade l'homme".

[49] Em francês, no texto: "L'industrie est devenue une guerre et le commerce un jeu". (N.T.)

[50] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 193, nota de rodapé: "Les machines à travailler le coton représentant seules 84.000.000 d'ouvriers. Voy. *Mac-Culloch* et *Porter*; population".

[51] Intervenção de Marx em alemão ("in England") em meio ao texto francês. (N.T.)

[52] Em francês, no texto: "elle a prodigué la vie des hommes qui composaient son armée avec autant d'indifférence que les grands conquérants. Son but était la possession de la richesse et non le bonheur des hommes. (...) Ces intérêts (économiques) librement abandonnés à eux-mêmes ... doivent nécessairement entrer en conflit; ils n'ont d'autre arbitre que la guerre, et les décisions de la guerre donnent aux uns la défaite et la mort, pour donner aux autres la victoire. ... c'est dans le conflit des forces opposées que la science cherche l'ordre et l'équilibre: la *guerre perpétuelle* est selon elle le seul moyen d'obtenir la paix; cette guerre s'appelle la concurrence" (o grifo é de Marx). (N.T.)

por dedicação, nem por dever, os soldados desse exército suportam os esforços que lhe são exigidos: só para fugir da dura necessidade da fome. Eles não têm afeto nem reconhecimento pelos seus chefes; estes não se ligam aos seus subordinados por nenhum sentimento de benevolência; eles não os conhecem como seres humanos, mas apenas como instrumentos de produção, os quais têm de render tanto quanto possível e fazer tão poucas despesas quanto possível. Estas multidões de trabalhadores, cada vez mais pressionadas, não têm nem mesmo a despreocupação de estarem para sempre empregadas. A indústria, que os convocou a todos, somente os deixa viver enquanto precisa deles, e assim que pode libertar-se deles, ela os abandona sem a mínima hesitação; e os trabalhadores são forçados a ofertar a sua pessoa e a sua força pelo preço que se lhes quiser atribuir. Quanto mais o trabalho que se lhes dá é longo, penoso, repugnante, tanto menos eles são pagos; vêem-se alguns que, com 16 horas de trabalho por dia, sob esforço contínuo, mal compram o direito de não morrer. L.c. p. 68-69[53]. |

|XV| Nós temos a convicção ... partilhada pelos comissários encarregados do relatório sobre a condição dos tecelões manuais, de que as grandes cidades industriais perderiam, em pouco tempo, a sua população de trabalhadores, se não recebessem a cada instante dos campos vizinhos recrutamentos contínuos de homens sadios, de sangue novo[54]. p. 362 l.c. |

[53] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 68-69: "La guerre industrielle demande pour être menée avec succès des armées nombreuses qu'elle puisse entasser sur le même point et décimer largement. Et ce n'est ni par dévoûment, ni par devoir, que les soldats de cette armée supportent les fatigues qu'on leur impose; c'est uniquement pour échapper à la dure nécessité de la faim. Ils n'ont ni affection, ni reconnaissance pour leurs chefs; les chefs ne tiennent à leurs inférieurs par aucun sentiment de bienveillance; ils ne les connaissent pas comme hommes, mais seulement comme des instruments de production qui doivent rapporter beaucoup en dépensant le moins possible. Ces populations de travailleurs, de plus en plus pressées, n'ont pas même la sécurité d'être toujours employées; l'industrie qui les a convoquées ne les fait vivre que quand elle a besoin d'elles, et, sitôt qu'elle peut s'en passer, elle les abandonne sans le moindre souci; et les travailleurs, mis à la réforme, sont forcés d'offrir leur personne et leur force pour le prix qu'on veut bien leur accorder. Plus le travail qu'on leur donne est long, pénible e fastidieux, moins ils sont rétribués; on en voit qui, avec seize heures par jour d'efforts continus, achètent à peine le droit de ne pas mourir!".

[54] Em francês, no texto: "Nous avons la conviction ... partagée par les commissaires chargés de l'enquête sur la condition des tisserands à la main, que les grandes villes industrielles perdraient, en peu de temps, leur population de travailleurs, si elles ne recevaient à chaque instant des campagnes voisines des recrues continuelles d'hommes sains, de sang nouveau".

|I| GANHO DO CAPITAL[1]

1. O capital

1) Em que se baseia o *capital*, isto é, a propriedade privada dos produtos do trabalho alheio?

> Se o próprio capital não se reduz ao roubo ou à fraude, então necessita do concurso da legislação para sacralizar a herança. *Say*, t. I, p. 136, nota[2].

Como alguém se torna proprietário de fundos (*fonds*) produtivos? Como alguém se torna proprietário dos produtos que são criados por intermédio desses fundos?

> Mediante o *direito positivo*. *Say*, t. II, p. 4[3].

O que se ganha com o capital, com a herança de uma grande fortuna, por exemplo?

[1] Poder-sei-ia dizer que Marx refere-se aqui à propriedade exercida pelo capital sobre o trabalho e, a partir disso, às vantagens adquiridas por aquele sobre a distribuição desse mesmo ganho. Portanto, a versão, nesta tradução, de *Gewinn* por *ganho*, em vez de *lucro* (*Profit*), é uma tentativa de marcar a diferença entre os dois termos, pois este último seria uma vantagem adquirida a partir da propriedade do trabalho pelo capital, ou seja, uma das partes em que o ganho se divide. Isso não impede, porém, que Marx dispense, no decorrer do texto, tratamento semelhante às duas formas, uma vez que os autores que são suas fontes diretas não fazem, necessariamente, essa distinção. A respeito, vide nota nº 1 do primeiro item ("Salário") deste primeiro manuscrito. (N.T.)

[2] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*, 3ª ed., t. 1 & 2, Paris, 1817. T. 1, p. 136: "... en supposant même que le capital ne soit le fruit d'aucune spoliation ... il faut encore ... le concours de la législation pour en consacrer l'hérédité ...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*. In: MEGA, IV/2, cit., p. 306.30-34.

[3] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique*, cit., t. 2, p. 4: "Or, comment est-on propriétaire de ces fonds productifs? et par suite, comment est-on propriétaire des produits qui peuvent en sortir? Ici, le droit positif est venu ajouter sa sanction au droit naturel". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*, cit., p. 309.19-21.

Alguém que herda, por exemplo, uma grande fortuna, na verdade não ganha imediatamente, por intermédio disso, poder político. A espécie de poder que essa posse imediata e diretamente lhe transfere é o *poder de comprar*, que é um direito de comando (*Befehls*) sobre todo o trabalho de outros ou sobre todo o produto desse trabalho que existe, atualmente, no mercado. Smith, t. I, p. 61[4].

O capital é, portanto, o *poder de governo* (*Regierungsgewalt*) sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O poder *de comprar* (*kaufende Gewalt*) do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder.

Veremos mais tarde, primeiro, como o capitalista exerce o seu poder de governo sobre o trabalho através do capital, mas, depois, o poder de governo do capital sobre o próprio capitalista.

O que é o capital?

Uma certa quantidade de *trabalho armazenado* e posto de reserva. Smith, t. II, p. 312[5].

Capital é *trabalho armazenado*.

2) *fundos* (*fonds*), fundos (*Stock*), é cada acúmulo de produtos da terra e do trabalho manufaturado. Então, os fundos só se chamam *capital* se dão ao seu proprietário um rendimento ou ganho. Smith, t. II, p. 191[6].

2. O ganho do capital

O *lucro* ou *ganho do capital* é inteiramente diferente do *salário* [proveniente] *do trabalho* (*Arbeitslohn*). Esta diversidade manifesta-se de um modo duplo. Por um lado, os ganhos do capital regulam-se totalmente pelo valor

[4] Smith, Adam. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, cit., t. 1, p. 61: "... celui qui acquiert une grande fortune ou qui l'a par héritage, n'acquiert par-là nécessairement aucun pouvoir politique ... Le genre de pouvoir que cette possession lui transmet immédiatement et directement, c'est le pouvoir d'acheter; c'est un droit de commandement sur tout le travail d'autrui, ou sur tout le produit de ce travail existant alors au marché". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 339.12-16.

[5] Smith, Adam. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, cit., t. 2, p. 312 (o grifo é de Marx). "Une certaine quantité de *travail amassé* et mis en réserve". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 360.8-9.

[6] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 191: "De la nature des fonds (1) [nota de rodapé de Garnier:] ... il signifie tout amas quelconque des produits de la terre ou du travail des manufactures. ... Il ne prend le nom de *capital* que lorsqu'il rapporte à son propriétaire un revenu ou un profit quelconque". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 357.30-32. [Colchetes na edição alemã.]

do capital aplicado, mesmo que o trabalho de controle e direção possa ser o mesmo junto a capitais diversos. Além disso, some-se que, em grandes fábricas, este trabalho é todo confiado a um funcionário principal (*Hauptcommis*), cujo ordenado (*Gehalt*) não tem relação alguma com o | |II| capital cuja gestão ele controla. Ainda que o trabalho do proprietário se reduza aqui a quase nada, ele exige ainda lucros na proporção de seu capital. Smith, t. I, p. 97-99[7].

Por que o capitalista exige esta proporção entre ganho e capital?

Ele não teria nenhum *interesse* em empregar o trabalhador se não esperasse, da venda do serviço (*Werk*) deste último, mais do que é necessário para reembolsar os fundos (*fonds*) por ele adiantados para salários, e não teria *interesse* algum em aplicar uma soma grande em detrimento de uma pequena soma de fundos (*fonds*) se o seu lucro não estivesse em proporção com o volume dos fundos (*fonds*) aplicados. T. I, p. 97[8].

O capitalista extrai, portanto, em primeiro lugar, um ganho dos salários e, em segundo, da matéria-prima adiantada.

Qual a relação existente, então, entre o ganho e o capital?

Se já é difícil determinar a taxa média normal do salário em dado lugar e em dado tempo, mais difícil ainda é [determinar] o ganho dos capitais. Alteração no preço das mercadorias com as quais o capital negocia, felicidade ou infelicidade dos seus rivais e clientes; mil outros acasos aos quais as mercadorias estão expostas, tanto durante o transporte como nos armazéns, produzem uma mudança diária, quase horária, no lucro. Smith, t. I, p. 179-180[9].

Por impossível que seja, então, determinar com precisão o ganho dos capitais, pode-se fazer, contudo, uma idéia deles pelo *juro do dinheiro*. Se pode-se

[7] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 97-99: "Les profits des fonds ... sont cependant d'une nature absolument différente des salaires ... Ils se règlent en entier sur la valeur du capital employé ... Mais ... il se peut que leur travail d'inspection et de direction soit tout-à-fait le même ou très-approchant. Dans beaucoup de grandes fabriques souvent presque tout le travail de ce genre est confié à un principal commis. Ses salaires ... ne gardent jamais de proportion réglée avec le capital dont il surveille la régie; et le propriétaire de ce capital, bien qu'il se trouve par-là débarrassé de presque tout le travail, n'en compte pas moins que ses profits seront en proportion réglée avec son capital". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 341.32-39.

[8] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 97: "Il n'aurait pas d'intérêt à employer ces ouvriers, s'il n'attendait pas de la vente de leur ouvrage quelque chose de plus que ce qu'il fallait pour lui remplacer ses fonds, et il n'aurait pas d'intérêt à employer une grosse somme de fonds plutôt qu'une petite, si ses profits ne gardaient pas quelque proportion avec l'étendue des fonds employés". Vide Marx, Karl: *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 341.26-31.

[9] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 179-180: "Nous avons déjà observé qu'il était difficile de déterminer quel est le taux moyen des salaires du travail, dans un lieu et

fazer muito ganho com o dinheiro, dá-se muito pela capacidade de servir-se do seu; [agora,] se [pode-se fazer] pouco [ganho] através de sua mediação, [então, dá-se] pouco. Smith, t. I, p. 180-181[10].

A proporção que a taxa de juro habitual tem de manter com a taxa de ganho líquido muda necessariamente com a elevação ou a queda do ganho. Na Grã-Bretanha, avalia-se como o dobro do juro (*Interesse*) aquilo a que os comerciantes denominam *um lucro honesto, moderado, razoável*, expressões sonoras que nada querem dizer senão: um *lucro normal e usual*. Smith, t. I, p. 198[11].

Qual é a taxa *mais baixa* do ganho? Qual a sua [taxa] *mais elevada*?

A *taxa mais baixa* de ganho habitual dos capitais tem sempre de ser *algo mais* do que o necessário para compensar as perdas ocasionais às quais está sujeita toda aplicação de capital. Este excedente (*surplus*) é propriamente o ganho ou o lucro líquido. O mesmo se passa com a taxa mais baixa do juro. Smith, t. I, p. 196[12]. |

dans un temps particulier. ... mais ceci même ne peut guère s'obtenir à l'égard des profits de capitaux. ... Ce profit se ressent, non-seulement de chaque variation qui survient dans le prix des marchandises sur lesquelles elle commerce, mais encore de la bonne ou mauvaise fortune de ses rivaux et de ses pratiques, et de mille autres accidents auxquels les marchandises sont exposées, soit dans leur transport par terre ou par mer, soit même quand on les tient en magasin. Il varie donc, non-seulement d'une année à l'autre, mais même d'un jour à l'autre, et presque d'heure en heure". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 349.15-21.

[10] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 180-181: "Mais quoiqu'il soit peut-être impossible de déterminer avec quelque précision quels sont ou quels ont été les profits moyens des capitaux, soit à présent, soit dans les temps anciens, cependant on peut s'en faire quelque idée d'après l'intérêt de l'argent. On peut établir pour maxime que partout où on pourra faire beaucoup de profits par le moyen de l'argent, on donnera communément beaucoup pour avoir la faculté de s'en servir, et qu'on donnera en général moins quand il n'y aura que peu de profits à faire par son moyen". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 349.21-25.

[11] Smith, Adam. *Recherches....*, cit., t. 1, p. 198: "La proportion que le taux ordinaire de l'intérêt, au cours de la place, doit garder avec le taux ordinaire du profit net, varie nécessairement, selon que le profit hausse ou baisse. Dans la Grande-Bretagne, on porte au double de l'interêt ce que les commerçants appellent un profit *honnête, modéré, raisonnable; toutes expressions qui, à mon avis*, ne signifient autre chose qu'un profit commun et d'usage". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 350.37-351.2.

[12] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 196: "Le taux le plus bas des profits ordinaires des capitaux doit toujours être quelque chose au-delà de ce qu'il faut pour compenser les pertes accidentelles auxquelles est exposé chaque emploi de capital. Il n'y a que ce surplus qui constitue vraiment le profit ou le bénéfice net. ... Il faut aussi que le taux le plus bas de l'intérêt ordinaire soit quelque chose au-delà de ce qui est suffisant pour

| III | A *taxa mais elevada* a que podem subir os ganhos habituais é aquela que, na maioria das mercadorias, extrai a *totalidade da renda da terra* e reduz o salário da mercadoria produzida ao *preço mais baixo*, à mera subsistência do trabalhador durante o trabalho. O trabalhador tem sempre de ser alimentado, de uma ou de outra maneira, enquanto estiver empregado num trabalho diário; a renda fundiária pode ficar inteiramente suprimida. Exemplo: em Bengala, o pessoal da companhia indiana de comércio. Smith, t. I, p. 197-198[13].

Fora todas as vantagens de uma baixa concorrência que o capitalista, nesta situação, pode *explorar*, ele pode manter, de um modo honesto, o preço de mercado acima do preço natural.

Primeiro através do *segredo comercial*, se o mercado estiver muito afastado daqueles que o freqüentam: nomeadamente, por manter em segredo a alteração do preço, a sua elevação acima do nível natural. Este manter em segredo tem como resultado o fato de outros capitalistas não investirem seu capital nesse mesmo ramo comercial.

Depois, através do *segredo de fabricação* (*Fabrikgeheimnis*), através do qual o capitalista com menos custos de produção oferece a sua mercadoria pelo mesmo preço, ou mesmo por preços mais baixos que os seus concorrentes, com mais lucro. (A trapaça através da manutenção em segredo não é imoral? Negócio da bolsa). *E ainda*: onde a produção está ligada a uma determinada localidade (como por exemplo o vinho seleto), e a *procura efetiva* nunca pode ser satisfeita. *Finalmente* mediante o *monopólio* de indivíduos e companhias. O preço de monopólio é tão alto quanto possível. *Smith*, t. I, p. 120-124[14].

compenser les pertes accidentelles...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 350.17-22.

[13] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 197-198: "Le taux le plus élevé auquel puissent monter les profits ordinaires, est celui qui, dans la plus grande partie des marchandises, emporte la totalité de ce qui devrait aller à la rente de la terre, et laisse seulement ce qui est nécessaire pour salarier le travail de préparer la marchandise et de la conduire au marché, au taux le plus bas auquel le travail puisse jamais être payé, c'est-à-dire, la simple subsistance de l'ouvrier. Il faut toujours que, de manière ou d'autre, l'ouvrier ait été nourri pendant le temps que l'ouvrage lui a employé; mais il peut très-bien se faire que le propriétaire de la terre n'ait pas eu de rente. Les profits du commerce que tiennent au Bengale les employés de la compagnie des Indes orientales, ne sont peut-être pas très-éloignés de ce taux excessif". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 350.29-36.

[14] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 120-124: "quelque le *prix de marché* de chaque marchandise particulière tende ainsi, par une gravitation continuelle ... tenir assez longtemps de suite le *prix de marché* au dessus du *prix naturel*. Lorsque, par une augmentation dans la demande effective, le *prix de marché* de quelque marchandise particulière vient à s'élever considérablement au dessus du *prix naturel*, ceux qui emploient leurs capitaux

Outras causas acidentais que podem elevar o ganho do capital.

Aquisição de novos territórios ou novos ramos de comércio aumentam amiúde, mesmo num país rico, o ganho dos capitais porque retiram uma parte dos capitais dos antigos ramos de comércio, diminuem a concorrência, fazem com que o mercado receba menos mercadorias cujo preço em seguida elevam; os impulsionadores do comércio (*Handelstreibenden*) podem pagar com elas, nesse caso, o dinheiro emprestado com juros mais altos. Smith, t. I, p. 190[15].

Quanto mais uma mercadoria é elaborada, objeto da manufatura, tanto mais sobe a parte do preço que se decompõe em salário e lucro se comparada com a parte que se decompõe em renda da terra. No progresso que o trabalho manual exerce sobre esta mercadoria, não só aumenta o volume dos ganhos, como cada ganho subseqüente é maior do que o precedente porque o capital, a partir do qual | |IV| ele tem origem, é necessariamente cada vez maior. O

à fournir le marché de cette marchandise, ont en général grand soin de cacher ce changement. S'il était bien connu, leurs grands profits leur susciteraient tant de nouveaux rivaux qui seraient tentés d'employer leurs capitaux de la même manière, que la demande effective étant pleinement remplie, le *prix de marché* redescendrait bientôt au *prix naturel*, et peut-être même au dessous pour quelque temps. Si le marché est à une grande distance de ceux qui le fournissent, ils peuvent quelquefois être à même de garder leur secret pendant plusieurs années de suite, et jouir pendant tout ce temps de leurs profits extraordinaires, sans éveiller de nouveaux rivaux. ... Les secrets de fabrique sont de nature à être gardés plus long-temps que les secrets de commerce. ... Son gain extraordinaire procède du haut prix qu'on lui paie pour son travail particulier; ce gain consiste proprement dans les hauts salaires de ce travail. Mais comme ils se trouvent être répétés sur chaque partie de son capital, et que leur somme totale conserve, à ce moyen, une proportion réglée avec ce capital, on les regarde communément comme des profits extraordinaires de capital. ... Il y a telles productions naturelles qui exigent un sol et une exposition particulière, de sorte que toute la terre propre à les produire dans un grand pays, ne suffit pas pour répondre à la demande effective. ... Un monopole accordé à un individu ou à une compagnie commerçante a le même effet qu'un secret dans un genre de commerce ou de fabrique. ... Le *prix de monopole* est, à tous les moments, le plus haut qu'il soit possible de retirer". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 344.15-24.

[15] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 190: "L'acquisition d'un nouveau territoire ou de quelques nouvelles branches de commerce peut quelquefois élever les profits des capitaux, et avec eux l'intérêt de l'argent, même dans un pays qui fait des progrès rapides vers l'opulence. ... Une partie de ce qui était auparavant employé dans d'autres commerces, en est nécessairement retirée pour être versée dans ces affaires nouvelles qui sont plus profitables; ainsi, dans toutes ces anciennes branches de commerce, la concurrence devient moindre qu'auparavant. Le marché vient à être moins complètement fourni de plusieurs différentes sortes de marchandises. Le prix de celles-ci hausse nécessairement plus ou moins, et rend un plus gros profit à ceux qui en trafiquent; ce qui les met dans le cas de payer un intérêt plus fort des prêts qu'on leur fait". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 349.34-350.2.

capital que põe no trabalho os tecelões é necessariamente sempre maior do que aquele que faz os fiandeiros trabalharem, porque não só reembolsa o último capital com os seus ganhos como, além disso, ainda paga o salário do tecelão – e é necessário que os ganhos estejam sempre numa espécie de proporção com o capital. T. I, 102-103[16].

O progresso que, portanto, o trabalho humano realiza sobre o produto natural (e que constitui o produto natural elaborado), não eleva o salário, mas, em parte, o número de capitais passíveis de ganho e, em parte, a proporção de cada capital subseqüente com o anterior.

Sobre o ganho que o capitalista retira da divisão do trabalho, [falaremos] mais tarde[17].

Ele ganha duplamente: primeiro, com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto.

Numa mesma sociedade, a taxa média do ganho do capital está muito mais próxima do mesmo nível, do que o salário das diferentes espécies de trabalho. T. I, p. 228[18].

Junto às diversas aplicações do capital, a taxa normal do ganho muda segundo a maior ou menor certeza do retorno do capital. A taxa do ganho eleva-se com o risco (*risque*), ainda que não numa proporção integral. T. I, p. 226-227[19].

---

[16] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 102-103: "A mesure qu'une marchandise particulière vient à être plus manufacturée, cette partie du prix qui se résout en *salaires* et en *profits*, devient plus grande à proportion de la partie/ qui se résout en *rente*. Dans les progrès que fait la main-d'œuvre sur cette marchandise, non-seulement le nombre des profits augmente, mais chaque profit subséquent est plus grand que le précédent, parce que le capital d'où il procède est nécessairement toujours plus grand. Le capital qui met en œuvre les tisserands, par exemple, est nécessairement plus grand que celui qui fait travailler les fileurs parce que non-seulement il remplace ce dernier capital avec ses profits, mais il paie encore en outre les salaires des tisserands; et, comme nous l'avons vu, il faut toujours que les profits gardent une sorte de proportion avec le capital". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 342.5-15.

[17] Vide Marx, Karl. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*, MEGA, I, 2 (Apparat), cit., p. 223.15-226.26 e 349.21-350.39.

[18] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 228: "... dans une même société ou canton, le taux moyen des profits ordinaires dans les différents emplois des capitaux se trouvera bien plus proche du même niveau, que celui des salaires pécuniaires des diverses espèces de travail...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 352.29-31.

[19] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 226-227: "Dans tous les divers emplois de capitaux, le taux ordinaire du profit varie plus ou moins, suivant le plus ou moins de certitude des rentrées. ... Le taux ordinaire du profit s'élève toujours plus ou moins avec le risque.

Compreende-se por si mesmo que os ganhos do capital também sobem mediante a facilitação ou baixa dispendiosidade dos meios de circulação (por exemplo, papel-moeda).

3. A dominação do capital sobre o trabalho e os motivos do capitalista

O único motivo que determina o possuidor de um capital a empregá-lo, seja na agricultura seja na manufatura, ou num ramo particular do comércio por atacado (*en gros*) ou varejista (*en détail*), é o ponto de vista de seu próprio lucro. Nunca lhe vem à mente calcular quanto *trabalho produtivo* todas essas diversas espécies de aplicação põem em atividade ou quanto é acrescentado em | |V| valor ao produto anual das propriedades agrícolas e [ao produto anual] do trabalho de seu país. *Smith*, t. II, p. 400-401[20].

Para o capitalista, a aplicação mais útil do capital é aquela que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho. Esta aplicação não é sempre a mais útil para a sociedade; a mais útil é aquela que é empregada para extrair benefícios (*Nutzen*) das forças produtivas da natureza. *Say*, t. II, p. 130-131[21].

As mais importantes operações do trabalho são reguladas e dirigidas segundo os planos e as especulações daqueles que aplicam os capitais; e o objetivo que eles pressupõem em todos estes planos e operações é o *lucro*. Portanto: a taxa de lucro não sobe, como a renda da terra e o salário, com a prosperidade da sociedade, e não cai, como aqueles, com o declínio desta última. Pelo contrário, esta taxa é naturalmente baixa nos países ricos e alta nos países pobres; e nunca é tão alta como nos países que mais rapidamente caminham em direção à ruína. O interesse desta classe não tem,

Il ne parait pas pourtant qu'il s'élève à proportion du risque, ou de manière à le compenser parfaitement". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 352.24-27.

[20] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 400-401: "Le seul motif qui détermine le possesseur d'un capital à l'employer plutôt dans l'agriculture ou dans les manufactures, ou dans quelque branche particulière de commerce en gros ou en détail, c'est la vue de son propre profit. Il n'entre jamais dans sa pensée de calculer combien chacun de ces différents genres d'emploi mettra de travail productif en activité, ou ajoutera de valeur au produit annuel des terres et du travail de son pays". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 364.1-7.

[21] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique...*, cit., t. 2, p. 130-131: "L'emploi de capital le plus avantageux pour le capitaliste est celui qui, à sûreté égale, lui rapporte le plus gros profit; mais cet emploi peut ne pas être le plus avantageux pour la société ... tous les capitaux employés à tirer parti des forces productives de la nature sont les plus avantageusement employés". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*, cit., p. 313.18-22.

portanto, como as outras duas, a mesma ligação com o interesse geral da sociedade. ... O interesse particular daqueles que exploram um ramo do comércio ou da manufatura é, em certo sentido, sempre diferente do [interesse] do público e, freqüentemente, até mesmo contraposto a ele de maneira hostil. O interesse do comerciante é sempre o de ampliar o mercado e limitar a concorrência dos vendedores. ... Esta é uma classe de gente cujo interesse jamais será exatamente o mesmo que o da sociedade, [de gente] que tem em geral um interesse, o de enganar e sobrecarregar o público. T. II, p. 163-165, Smith[22].

4. A acumulação de capitais e a concorrência entre os capitalistas

O *aumento dos capitais*, que eleva o salário, tende a diminuir o ganho do capitalista em virtude da *concorrência* entre os capitalistas. T. I, p. 179, Smith[23].

Se, por exemplo, o capital que é necessário para o negócio de mercearia (*Epiceriegeschäft*) de uma cidade se encontrar repartido entre dois diferentes merceeiros (*Epiciers*), então a concorrência fará com que cada um deles venda mais barato do que se o capital tivesse se encontrado nas mãos de um único; e [se o capital se encontrar] repartido entre 20 [merceeiros] | |VI|, a concorrência será certamente mais operante e tanto menor será a possibilidade de

[22] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 163-165: "Les opérations les plus importantes du travail sont réglées et dirigées d'après les plans et les spéculations de ceux qui emploient les capitaux; et le but qu'ils se proposent dans tous ces plans et ces spéculations, c'est le profit. Or, le taux du profit ne hausse point, comme la rente et les salaires, avec la prospérité de la société, et ne tombe pas, comme eux, avec sa décadence. Au contraire, ce taux est naturellement bas dans les pays riches, et haut dans les pays pauvres; et jamais il n'est si haut que dans ceux qui se précipitent le plus rapidement vers leur ruine. L'intérêt de cette troisième classe n'a donc pas la même liaison que celui des deux autres, avec l'intérêt général de la société. ... Cependant l'intérêt particulier de ceux qui exercent une branche particulière de commerce ou de manufacture, est toujours, à quelques égards, différent et même contraire à celui du public. L'intérêt du marchand est toujours d'agrandir le marché et de restreindre la concurrence des vendeurs. ... Cette proposition vient d'une classe de gens dont l'intérêt ne saurait jamais être exactement le même que l'intérêt de la société, qui ont en général intérêt à tromper le public et même à le surcharger...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 356.31-40 e 357.17-20, 24-26.

[23] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 179: "L'accroissement des capitaux qui fait hausser les salaires, tend à abaisser les profits. Quand les capitaux de beaucoup de riches commerçants sont versés dans un même genre de commerce, leur concurrence mutuelle tend naturellement à en faire baisser les profits...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 349.13-15.

que eles possam se entender entre si para elevar o preço das suas mercadorias. Smith, t. II, p. 372-373[24].

Agora que já sabemos que os preços de monopólio são tão altos quanto possível, uma vez que o interesse do próprio capitalista, do ponto de vista da economia nacional comum, se defronta hostilmente com a sociedade, uma vez que a elevação do ganho do capital afeta, como o juro composto, o preço da mercadoria (Smith, t. I, p. 201)[25], então a *concorrência* é o único socorro contra os capitalistas, concorrência que, segundo a informação da economia nacional, atua tão beneficamente sobre a elevação do salário, assim como sobre o barateamento das mercadorias em favor do público consumidor.

No entanto, a concorrência só é possível porque os capitais se multiplicam e, sem dúvida, em muitas mãos. A formação de muitos capitais só é possível mediante uma acumulação multilateral porque, em geral, o capital só surge por acumulação, e a acumulação multilateral transforma-se necessariamente em [acumulação] unilateral. A concorrência entre os capitais aumenta a acumulação entre os capitais. A acumulação, que sob a dominação da propriedade privada é *concentração* do capital em poucas mãos, é geralmente uma conseqüência necessária quando os capitais são abandonados ao seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente caminho livre a esta determinação natural do capital.

Ouvimos [dizer] que o ganho do capital é proporcional à sua grandeza. Abstraindo primeiro totalmente da concorrência deliberada, um grande capital acumula-se, portanto, proporcionalmente à sua grandeza, muito mais depressa do que um pequeno capital. |

| VIII | De acordo com isso, e abstraindo já totalmente da concorrência, a acumulação do grande capital é muito mais rápida do que a do pequeno. Mas avancemos um pouco mais no processo.

Com o aumento dos capitais diminuem, por intermédio da concorrência, os lucros dos capitais. Sofre, portanto, em primeiro lugar, o pequeno capitalista.

---

[24] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 372-373: "Ainsi le capital qu'on peut employer au commerce d'épicerie, ne saurait excéder ce qu'il faut pour acheter cette quantité. Si ce capital se trouve partagé entre deux différents épiciers, la concurrence fera que chacun d'eux vendra à meilleur marché que si le capital eût été dans les mains d'un seul; et s'il est divisé entre vingt, la concurrence en sera précisément d'autant plus active, et il y aura aussi d'autant moins de chance qu'ils puissent se concerter entr'eux pour hausser le prix de leurs marchandises". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 361.33-39.

[25] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 201: "La hausse des salaires opère en haussant le prix d'une marchandise, comme opère l'intérêt simple dans l'accumulation d'une dette. La hausse des profits opère comme l'intérêt composé". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 351.24-27.

O aumento dos capitais num grande número de capitais pressupõe riqueza progressiva do país.

Num país que alcançou um estágio muito alto de riqueza, a taxa normal do ganho é tão pequena que a taxa de juros que este ganho permite pagar é demasiado baixa para que outros, que não as pessoas mais ricas, possam viver do juro do dinheiro. Todas as pessoas de fortuna média têm, portanto, de aplicar elas próprias o seu capital, fazer negócios ou interessar-se por um ramo qualquer de comércio. Smith, t. I, p. 196-197[26].

Esta situação é a situação predileta da economia nacional.

A proporção existente entre a soma dos capitais e dos rendimentos (*Revenuen*) determina por toda a parte a proporção em que se encontram a indústria e a ociosidade; onde os capitais ganham, domina a indústria; onde os rendimentos [ganham, domina] a ociosidade. T. II, p. 325, Smith[27].

Que acontece com a aplicação do capital nesta concorrência intensificada?

Com o aumento dos capitais tem de tornar-se sucessivamente maior a quantidade dos fundos que se emprestam a juro (*fonds à prêter à intérêt*); com o aumento destes fundos (*fonds*), torna-se menor o juro do dinheiro, 1) porque o preço de mercado de todas as coisas cai quanto mais a sua quantidade aumenta, 2) porque *com o aumento dos capitais num país, torna-se mais difícil* colocar um novo capital de forma vantajosa. Surge uma concorrência entre os diferentes capitais quando o possuidor de um capital faz todos os esforços possíveis para se apossar do lugar/negócio que se encontra ocupado por um outro capital. Mas, na maior parte das vezes, ele não pode esperar deslocar de seu lugar este outro capital, a não ser mediante a oferta de melhores condições para negociar. Ele tem de não somente vender as coisas mais barato, como também, freqüentemente, a fim de encontrar o momento mais favorável à venda, comprá-las mais caro. Quanto mais fundos (*fonds*) forem destinados à conservação do trabalho produtivo, tanto maior será a procura por trabalho: os trabalhadores encontram facilmente ocupação | | IX |, mas os capitalistas têm dificuldade em

---

[26] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 196-197: "Dans un pays qui est parvenu au comble de sa mesure de richesse ... comme le taux ordinaire du profit net y sera très-petit, il s'ensuivra que le taux de l'intérêt ordinaire que ce profit pourra suffire à payer, sera trop bas pour qu'il soit possible, à d'autres qu'aux gens très-riches, de vivre de l'intérêt de leur argent. Tous les gens de fortune bornée ou médiocre seront obligés de diriger par leurs mains l'emploi de leurs capitaux. Il faudra absolument que tout homme à peu près soit dans les affaires ou intéressé dans quelque genre de commerce". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 350.23-28.

[27] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 325: "C'est ... la proportion existante entre la somme des capitaux et celle des revenus qui détermine partout la proportion dans laquelle se trouveront l'industrie et la fainéantise: partout où les capitaux l'emportent, c'est l'industrie qui domine; partout où ce sont les revenus, la fainéantise prévaut". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 360.19-23.

encontrar trabalhadores. A concorrência dos capitalistas faz subir o salário e baixar os ganhos. T. II, p. 358-359, Smith[28].

O pequeno capitalista tem, portanto, a escolha: 1) ou consumir totalmente (*aufessen*) o seu capital, posto que ele não pode mais viver dos juros; portanto, deixar de ser capitalista; ou 2) montar ele próprio um negócio, vender mais barato sua mercadoria e comprar mais caro do que o capitalista mais rico e pagar um salário elevado; portanto, arruinar-se, dado que o preço de mercado, mediante a pressuposta elevada concorrência, já está baixo demais. Se, ao contrário, o grande capitalista quer derrubar o pequeno, tem perante este último todas as vantagens que o capitalista, como capitalista, tem perante o trabalhador. Os ganhos menores lhe são compensados através da maior quantidade do seu capital, e ele pode inclusive suportar prejuízos momentâneos por um tempo, até que o pequeno capitalista esteja arruinado e ele se veja livre dessa concorrência. Assim, ele acumula os ganhos do pequeno capitalista.

E ainda: o grande capitalista compra sempre mais barato do que o pequeno, porque ele compra em grande quantidade. Portanto, pode vender mais barato, sem prejuízo.

Mas, se a queda do juro do dinheiro transforma os capitalistas médios de pessoas que vivem de rendimentos (*Rentiers*) em homens de negócios, então, ao contrário, o aumento de capitais comerciais e o menor ganho daí procedente provocam a queda do juro do dinheiro.

[28] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 358-359: "... à mesure que les capitaux se multiplient, la quantité de *fonds à prêter à intérêt* devient successivement de plus en plus grande. A mesure que la quantité des *fonds à prêter à intérêt* vient à augmenter, l'*intérêt* ... va nécessairement en diminuant, non-seulement en vertu de ces causes générales qui font que le *prix de marché* de toutes choses diminue à mesure que la quantité de ces choses augmente, mais encore en vertu d'autres causes qui sont particulières à ce cas-ci. A mesure que les capitaux se multiplient dans un pays, le profit qu'on peut faire en les employant diminue nécessairement: il devient successivement de plus en plus difficile de trouver dans ce pays une manière profitable d'employer un nouveau capital. En conséquence il s'élève une concurrence entre les différents capitaux; le possesseur d'un capital faisant tous ses efforts pour s'emparer de l'emploi qui se trouve occupé par un autre. Mais le plus souvent il ne peut espérer de débusquer de son emploi cet autre capital, sinon par des offres de traiter à de meilleures conditions. Il se trouve obligé, non-seulement de vendre la chose sur laquelle il commerce quelque peu meilleur marché, mais encore, pour trouver occasion de la vendre, il est quelquefois aussi obligé de l'acheter plus cher. Le fonds destiné à l'entretien du travail productif grossissant de jour en jour, la demande qu'on fait de ce travail devient aussi de jour en jour plus grande: les ouvriers trouvent aisément de l'emploi, mais les possesseurs de capitaux ont de la difficulté à trouver des ouvriers à employer. La concurrence des capitalistes fait hausser les salaires du travail et fait baisser les profits". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 360.33-361.13.

Na medida em que o benefício que se pode tirar do uso de um capital diminuir, diminui necessariamente o preço que se pode pagar pelo uso desse capital. T. II, p. 359, *Smith*[29].

Quanto mais a riqueza, a indústria e a população aumentam, tanto mais diminui o juro do dinheiro e, portanto, o ganho dos capitalistas; mas os próprios [capitais] aumentam mesmo assim e ainda mais depressa do que antes, apesar da diminuição dos ganhos. Um grande capital, ainda que de pequenos ganhos, aumenta, de maneira geral, muito mais depressa do que um pequeno capital com grandes ganhos. Dinheiro faz dinheiro, diz o provérbio. T. I, p. 189[30].

Se, portanto, a esse grande capital agora fazem frente pequenos capitais com pequenos ganhos, como acontece na situação pressuposta de forte concorrência, ele os esmaga completamente.

Nesta concorrência, a conseqüência necessária é, então, a deterioração geral das mercadorias, a adulteração, a produção enganosa, a contaminação universal, tal como ela se manifesta nas grandes cidades.

|X| Uma circunstância importante na concorrência entre grandes e pequenos capitais é, além disso, a relação de *capital fixo* (*capital fixe*) e *capital circulante* (*capital circulant*).

Capital circulant é um capital que é aplicado na produção de meios de vida, manufatura ou comércio. Este capital assim investido não dá ao seu dono rendimento (*Revenu*) ou lucro enquanto permanece sob sua posse ou prossegue sob a mesma forma. Sai constantemente de sua mão sob uma determinada forma para regressar sob outra, e só proporciona lucro por meio desta circulação ou dessa sucessiva transformação e permuta (*Vertauschung*). *Capital fixe* consiste no capital empregado no melhoramento de terras, na

[29] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 359: "Or, lorsque le bénéfice qu'on peut retirer de l'usage d'un capital se trouve ainsi pour ainsi dire rogné à la fois par les deux bouts, il faut bien nécessairement que le prix qu'on peut payer pour l'usage de ce capital diminue en même temps que ce bénéfice". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 361.13-15.

[30] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 189: "A mesure de l'augmentation des richesses, de l'industrie et de la population, l'intérêt a diminué. Les salaires du travail ne baissent pas comme les profits des capitaux. La demande de travail augmente avec l'accroissement des capitaux, quels que soient les profits; et après que ces profits ont baissé, les capitaux n'en augmentent pas moins; ils continuent même à augmenter bien plus vite qu'auparavant. Il en est des nations industrieuses qui sont en train de s'enrichir, comme des individus industrieux. Un gros capital, quoiqu'avec de petits profits, augmente en général plus promptement qu'un petit capital avec de gros profits. *L'argent fait l'argent, dit le proverbe*". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 349.27-32.

compra de máquinas, instrumentos, ferramentas e coisas semelhantes. *Smith*, p. 197-198[31].

Toda poupança na manutenção do capital fixo é um acréscimo no ganho líquido. O capital total de cada empreendedor de um trabalho divide-se necessariamente entre seu capital fixo e seu capital circulante. Na igualdade da soma, uma parte será tanto menor quanto maior for a outra. O capital circulante fornece-lhe a matéria e o salário (*Salaire*) do trabalho, e põe a indústria em atividade. Portanto, cada economia (*Ersparnis*) em capital fixo, que não diminua a força produtiva do trabalho, aumenta os fonds. T. II, p. 226, *Smith*[32].

Vê-se de antemão que a relação de capital fixo e capital circulante é muito mais favorável aos grandes do que aos pequenos capitalistas. Um banqueiro muito grande necessita apenas de forma insignificante de mais capital fixo do que um muito pequeno. O seu capital fixo restringe-se ao escritório (*Comptoirstube*). Os intrumentos de um grande proprietário rural (*Landgutsbesitzers*) não aumentam na proporção da grandeza de sua terra (*Grundstück*). Da mesma forma, o crédito que um grande capitalista possui, comparado ao mais pequeno, é uma poupança um tanto maior no capital fixo, quer dizer, no dinheiro que ele tem de ter sempre disponível. Compreende-se, por fim, que onde o trabalho industrial alcançou um grau elevado e, portanto, quase todo trabalho manual tornou-se trabalho fabril, ao pequeno capitalista não basta todo o seu capital para possuir o capital fixo necessário. É sabido que os trabalhos da agricultura em grandes propriedades não ocupam habitualmente mais do que um pequeno número de braços[33].

[31] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 197-198: "Il y a deux manières différentes d'employer un capital pour qu'il rende un revenu ou profit à celui qui l'emploie. D'abord, on peut l'employer à faire croître des denrées, à les manufacturer ou à les acheter pour les revendre avec profit. Le capital employé de cette manière ne peut rendre à son maître de *revenu* ou de *profit*, tant qu'il reste en sa possession ou tant qu'il continue à rester sous la même forme. ... Ce capital sort continuellement de ses mains sous une forme pour y rentrer sous une autre, et ce n'est qu'au moyen de cette circulation ou de ces échanges successifs qu'il peut lui rendre quelque profit. Des capitaux de ce genre peuvent donc être très-proprement nommés *capitaux circulants*. En second lieu, on peut employer un capital à améliorer des terres ou à acheter des machines utiles et des instruments de métier, ou d'autres choses semblables qui puissent donner un revenu ou profit, sans changer de maître ou sans qu'elles aient besoin de circuler davantage: ces sortes de capitaux peuvent donc très-bien être distingués par le nom de *capital fixes*". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 359.8-18.

[32] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 226: "... toute épargne dans la dépense d'entretien du *capital fixe* est une bonification du revenu net de la société. La totalité du capital de l'entrepreneur d'un ouvrage quelconque est nécessairement partagée entre son *capital fixe* et son *capital circulant*. Tant que son capital total reste le même, plus l'une des deux parts est petite, plus l'autre sera nécessairement grande. C'est le *capital circulant* qui fournit les matières et les salaires du travail, et qui met l'industrie en activité. Ainsi toute épargne dans la dépense d'entretien du *capital fixe*, qui ne diminue pas dans le travail la puissance productive, doit augmenter le fonds...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 345.32-39.

Em geral, com a acumulação de grandes capitais, encontra-se, proporcionalmente, também uma concentração e uma simplificação do lugar do capital fixo em relação ao capitalista mais pequeno. O grande capitalista introduz para si uma espécie / | XI | de organização dos instrumentos de trabalho.

Igualmente, no âmbito da indústria, cada manufatura e [cada] fábrica já é uma ligação mais extensa de uma grande riqueza coisal (*sächlichen Vermögens*) com numerosas e multíplices capacidades intelectuais e habilidades técnicas para um objetivo *comum* da produção. ... Onde a legislação mantém, em massa, a propriedade da terra, o excedente de uma população crescente amontoa-se nas oficinas, e é, portanto, tal como na Grã-Bretanha, no terreno da indústria, principalmente, que se acumula a maior quantidade de proletários. Mas onde a legislação admite a contínua divisão do solo, aí aumenta, como na França, o número de pequenos e endividados proprietários que, pelo contínuo parcelamento, são atirados à classe dos indigentes e descontentes. Finalmente, se esse parcelamento e sobre-endividamento forem levados a um grau elevado, então a grande posse da terra volta a engolir a pequena, tal como a grande indústria aniquila a pequena; e, posto que novamente voltam a se formar maiores complexos de bens (*Gütercomplexe*), também a quantidade de trabalhadores sem posses, simplesmente desnecessários à cultura do solo, é novamente atirada à indústria[34]. p. 58-59, Schulz. Movimento da produção.

A natureza das mercadorias da mesma espécie (*Art*) torna-se outra mediante a modificação da maneira (*Art*) de produção e, notadamente, mediante a aplicação do sistema de máquinas. Só pela eliminação da força humana se tornou possível fiar, de uma libra de algodão no valor de 3 xelins e 8 dinheiros, 350 meadas com o comprimento de 167 milhas inglesas (ou 36 milhas alemãs), e com valor comercial de 25 guinéus. Ibid. p. 62.

Em média, de 45 anos para cá, os preços dos produtos de algodão diminuíram, na Inglaterra, cerca de 11/12 e, segundo os cálculos de Marshall, o mesmo quantum de produtos fabricados (*Fabrication*), pelo qual foram pagos, ainda no ano de 1814, 16 xelins, é agora fornecido por 1 xelim e 10 dinheiros. A maior barateza dos produtos industriais aumenta o consumo tanto dentro do país, quanto o mercado no exterior; e com isso se depreende que, na Grã-Bretanha, o número de trabalhadores do algodão, após a introdução das máquinas, não apenas não diminuiu, mas subiu de 40.000

[33] Em francês, no texto: On sait, que les travaux de la grande culture, n'occupent habituellement qu'un petit nombre de bras.

[34] Schulz, Wilhelm. *Die Bewegung der Production...*, cit., p. 58-59.

para um milhão e meio. | |XII| No que diz respeito aos proventos dos empresários e trabalhadores industriais, em virtude da crescente concorrência entre os donos das fábricas, o ganho daqueles, em relação à quantidade de produtos que eles fornecem, necessariamente diminuiu. Nos anos 1820-33, o ganho bruto dos fabricantes em Manchester por uma peça de calicó caiu de 4 xelins e 1 1/3 dinheiros para 1 xelim e 9 dinheiros. Mas, para compensar esse prejuízo, tanto mais se ampliou a esfera dos produtos fabricados. A conseqüência disso é que em ramos específicos da indústria a sobreprodução entrou parcialmente; [que] surgem freqüentes bancarrotas, pelas quais se engendra, no *interior* da classe dos capitalistas e senhores do trabalho, um inseguro oscilar e flutuar da posse, o que lança uma parte dos economicamente arruinados no proletariado; a ponto de freqüente e repentinamente se tornar necessária uma suspensão ou diminuição do trabalho, cujo dano a classe dos trabalhadores assalariados sempre sente com amargor. Ibid., p. 63.

Alugar o seu trabalho é começar a sua escravidão; alugar a matéria do trabalho é constituir a liberdade. ... o trabalho é o homem. A matéria, ao contrário, nada tem do homem[35]. *Pecqueur*, théor. soc. etc. p. 411-12.

O elemento matéria, que é impotente para a criação da riqueza sem o outro elemento *trabalho*, recebe a virtude mágica de ser fecundo para eles como se eles aí tivessem colocado, por eles mesmos, esse elemento indispensável[36]. Ibid. l.c.

Supondo que o trabalho cotidiano de um operário lhe renda, em média, 400 fr. por ano, e que esta soma é suficiente para cada adulto viver uma vida grosseira, todo o proprietário de 2.000 fr. de renda, de renda da terra, aluguel etc., força, portanto, indiretamente, 5 homens a trabalhar para ele; 100.000 fr. de renda representam o trabalho de 250 homens, e 1.000.000 o trabalho de 2.500 indivíduos[37]. (Portanto, 300 milhões (Louis Philippe) [representam] o trabalho de 750.000 trabalhadores[38].) Ibid. p. 412-413.

[35] Pecqueur, Constantine. *Théorie nouvelle...*, cit., p. 411-412. Em francês, no texto: "Louer son travail, c'est commencer son esclavage; louer la matière du travail, c'est constituer la liberté. ... le travail est l'homme. La matière au contraire n'est rien de l'homme".

[36] Em francês, no texto: "l'élément matière, qui ne peut rien por la création de la richesse sans l'autre élément *travail*, reçoit la vertu magique d'être fécond pour eux comme s'ils y avaient mis, de leur propre fait, cet indispensable élément".

[37] Em francês, no texto: "En supposant que le travail quotidien d'un ouvrier lui rapporte en moyenne 400 fr. par an, et que cette somme suffise à chaque adulte pour vivre d'une vie grossière, tout propriétaire de 2.000 fr. de rente, de fermage, de loyer etc., force donc indirectement 5 hommes à travailler pour lui; 100.000 fr. de rente représentent le travail de 250 hommes, et 1.000.000 le travail de 2.500 individus".

[38] Neste ponto, Marx fez um cálculo a partir dos números apresentados na página 413 do livro de Pecqueur, *Théorie nouvelle*, já citado.

os proprietários receberam da lei dos homens o direito de usar e de abusar, isto é, de fazer o que quiserem da matéria de todo o trabalho... não são de modo algum obrigados pela lei a fornecer, oportunamente e sempre, trabalho aos não-proprietários, nem de lhes pagar um salário sempre suficiente etc. p. 413 l.c.

plena liberdade quanto à natureza, à quantidade, à oportunidade da produção, ao uso, ao consumo das riquezas, à disposição da matéria de todo o trabalho. Cada um é livre para permutar sua coisa como entender, sem outra consideração que não seja o seu próprio interesse de indivíduo[39]. p. 413 l.c.

A concorrência não exprime outra coisa senão a troca facultativa, que é, ela própria, a conseqüência próxima e lógica do direito individual de usar e abusar dos instrumentos de toda a produção. Estes três momentos econômicos (o direito de usar e de abusar, a liberdade de trocas e a concorrência arbitrária), os quais constituem apenas um, produzem as seguintes conseqüências: cada um produz o que quer, como quer, quando quer, onde quer; produz bem ou produz mal, em demasia ou insuficientemente, demasiado cedo ou demasiado tarde, demasiado caro ou demasiado barato; cada um ignora se venderá, a quem venderá, como venderá, quando venderá, onde venderá; e é o mesmo quanto às compras. | |XIII| O produtor ignora as necessidades e os recursos, a procura e a oferta. Vende quando quer, quanto pode, onde quer, a quem quer, ao preço que quer. E da mesma maneira, compra. Em tudo isto, ele é sempre o joguete do acaso, o escravo da lei do mais forte, do menos apressado, do mais rico. ... Enquanto, num ponto, existe escassez de riqueza, noutro há excesso e desperdício. Enquanto um produtor vende muito ou caro demais, e tem um ganho enorme, o outro não vende nada ou vende com perda. ... A oferta ignora a procura e a procura ignora a oferta. Vós produzis acreditando num gosto, numa moda que se manifesta no público dos consumidores; mas, quando estais prestes a fornecer a mercadoria, a fantasia passou e fixou-se num outro gênero de produto. ... conseqüências infalíveis, a permanência e a universalização das bancarrotas, as fraudes, as ruínas súbitas e as fortunas improvisadas; as crises comerciais, o desemprego, as saturações ou a escassez periódicas; a instabilidade e o aviltamento dos salários e dos lucros; o desperdício ou o depauperamento de riquezas, de tempo e de esforços na arena de uma concorrência encarniçada[40]. p. 414-416 l.c.

[39] Em francês, no texto: "les propriétaires ont reçu de la loi des hommes le droit d'user et d'abuser, c-à-d, de faire ce qu'ils veulent de la matière de tout travail ... ils sont nullement obligés par la loi de fournir à propos et toujours du travail aux non propriétaires, ni de leur payer un salaire toujours suffisant etc." (...) "liberté entière, quant à la nature, à la quantité, à la qualité, à l'opportunité de la production, à l'usage, à la consommation des richesses, à la disposition de la matière de tout travail. Chacun est libre d'échanger sa chose comme il l'entend sans autre considération, que son propre intérêt d'individu".

[40] Em francês, no texto: "La concurrence n'exprime pas autre chose que l'échange facultatif, qui lui-même est la conséquence prochaine et logique du droit individuel d'user et

Ricardo, em seu livro (Renda da terra): as nações são apenas oficinas da produção, o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo. Para Ricardo, os homens são nada; o produto, tudo[41]. No capítulo XXVI da tradução francesa, lê-se:

> seria completamente indiferente, para uma pessoa, que de um capital de 20.000 fr. [ela] tirasse 2.000 fr. de lucro por ano, que o seu capital empregasse cem homens ou mil... O interesse real de uma nação não é o mesmo? desde que o seu rendimento líquido e real e que as suas rendas e os seus lucros sejam os mesmos, que importa que ela se componha de dez ou de doze milhões de indivíduos?[42].

d'abuser des instruments de toute production. Ces trois moments économiques, lesquels n'en font qu'un: le droit d'user et d'abuser, la liberté d'échanges et la concurrence arbitraire, entraînent les conséquences suivantes: chacun produit ce qu'il veut, comme il veut, quand il veut, où il veut; produit bien ou produit mal, trop ou pas assez, trop tôt ou trop tard, trop cher ou à trop bas prix; chacun ignore s'il vendra, à qui il vendra, comment il vendra, quand il vendra, où il vendra; et il en est de même quant aux achats. | |XIII| Le producteur ignore les besoins et les ressources, les demandes et les offres. Il vend quand il veut, quand il peut, quant il peut, où il veut, à qui il veut, au prix qu'il veut. Et il achète de même. En tout cela il est toujours le jouet du hasard, l'esclave de la loi du plus fort, du moins pressé, du plus riche. ... Tandis que sur un point il y a disette d'une richesse, sur l'autre il y a trop plein et gaspillage. Tandis qu'un producteur vend beaucoup ou très cher, et à bénéfice énorme, l'autre ne vend rien ou vend à perte. ... L'offre ignore la demande et la demande ignore l'offre. Vous produisez sur la foi d'un goût, d'une mode qui se manifeste dans le public des consommateurs; mais déjà, lorsque vous êtes prêt à livrer la marchandise, la fantaisie a passé et s'est fixée sur un autre genre de produit. ... conséquences infaillibles la permanence et l'universalisation des banqueroutes, les mécomptes, les ruines subites et les fortunes improvisées; les crises commerciales, les chômages, les encombrements ou les disettes périodiques; l'instabilité et l'avilissement des salaires et des profits; la déperdition ou le gaspillage énorme des richesses, de temps et d'efforts dans l'arène d'une concurrence acharnée". (N.T.)

[41] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 6: "L'expression la plus complète, la plus exagérée de cette économie politique, que nous appellerions volontiers absolue, se trouve dans les ouvrages de M. Ricardo, l'ingénieux métaphysicien du formage (*Rent of Land*). Ici toute tendance sociale a disparu. Les nations ne sont plus que des ateliers de production; – l'homme une machine à consommer et à produire, et la vie humaine un capital. – Tout se pèse ou se calcule, et les lois économiques régissent fatalement le monde (1)". [Em nota de rodapé: "Pour M. Ricardo les hommes ne sont rien, les produits sont tout". Colchetes do original alemão.]

[42] Ricardo, David. *Des principes de l'économie politique et de l'impôt.* Tradução do inglês por F. S. Constancio, com notas explicativas e críticas de J.-B. Say, 2ª edição, t. 2, Paris, 1835, p. 194-195. Citado em: Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 6-7. Em francês, no texto: "Il serait tout-à-fait indifférent, pour une personne, qui sur un capital de 20.000 fr. ferait 2.000 fr. par an de profit, que son capital employât cent hommes ou mille ... L'intérêt réel d'une nation n'est-il

> Na verdade, diz o senhor de Sismondi (t. II, p. 331), não resta senão desejar que o rei, tendo ficado sozinho na ilha, faça, rodando constantemente uma manivela, cumprir por meio de autômatos todo o trabalho da Inglaterra[43].

> o patrão, que compra o trabalho do operário a um preço tão baixo que mal chega para as necessidades mais prementes, não é responsável nem pela insuficiência dos salários, nem pela extrema longa duração do trabalho: ele submete a si mesmo à lei que impõe... não é tanto dos homens que procede a miséria, mas da potência das coisas[44]. L.c. p. 82.

> Na Inglaterra, há muitos lugares onde faltam aos habitantes os capitais para um cultivo completo da terra. A lã das províncias do sul da Escócia tem de fazer, na maioria das vezes, uma longa viagem por terra através dos piores caminhos para ser elaborada no condado de York, porque faltam capitais para a manufatura no seu lugar de produção. Na Inglaterra existem muitas cidades fabris pequenas, cujos habitantes não possuem capital suficiente para o transporte dos seus produtos industriais para mercados distantes, onde encontrem procura e consumidores. Os comerciantes são, nesse caso, | |XIV| apenas agentes de comerciantes [ainda] mais ricos, que residem em algumas grandes cidades comerciais. *Smith*, t. II, p. 382[45].

pas le même? pourvu que son revenu net et réel et que ses fermages et ses profits soient les mêmes qu'importe qu'elle se compose de dix ou de douze millions d'individus?".

[43] Sismondi, Jean-Charles-Léonard Simonde de. *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population*, 2ª edição, t. 2, Paris, 1827, p. 331, citado segundo Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 6-7. Evidentemente, Buret incorpora de Sismondi a avaliação deste último sobre Ricardo, notadamente o comentário sobre o livro *Des principes de l'économie politique et de l'impôt*. São as seguintes as palavras de Sismondi acerca de Ricardo: "Quoi donc? La richesse est tout, les hommes ne sont absolument rien? Quoi! la richesse elle-même n'est quelque chose que par rapport aux impôts? En vérité, il ne reste plus qu'à désirer que le roi, demeuré tout seul dans l'île, en tournant constamment une manivelle, fasse accomplir, par des automates, tout l'ouvrage de l'Angleterre".

[44] Buret, Eugène. *De la misère...*, cit., p. 82. Em francês, no texto: "le maître, qui achète le travail de l'ouvrier à un prix si bas qu'il suffit à peine aux besoins les plus pressants, n'est responsable ni de l'insuffisance des salaires, ni de la trop longue durée du travail: il subit lui-même la loi qu'il impose ... ce n'est pas tant des hommes que vient la misère, que de la puissance de choses".

[45] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 382: "Il y a beaucoup d'endroits dans la Grande-Bretagne, où les habitants n'ont pas de capitaux suffisants pour cultiver et améliorer leurs terres. La laine des provinces du midi de l'Écosse vient, en grande partie, faire un long voyage par terre dans de fort mauvaises routes, pour être manufacturée dans le comte d'Yorck, faute de capital pour être manufacturée sur les lieux. Il y a en Angleterre plusieurs petites villes de fabriques, dont les habitants manquent de capitaux suffisants pour transporter le produit de leur propre industrie à ces marchés éloignés où il trouve des demandes et des consommateurs. Si on y voit quelques marchands, ce ne sont proprement que les agents de marchands plus riches qui résident dans quelques-unes des grandes villes commerçantes". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 363.24-33.

Para aumentar o valor do produto anual da terra e do trabalho, não existe outro meio senão aumentar, no que diz respeito ao *número*, os *operários produtivos*, ou aumentar, no que diz respeito à potência, a *faculdade produtiva dos operários* precedentemente empregados. ... Num e noutro caso é preciso quase sempre um acréscimo de capital. *Smith*, t. II, p. 338[46].

Posto que, portanto, reside na natureza das coisas que a *acumulação* de um capital é um antecedente (*Vorläufer*) necessário da divisão do trabalho, o trabalho não pode sofrer maiores subdivisões a não ser na proporção em que os capitais tenham se acumulado cada vez mais. Quanto mais o trabalho se decompõe em subdivisões, mais aumenta a quantidade de materiais que o mesmo número de pessoas pode pôr em operação; e, posto que a tarefa de cada trabalhador se encontra cada vez mais reduzida a um maior nível de simplicidade, descobre-se um conjunto de novas máquinas para facilitar e encurtar essas tarefas. Quanto mais se expande, portanto, a divisão do trabalho, tanto mais é necessário, para que um mesmo número de trabalhadores (*ouvriers*) esteja constantemente ocupado, que se acumule de antemão uma igual provisão de meios de vida e uma provisão de materiais, instrumentos e ferramentas, provisão essa que é muito mais necessária do que aquela que era antes, num estado de coisas menos avançado. O número de trabalhadores em cada ramo de trabalho aumenta ao mesmo tempo em que aumenta a divisão do trabalho, ou antes, é este aumento de seu número que coloca os trabalhadores na situação de se classificar e subdividir dessa maneira. Smith, t. II, 193-194[47].

[46] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 338. "Pour augmenter la valeur du produit annuel de la terre et du travail, il n'y a pas d'autres moyens que d'augmenter, quant au *nombre*, *les ouvriers productifs*, ou d'augmenter, quant à la puissance, la *faculté productive des ouvriers* précédemment employés. ... Dans l'un et dans l'autre cas il faut presque toujours un surcroît de capital". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 360.24-29. [Os grifos são de Marx.]

[47] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 193-194: "Puis donc que, dans la nature des choses, l'accumulation d'un *capital* est un préalable nécessaire à la division du travail, le travail ne peut recevoir des subdivisions ultérieures qu'à proportion que les capitaux se sont préalablement accumulés de plus en plus. A mesure que le travail vient à se subdiviser, la quantité de matières qu'un même nombre de personnes peut mettre en œuvre augmente dans une grande proportion; et comme la tâche de chaque ouvrier se trouve successivement réduite à un plus grand degré de simplicité, il arrive qu'on invente une foule de nouvelles machines pour faciliter et abréger ces tâches. A mesure donc que la division de travail va en s'étendant, il faut, pour qu'un même nombre d'ouvriers soit constamment occupé, qu'on accumule d'avance une égale provision de vivres et une provision de matières et d'outils plus forte que celle qui aurait été nécessaire dans un état de choses moins avancé. Or, le nombre des ouvriers augmente en général dans chaque branche d'ouvrage, en même temps qu'y augmente la division de travail, ou plutôt c'est l'augmentation de leur nombre qui les met à portée de se classer et de se subdiviser de cette manière". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 358.4-20.

Da mesma forma que o trabalho não pode manter esta grande expansão da força produtiva sem uma precedente acumulação de capitais, também a acumulação de capitais leva de um modo natural a esta expansão. O capitalista quer, por intermédio do seu capital, produzir a máxima quantidade possível de obras malfeitas (*Machwerk*); esforça-se, portanto, para introduzir entre os seus trabalhadores a mais conveniente divisão do trabalho e equipá-los com as melhores máquinas possíveis. Seus meios para ter êxito nesses dois assuntos | /XV | estão em relação com a expansão de seu capital e com o número de pessoas que este capital pode manter ocupadas. Portanto, não somente a quantidade da indústria aumenta num país por intermédio do *crescimento do capital* que a põe em movimento, mas também, em conseqüência desse crescimento, a mesma quantidade de indústria produz uma quantidade muito maior de produtos malfeitos. Smith, l.c. p. 194-195[48].

Portanto, *sobreprodução*.

Combinações mais extensas das forças produtivas ... na indústria e comércio mediante a associação de forças humanas e forças naturais mais numerosas e multíplices para empreendimentos em larga escala. Também já aqui e ali – mais estreita ligação dos principais ramos da produção entre si. Assim, grandes fabricantes procurarão simultaneamente comprar grandes propriedades fundiárias para, pelo menos, não terem de aplicar somente em terceira mão uma parte das matérias-primas indispensáveis à sua indústria; ou eles estabelecerão, em conexão com os seus empreendimentos industriais, um comércio não apenas para a distribuição dos seus próprios [produtos] fabricados (*Fabrikate*), mas também para a compra de produtos de outras espécies e para a venda dos mesmos aos seus trabalhadores. Na Inglaterra, onde donos de fábrica singulares estão, por vezes, à testa de 10-12.000 trabalhadores ... já não são raras semelhantes ligações de ramos diversos da produção sob *uma* inteligência dirigente, semelhantes Estados menores ou províncias no interior do Estado. Deste modo, em tempos mais recentes, os donos de minas em *Birmingham* assumem o processo *total* de preparação do ferro, que antes se

[48] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 194-195: "De même que le travail ne peut acquérir cette grande extension de puissance productive, sans une accumulation préalable de capitaux, de même l'accumulation des capitaux amène naturellement cette extension. La personne qui emploie son capital à faire travailler, cherche nécessairement à l'employer de manière à ce qu'il fasse produire la plus grande quantité possible d'ouvrage: elle tâche donc à la fois d'établir entre ses ouvriers la distribution de travaux la plus convenable, et de les fournir des meilleures machines qu'elle puisse imaginer ou qu'elle soit à même de se procurer. Ses moyens pour réussir dans ces deux objets, sont proportionnés en général à l'étendue de son capital ou au nombre de gens que ce capital peut tenir occupés. Ainsi non-seulement la quantité d'industrie augmente dans un pays à mesure de l'accroissement du capital qui la met en activité, mais encore, par une suite de cet accroissement, la même quantité d'industrie produit une beaucoup plus grande quantité d'ouvrage". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 358.20-32.

dividia entre diversos empresários e proprietários. Veja-se o distrito mineiro de Birmingham – Deutsche Viertelj. 3, 1838[49].

Vemos, enfim, nos maiores empreendimentos por ações, tornados tão numerosos, amplas combinações das forças do dinheiro de *muitos* participantes com os conhecimentos e aptidões científicos e técnicos de outros, a quem é confiada a direção do trabalho. Deste modo, é possível aos capitalistas empregarem suas poupanças de modo mais diversificado e também simultaneamente na produção agrícola, industrial e comercial, pelo que o seu interesse se torna multilateral, | |XVI| as oposições entre os interesses da indústria, agricultura e comércio abrandam-se e fundem-se. Mas mesmo essa possibilidade facilitada de tornar proveitoso o capital na forma mais diversa tem de elevar a oposição entre as classes com meios e as sem meios. Schulz, l.c. p. 40-41.

Monstruoso ganho extraem da miséria os locadores de casas (*Hausvermieter*). O aluguel (*loyer*) está sempre em relação inversa à miséria industrial.

Do mesmo modo, percentuais [extraídos] dos vícios dos proletários arruinados. (Prostituição, bebedeira, prestamista[50].)

A acumulação dos capitais aumenta e a sua concorrência diminui quando capital e posse fundiária se encontram reunidos em uma [só] mão, da mesma forma quando o capital se torna, em virtude da sua grandeza, capaz de combinar diversos ramos da produção.

Indiferença em relação aos homens. Os 20 bilhetes de loteria de Smith[51].

Rendimento líquido e bruto de Say (*Revenu net et brut de Say*)[52].

[49] Artigo de von Treskow, "Der bergmännische Distrikt zwischen Birmingham und Wolkerhampton, mit besonderer Bezugnahme auf die Gewinnung des Eisens". In: *Revista trimestral alemã*, Stuttgart, Tübingen, caderno 3, 1838, p. 53. Citado segundo Schulz, Wilhelm, *Die Bewegung der Production...*, cit., p. 40.

[50] Em francês, no texto: prêteur sur gages. Trata-se daquele trabalhador submetido ao empréstimo sob juros. (N.T.)

[51] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 215-216: "Dans une loterie parfaitement égale, ceux qui tirent les billets gagnants doivent gagner tout ce qui est perdu par ceux qui tirent les billets blancs. Dans une profession où il y en a vingt qui échouent contre un qui réussit, cet un doit gagner tout ce qui aurait pu être gagné par les vingt malheureux. L'avocat, qui commence peut-être à près de quarante ans à tirer parti de sa profession, doit recevoir la rétribution, non-seulement de l'éducation si longue et si coûteuse qu'il s'est donnée, mais encore de celle que se sont donnée plus de vingt autres étudiants, à qui probablement cette éducation ne rapportera jamais rien". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 352.15-23.

[52] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique*, cit., t. 2, p. 469. Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*, cit., p. 326.32-34.

|I| RENDA DA TERRA

O direito dos proprietários fundiários tem sua origem no roubo. Say, t. I, p. 136[1]. Os proprietários fundiários gostam, como todos os homens, de colher onde não semearam e exigem renda inclusive pelo produto natural da terra. *Smith*, t. I, p. 99[2].

Poder-se-ia imaginar que a renda da terra é apenas o ganho do capital que o proprietário utilizou para a melhoria do solo. ... Há casos em que a renda de terra pode ser em parte assim ... mas o proprietário fundiário exige 1) uma renda mesmo pela terra não melhorada, e aquilo que se pode considerar como juro ou ganho sobre os custos de melhoramento é quase sempre um ingrediente/adição a esta renda primitiva, 2) além disso, essas melhorias nem sempre são feitas com os fundos (*fonds*) do proprietário fundiário, mas por vezes com os do arrendatário: não obstante, quando se trata de renovar o arrendamento, o proprietário fundiário exige habitualmente uma tal elevação da renda como se todas essas melhorias tivessem sido feitas com os seus fundos (*fonds*) próprios. 3) Sim, por vezes, ele exige até mesmo uma renda por aquilo que é absolutamente incapaz do mínimo melhoramento pela mão humana. *Smith*, t. I, p. 300-301[3].

Smith dá como exemplo para o último caso a barrilha (garança marinha – salicórnia),

[1] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'economie politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*, cit. A passagem acima encontra-se no t. 1, p. 136, nota de rodapé: "Ils établissent un droit supérieur à celui des propriétaires de terre, qui remonte à une spoliation ...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*, cit., p. 306.30.

[2] Smith, Adam. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, cit., t. 1, p. 99: "...les propriétaires, comme tous les autres hommes, aiment à recueillir où ils n'ont pas semé, et ils demandent une *rente*, même pour le produit naturel de la terre". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 341.40-342.2.

[3] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 300-301: "On pourrait se figurer que la *rente* de la terre n'est souvent autre chose qu'un profit ou un intérêt raisonnable du capital que le propriétaire a employé à l'amélioration de la terre. ... il y a des circonstances où la *rente*

uma espécie de planta marinha, que, quando queimada, produz um sal alcalino com o qual se pode fazer vidro, sabão etc. Ela cresce na Grã-Bretanha, principalmente em diversos lugares da Escócia, mas somente sobre rochas que ficam sob o fluxo e refluxo (maré alta, maré), e são cobertas pelas ondas do mar duas vezes por dia, e cujo produto, conseqüentemente, nunca é aumentado pela intervenção humana. Apesar de tudo, o proprietário de um desses terrenos onde cresce essa espécie de planta pede uma renda tão alta quanto [a que pede] pela terra lavradia. Nas proximidades da ilha de Shetland, o mar é extraordinariamente rico. Uma grande parte de seus habitantes | |II| vive da pesca. Mas, para retirar ganhos dos produtos do mar, tem de se ter uma moradia nas terras vizinhas. A renda da terra está em relação não com o que o arrendatário consegue fazer com a terra, mas com o que ele pode fazer com a terra e o mar conjuntamente. *Smith*, t. I, p. 301-302[4].

Pode-se considerar a renda da terra como o produto do *poder da natureza*, cujo uso o proprietário empresta ao arrendatário. Esse produto é maior ou menor conforme a extensão desse poder ou, em outras palavras, segundo a extensão da fertilidade natural ou artificial da terra. É a obra da natureza que fica após a dedução ou a compensaçao de tudo o que se pode considerar como obra do homem. *Smith*, t. II, p. 377-378[5].

pourrait être regardée comme telle en partie ... Le propriétaire exige une rente même pour la terre non améliorée, et ce qu'on pourrait supposer être *intérêt* ou *profit* des dépenses d'amélioration, n'est en général qu'une addition à cette rente primitive; d'ailleurs, ces améliorations ne sont pas toujours faites avec les fonds du propriétaire, mais quelquefois avec ceux du fermier: cependant, quand il s'agit de renouveler le bail, le propriétaire exige ordinairement la même augmentation de rente, que si toutes ces améliorations eussent été faites de ses propres fonds. Il exige quelquefois une rente pour ce qui est tout-à-fait incapable d'être amélioré par la main des hommes". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 353.20-31.

4 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 301-302: "La *salicorne* est une espèce de plante marine qui donne, quand elle est brûlée, un sel alkali dont on se sert pour faire du verre, du savon, et pour plusieurs autres usages; elle croit en différents endroits de la Grande-Bretagne, particulièrement en Ecosse, et seulement sur des rochers situés au dessous de la haute marée, qui sont deux fois par jour couverts par les eaux de la mer, et dont le produit, par conséquent, n'a jamais été augmenté par l'industrie des hommes. Cependant le propriétaire d'un domaine borné par un rivage où croit cette espèce de salicorne, en exige une rente, tout aussi bien que de ses terres à blé. Dans le voisinage des îles de Shetland, la mer est extraordinairement abondante en poisson, ce qui fait une grande partie de la subsistance de leurs habitants; mais, pour tirer parti du produit de la mer, il faut avoir une habitation sur la terre voisine. La rente du propriétaire est en proportion, non de ce que le fermier peut faire avec la terre, mais de ce qu'il peut faire avec la terre et la mer ensemble". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 353.31-354.8.

5 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 377-378: "On peut considérer cette *rente* comme le produit de cette puissance de la nature, dont le propriétaire prête l'usage au fermier. Ce produit est plus ou moins grand, selon qu'on suppose à cette puissance plus ou

A *renda da terra*, considerada como o preço pago pelo uso da terra, é naturalmente, portanto, um *preço de monopólio*. Ela não se encontra, pois, em relação com as melhorias que o proprietário fundiário fez na terra, ou com o que ele tem de receber para não perder, mas antes com o que o arrendatário possivelmente pode dar, sem perder. T. I, p. 302, *Smith*[6].

Das três classes produtivas, a dos proprietários fundiários é aquela cujo rendimento (*Revenu*) não lhe custa nem trabalho nem cuidado, mas que, por assim dizer, lhe vem por si mesmo e sem que ela faça para isso qualquer perspectiva ou qualquer plano. *Smith*, t. II, p. 161[7].

Já ouvimos [dizer] que a quantidade da renda da terra depende da relação com a *fertilidade* do solo.

Um outro momento da sua determinação é a *localização*.

A renda varia segundo a *fertilidade* da terra, seja qual for o seu produto, e segundo a localização, seja qual for a fertilidade. *Smith*, t. I, p. 306[8].

Se terrenos, minas, indústria da pesca forem da mesma fertilidade, estará o seu produto, então, em relação com a extensão dos capitais que se aplicam na sua cultura e exploração, assim como com o modo mais | |III| ou menos hábil da aplicação dos capitais. Quando os capitais são iguais e aplicados de maneira igualmente hábil, o produto será proporcional à fertilidade natural dos terrenos, pescarias e minas. T. II, p. 210[9].

moins d'étendue, ou en autres termes, selon qu'on suppose à la terre plus ou moins de fertilité naturelle ou artificielle. C'est l'œuvre de la nature qui reste après qu'on a fait la déduction ou la balance de tout ce qu'on peut regarder comme l'œuvre de l'homme". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 362.41-363.6.

6 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 302: "La rente de la terre, considérée comme le prix payé pour l'usage de la terre, est donc naturellement un prix de monopole. Elle n'est nullement en proportion de ce que le propriétaire peut avoir placé sur la terre en améliorations, ou de ce qu'il lui suffirait de prendre pour ne pas perdre, mais bien de ce que le fermier peut suffire à donner sans perdre". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 354.9-13.

7 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 161: "Des trois classes, c'est la seule à laquelle son revenu ne coûte ni travail ni souci, mais à laquelle il vient pour ainsi dire de lui-même, et sans qu'elle y apporte aucun dessein ni plan quelconque". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 356.23-26.

8 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 306: "La rente varie selon la fertilité de la terre, quel que soit son produit, et selon sa situation, quelle que soit sa fertilité". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches*, cit., p. 355.4-6.

9 Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 210: "En supposant des *terres*, des *mines* et des *pécheries* d'une égale fécondité, le produit qu'elles rendront sera en proportion de l'étendue des *capitaux* qu'on emploiera à leur culture et exploration, et de la manière

Estas proposições de Smith são importantes, porque, dados os mesmos custos de produção e o mesmo volume, reduzem a renda da terra à maior ou menor fertilidade do solo; demonstram, assim, com toda a clareza, a inversão dos conceitos na economia nacional, que transforma a fertilidade da terra num atributo do possuidor fundiário.

Mas consideremos, agora, a renda da terra tal como ela se configura no intercâmbio (*Verkehr*) efetivo.

A renda da terra é estabelecida pela *luta entre arrendatário e proprietário fundiário*. Por toda a parte encontramos reconhecidas, na economia nacional, a oposição hostil dos interesses, a luta, a guerra, como o fundamento da organização social.

Vejamos agora como o proprietário fundiário e o arrendatário se posicionam um em relação ao outro.

> O proprietário fundiário procura, na estipulação dos termos do arrendamento, um modo possível de não deixar nada mais do que o suficiente ao arrendatário para repor o capital, que proporciona as sementes, paga o trabalho, compra e mantém animais e outros instrumentos e, além disso, rende o ganho habitual dos outros arrendamentos no cantão (*Canton*). Evidentemente, esta é a menor parte com que o arrendatário pode contentar-se, sem ter perda, e o proprietário fundiário raramente acha conveniente deixar-lhe mais. Tudo o que, do produto ou de seu preço, fica para além desta porção, seja o resto como for, o proprietário procura reservar para si como renda da terra, a mais forte que o arrendatário, na atual situação da terra, pode | |IV| pagar. Este excedente (*surplus*) pode sempre ser considerado como a renda natural da terra ou como a renda pela qual a maior parte dos terrenos é naturalmente arrendada. *Smith*. T. I, p. 299-300[10].

plus ou moins convenable dont ces capitaux seront appliqués. En supposant des *capitaux* égaux et également bien appliqués, ce produit sera en proportion de la fécondité naturelle des *terres*, des *mines* et des *pécheries*". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 359.35-41.

[10] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 299-300: "Le propriétaire, lors de la stipulation des clauses du bail, tâche, autant qu'il peut, de ne lui pas laisser dans le produit une portion plus forte que ce qu'il faut pour remplacer le capital qui fournit la semence, paie le travail, achète et entretient les bestiaux et autres instruments de labourage, et pour lui donner en outre les profits ordinaires que rendent les fermes dans le canton. Cette portion est évidemment la plus petite dont le fermier puisse se contenter sans être en perte, et le propriétaire est rarement d'avis de lui en laisser davantage. Tout ce qui reste du produit ou de son prix ... au-delà de cette portion, quel que puisse être ce reste, le propriétaire tâche de se le réserver comme *rente* de la terre; ce qui est évidemment la plus forte *rente* que le fermier puisse suffire à payer, dans l'état actuel de la terre. ... ce surplus peut toujours être regardé comme la *rente naturelle* de la terre, ou la rente moyennant laquelle on peut naturellement penser que seront louées la plupart des terres". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 353.6-19.

> Os proprietários fundiários (conforme diz Say) exercem uma certa espécie de monopólio sobre os arrendatários. A procura das suas mercadorias, dos terrenos e do solo pode expandir-se ininterruptamente; mas a quantidade das suas mercadorias pode apenas estender-se até um certo ponto. ... O negócio que se fecha entre proprietário fundiário e arrendatário é sempre tão vantajoso quanto possível para o primeiro ... fora a vantagem que ele tira da natureza das coisas, ele ainda tira uma outra da sua posição, da sua maior fortuna, do crédito, do prestígio; já a primeira sozinha bastaria para que ele esteja sempre capacitado para lucrar *sozinho* com as circunstâncias favoráveis do terreno e [do] solo. A abertura de um canal, de um caminho, o aumento da população e do bem-estar de um cantão, elevam sempre o preço do arrendamento. ... Certamente, o próprio arrendatário pode melhorar o solo às suas custas; mas desse capital ele só tira vantagem durante a permanência do arrendamento e, com a expiração desse último, esse capital fica para o proprietário fundiário; a partir deste momento é este que tira daí os juros, sem ter feito adiantamentos, já que o aluguel a partir daí se eleva proporcionalmente. *Say*, t. II, p. 142-143[11].

> A renda da terra, considerada como o preço que é pago pelo uso da terra, é, portanto, de um modo natural, o preço mais alto que o arrendatário está em condições de pagar nas atuais circunstâncias do terreno e solo. *Smith*, t. I, p. 299[12].

> A renda fundiária da superfície da terra perfaz, portanto, na maioria das vezes ... a terceira parte do produto total e, na maior parte dos casos, é

[11] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique...*, cit., t. 2, p. 142-143: "Les propriétaires terriens ... exercent ... une espèce de monopole envers les fermiers. La demande de leur denrée, qui est le terrain, peut s'étendre sans cesse; mais la quantité de leur denrée ne s'étend que jusqu'à un certain point. ... le marché qui se conclut entre le propriétaire et le fermier, est toujours aussi avantageux qu'il peut l'être pour le premier ... Outre cet avantage que le propriétaire tient de la nature des choses, il en tire un autre de sa position, qui d'ordinaire lui donne sur le fermier l'ascendant d'une fortune plus grande, et quelquefois celui du crédit et des places; mais le premier de ces avantages suffit pour qu'il soit toujours à même de profiter seul des circonstances favorables aux profits de la terre. L'ouverture d'un canal, d'un chemin, les progrès de la population et de l'aisance d'un canton, élèvent toujours le prix des fermages. ... Le fermier lui-même peut améliorer le fonds à ses frais; mais c'est un capital dont il ne tire les intérêts que pendant la durée de son bail, et qui, à l'expiration de ce bail, ne pouvant être emporté, demeure au propriétaire, dès ce moment, celui-ci en retire les intérêts sans en avoir fait les avances, car le loyer s'élève en proportion". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say: Traité d'économie politique*, cit., p. 313.34-314.8.

[12] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 299: "La *rente*, considérée comme le prix payé pour l'usage de la terre, est naturellement le prix le plus haut que le fermier soit en état de payer, dans les circonstances où se trouve la terre pour le moment". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 353.4-6.

uma renda fixa e independente das oscilações acidentais | |V| da colheita. *Smith*, t. I, p. 351[13].

Esta renda raramente perfaz menos de ¼ do produto total. Ibid., t. II, p. 378[14].

A *renda da terra* não pode ser paga em todas as mercadorias. Por exemplo, em muitas regiões não é paga renda fundiária alguma pelas pedras[15].

Habitualmente, apenas podem ser levados ao mercado os produtos da terra, a parte dos produtos da terra cujo preço habitual é suficiente para repor o capital que é necessário para esse transporte, e [para repor] o ganho habitual desse capital. Se o preço estende-se para mais do que isso, então o excedente (*surplus*) vai naturalmente para a renda da terra. Se ele for apenas suficiente, então a mercadoria pode ser levada ao mercado, mas ela não chega para pagar a renda fundiária ao possuidor da terra (*Landbesitzer*). Será ou não será o preço mais que suficiente? Isso depende da procura. Smith, t. I, p. 302-303[16].

A renda da terra entra na composição do *preço das mercadorias* de uma *maneira* totalmente *diferente* do salário e do ganho do capital. A *taxa alta ou baixa* dos *salários* e *ganhos* é a *causa* do preço elevado ou baixo das mercadorias: a taxa alta ou baixa da renda da terra é o *efeito* do preço. T. I, p. 303-304. *Smith*\ [17].

[13] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 351: "La rente d'un bien à la surface de la terre, monte communément à ce qu'on suppose être le tiers du produit total, et c'est pour l'ordinaire une rente fixe et indépendante des variations accidentelles de la récolte". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 355.22-25.

[14] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 378: "C'est rarement moins du quart ... du produit total". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 363.6-7.

[15] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 341: "Une bonne carrière de pierre, dans le voisinage de Londres, fournirait une rente considérable. Dans beaucoup d'endroits d'Ecosse et de la province de Galles, elle n'en rapportera aucune".

[16] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 302-303: "On ne peut porter ordinairement au marché que ces parties seulement du produit de la terre dont le prix ordinaire est suffisant pour remplacer le capital qu'il faut employer pour les y porter, et les profits ordinaires de ce capital. Si le prix ordinaire est plus que suffisant, le surplus en ira naturellement à la rente de la terre. S'il n'est juste que suffisant, la marchandise pourra bien être portée au marché, mais elle ne peut fournir à payer une rente au propriétaire. Le prix sera-t-il ou ne sera-t-il pas plus que suffisant? C'est ce qui dépend de la demande". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 354.14-22.

[17] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 303-304: "... la rente entre dans la composition du prix des marchandises, d'une autre manière que n'y entrent les salaires et les profits. Le taux haut ou bas des salaires et des profits est la cause du haut ou bas prix des marchandises; le taux haut ou bas de la rente est l'effet du prix...". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 354.22-26.

O *alimento* pertence aos *produtos* que sempre trazem uma *renda da terra*.

Visto que os homens, assim como todos os animais, se multiplicam proporcionalmente a seus meios de subsistência, há sempre maior ou menor procura de alimento. O alimento poderá sempre comprar uma parte maior ou menor | |VI| de trabalho, e sempre encontrar-se-á gente disposta a fazer algo para o obter. O trabalho que o alimento pode comprar não é sempre, sem dúvida, *igual* ao trabalho que poderia subsistir dele se ele fosse repartido da maneira mais econômica, e isto por causa dos salários do trabalho (*Arbeitssalaire*), de vez em quando altos. Mas o alimento pode sempre comprar tanto trabalho quanto ele pode fazer subsistir, de acordo com a taxa a que essa espécie de trabalho corresponde habitualmente na região. A terra produz, em quase todas as situações possíveis, mais alimento do que o necessário para a subsistência de todo o trabalho que contribui para levar esse alimento ao mercado. O a mais (*Mehr*) desse alimento é sempre mais do que suficiente para repor com ganho o capital que põe em movimento esse trabalho. Portanto, sempre fica algo para conceder uma renda ao proprietário fundiário. T. I, p. 305-306, Smith[18].

Não só a renda da terra retira do alimento sua fonte original, como também, se uma outra parte do produto da terra chega conseqüentemente a dar uma renda, a renda deve esse acréscimo de valor ao crescimento do poder que o trabalho alcançou para produzir alimento por intermédio (*au moyen*) da cultura e melhoria da terra. p. 345, t. I, Smith[19].

[18] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 305-306: "Les hommes, comme toutes les autres espèces animales, se multipliant naturellement en proportion des moyens de leur subsistance, il y a toujours plus ou moins demande de nourriture. Toujours la nourriture pourra acheter ... une quantité plus ou moins grande de travail, et toujours il se trouvera quelqu'un disposé à faire quelque chose pour la gagner. A la vérité, ce qu'elle peut acheter de travail n'est pas toujours égal à ce qu'elle pourrait en faire subsister si elle était distribuée de la manière la plus économique, et cela à cause des forts salaires qui sont quelquefois donnés au travail. Mais elle peut toujours acheter autant de travail qu'elle peut en faire subsister, au taux auquel ce genre de travail subsiste communément dans le pays. Or, la terre, dans presque toutes les situations possibles, produit plus de nourriture que ce qu'il faut pour faire subsister tout le travail qui concourt à mettre cette nourriture au marché ... Le surplus de cette nourriture est aussi toujours plus que suffisant pour remplacer avec profit le capital qui fait mouvoir ce travail. Ainsi, il reste toujours quelque chose pour donner une rente au propriétaire". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 354.27-355.3.

[19] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 345: "... non seulement c'est de la nourriture que la *rente* tire sa première origine, mais encore si quelqu'autre partie du produit de la terre vient aussi par la suite à rapporter une rente, elle doit cette addition de valeur à l'accroissement de puissance qu'a acquis le travail pour produire de la nourriture, au moyen de la culture et de l'amélioration de la terre". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 355.17-22.

O alimento do homem sempre basta, portanto, para o pagamento da renda da terra. T. I, p. 337[20].

Os países se povoam não com relação ao número que seu produto pode vestir e abrigar (*logieren*), mas sim em relação àquele que seu produto pode alimentar. Smith, t. I, p. 342[21].

Os dois maiores carecimentos humanos depois do alimento são vestuário e habitação aquecida. Na maioria das vezes, eles proporcionam uma renda da terra, mas nem sempre, necessariamente. T. I, ib., p. 338[22]. I

I VIII I Vejamos agora como o proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade.

1) A renda da terra aumenta com a população, conforme Smith, t. I, p. 335[23].

2) Já ouvimos de Say como a renda da terra aumenta com as estradas-de-ferro etc., com a melhoria, a segurança e a multiplicação dos meios de comunicação.

[20] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 337: "La nourriture de l'homme parait être le seul des produits de la terre qui fournisse toujours, et nécessairement de quoi payer une rente quelconque au propriétaire". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 355.12-13.

[21] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 342: "Les pays ne se peuplent pas en proportion du nombre que leur produit peut vêtir et loger, mais en raison de celui que ce produit peut nourrir". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 355.14-17.

[22] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 338-339: "Les deux plus grands besoins de l'homme, après la nourriture, sont le vêtement et le logement. La terre, dans son état primitif et inculte, peut fournir des matériaux de vêtement et de logement pour beaucoup plus de personnes qu'elle n'en peut nourrir. Dans son état de culture, au contraire, elle ne peut guère fournir de ces sortes de matériaux à toutes les personnes qu'elle serait dans le cas de nourrir, du moins tels que ces personnes voudraient les avoir et consentiraient à les payer. Ainsi, dans le premier état, il y a toujours surabondance de ces matériaux, qui n'ont souvent, pour cette raison, que peu ou point de prix. Dans l'autre, il y en a souvent disète; ce qui augmente nécessairement leur valeur. Dans le premier état, une grande partie de ces matières est jetée comme inutile, et le prix de celles dont on fait usage est regardé comme équivalent seulement au travail et à la dépense de les mettre en état de servir. Elles ne peuvent en conséquence fournir aucune rente au propriétaire du sol. Dans l'autre, elles sont toutes mises en œuvre, et il y a souvent demande pour plus qu'on n'en peut avoir. Il se trouve toujours quelqu'un disposé à donner, de chaque portion de ces matières, plus que ce qu'il faut pour payer la dépense de les transporter au marché; ainsi leur prix peut toujours fournir quelque chose pour faire une rente au propriétaire de la terre". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 355.10-11 e 355.13-14.

[23] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 335: "La population augmenterait, et les rentes s'élèveraient au dessus de ce qu'elles sont aujourd'hui". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 355.8-9.

3) Cada melhoria na situação da sociedade tende, quer *direta* quer *indiretamente*, a elevar a renda, a aumentar a riqueza real do proprietário, isto é, o seu poder de comprar trabalho alheio ou o produto deste último. ... O incremento na melhoria dos terrenos e do cultivo tende diretamente nesse sentido. A parte do proprietário no produto aumenta necessariamente com o aumento do produto. ... A alta no preço real dessas espécies de matérias-primas, por exemplo, a subida no preço do gado, tende também diretamente a elevar a renda da terra numa proporção ainda maior. O valor real da parte do proprietário fundiário (o poder real que esta parte a ele concede sobre trabalho alheio) não somente se eleva necessariamente com o valor real do produto, como também a grandeza desta parte em relação ao produto total aumenta com este valor. Depois de ter subido o preço real deste produto, ele não exige nenhum trabalho maior para ser fornecido e para que o capital empregado seja reposto juntamente com os seus ganhos habituais. A parte restante do produto, que pertence ao proprietário fundiário, torna-se, portanto, muito maior do que era em relação ao produto total. Smith, t. II, p. 157-159[24]. I

I IX I A maior procura de produtos em [estado] bruto, e a partir daí a elevação do valor, pode resultar, em parte, do aumento da população e do aumento de suas carências. Mas cada nova invenção, cada nova aplicação que a manufatura faz de uma matéria-prima até agora nunca ou pouco utilizada, aumenta a renda da terra. Assim, por exemplo, a renda das minas de carvão subiu extraordinariamente com as estradas-de-ferro, barcos a vapor etc.

Fora esta vantagem que o proprietário fundiário retira da manufatura, das invenções, do trabalho, veremos ainda uma outra[25].

4) As formas de melhorias na força produtiva do trabalho, que objetivam diretamente a redução do preço real dos produtos da manufatura, tendem indi-

[24] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 157-159: "...toute amélioration qui se fait dans l'état de la société, tend, d'une manière directe ou indirecte, à faire monter la rente réelle de la terre, à augmenter la richesse réelle du propriétaire, c'est-à-dire, son pouvoir d'acheter le travail d'autrui ou le produit du travail d'autrui. L'extension de l'amélioration des terres et de la culture y tend d'une manière directe. La part du propriétaire dans le produit augmente nécessairement à mesure que le produit augmente. La hausse qui survient dans le prix réel de ces sortes de produits bruts ... la hausse, par exemple, du prix du bétail tend aussi à élever, d'une manière directe, la rente du propriétaire, et dans une proportion encore plus forte. Non-seulement la valeur réelle de la part du propriétaire, le pouvoir réel que cette part lui donne sur le travail d'autrui, augmentent avec la valeur réelle du produit, mais encore la proportion de cette part, relativement au produit total, augmente aussi avec cette valeur. Ce produit, après avoir haussé dans son prix réel, n'exige pas plus de travail, pour être recueilli ... pour suffire à remplacer le capital qui fait mouvoir ce travail, ensemble les profits ordinaires de ce capital. La portion restante du produit, qui est la part du propriétaire, sera donc plus grande, relativement au tout, qu'elle ne l'était auparavant". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 355.27-356.6.

[25] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 353.28-29.

retamente a elevar a renda fundiária real. Quer dizer, o proprietário fundiário troca a parte da sua matéria-prima que excede o seu consumo pessoal, ou o preço dessa parte por produto manufaturado. Tudo o que diminui o preço real da primeira espécie de produto eleva o preço real da segunda. A mesma quantidade de produto bruto corresponde então a uma quantidade maior de produto manufaturado, e o proprietário fundiário encontra-se capacitado a conseguir para si uma grande quantidade de comodidades, adornos e objetos de luxo. Smith, t. II, p. 159[26].

Mas se a partir disso Smith conclui (p. 161, t. II) que [uma vez que] o proprietário fundiário explora todas as vantagens da sociedade, e por isso | |X| o interesse do proprietário fundiário é sempre idêntico ao [interesse] da sociedade[27], então isso é ridículo. Na economia nacional, sob o domínio da propriedade privada, o interesse que um indivíduo tem na sociedade está precisamente em relação inversa ao interesse que a sociedade tem nele, tal como o interesse do agiota pelo perdulário não é, de maneira nenhuma, idêntico ao interesse do perdulário.

Mencionamos apenas de passagem a obsessão por monopólio (*Monopolsucht*) do proprietário fundiário pela propriedade fundiária de países estrangeiros, que acabou originando, por exemplo, as leis dos cereais[28]. Do mesmo modo, passamos por alto aqui a servidão medieval, a escravidão nas colônias, a miséria da gente do campo \ diaristas rurais na Grã-Bretanha. Detenhamo-nos nas proposições da própria economia nacional.

1) O proprietário fundiário está interessado no bem da sociedade, o que significa, segundo as proposições fundamentais nacional-econômicas, que ele está interessado no seu progressivo povoamento, na produção artística, no aumento de suas necessidades, numa palavra, no crescimento da riqueza; e esse crescimento é, segundo as nossas considerações até aqui, idêntico ao crescimento da miséria e da escravidão. A relação crescente do aluguel com a miséria é um exemplo do interesse do proprietário fundiário pela sociedade, pois com o aluguel cresce a renda da terra, o juro do solo sobre o qual a casa está.

2) Segundo o próprio economista nacional, o interesse do proprietário fundiário está em oposição hostil ao [interesse] do arrendatário; portanto, já [está em oposição hostil] a uma parte significativa da sociedade. |

|XI| 3) Uma vez que o proprietário fundiário pode exigir do arrendatário tanto mais renda quanto menos salário o arrendatário paga, e posto que o arrendatário rebaixa tanto mais o salário quanto mais o proprietário fundiário exige renda da terra, então o interesse do proprietário fundiário está tão hostilmente ligado ao interesse do criado da lavoura quanto o [interesse] do dono da manufatura está ligado ao [interesse] dos seus trabalhadores. Do mesmo modo, ele rebaixa os salários a um mínimo.

4) Posto que a real diminuição no preço dos produtos manufaturados eleva a renda da terra, o possuidor fundiário tem, então, um interesse direto no rebaixamento do salário dos trabalhadores da manufatura, na concorrência entre os capitalistas, na sobreprodução, na total miséria da manufatura.

5) Se, portanto, o interesse do proprietário fundiário, muito longe de ser idêntico ao interesse da sociedade, está em oposição hostil ao interesse dos arrendatários, dos criados da lavoura, dos trabalhadores da manufatura e dos capitalistas, então nem sequer o interesse de um proprietário fundiário é idêntico ao do outro, em virtude da concorrência, que agora queremos levar em conta.

De maneira geral, grande propriedade fundiária e pequena se relacionam da mesma forma que grande e pequeno capital. Mas surgem ainda circunstâncias especiais que trazem incondicionalmente a acumulação da grande propriedade fundiária e a engolição da pequena por parte daquela.

|XII| 1) Em nenhuma parte reduz-se mais o número proporcional de trabalhadores e de instrumentos, com a magnitude dos fundos (*fonds*), do que na posse fundiária. Da mesma maneira, em parte alguma aumenta mais a possibilidade de exploração omnilateral (*allseitige Ausbeutung*), de poupança dos custos de produção e hábil divisão do trabalho, com a magnitude dos

[26] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 159: "Ces sortes d'améliorations dans la puissance productive du travail, qui tendent directement à réduire le prix réel des ouvrages de manufacture, tendent indirectement à élever la rente réelle de la terre. C'est contre du produit manufacturé que le propriétaire échange cette partie de son produit brut, qui excède sa consommation personnelle, ou, ce qui revient au même, le prix de cette partie. Tout ce qui réduit le prix réel de ce premier genre de produit, élève le prix réel du second; une même quantité de ce produit brut répond dès-lors à une plus grande quantité de ce produit manufacturé, et le propriétaire se trouve à portée d'acheter une plus grande quantité des choses de commodité, d'ornement ou de luxe qu'il désire se procurer". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 356.6-17.

[27] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 161: "Ce que nous venons de dire plus haut, fait voir que l'intérêt de la première de ces trois grandes classes est étroitement et inséparablement lié à l'intérêt général de la société". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 356.26-27.

[28] As *Corn Laws* (Leis dos Cereais) foram uma série de leis cuja decretação visava à defesa dos interesses dos proprietários de terras ingleses. As primeiras delas datam ainda do século XV. Em março de 1815, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns aprovaram poder irrestrito aos proprietários fundiários, uma lei que proibia a importação de grãos caso o preço para o mercado interno ficasse, para a medida de 1 quarter, inferior a 80 xelins para o trigo, a 43 xelins para o centeio, 40 xelins para a cevada e 27 xelins para a aveia. Essa lei foi modificada em 1822, e em 1828 foi introduzida uma escala móvel, cujo objetivo era elevar as taxas de importação de cereais toda vez que os preços caíam no mercado interno e vice-versa. Todas essas leis se colocavam contra a vontade da burguesia inglesa, que as combatia. Em 26 de junho de 1846, essas leis foram revogadas pelo Parlamento inglês, que suprimiu todas as restrições à importação de grãos, o que teve por conseqüência um triunfo da burguesia industrial sobre os proprietários fundiários.

fundos, do que na posse fundiária. Por menor que seja um campo, os instrumentos de trabalho de que ele necessita, como arado, serra etc., atingem um certo limite abaixo do qual não podem mais diminuir, enquanto a pequenez da posse fundiária pode ultrapassar de longe essas fronteiras.

2) A grande posse fundiária acumula para si os juros que o capital do arrendatário empregou na melhoria da terra e do solo. A pequena posse fundiária tem de aplicar o seu próprio capital. Para ela, todo este lucro (*Profit*) fica suprimido.

3) Enquanto cada melhoria social é útil à grande propriedade fundiária, ela prejudica a pequena, porque faz com que a mesma necessite cada vez mais de dinheiro vivo (*bares Geld*).

4) Duas são ainda as importantes leis a considerar para essa concorrência.

> α) A renda dos terrenos que sao cultivados para a produção de meios de alimento para o homem regula a renda da maioria dos restantes terrenos cultivados. Smith, t. I, p. 331[29].

Meios de alimento como gado etc., somente a grande posse fundiária [os] pode produzir no final das contas. Ela regula, portanto, a renda dos terrenos restantes e pode rebaixá-la a um mínimo.

O pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se, dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão (*Handwerker*) que possui um instrumento *próprio*, para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. //XVI/ A renda da terra desaparece totalmente para o pequeno possuidor fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro do seu capital e seu salário; pois a renda da terra pode ser impulsionada pela concorrência a se tornar apenas e tão-somente o juro do capital não aplicado pelo mesmo.

β) De resto, já ouvimos falar que em igual fertilidade e exploração igualmente habilidosa das terras, minas e indústrias de pesca, o produto está na proporção da extensão dos capitais. Portanto, triunfo do grande proprietário fundiário. De igual modo, sendo os capitais iguais, [o produto está] na proporção da fertilidade. Portanto, sendo os capitais iguais, triunfa o proprietário fundiário do solo mais fértil.

> γ) Pode-se dizer em geral de uma mina que ela é prolífera ou não prolífera, conforme a quantidade de mineral – que dela se pode extrair por meio de certa quantidade de trabalho – é maior ou menor do que a mesma quantidade de trabalho é capaz de extrair da maioria das outras minas da mesma espécie. T. I, p. 345-346, Smith[30]. O preço da mina mais prolífera regula o preço do carvão para todas as outras minas da vizinhança. Proprietário fundiário e empresário consideram ambos que terão, um, uma renda mais forte, outro, um lucro mais forte, se venderem as coisas mais baratas do que os seus vizinhos. Os vizinhos são forçados, nesse caso, a vender pelo mesmo preço, embora estejam menos em condições de fazê-lo, e embora esse preço diminua cada vez mais e por vezes acabe com toda a renda e todo o lucro. Algumas explorações se encontram, pois, totalmente abandonadas; outras já não fornecem renda alguma, e só podem continuar a ser trabalhadas pelo próprio proprietário fundiário. p. 350, t. I, Smith[31]. Depois da descoberta das minas do Peru, foi liquidada a maior parte das minas de prata da Europa. ... O mesmo aconteceu em relação às minas de Cuba e São Domingo, e mesmo relativamente às antigas minas do Peru após a descoberta das de Potosi. p. 353, t. I[32].

Exatamente o mesmo que Smith diz das minas no trecho anterior, vale mais ou menos para a posse fundiária em geral.

> δ) É de notar que o preço corrente (*Preisscourant*) dos terrenos depende da taxa corrente de juro (*couranten Taxe des Zinsfusses*) ... se a renda fundiária ficasse abaixo do juro do dinheiro por uma diferença muito forte, ninguém iria querer comprar terras, o que rapidamente voltaria a reduzir o seu preço corrente. Pelo contrário, se as vantagens da renda da terra mais que compensassem o juro do dinheiro, nesse caso todo mundo iria querer comprar terras, o que do mesmo modo restabeleceria em breve o seu preço corrente. T. II, p. 367-368[33].

---

[29] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 331: "... la rente des terres cultivées pour produire la nourriture des hommes, règle la rente de la plupart des autres terres cultivées". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 355.6-8.

[30] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 345-346: "On peut dire d'une mine en général, qu'elle est féconde ou qu'elle est stérile, selon que la quantité de minéral que peut en tirer une certaine quantité de travail, est plus ou moins grande que celle qu'une même quantité de travail tirerait de la plupart des autres mines de la même espèce".

[31] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 350: "... le prix de la mine de charbon la plus féconde règle le prix du charbon pour toutes les autres mines de son voisinage. Le propriétaire et l'entrepreneur trouvent tous deux qu'ils pourront se faire, l'un une plus forte rente, l'autre un plus gros profit en vendant quelque chose au dessous de tous leurs voisins. Les voisins sont bientôt obligés de vendre au même prix, quoiqu'ils soient moins en état d'y suffire, et quoique ce prix aille toujours en diminuant, et leur enlève même quelquefois toute leur rente et tout leur profit. Quelques exploitations se trouvent alors entièrement abandonnées; d'autre ne rapportent plus de rente, et ne peuvent plus être continuées que par le propriétaire de la mine".

[32] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 1, p. 353: "Après la découverte des mines du Pérou, les mines d'argent d'Europe furent pour la plupart abandonnées. ... La même chose arriva à l'égard des mines de Cuba et de Saint-Domingue, et même à l'égard des anciennes mines du Pérou, après la découverte de celles du Potosi".

[33] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 367-368: "Il est à remarquer que partout le prix courant des terres dépend du taux courant de l'intérêt. ... si la rente de la terre tombait au dessous de l'intérêt de l'argent d'une différence plus forte, personne ne voudrait acheter des terres; ce qui réduirait bientôt leur prix courant. Au contraire, si les avantages faisaient beaucoup plus que compenser la différence, tout le monde voudrait acheter des terres; ce qui en relèverait encore bientôt le prix courant". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 361.15-22.

Desta relação da renda da terra com o juro do dinheiro segue-se que a renda da terra tem de cair sempre mais, de forma que, por fim, apenas as pessoas mais ricas possam viver da renda fundiária. Portanto, a concorrência entre os proprietários fundiários que não arrendam [a terra] é cada vez maior: ruína de uma parte dos mesmos. Repetida acumulação (*accumulation*) da grande propriedade fundiária.

|XVII| Esta concorrência tem por conseqüência, além disso, que uma grande parte da propriedade fundiária cai nas mãos dos capitalistas, e os capitalistas se tornam, simultaneamente, proprietários fundiários, assim como a partir disso em geral os proprietários fundiários menores já não são mais do que capitalistas. Do mesmo modo, uma parte da grande propriedade fundiária se torna, ao mesmo tempo, industrial.

A última conseqüência é, portanto, a dissolução da diferença entre capitalista e proprietário fundiário, de modo que, no todo, só se apresentam, portanto, duas classes de população, a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas. Essa venda ao desbarato (*Verschacherung*) da propriedade fundiária, a transformação da propriedade fundiária numa mercadoria é a ruína final da velha aristocracia e o aperfeiçoamento final da aristocracia do dinheiro.

1) Não compartilhamos as lágrimas sentimentais que o romantismo verte a este respeito. Ele confunde sempre a ignomínia que reside na *venda ao desbarato da terra* com a conseqüência inteiramente racional, necessária e desejável no interior da propriedade privada, [conseqüência] que está encerrada na *venda ao desbarato da propriedade privada* da terra. Em primeiro lugar, já a propriedade fundiária feudal é, na sua essência, a terra vendida ao desbarato, a terra estranhada (*entfremdete*) do homem e, por isso, a terra fazendo frente a ele na figura de alguns poucos grandes senhores.

Já na posse fundiária feudal situa-se o domínio da terra como um poder estranho [posto] acima dos homens. O servo é o acidente da terra. De igual modo, o morgado, o primogênito, pertence à terra. Ela o herda. Em geral, a dominação da propriedade privada começa com a posse fundiária, ela é a sua base. Mas na posse fundiária feudal, o senhor *aparece* pelo menos como rei da posse fundiária. Do mesmo modo, existe ainda a aparência de uma relação mais íntima entre o possuidor e a terra do que a mera riqueza *coisal*. A propriedade rural (*Grundstück*) individualiza-se com o senhor, ela tem o seu lugar, é baronial ou condal com ele, tem os seus privilégios, sua jurisdição, sua relação política etc. Ela aparece na condição de corpo inorgânico do seu senhor. Daí o provérbio: *nenhuma terra sem dono* (*nulle terre sans maître*), no que está expresso o [modo de] ser concrescente (*Verwachsensein*) da magnificência e da posse fundiária. Ao mesmo tempo, a dominação da propriedade fundiária não aparece imediatamente como dominação do mero capital. Os que lhe pertencem estão mais em relação com ela do que com sua pátria. É uma espécie estreita (*engbrüstige*) de nacionalidade. |

|XVIII| De igual modo, a propriedade fundiária feudal dá ao seu senhor o nome, como um reino ao seu rei. Sua história familiar, a história de sua casa

etc., tudo isso individualiza para ele a posse fundiária e faz dela inclusive formalmente a sua casa, uma pessoa. De igual modo, os cultivadores da posse fundiária não têm a relação de *diaristas*, mas sim, em parte, eles próprios são propriedade dela, assim como os servos estão, em parte, numa relação de respeito para com ela, de submissão e de obrigação. Sua posição com relação a eles é, por isso, imediatamente política e tem, de igual modo, um lado *acolhedor*. Costumes, caráter etc., modificam-se de uma propriedade (*Grundstück*) para a outra, e parecem profundamente unidos a ela, enquanto mais tarde somente a bolsa do homem se liga à propriedade, não seu caráter, sua individualidade. Finalmente, ele não procura tirar a máxima vantagem possível de sua posse fundiária. Antes, ele consome o que ali está, e deixa tranqüilamente aos servos e arrendatários o cuidado da acumulação. Esta é a relação *aristocrática* da posse fundiária, que lança sobre o seu senhor uma glória romântica.

É necessário que esta aparência seja supra-sumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material *coisal*; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio. É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na sua cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento e inquieto – a concorrência; [que] a fruição ociosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multiativo com os mesmos. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruínem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: *nenhuma terra sem senhor* (*nulle terre sans seigneur*), o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono* (*l'argent n'a pas de maître*), no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem.

|XIX| 2) No que concerne à questão sobre a divisão ou não-divisão da posse fundiária, há que observar o seguinte.

A *divisão da posse fundiária* nega o *grande monopólio* da propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas porque *universaliza* esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A conseqüência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada. A divisão da posse fundiária corresponde precisamente ao movimento da concorrência na esfera industrial. Além das desvantagens nacional-econômicas desta divisão de instrumentos e do trabalho separado um

do outro (que deve ser diferenciada da divisão do trabalho; o trabalho é dividido não entre muitos, mas o mesmo trabalho é executado de cada um para si mesmo, é uma multiplicação do mesmo trabalho), esta divisão transforma-se, como aquela concorrência, necessariamente em acumulação mais uma vez.

Ali onde, portanto, a divisão do trabalho tem lugar, nada resta senão regressar ao monopólio numa figura ainda mais hostil ou negar\supra-sumir a própria divisão da posse fundiária. Mas isto não é o regresso à posse feudal, e sim a supra-sunção da propriedade privada na terra e no solo em geral. A primeira supra-sunção do monopólio é sempre sua universalização, o alargamento de sua existência. A supra-sunção do monopólio, que atingiu sua existência mais ampla e abrangente possível, é a sua completa aniquilação. A associação (*Association*), aplicada à terra e ao solo, partilha a vantagem da grande posse fundiária do ponto de vista nacional-econômico, e realiza primeiramente a tendência originária da divisão, a saber, a igualdade, assim como ela também coloca a ligação afetiva do homem com a terra de um modo racional e não mais [mediado] pela servidão, pela dominação e por uma tola mística da propriedade, quando a terra deixa de ser um objeto de regateio e se torna novamente, mediante o trabalho livre e a livre fruição, uma propriedade verdadeira e pessoal do homem. Uma grande vantagem da divisão é que a sua massa se arruína na propriedade de um outro modo do que na indústria, uma massa que não pode mais decidir-se pela servidão.

No que concerne à grande posse fundiária, os seus defensores identificaram sempre, de um modo sofista, as vantagens nacional-econômicas que a agricultura em grande escala proporciona com a grande propriedade fundiária, como se não fosse precisamente pela supra-sunção da propriedade que esta vantagem alcançasse, em parte, a sua | |XX| máxima extensão possível, e em parte só [assim] se tornasse de utilidade social. Do mesmo modo, atacaram o espírito de regateio da pequena posse fundiária, como se a grande posse fundiária, ela mesma, não encerrasse, já na sua forma feudal, o regateio latente em si, para não falar da moderna forma inglesa, onde estão reunidos o feudalismo do senhor da terra e o regateio industrial do arrendatário.

Assim como a grande propriedade fundiária pode devolver a acusação de monopólio que a divisão da posse fundiária lhe faz, da mesma forma – já que a divisão se baseia no monopólio da propriedade privada – a divisão da posse fundiária pode devolver à grande posse fundiária a acusação de divisão, pois também aqui domina a divisão, mas numa forma rígida, congelada. A propriedade privada repousa, de um modo geral, sobre o fato de ser dividida (*Geteiltsein*).

De resto, assim como a divisão da posse fundiária reconduz à grande posse fundiária como riqueza de capital, a propriedade fundiária feudal tem necessariamente de prosseguir em direção à divisão ou, ao menos, cair nas mãos dos capitalistas, por mais que ela queira se virar e revirar.

Pois, a grande propriedade fundiária, como na Inglaterra, atira a maioria preponderante da população para os braços da indústria e reduz os seus

próprios trabalhadores à completa miséria. Ela engendra e aumenta, portanto, o poder de seu inimigo, do capital, da indústria, na medida em que lança braços e uma completa e total atividade do país para o outro lado. Torna industrial a maior parte do país, portanto, [torna-a] adversária da grande propriedade fundiária. Se a indústria atingiu um poder elevado, como hoje em dia na Inglaterra, então ela constrange mais e mais a grande propriedade fundiária a lançar por terra os seus monopólios em face do estrangeiro e atira-a na concorrência com a propriedade fundiária do estrangeiro. Ou seja, sob o domínio da indústria a propriedade fundiária só podia assegurar a sua grandeza feudal mediante monopólios em face do estrangeiro, para assim se proteger das leis universais do comércio, que contradizem a sua essência feudal. Uma vez lançada na concorrência, ela segue as leis da concorrência como qualquer outra mercadoria a esta submetida. Ela na verdade torna-se muito instável, diminuindo e aumentando, voando de uma mão para outra, e nenhuma lei pode conservá-la mais em poucas mãos predestinadas. | |XXI| A conseqüência imediata é a fragmentação em muitas mãos, e em todo caso, a queda sob o poder dos capitais industriais.

Por fim, a grande posse fundiária, que desta maneira foi conservada pela força e gerou junto a si uma formidável indústria, conduz ainda mais rapidamente à crise do que a divisão da posse fundiária, ao lado da qual o poder da indústria permanece sempre sendo de segunda classe.

A grande posse fundiária, como vemos na Inglaterra, já abandonou o seu caráter feudal e assumiu um caráter industrial, na medida em que quer fazer o máximo dinheiro possível. Ela proporciona ao proprietário a máxima renda fundiária possível, ao arrendatário o máximo lucro possível de seu capital. Os trabalhadores agrícolas estão, por isso, reduzidos já ao mínimo e a classe dos arrendatários já representa o poder da indústria e do capital no interior da posse fundiária. Pela concorrência com o estrangeiro, na maior parte dos casos, a renda da terra deixa de poder constituir um ordenado (*Einkommen*) independente. Uma grande parte dos proprietários fundiários tem de tomar o lugar dos arrendatários que, desse modo, decaem, em parte, no proletariado. Por outro lado, muitos arrendatários apoderar-se-ão também da propriedade fundiária, pois os grandes proprietários que, com a sua confortável renda (*Revenu*), na maior parte dos casos se entregaram ao desperdício e, na maioria das vezes, são também inaptos para a condução da agricultura em larga escala, em parte não possuem nem capital, nem qualificação para explorar a terra e o solo. Portanto, também uma parcela destes se arruinará completamente. Finalmente, o salário reduzido a um mínimo tem de ser mais reduzido ainda, para que se mantenha a nova concorrência. Isto conduz, então, necessariamente à revolução.

A propriedade fundiária tinha de desenvolver-se de cada uma dessas duas formas, para em ambas experimentar o seu necessário declínio, assim como a indústria tinha de se arruinar na forma do monopólio e na forma da concorrência para aprender a acreditar no ser humano. |

[TRABALHO ESTRANHADO E PROPRIEDADE PRIVADA]

| XXII | Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (*Grundrentner*) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade.

A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores. Até que ponto estas circunstâncias exteriores, aparentemente casuais, são apenas a expressão de um desenvolvimento necessário, sobre isto a economia nacional nada nos ensina. Vimos como inclusive a troca parece a ela um fato meramente acidental. As únicas rodas que o economista nacional põe em movimento são a *ganância* e a *guerra entre os gananciosos, a concorrência.*

Justamente pelo fato de a economia nacional não compreender a conexão do movimento, ela pôde novamente opor, por exemplo, a doutrina da concorrência à doutrina do monopólio, a doutrina da liberdade industrial à doutrina da corporação, a doutrina da divisão da posse da terra à doutrina da grande propriedade fundiária, pois concorrência, liberdade industrial, divisão da posse da terra eram desenvolvidas e concebidas apenas como conseqüências acidentais, deliberadas, violentas, [e] não como [conseqüências] necessárias, inevitáveis, naturais do monopólio, da corporação e da propriedade feudal.

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (*Entfremdung*) com o sistema do *dinheiro*.

Não nos desloquemos, como [faz] o economista nacional quando quer esclarecer [algo], a um estado primitivo imaginário[1]. Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta. Supõe na forma do fato (*Tatsache*), do acontecimento, aquilo que deve deduzir, notadamente a relação necessária entre duas coisas, por exemplo entre divisão do trabalho e troca. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado original (*Sündenfall*), isto é, supõe como um fato dado e acabado, na forma da história, o que deve explicar.

Nós partimos de um fato nacional-econômico, *presente*.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*).

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários

[1] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 336.28-32.

não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas conseqüências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

|XXIII| Examinemos agora mais de perto a *objetivação*, a produção do trabalhador, e nela o *estranhamento*, a *perda* do objeto, do seu produto.

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível* (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz.

Mas como a natureza oferece os *meios de vida*, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os *meios de vida* no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do *trabalhador* mesmo.

Quanto mais, portanto, o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador.

Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um *objeto do trabalho*, isto é, recebe *trabalho*; e, segundo, porque recebe *meios de subsistência*. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *su-*

jeito físico. O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode][2] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador.

(O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.)

A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediata** *entre o* **trabalhador** (o trabalho) *e a produção.* Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.

A relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção. A relação do abastado com os objetos da produção e com ela mesma é somente uma *conseqüência* desta primeira relação. E a confirma. Examinaremos mais tarde este outro aspecto. Se portanto perguntamos: qual a relação essencial do trabalho, então perguntamos pela relação do *trabalhador* com a produção.

Até aqui examinamos o estranhamento, a exteriorização do trabalhador sob apenas um dos seus aspectos, qual seja, a sua *relação com os produtos do seu trabalho*. Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo.

Em que consiste, então, a exteriorização (*Entäusserung*) do trabalho?

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu

[2] Colchetes da edição alemã. O verbo auxiliar não foi adotado por Marx, ficando a correção a cargo do editor da publicação original que serve de base para esta tradução. (N.T.)

espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo.

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal.

Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais.

Examinamos o ato do estranhamento da atividade humana prática, o trabalho, sob dois aspectos. 1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da *coisa*.

| XXIV | Temos agora ainda uma terceira determinação do *trabalho estranhado* a extrair das duas vistas até aqui.

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero

vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre.

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]. Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada.

Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. O

trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*.

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua* obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza.

Igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a auto-atividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física.

A consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio.

O trabalho estranhado faz, por conseguinte:

3) do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* da sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*.

4) uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*. Quando o homem está frente a si

mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem.

Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana.

O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com o outro homem.

Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador.

| XXV | Partimos de um factum nacional-econômico, do estranhamento do trabalhador e de sua produção. Expressamos o conceito deste factum, o trabalho *estranhado, exteriorizado*. Analisamos este conceito, analisamos, por conseguinte, apenas um factum nacional-econômico.

Continuemos agora a observar como tem de se enunciar e expor, na efetividade, o conceito de trabalho estranhado, exteriorizado.

Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então?

Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então?

A *outro* ser que não eu.

Quem é este ser?

Os *deuses*? Evidentemente nas primeiras épocas a produção principal, como por exemplo a construção de templos etc., no Egito, na Índia, México, aparece tanto a serviço dos deuses, como também o produto pertence a eles. Sozinhos, porém, os deuses nunca foram os senhores do trabalho. Tampouco a *natureza*. E que contradição seria também se o homem, quanto mais subjugasse a natureza pelo seu trabalho, quanto mais os prodígios dos deuses se tornassem obsoletos mediante os prodígios da indústria, tivesse de renunciar à alegria na produção e à fruição do produto por amor a esses poderes.

O ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser *fruição* para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.

Considere-se ainda a proposição colocada antes, de que a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente *objetiva, efetiva*, pela sua relação

com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem.

Todo auto-estranhamento (*Selbstentfremdung*) do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo. Por isso o auto-estranhamento religioso aparece necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou também, visto que aqui se trata do mundo intelectual, de um mediador etc. No mundo prático-efetivo (*praktische wirkliche Welt*) o auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva (*praktisches wirkliches Verhältnis*) com outros homens. O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo um [meio] *prático*. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste.

Consideramos até agora a relação apenas sob o aspecto do trabalhador. Consideraremo-la, mais tarde, também sob o aspecto do não-trabalhador.

Através do trabalho *estranhado, exteriorizado*, o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) com o trabalho.

A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

A *propriedade privada* resulta portanto, por análise, do conceito de *trabalho exteriorizado*, isto é, de *homem exteriorizado*, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem *estranhado*.

Herdamos certamente o conceito de *trabalho exteriorizado* (de *vida exteriorizada*) da economia nacional como resultado do *movimento da propriedade privada*. Mas evidencia-se na análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma conseqüência do mesmo, assim como também os deuses são,

originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca.

Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o *produto* do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o *meio* através do qual o trabalho se exterioriza, a *realização desta exteriorização*.

Este desenvolvimento lança luz imediatamente sobre diversos conflitos até agora insolúveis.

1) A economia nacional parte do trabalho como [sendo] propriamente a alma da produção, e, apesar disso, nada concede ao trabalho e tudo à propriedade privada. Proudhon, a partir desta contradição, concluiu em favor do trabalho [e] contra a propriedade privada[3]. Nós reconhecemos, porém, que esta aparente contradição é a contradição do *trabalho estranhado* consigo mesmo, e que a economia nacional apenas enunciou as leis do trabalho estranhado.

Por isso também reconhecemos que *salário* e *propriedade privada* são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma conseqüência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como fim em si, mas como o servidor do salário. Desenvolveremos isto mais tarde e agora apenas nos limitamos a deduzir algumas | | [XX]VI | conseqüências.

Uma violenta *elevação do salário* (abstraindo de todas as outras dificuldades, abstraindo que, como uma anomalia, ela também só seria mantida com violência) nada seria além de um melhor *assalariamento do escravo* e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas.

Mesmo a *igualdade de salários*, como quer Proudhon, transforma somente a relação do trabalhador contemporâneo com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho. A sociedade é, nesse caso, compreendida como um capitalista abstrato.

Salário é uma conseqüência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. Conseqüentemente, com um dos lados tem também de cair o outro.

2) Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles,

[3] Proudhon, Pierre-Joseph. *Qu'est-ce que la propriété?...*, cit. Vide, por exemplo, todo o capítulo 3: §4: Du Travail. – Que le travail n'a par lui-même, sur les choses de la nature, aucune puissance d'appropriation. §5: Que le travail conduit à l'égalité des propriétés. §6: Que dans la société tous les salaires sont égaux. §7: Que l'inégalité des facultés est la condition nécessaire de l'égalité des fortunes. §8: Que dans l'ordre de la justice, le travail détruit la propriété.

mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação.

Assim como encontramos, por *análise*, a partir do conceito de trabalho *estranhado, exteriorizado*, o conceito de *propriedade privada*, assim podem, com a ajuda destes dois fatores, ser desenvolvidas todas as *categorias* nacional-econômicas, e haveremos de reencontrar em cada categoria, como por exemplo do regateio, da concorrência, do capital, do dinheiro, apenas uma *expressão determinada* e *desenvolvida* desses primeiros fundamentos.

Contudo, antes de examinar esta configuração (*Gestaltung*), procuremos solucionar ainda dois problemas.

1) Determinar a *essência* universal da *propriedade privada*, tal como se constituiu enquanto resultado do trabalho estranhado, em sua relação com a *propriedade verdadeiramente humana e social*.

2) Admitimos o *estranhamento do trabalho*, sua exteriorização, enquanto um factum e analisamos este fato. Como, perguntamos agora, o *homem* chegou ao ponto de *exteriorizar*, de estranhar o seu *trabalho*? Como este estranhamento está fundado na essência do desenvolvimento humano? Já obtivemos muito para a solução do problema quando *transmutamos* a questão sobre a *origem* da *propriedade privada* na questão sobre a relação do *trabalho exteriorizado* com a marcha do desenvolvimento da humanidade. Pois, quando se fala em *propriedade privada*, acredita-se estar se tratando de uma coisa fora do homem. Quando se fala do trabalho, está-se tratando, imediatamente, do próprio homem. Esta nova disposição da questão já é inclusive a sua solução.

ad 1. Essência universal da propriedade privada e sua relação com a propriedade verdadeiramente humana.

Em dois elementos que se condicionam mutuamente, ou que apenas são expressões distintas de uma e da mesma relação, o trabalho exteriorizado solucionou-se para nós, [ou seja,] a *apropriação* aparece como *estranhamento*, como *exteriorização*, e a *exteriorização como apropriação*, o *estranhamento* como a verdadeira *civilinização*[4].

Examinamos um dos aspectos, o trabalho *exteriorizado* no que se refere ao próprio trabalhador, ou seja, a *relação do trabalho exteriorizado consigo mesmo*. Como produto, como resultado necessário desta relação, encontramos a *relação de propriedade do não-trabalhador* com o *trabalhador e* [com] *o trabalho*. A

[4] O termo utilizado por Marx é *Einbürgerung*, que designa a "naturalização" daquele que se torna cidadão de outro país. O termo pode ter também o sentido de "aclimatação" (o verbo é *sich einbürgern*, reflexivo), mas o conteúdo pretendido e sugerido por Marx certamente é mais amplo e abrange a possibilidade de o indivíduo tornar-se "cidadão" (aquele que pertence à cidade, ao antigo burgo, e que se diferencia do clero e da nobreza) através da aquisição de valores civis, "burgueses". (N.T.)

propriedade privada, como a expressão material, resumida, do trabalho exteriorizado, abarca as duas relações, a *relação do trabalhador com o trabalho e com o produto do seu trabalho* e com o *não-trabalhador*, e a relação do *não-trabalhador com o trabalhador* e [com] *o produto do trabalho deste último*.

Se vimos que com respeito ao trabalhador que se *apropria* da natureza através do trabalho a apropriação aparece como estranhamento, a auto-atividade como atividade para um outro e como atividade de um outro, a vitalidade como sacrifício da vida, a produção do objeto como perda do objeto para um poder estranho, para um homem *estranho*, passemos a examinar agora a relação deste homem *estranho* ao trabalho e ao trabalhador com o trabalhador, com o trabalho e o seu objeto.

Em primeiro lugar, é de se notar que tudo o que aparece no trabalhador como *atividade da exteriorização, o estranhamento*, aparece no não-trabalhador como *estado da exteriorização, do estranhamento*.

Segundo, que o *comportamento efetivo*, prático do trabalhador na produção e com o produto (como estado espiritual) aparece no não-trabalhador que está diante dele como *comportamento teórico*.

| XXVII | *Terceiro*. O não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador.

Examinemos mais de perto essas três relações.

[CADERNO II (PARTE CONSERVADA)][1]
[A RELAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA]

[...] | XL | forma juros do seu capital. No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *carente* (*bedürftig*), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso, sua existência. Como capital, o *valor* do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também *fisicamente*, a sua *existência* (*Dasein*), a sua *vida*, se torna e é sabida como oferta de *mercadoria*, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*. Mas porque ambos, capital e trabalho, são estranhos entre si e estão, por conseguinte, em uma relação indiferente, exterior e acidental, esta estranheza (*Fremdheit*) tem de aparecer como [algo] *efetivo* (*wirklich*). Tão logo aconteça ao capital – ocorrência necessária ou arbitrária – não mais existir para o trabalhador, o trabalhador mesmo não é mais para si; ele não tem *nenhum* trabalho e, por causa disto, *nenhum* salário. E, aí, ele tem existência (*Dasein*) não *enquanto homem*, mas *enquanto trabalhador*, podendo deixar-se enterrar, morrer de fome etc. O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital* é *para ele*. A existência (*Dasein*) do capital é *sua* existência, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele. A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha (*Arbeitsmensch*),

[1] Este segundo manuscrito consta de duas folhas, ou seja, quatro páginas numeradas de XL a XLIII. Inicia na metade de uma frase e constitui, provavelmente, apenas o fragmento de um texto mais amplo.

o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do administrador da miséria, fantasmas [situados] fora de seu domínio. As carências do trabalhador são assim, para ela, apenas a *necessidade* (*Bedürfnis*) de conservá-*lo durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores* não *desapareça*. O salário possui, por conseguinte, exatamente o mesmo significado de *conservação* (*Unterhaltung*) na *manutenção* (*Standerhaltung*) de qualquer outro instrumento produtivo, tal qual o *consumo do capital* em geral, de modo a poder reproduzir-se com juros. Como o óleo que se põe na roda para mantê-la em movimento. O salário pertence, pois, aos *custos* obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação. Foi, portanto, absolutamente conseqüente quando donos de fábricas ingleses, antes da Amendment bill de 1834, deduziram do salário do trabalhador, como parte integrante do mesmo, as esmolas públicas que este recebia mediante taxas de assistência[2].

A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado*

[2] Trata-se da Amendment Bill, proposta de emenda (*An Act for the Amendment and better Administration of the Laws relating to the Poor in England and Wales*), que entrou em vigor a partir de 14 de agosto de 1834. A referida lei impusera uma taxa de assistência (*Armentaxe*) que ocupava os aptos ao trabalho, subvencionava os não-aptos a ele, e devia educar os filhos de pessoas pobres para o trabalho. Ao contrário dessa lei, o parlamento deliberara, já em 1792, que também as pessoas aptas ao trabalho podiam receber, da caixa de assistência, subsídios. Sobre este fundamento legal, foi estabelecido, em 1795, o chamado *allowance system*. Depois da alta nos preços dos meios de subsistência e do aumento no número dos membros componentes das famílias, foi fixado um padrão mínimo necessário para a sobrevivência. Junto do salário, a todo membro de família situado abaixo desse mínimo, era paga a diferença a partir da caixa de assistência. Esse sistema tinha por conseqüência que os capitalistas mantinham os salários tão baixos quanto possível, e os trabalhadores apenas parcialmente colocados, quando a administração dos subsídios se comprometia desde o princípio a bancar uma subvenção proveniente da caixa de assistência. Em 1832, o parlamento inglês constituiu uma comissão para examinar a legislação vigente de assistência aos pobres e sua aplicação prática, e preparar uma nova lei. A comissão concluiu que a forma habitual de administração da subvenção aos necessitados era a principal razão para o crescente pauperismo na Inglaterra. Sua mais importante contribuição foi estabelecer a criação das casas de trabalho (*workhouses*) como o meio definitivo da legislação de assistência aos pobres e instituir uma autoridade pública central. A Amendment bill de 1834 tornou efetivas as sugestões da comissão. Ela proibia todo socorro em dinheiro e meios de subsistência aos desocupados capazes de trabalhar e suas famílias, que deviam ser encaminhados para casas de trabalho, onde, sob condições desumanas, eram obrigados a trabalhar e morar. A respeito, vide Marx, K. *Exzerpte aus Eugène Buret: De la misère des classes labourieuses en Angleterre et en France*. In: MEGA, IV/2, p. 555.1-556.27, e também p. 452.14-453.40 e 506.28-507.43.

(*entmenschtes Wesen*) tanto *espiritual* quanto corporalmente – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Seu produto é a *mercadoria consciente-de-si* e *auto-ativa*, ... a mercadoria *humana*. ... Grande progresso de Ricardo, Mill etc. contra Smith e Say declararem a *existência* (*Dasein*) do homem – a maior ou menor produtividade humana de mercadorias – como *indiferente* e até mesmo *perniciosa*[3]. A verdadeira finalidade da produção não seria quantos trabalhadores um capital sustenta, mas sim quantos juros ele rende, a soma das *poupanças* anuais. Do mesmo modo, foi um grande e conseqüente progresso da recente |XLI| economia nacional inglesa que ela – que elevou o *trabalho* a *único* princípio da economia nacional – tivesse exposto, com plena lucidez e a um só tempo, a relação *inversa* entre o salário e os juros do capital e que o capitalista, regra geral, *apenas* mediante o rebaixamento do salário possa ganhar, e vice-versa. A relação *normal* seria: não o prejuízo do consumidor, mas o prejuízo mútuo de capitalista e trabalhador.

A relação (*Verhältnis*) da propriedade privada contém latente em si a relação da propriedade privada como *trabalho*, assim como a relação dela mesma como *capital* e a *conexão* (*Beziehung*) destas duas expressões uma com a outra. [Por um lado, trata-se d] a produção da atividade humana enquanto *trabalho*, ou seja, enquanto uma [atividade] totalmente estranha a si, ao homem e à natureza e, por conseguinte, a consciência e a manifestação de vida (*Lebensäusserung*) também [como] atividade estranha; a existência *abstrata* do homem como um puro *homem que trabalha* e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva (*wirkliche*) não-existência. Por outro, [trata-se d] a produção do objeto da atividade humana como *capital*, no qual toda determinidade natural e social do objeto está *extinta*, [em que] a propriedade privada perdeu sua qualidade natural e social (ou seja, perdeu todas as ilusões políticas e gregárias, sem se mesclar com relação *aparentemente* humana alguma) – no qual também o *mesmo* capital permanece *o mesmo* na mais diversificada existência natural e social, é completamente indiferente ao seu conteúdo *efetivo* (*wirklicher Inhalt*). Esta oposição (*Gegensatz*) levada ao seu extremo é necessariamente o auge, a culminância e o declínio de toda a relação. Por isso, é de novo uma grande façanha da mais recente economia nacional inglesa ter definido a renda da terra como [sendo] a diferença entre os juros da pior e da melhor terra cultivadas[4], ter mostrado as ilusões românticas do proprietário fundiário – a sua suposta importância social e a identidade do seu interesse com o interesse da sociedade | | –

[3] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Guillaume Prevost: Réflexions du traducteur sur le système de Ricardo*. In: MEGA, IV/2, p. 477, 478 e 483.

[4] Ibid., p. 477, 478 e 480.

(que *Adam Smith* ainda reafirmou[5], seguindo os fisiocratas) –, ter antecipado e preparado o movimento da realidade que transformará o proprietário fundiário num capitalista totalmente ordinário e prosaico, pelo que se simplificará e agudizará a oposição, e será acelerada, com isso, sua dissolução (*Auflösung*). A *terra* como *terra*, a *renda da terra* como *renda da terra* perderam, com isso, sua *qualidade social distintiva* (*Standesunterschied*), e converteram-se em *capital* e *juro* (*Interesse*) que nada dizem, ou antes, que apenas sugam dinheiro.

A *diferença* entre capital e terra, entre ganho e renda da terra, e de ambos com o salário; [a distinção] entre a *indústria* e a *agricultura*, entre a propriedade privada *imóvel* e *móvel* é uma [diferença] ainda *histórica*, uma diferença não fundada na essência da coisa, uma formação (*Bildung*) *fixada* e o momento originário (*Entstehungsmoment*) da oposição entre capital e trabalho. Na indústria etc., em oposição à propriedade fundiária imóvel, exprime-se apenas o modo originário e a oposição na qual a indústria se formou a partir da agricultura. Enquanto espécie *particular* de trabalho, enquanto distinção *essencial, importante, abarcando a vida*, esta diferença subsiste somente na medida em que a indústria (a vida da cidade) se forma *frente* à posse da terra (à vida aristocrática \ vida feudal), e ainda conserva o caráter feudal de sua oposição em si mesma na forma do monopólio, das profissões, da guilda, da corporação etc., no interior de determinações nas quais o trabalho tem ainda um significado *aparentemente social*, ainda o significado de *efetiva* coletividade (*wirkliches Gemeinwesen*); ainda não progrediu à *indiferença* para com o seu conteúdo, até o completo ser para si mesmo, isto é, à abstração de qualquer outro ser e, por isso mesmo, também não chegou ainda a capital *liberto* (*freigelassenes Capital*). | |XLII| Mas o necessário *desenvolvimento* do trabalho é a *indústria* liberta e constituída para si mesma enquanto tal, e o *capital liberto*. A potência da indústria sobre seu contrário se revela imediatamente no surgimento da *agricultura* como uma indústria real, ao passo que anteriormente ela deixava o principal trabalho ao solo (*Boden*) e aos *escravos* desse solo, mediante os quais este último se cultivava. Com a transformação do escravo em trabalhador *livre*, isto é, em um trabalhador *pago a soldo*, o senhor da terra (*Grundherr*) em si (*an sich*) transformou-se em senhor de indústria (*Industrieherr*), em capitalista, uma transformação que se exerceu, em primeiro lugar, por intermédio do *arrendatário*. Mas o *arrendatário* é o representante, o *mistério* revelado do proprietário fundiário (*Grundeigentümer*); apenas por intermédio dele veio a ter lugar *sua* existência *nacional-econômica*, sua existência enquanto proprietário privado – posto que a renda de sua terra só existe mediante a concorrência entre os arrendatários. Deste modo, o senhor da terra já se tornou, no *arrendatário*, essencialmente um

[5] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t. 2, p. 161. Vide também: Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith: Recherches...*, cit., p. 356.26-27, e também p. 211.6-12 e 356.12-15.

capitalista comum. E isto tem de cumprir-se também na efetividade: o capitalista que se dedica à agricultura – o arrendatário – tem de se tornar senhor da terra ou vice-versa. O *regateio industrial* (*Industrieschacher*) do arrendatário é o do *proprietário fundiário*, pois o ser do primeiro assenta o ser do segundo.

Ao se recordarem de seu nascimento antagônico, sua procedência – o proprietário fundiário sabe o capitalista como o seu escravo insubordinado, liberto, enriquecido, de ontem, e vê-se a si próprio como *capitalista* ameaçado por aquele; o capitalista sabe o proprietário fundiário como o senhor ocioso e cruel \ egoísta de ontem, sabe que, enquanto capitalista, o prejudica, ainda que deva à indústria todo o seu significado social contemporâneo, seu ter e seu fruir, vê nele uma oposição à indústria *livre* e ao capital *livre*, independentemente de toda determinação natural –, esta oposição torna-se extremamente amarga, e diz-se a verdade reciprocamente. Basta apenas ler os ataques da propriedade imóvel contra a propriedade móvel, e vice-versa, para obter-se um quadro intuitivo da sua mútua infâmia. O proprietário fundiário faz valer a nobreza de nascimento da sua propriedade, os souvenirs [recordações] feudais, \ reminiscências, / | a poesia da memória, sua essência entusiasta, sua importância política etc. e, se fala nacional-economicamente, [afirma] que *somente* a agricultura seria produtiva. Ele descreve, ao mesmo tempo, seu oponente como um [indivíduo] astuto, mercenário, critiqueiro, enganador, ganancioso, venal, rebelde, sem coração nem espírito, estranhado da coletividade e seu dilapidador, usurário, alcoviteiro, escravo, adulador, insinuante, trapaceiro, espoliador, gerador, alimentador e acariciador da concorrência e, por isso, do pauperismo e do crime, da dissolução de todos os laços sociais – *agiota* sem honra, sem princípios, sem poesia, sem substância, sem nada. (Vide, dentre outros, o fisiocrata *Bergasse*, que Camille Desmoulins já censurou na sua revista "Révolutions de France et de Brabant"[6]; vide [também] von Vincke, Lancizolle, Haller, Leo, Kosegarten[7], o afetado teólogo velho-hegeliano *Funke*

[6] Vide *Révolutions de France et de Brabant*, editado por Camille Desmoulins, Paris, 1790, nº 13 ("Les séances des 12 & 13 février"), nº 16 ("Le Châtelet a jugé en une séance"), nº 23 ("Dans quels égarements d'esprit") e nº 26 ("Peut-être mes lecteurs").

[7] Nos idos de julho e agosto de 1843, em Kreuznach, Marx fez anotações da obra de Karl Wilhelm von Lancizolle: *Über Ursachen, Character und Folgen der Julitage*, Berlim, 1831. Vide Marx, Karl. *Notizen zur Geschichte Frankreichs, Deutschlands, Englands uns Schwedens* (caderno 4). In: MEGA, IV/2, p. 156-152. Marx possuía, na sua biblioteca de Paris, de Wilhelm Kosegarten, *Betrachtungen über die Veräusserlichkeit und Theilbarkeit des Landbesitzes mit besonderer Rücksicht auf einige Provinzen der Preussichen Monarchie*, Bonn, 1842. Durante sua colaboração na *Gazeta Renana*, Marx ocupou-se, através desse escrito, com o tema da alienabilidade, divisão e propriedade da terra, escrito esse que tinha, possivelmente, conexão com o seu quarto artigo acerca dos debates da sexta dieta provincial renana. Vide também Marx, Karl. "Der Kommunismus und die Augsburger 'Allgemeine Zeitung'". In: MEGA, I/1, p. 238 e 240.

que, com lágrimas nos olhos, conta como um escravo – segundo o senhor Leo –, quando da supressão (*Aufhebung*) da servidão, recusou-se a deixar de ser *propriedade aristocrática*[8]. | / Vide também as *Fantasias patrióticas*, de *Justus Möser*, que se destacam por não abandonar um [só] instante o horizonte íntegro, pequeno-burguês, | / "doméstico" *vulgar*, estúpido, do filisteu e são, por isso, *puras* fantasmagorias[9] (*Phantastereien*). Esta contradição fez-se então interessante para a alma alemã.// E vide Sismondi).

A propriedade móvel indica, por seu lado, o prodígio da indústria e do movimento, é a cria da era moderna e seu filho legítimo e unigênito; ela lastima o seu adversário como um pateta *não-esclarecido* sobre a sua essência (e isto é inteiramente correto), que quer pôr no lugar do capital moral e do trabalho livre a crua violência (*Gewalt*) imoral e a servidão; ela o caracteriza como um Dom Quixote que, sob a aparência da *retidão* (*Gradheit*), da *probidade*, do *interesse universal*, da *estabilidade*, esconde a incapacidade de movimento, o sibarismo avarento, o egoísmo, o interesse particular, a má intenção; expõe-no como um *monopolista espertalhão;* atenua suas reminiscências, sua poesia, seu fanatismo mediante a enumeração histórica e sarcástica da vilania, da crueldade, do aviltamento, da prostituição, da infâmia, da anarquia, da revolta, dos quais foram oficinas os castelos românticos. / | XLIII | [A propriedade móvel] teria proporcionado ao mundo a liberdade política, rompido as cadeias da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*), unido os mundos entre si, instituído o comércio filantrópico, a moral pura, a cultura agradável; ela teria concedido ao povo, em vez de suas rudes carências, necessidades civilizadas e os meios para sua satisfação, ao passo que o proprietário fundiário – este inativo e apenas denominado agiota de cereais – encareceria para o povo os primeiros meios de vida, através do que forçaria o capitalista a elevar o salário, sem poder elevar a força de produção, e assim impediria, e por fim suprimiria inteiramente, o rendimento anual da nação, a acumulação de capitais, portanto, a possibilidade de proporcionar trabalho ao povo e riqueza ao país, provocaria uma bancarrota geral, exploraria de modo usurário *todas* as vantagens da civilização moderna, sem fazer o mínimo por ela e ainda por cima sem abandonar os seus preconceitos feudais. Por fim, ele somente deveria olhar para o seu *arrendatário* – ele, para quem a agricultura e o próprio solo só

[8] Funke, Georg Ludwig Wilhelm. *Die aus der unbeschränkten Theilbarkeit des Grundeigenthums hervorgehenden Nachtheile*, Hamburg, Gotha, 1839, p. 56. Funke observa que o referido episódio é narrado por Justus Möser, em *Patriothische Phantasien*, Berlim, 1820, p. 266, mas faz também referência a Heinrich Leo (*Studien und Skizzen zu einer Naturlehre des Staates*, 1833), o que pode ter levado à citação equivocada de Marx.

[9] Möser, Justus. *Patriothische Phantasien*, cit. Vide Marx, K. *Notizen zur Geschichte Deutschlands und der USA und Exzerpte aus staats- und verfassungsgeschichtlichen Werken* (Heft 5). In: MEGA, IV/2, p. 256-265.

existem enquanto uma fonte de dinheiro doada – e deveria dizer se ele não é um canalha *honesto*, *fantástico*, *astuto*, que no coração e na efetividade de há muito pertence à indústria *livre* e ao *encantador* comércio, por muito que ele também se oponha a isso e por mais que fale de recordações históricas e fins éticos ou políticos. Tudo o que ele efetivamente alegue em seu proveito seria verdadeiro apenas para o *cultivador da terra* (o capitalista e os servos do trabalho), cujo *inimigo* seria sobretudo o *proprietário fundiário;* ele testemunha, portanto, contra si próprio. *Sem* capital, a propriedade fundiária seria matéria morta, sem valor. Seu triunfo civilizado seria justamente ter descoberto e criado, no lugar da coisa morta, o trabalho humano enquanto fonte de riqueza. (Vide Paul Louis Courier, St. Simon, Ganilh, Ricardo, Mill, Mac-Culloch, Destutt de Tracy e Michel Chevalier.)

Do *efetivo* curso do desenvolvimento (a incluir aqui) segue o necessário triunfo do *capitalista*, isto é, da propriedade privada desenvolvida sobre o *proprietário fundiário* não desenvolvido, semidesenvolvido, como, aliás, o movimento tem já de triunfar sobre a imobilidade, a infâmia aberta e consciente de si [tem de triunfar] sobre a encoberta e *sem consciência* (*bewusstlose*), a *cobiça* sobre o *sibarismo*, o interesse pessoal declarado, mundano, incansável, muito proficiente do *Iluminismo* (*Aufklärung*) sobre o *interesse pessoal* local, honesto, indolente e fantástico da *superstição*, assim como o *dinheiro* tem de triunfar sobre a outra forma de propriedade privada.

Os Estados que pressentem algo do perigo da indústria livre completada, da moral pura completada, e do comércio filantrópico completado, procuram manter – mas de forma totalmente inútil – a capitalização da propriedade fundiária.

A *propriedade fundiária*, em sua diferença em relação ao capital, é a propriedade privada, o capital ainda acometido por preconceitos *locais* e políticos, [o capital] ainda não regressado totalmente a si a partir de seu enredamento com o mundo, o capital ainda *incompleto* (*unvollendetes Capital*). Ele tem, na marcha de sua *formação mundial*, de chegar à sua expressão abstrata, isto é, *pura*.

A relação da *propriedade privada* é trabalho, capital e a relação entre ambos. Os movimentos que essa estrutura deverá percorrer são:

Primeiro: a *unidade imediata* ou *mediata* de *ambos*.

Capital e trabalho primeiramente ainda unidos; depois, com efeito, separados e estranhados, mas elevando-se e fomentando-se (*hebend und fördernd*) reciprocamente enquanto condições *positivas*.

Contraposição de ambos. Excluem-se reciprocamente, e o trabalhador sabe o capitalista como sua não-existência (*Nichtdasein*) e vice-versa; cada um procura arrancar do outro sua existência (*sein Dasein*).

Contraposição de cada um *contra* si mesmo. Capital = trabalho acumulado = trabalho. Enquanto tal decompondo-se em *si* e nos seus *juros*, da mesma forma que estes, novamente, em *juros* e *ganho*. Sacrifício pleno do capitalista. Ele decai na classe trabalhadora da mesma forma que o trabalhador – mas só excepcionalmente – se torna capitalista. O trabalho como [sendo]

um momento do capital, seus *custos*. Portanto, o salário, como um sacrifício do capital[10].

Trabalho decompõe-se em *si* e no *salário*. O trabalhador mesmo [como sendo] um capital, uma mercadoria.

Oposição recíproca hostil.

[10] Vide Engels, Friedrich. "Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie". In: *Deutsche-französische Jahrbücher*, editado por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99-100.

[CADERNO III]
[COMPLEMENTO AO CADERNO II, PÁGINA XXXVI]
[PROPRIEDADE PRIVADA E TRABALHO]

|I| *ad. pag. XXXVI.* A *essência subjetiva* da propriedade privada, a *propriedade privada* enquanto atividade sendo para si, enquanto *sujeito*, enquanto *pessoa*, é o *trabalho*. Compreende-se, portanto, que só a economia nacional, que reconheceu o *trabalho* como seu princípio – Adam Smith – não sabia a propriedade privada apenas como um *estado* exterior ao homem –, que essa economia nacional é considerada, por um lado, como um produto da *energia* efetiva e do *movimento* da propriedade privada (ela é o movimento independente da propriedade privada tornado para si na consciência, a indústria moderna como si mesma – *Selbst*), como um produto da *indústria* moderna, e como ela, por outro, acelerou, glorificou, a energia e o desenvolvimento dessa *indústria*, e fez deles um poder da *consciência*. Como *fetichistas*, como *católicos* aparecem, por isso, a essa economia nacional esclarecida que descobriu a *essência subjetiva* da riqueza – no interior da propriedade privada – os partidários do sistema monetário e do sistema mercantilista, que sabem a propriedade privada enquanto uma essência *somente objetiva* para o homem. *Engels* chamou, por isso, com razão, *Adam Smith* de *Lutero nacional-econômico*[1]. Tal como Lutero reconheceu a *fé* como a essência do *mundo* exterior da *religião*, e por isso contrapôs-se ao paganismo católico; tal como ele suprimiu (*aufhob*) a religiosidade *externa* enquanto fazia da religiosidade a essência *interna* do homem; tal como ele negou o padre existindo fora do leigo porque deslocou o padre para o coração do leigo, assim fica suprimida (*aufgehoben*) a riqueza existente fora do homem e dele independente – portanto apenas afirmada e mantida de um modo exterior –, isto é, esta sua *objetividade externa sem pensamento* é suprimida na medida em que a propriedade privada se incorpora ao próprio homem e reconhece o próprio homem enquanto sua essência – mas, assim, o próprio homem é posto na determinação da propriedade privada, tal como em Lutero [o homem é

[1] Vide Engels, Friedrich. "Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie", cit., p. 91. Diz Engels: "Enquanto, porém, o *Lutero econômico*, Adam Smith, criticava a economia atual, as coisas tinham se modificado bastante".

posto] na [determinação] da religião[2]. Sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo princípio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização conseqüente da renegação do homem, na medida em que ele próprio não mais está numa tensão externa com a essência externa da propriedade privada, mas ele próprio se tornou essa essência tensa da propriedade privada. O que antes era *ser-externo-a-si* (*sich Äusserlichsein*), exteriorização (*Entäusserung*) real do homem, tornou-se apenas ato de exteriorização, de venda (*Veräusserung*). Se, portanto, aquela economia nacional inicia sob a aparência do reconhecimento do homem, de sua independência, de sua auto-atividade, e do jeito que ela desloca a propriedade privada para a própria essência do homem, que já não pode mais ser condicionada pelas *determinações* locais, nacionais etc. *da propriedade privada* como uma *essência existente fora dela*, desenvolvendo, portanto, uma energia *cosmopolita*, universal, que derruba toda barreira, todo vínculo, para se colocar na posição de *única* política, [única] universalidade, [única] barreira e [único] vínculo, então ela tem de, junto do desenvolvimento mais avançado, deitar abaixo esta *hipocrisia*, distinguir-se no seu *pleno cinismo*, e ela o faz na medida em que – despreocupada com todas as contradições aparentes nas quais esta doutrina a enreda – desenvolve mais *unilateralmente*, portanto mais *aguda* e *conseqüentemente*, o *trabalho* enquanto a única *essência da riqueza*, [na medida em que] prova que as conseqüências dessa doutrina em oposição àquela concepção originária são, antes, *inimigas do homem*, e por fim, desfere o golpe de morte à última existência *individual*, *natural*, da propriedade privada e fonte da riqueza, existente independentemente do movimento do trabalho – [desfere o golpe de morte] à *renda da terra*, essa expressão da propriedade feudal tornada inteiramente nacional-econômica e, por isso, incapaz de resistência à economia nacional (Escola de *Ricardo*)[3]. O *cinismo* da economia nacional não apenas aumenta relativamente ao passar de Smith para Say, para chegar enfim até Ricardo, Mill etc.; mais que isso, aos olhos dos últimos as conseqüências da *indústria* surgem mais desenvolvidas e mais contraditórias, mas também, positivamente, eles vão sempre e conscientemente mais longe no estranhamento contra o homem do que seus predecessores, porém *apenas* porque a sua ciência se desenvolve mais conseqüente e verdadeiramente. Na medida em que fazem da propriedade privada, em sua figura ativa, sujeito, acabam fazendo, ao mesmo tempo, do homem, essência, e simultaneamente do homem enquanto não-ser, ser, assim mesmo a contradição da efetividade corresponde plenamente à essência contraditória que eles reconheceram como princípio. A *efetividade* | |II| dilacerada *da indústria* confirma seu *princípio dilacerado em si*, muito antes de o refutar. Seu princípio é, sim, o princípio desse dilaceramento.

[2] Vide Marx, Karl. "Zur Kritik... Einleitung", MEGA, IV/2, p. 177.31-37.

[3] Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus John Ramsay MacCulloch: Discours sur l'origine, les progrès, les objects particuliers, et l'importance de l'économie politique*. In: MEGA, IV/2, p. 474-475.

A doutrina fisiocrática do *Dr. Quesnay* constitui a transição do sistema mercantilista para Adam Smith. A *fisiocracia* é, de modo imediato, a dissolução *nacional-econômica* da propriedade feudal, mas, precisamente por isso, é, de modo imediato, a *transformação nacional-econômica*, a recomposição (*Wiederherstellung*) da mesma, agora com uma linguagem que se torna econômica, e não mais feudal. Toda a riqueza é resolvida *na terra* e no *cultivo da terra;* (agricultura) a terra não é ainda *capital*, ela é ainda um modo *particular* de existência do mesmo, que deve *valer* em sua e pela sua particularidade natural; mas a terra é, contudo, um *elemento* universal-natural, ao passo que o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o *metal nobre*. O *objeto* da riqueza, sua matéria, recebeu logo, portanto, a mais alta universalidade no interior do *fronteira natural* – enquanto que como *natureza* é, imediatamente ,riqueza objetiva. E a terra só é para o *homem* mediante o trabalho, a agricultura. Desta forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho *unicamente produtivo*. Assim, o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um *elemento natural* particular *como* [sendo] *sua matéria*, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num *modo de existência particular determinado pela natureza*. O trabalho é, por isso, primeiramente uma exteriorização (*Entäusserung*) *determinada*, *particular*, do homem, da mesma maneira que o seu produto também é apreendido como um produto determinado – riqueza que cabe mais ainda à natureza que a ele próprio. A terra ainda é, aqui, reconhecida como uma existência da natureza (*Naturdasein*) independente do homem, ainda não como capital, isto é, como um momento do trabalho mesmo. O trabalho aparece antes como momento *dela*. Mas enquanto o fetichismo da velha riqueza externa, existente apenas como objeto, se reduz a um elemento natural muito simples, e sua essência já é reconhecida dentro de sua existência subjetiva, mesmo que parcialmente e de uma forma particular, o necessário passo a frente é que a *essência universal* da riqueza seja reconhecida e, portanto, o *trabalho*, em sua completa absolutidade (*Absolutheit*), isto é, abstração, seja elevado a *princípio*. É provado à fisiocracia que a *agricultura*, do ponto de vista econômico, portanto o único legítimo, não difere de nenhuma outra indústria; portanto, não um trabalho *determinado*, um [trabalho] ligado a um elemento particular, uma externação particular de trabalho, mas o *trabalho em geral* é a *essência* da riqueza.

A fisiocracia nega a riqueza *particular* externa apenas objetiva ao declarar o trabalho como sua *essência*. Mas, em primeiro lugar, o trabalho é para ela apenas a *essência subjetiva* da propriedade fundiária (ela parte do tipo de propriedade que aparece historicamente como [sendo] a dominante e reconhecida); ela somente deixa a propriedade fundiária tornar-se homem *exteriorizado*. Suprime seu caráter feudal ao declarar a *indústria* (agricultura) como sua essência; mas ela se relaciona com o mundo da indústria, negando-o, reconhece o modo feudal ao declarar a *agricultura* como a *única* indústria.

Compreende-se que, tão logo seja apreendida a *essência subjetiva* da indústria em oposição à propriedade fundiária, isto é, a indústria se constituindo enquanto indústria – essa essência encerra em si aquela sua oposição. Pois, assim como a indústria abarca a propriedade fundiária supra-sumida, também sua essência *subjetiva* abarca a essência subjetiva da propriedade fundiária.

Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade – ou melhor, é o escravo liberto da propriedade fundiária –, assim este processo se repete junto da apreensão científica da essência *subjetiva* da propriedade privada, do *trabalho*, e do trabalho que aparece em primeiro lugar somente enquanto *trabalho de cultivo da terra* (*Landbauarbeit*), mas [que] se faz valer depois como *trabalho* em geral. / | III | Toda a riqueza se tornou *riqueza industrial*, *riqueza* do trabalho, e a *indústria* é o trabalho completado, assim como a *essência fabril* [é] a essência desenvolvida da *indústria*, isto é, do trabalho, e o *capital industrial* é a figura objetiva tornada completa da propriedade privada.

Conforme podemos constatar agora, somente a propriedade privada [a partir de seu surgimento] pode exercer o seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico-mundial.

[COMPLEMENTO AO CADERNO II, PÁGINA XXXIX]
[PROPRIEDADE PRIVADA E COMUNISMO]

ad. p. XXXIX. Mas a oposição entre *sem propriedade* (*Eigentumslosigkeit*) e *propriedade* é ainda mais indiferente, não tomada em sua *relação ativa*, em sua relação *interna*, nem [tomada] como *contradição*, enquanto ela não for concebida como a oposição entre o *trabalho* e o *capital*. Também sem o movimento avançado da propriedade privada, na Roma antiga, na Turquia etc., esta oposição pode se expressar na *primeira* figura (*erste Gestalt*). Assim, ela ainda não *aparece* como posta pela propriedade privada mesma. Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho, são a *propriedade privada* enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que tende à solução.

ad ibidem. A supra-sunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si. Considera-se, primeiro, a *propriedade privada* só em seu aspecto objetivo – mas, ainda assim, o trabalho como a sua essência. A sua forma de existência é, portanto, o *capital*, que deve ser suprimido "enquanto tal" (Proudhon). Ou o *modo particular* do trabalho – enquanto trabalho nivelado, parcelado e por isso não-livre – é apreendido como a fonte da *nocividade* da propriedade privada e da sua existência estranhada do homem – *Fourier*, que correspondentemente aos fisiocratas apreende mais uma vez o *trabalho da agricultura* pelo menos como o [trabalho] *por excelência*, ao passo que *Saint-Simon*, ao contrário, declara o *trabalho da indústria* como tal como a essência e pretende também a dominação *exclusiva* dos industriais e a melhoria da situação dos trabalhadores. O *comunismo* é, finalmente, a expressão *positiva* da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada *universal*. Ao apreender esta relação em sua *universalidade*, ele é 1) só uma *generalização* e *aperfeiçoamento* da mesma em sua primeira figura; como tal, mostra-se em uma figura duplicada: uma vez o domínio da propriedade *coisal* (*sachliche*) é tão grande frente a ele que ele quer aniquilar *tudo* que não é capaz de ser possuído por todos como *propriedade privada*; ele quer abstrair de um modo *violento* do talento etc.; a *posse* imediata, física, lhe vale como a finalidade única da vida e da existência; a determinação de *tra-*

balhador não é supra-sumida, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada permanece [sendo] a relação da comunidade com o mundo das coisas (*Sachenwelt*); finalmente, este movimento de contrapor a propriedade privada universal à propriedade privada se exprime na forma animal na qual o *casamento* (que é certamente uma *forma de propriedade privada exclusiva*) é contraposto à *comunidade das mulheres*, no qual a mulher vem a ser, portanto, uma propriedade *comunitária* e *comum*. Pode-se dizer que esta idéia da *comunidade das mulheres* é o *segredo expresso* deste comunismo ainda totalmente rude e irrefletido. Assim como a mulher sai do casamento e entra na prostituição universal, também o mundo inteiro da riqueza, isto é, da essência objetiva do homem, caminha da relação de casamento exclusivo com o proprietário privado em direção à relação de prostituição universal com a comunidade. Este comunismo – que por toda a parte nega a *personalidade* do homem – é precisamente apenas a expressão conseqüente da propriedade privada, que por sua vez é esta negação. A *inveja* universal constituindo-se enquanto poder é a forma oculta na qual a *cobiça* se estabelece e apenas se satisfaz de um *outro* modo. A idéia de toda propriedade privada como tal [propriedade] está *pelo menos* voltada contra a propriedade *mais rica* como inveja e desejo de nivelamento, de tal modo que estes inclusive constituem a essência da concorrência. O comunista rude é só o aperfeiçoamento desta inveja e deste nivelamento a partir do mínimo *representado*. Ele tem uma medida *determinada limitada*. Quão pouco esta supra-sunção da propriedade privada é uma apropriação efetiva prova-o precisamente a negação abstrata do mundo inteiro da cultura (*Bildung*) e da civilização; o retorno à simplicidade | |IV| *não natural* do ser humano *pobre* e sem carências que não ultrapassou a propriedade privada, e nem mesmo até ela chegou.

A comunidade é apenas uma comunidade do *trabalho* e da igualdade do *salário* que o capital comunitário, a *comunidade* enquanto o capitalista universal, paga. Ambos os lados da relação estão elevados a uma universalidade *representada*, o *trabalho* como a determinação na qual cada um está posto, o *capital* enquanto a universalidade reconhecida e [como] poder da comunidade.

Na relação com a *mulher* como *presa* e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decisiva, *evidente*, desvendada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é apreendida a relação genérica *imediata, natural*. A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a *relação* do *homem com a mulher*. Nesta relação genérica *natural* a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural*. Nesta relação *fica sensivelmente claro* portanto, e reduzido a um *factum* intuível, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser] essência humana do homem. A partir desta relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação (*die ganze Bildungsstufe*) do homem. Do caráter desta relação segue-se até que ponto o *ser humano* veio a ser e se apreendeu como *ser genérico*, como *ser humano*; a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento *natural* do ser humano se tornou *humano*, ou até que ponto a essência *humana* se tornou para ele essência *natural*, até que ponto a sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza*. Nesta relação também se mostra até que ponto a carência do ser humano se tornou carência *humana* para ele, portanto, até que ponto o *outro* ser humano como ser humano se tornou uma carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade (*Gemeinwesen*).

A primeira supra-sunção positiva da propriedade privada, o comunismo *rude*, é, portanto, apenas uma *forma fenomênica* (*Erscheinungsform*) da infâmia da propriedade privada que quer se assentar como a *coletividade positiva*.

2) O comunismo a) ainda de natureza política, democrático ou despótico; b) com supressão do Estado, mas simultaneamente ainda incompleto, sempre ainda com a essência afetada pela propriedade privada, ou seja, pelo estranhamento do ser humano. Em ambas as formas o comunismo já se sabe como reintegração ou retorno do homem a si, como supra-sunção do estranhamento-de-si humano, mas enquanto ele não apreendeu ainda a essência positiva da propriedade privada e muito menos a natureza *humana* da carência, ele ainda continua embaraçado na mesma e por ela infectado. Ele certamente apreendeu o seu conceito, mas ainda não sua essência.

3) O *comunismo* na condição de supra-sunção (*Aufhebung*) *positiva* da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) *humano*, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo e para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo. Ele é a *verdadeira* dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (*Auflösung*) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação (*Selbstbestätigung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução.

|V| O movimento total da história é, por isso, assim como o seu [do comunismo] ato *efetivo* (*wirklich*) de geração – o ato de nascimento da sua existência empírica – também, para a sua consciência pensante, o movimento *concebido* e *sabido* do seu *vir a ser*, enquanto aquele comunismo ainda incompleto procura para si uma prova *histórica* a partir de figuras históricas singulares que se contrapõem à propriedade privada, uma prova no existente, ao mesmo tempo que arranca do movimento momentos singulares (um cavalo em que montam particularmente Cabet, Villegardelle etc.) e os fixa

como provas de sua pureza histórica de sangue, com o que precisamente evidencia que a parte desproporcionalmente maior deste movimento contradiz as suas afirmações e que, se ele uma vez foi [algo existente], precisamente seu ser *passado* desmente a pretensão de *essência*.

Que no movimento da *propriedade privada*, precisamente da Economia, o movimento revolucionário inteiro encontra tanto a sua base empírica quanto teórica, disso é fácil reconhecer a necessidade (*Notwendigkeit*).

A propriedade privada *material*, imediatamente *sensível* (*sinnliche*), é a expressão material-sensível da vida *humana estranhada*. Seu movimento – a produção e o consumo – é a manifestação (*Offenbarung*) *sensível* do movimento de toda produção até aqui, isto é, realização ou efetividade do homem. Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas *particulares* da produção e caem sob a sua lei geral. A supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da *propriedade privada*, enquanto apropriação da vida *humana* é, por conseguinte, a supra-sunção positiva de todo estranhamento (*Entfremdung*), portanto o retorno do homem da religião, família, Estado etc., à sua existência (*Dasein*) *humana*, isto é, *social*. O estranhamento religioso enquanto tal somente se manifesta na região da *consciência*, do interior humano, mas o estranhamento econômico é o da *vida efetiva* – sua supra-sunção abrange, por isso, ambos os lados. Compreende-se que entre os diferentes povos o movimento tome o seu *primeiro* começo conforme a verdadeira vida *reconhecida* do povo se processa mais na consciência ou no mundo exterior, seja mais a vida ideal ou real. O comunismo começa de imediato (*Owen*) com o ateísmo, mas o *ateísmo* está, primeiramente, ainda muito longe de ser *comunismo*, assim como esse ateísmo é ainda uma abstração. A filantropia do ateísmo é, por conseguinte, primeiramente apenas uma filantropia *filosófica* abstrata, a do comunismo de imediato [é] *real* e imediatamente distendida ao *efeito* (*Wirkung*).

Vimos como, sob o pressuposto da propriedade privada positivamente supra-sumida, o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento (e no fato de eles terem de ser este *ponto de partida* reside, precisamente, a *necessidade* histórica da propriedade privada). Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os *modos de existência* segundo a atividade *social* e a fruição *social*. A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da

sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência *natural* se lhe tornou a sua existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito.

A prostituição é somente uma expressão *particular* da prostituição universal do *trabalhador* e, posto que a prostituição é uma relação na qual entra não só o prostituído, mas também o prostituidor – cuja infâmia é ainda maior – assim cai também o capitalista etc., nessa categoria.

| VI | A atividade social e a fruição social de modo algum existem *unicamente* na forma de uma atividade *imediatamente* comunitária e de uma fruição imediatamente *comunitária*, ainda que a atividade *comunitária* e a fruição *comunitária*, isto é, a atividade e a fruição que imediatamente, em *sociedade efetiva* com outros homens, se externam e confirmam, efetuar-se-ão em toda parte onde aquela expressão *imediata* da sociabilidade (*Gesellschaftlichkeit*) se fundamente na essência do seu conteúdo e esteja conforme à sua natureza.

Posto que também sou *cientificamente* ativo etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo *socialmente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência *é* atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social.

Minha consciência *universal* é apenas a figura *teórica* daquilo de que a coletividade *real*, o ser social, é a figura *viva*, ao passo que hoje em dia a consciência *universal* é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a *atividade* da minha consciência universal – enquanto uma tal [atividade] – é minha existência *teórica* enquanto ser social.

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a "sociedade" como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo *é* o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – *é*, por isso, uma externação e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*.

Como *consciência genérica* o homem confirma sua *vida social* real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si.

O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externação humana de vida.

Pensar e ser são, portanto, certamente *diferentes*, mas [estão] ao mesmo tempo em *unidade* mútua.

A *morte* aparece como uma dura vitória do gênero sobre o indivíduo *determinado* e contradiz a sua unidade; mas o indivíduo determinado é apenas um *ser genérico determinado*, e, enquanto tal, mortal.

4. Assim como a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível de que o homem se torna simultaneamente *objetivo* para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranho e não humano (*unmenschlich*), que sua externação de vida é sua exteriorização de vida, sua efetivação a negação da efetivação (*Entwirklichung*), uma efetividade *estranha*, assim a supra-sunção positiva da propriedade privada, ou seja, a apropriação *sensível* da essência e da vida humanas, do ser humano objetivo, da *obra* humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da *fruição imediata*, unilateral, não somente no sentido da *posse*, no sentido do *ter*. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, | | VII | são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana*; seu comportamento para com o objeto é o *acionamento da efetividade humana* (por isso ela é precisamente tão multíplice (*vielfach*) quanto multíplices são as *determinações essenciais* e *atividades* humanas), *eficiência* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente apreendido, é uma autofruição do ser humano.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o *nosso* [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, é a *vida* da *propriedade privada*: trabalho e capitalização.

O lugar *de todos* os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para

com isso trazer para fora de si sua riqueza interior. (Sobre a categoria do *ter*, vide *Hess* nas "Vinte e uma páginas de impressão".)[1]

A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os *sentidos* se tornaram *teoréticos*. Relacionam-se com a *coisa* por querer a coisa, mas a coisa mesma é um comportamento *humano objetivo* consigo própria e com o homem, e vice-versa. Eu só posso, em termos práticos, relacionar-me humanamente com a coisa se a coisa se relaciona humanamente com o homem. A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza *egoísta* e a natureza a sua mera *utilidade* (*Nützlichkeit*), na medida em que a utilidade (*Nutzen*) se tornou utilidade *humana*.

Da mesma maneira, os sentidos e o espírito do outro homem se tornaram a minha *própria* apropriação. Além destes órgãos imediatos formam-se, por isso, órgãos *sociais*, na *forma* da sociedade, logo, por exemplo, a atividade em imediata sociedade com outros etc., tornou-se um órgão da minha *externação de vida* e um modo da apropriação da vida *humana*.

Compreende-se que o olho *humano* frui de forma diversa da que o olho rude, não humano [frui]; o *ouvido* humano diferentemente da do ouvido rude etc.

Nós vimos. O homem só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto *humano* ou homem objetivo. Isto só é possível na medida em que ele vem a ser objeto *social* para ele, em que ele próprio se torna ser social (*gesellschaftliches Wesen*), assim como a sociedade se torna ser (*Wesen*) para ele neste objeto.

---

[1] A respeito, cf. Hess, Moses. "Philosophie der That". In: *Einundzwanzig Bogen aus der Schweiz*, editado por Georg Herwegh, Zürich, Winterthur, 1843, primeira parte, p. 329. "*A propriedade material é o ser para si* (*Fürsichsein*) *do espírito tornado idéia fixa*. Porque ele concebe o trabalho, a elaboração ou manifestação ativa (*Hinausarbeiten*) de seu si não como seu ato livre, como sua própria vida espiritual, mas [o] compreende como um outro material, está também obrigado a conservar-se para si mesmo, não se perder na infinitude, chegar ao seu ser para si. Mas a propriedade termina, aquela que enclausura o espírito que deve ser, a saber, seu ser para si, quando a ação não [está] na criação, mas no resultado, o universo enquanto ser para si do espírito – a ilusão (*Phantom*), a *apresentação* do espírito enquanto seu *conceito*, efêmero, compreende seu ser-outro enquanto seu ser para si e, com ambas as mãos, é conservado. Isto é, precisamente, a *mania do ser* (*Seinsucht*), ou seja, o sentido que subsiste enquanto individualidade determinada, enquanto eu delimitado, enquanto essência finita – que conduz à *mania do ter* (*Habsucht*). Isto é, novamente, a negação de toda determinidade, do eu abstrato e do comunismo abstrato, o resultado da insignificante 'coisa em si' (*Ding an sich*), do criticismo e da revolução, do insatisfeito *dever* (*Sollens*), que levou ao *ser* e ao *ter*. Que se transformou, de verbo auxiliar, em substantivo.

Conseqüentemente, quando, por um lado, para o homem em sociedade a efetividade objetiva (*gegenständliche Wirklichkeit*) se torna em toda parte efetividade das forças essenciais humanas (*menschliche Wesenskräfte*) enquanto efetividade humana e, por isso, efetividade de suas *próprias* forças essenciais, todos os objetos tornam-se [a] *objetivação* de si mesmo para ele, objetos que realizam e confirmam sua individualidade enquanto objetos *seus*, isto é, *ele mesmo* torna-se objeto. *Como* se tornam seus para ele, depende da *natureza do objeto* e da natureza da força essencial que corresponde a *ela*, pois precisamente a *determinidade* desta relação forma o modo particular e *efetivo* da afirmação. Ao *olho* um objeto se torna diferente do que ao *ouvido*, e o objeto do olho *é* um outro que o do *ouvido*. A peculiaridade de cada força essencial é precisamente a sua *essência peculiar*, portanto também o modo peculiar da sua objetivação, do seu *ser* vivo *objetivo-efetivo* (*gegenständliches wirkliches lebendiges Sein*). Não só no pensar, | | VIII | portanto, mas com *todos* os sentidos o homem é afirmado no mundo objetivo.

Por outro lado, subjetivamente apreendido: assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai o *meu* sentido, por causa disso é que os *sentidos* do homem social são sentidos *outros* que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*.

A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O *sentido* constrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido *tacanho*. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade *animal* de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para

fazer *humanos* os *sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural.

Assim como pelo movimento da *propriedade privada* e da sua riqueza, assim como da sua miséria – ou da riqueza e miséria materiais e espirituais – a sociedade que vem a ser encontra todo o material para esta *formação*, *assim* também a sociedade que *veio a ser* produz o homem nesta total riqueza da sua essência, o homem *plenamente rico* e *profundo* enquanto sua permanente efetividade.

Vê-se como subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e sofrimento perdem a sua oposição apenas quando no estado social e, por causa disso, a sua existência enquanto tais oposições; vê-se como a própria resolução das oposições *teóricas só* é possível de um modo *prático*, só pela energia prática do homem e, por isso, a sua solução de maneira alguma é apenas uma tarefa do conhecimento, mas uma *efetiva* tarefa vital que a *filosofia* não pôde resolver, precisamente porque a tomou *apenas* como tarefa teórica.

Vê-se como a história da *indústria* e a existência *objetiva* da indústria conforme veio a ser são o livro *aberto* das *forças essenciais humanas*, a *psicologia* humana presente sensivelmente, a qual não foi, até agora, apreendida em sua conexão com a *essência* do homem, mas sempre apenas numa relação externa de utilidade, porque – movendo-se no interior do estranhamento – só sabia apreender enquanto efetividade das forças essenciais humanas e enquanto *atos genéricos humanos* a existência universal do homem, a religião, ou a história na sua essência universal-abstrata, enquanto política, arte, literatura etc. | | IX | Na *indústria material, comum* (– que justamente se apreende tanto como uma parte daquele movimento universal, quanto se pode fazer dela mesma uma parte *particular* da indústria, já que toda a atividade humana até agora era trabalho, portanto, indústria, atividade estranhada de si mesma –) temos diante de nós as *forças essenciais objetivadas* do homem sob a forma de *objetos sensíveis, estranhos, úteis*, sob a forma do estranhamento. Uma *psicologia* para a qual este livro, portanto precisamente a parte mais presente e perceptível de modo sensível, a parte mais acessível da história, está fechado, não pode[ndo] se tornar uma ciência *real*, plena de conteúdo efetivo. O que se deve pensar, em geral, de uma ciência que abstrai *solenemente* desta grande parte do trabalho humano e não sente em si mesma a sua incompletude, enquanto uma riqueza do fazer humano assim expandida nada lhe diz senão, talvez, o que se pode dizer numa palavra: "*carência*", "*carência comum*!"?

As *ciências naturais* desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. Entretanto, a filosofia permaneceu para elas tão estranha justamente quanto elas permaneceram estranhas para a filosofia. A fusão momentânea foi apenas uma *ilusão fantástica*. Havia a vontade, mas faltava a capacidade. A própria historiografia só de passagem leva em consideração a ciência natural como momento do esclarecimento (*Aufklärung*), da utilidade, de grandes descobertas singulares. Mas quanto mais a ciência natural interveio de modo *prático* na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação

humana, tanto mais teve de completar, de maneira imediata, a desumanização. A *indústria* é a relação histórica *efetiva* da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação *exotérica* das *forças essenciais* humanas, então também a essência *humana* da natureza ou a essência *natural* do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se a base da ciência *humana*, como agora já se tornou – ainda que em figura estranhada – a base da vida efetivamente humana; uma *outra* base para a vida, uma outra para a *ciência* é de antemão uma mentira. A natureza que vem a ser na história humana – no ato de surgimento da história humana – é a natureza *efetiva* do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura *estranhada*, é a natureza *antropológica* verdadeira.

A *sensibilidade* (vide Feuerbach) tem de ser a base de toda ciência. Apenas quando esta parte daquela na dupla figura tanto da consciência *sensível* quanto da carência *sensível* – portanto apenas quando a ciência parte da natureza – ela é ciência *efetiva*[2]. A fim de que o "*homem*" se torne objeto da consciência *sensível* e a carência do "homem enquanto homem" se torne necessidade (*Bedürfnis*), para isso a história inteira é a história da preparação / a história do desenvolvimento. A história mesma é uma parte *efetiva* da *história natural*, do devir da natureza até ao homem. Tanto a ciência natural subsumirá mais tarde precisamente a ciência do homem quanto a ciência do homem subsumirá sob si a ciência natural: será *uma* ciência. | |X| O *homem* é o objeto imediato da ciência natural; pois a *natureza sensível* imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), imediatamente como o homem *outro* existindo sensivelmente para ele; pois sua própria sensibilidade primeiramente existe por intermédio do *outro* homem enquanto sensibilidade humana para ele mesmo. Mas a *natureza* é o objeto imediato da *ciência do homem*. O primeiro objeto do homem – o homem – é natureza, sensibilidade, e as forças essenciais humanas sensíveis particulares; tal como encontram apenas em objetos *naturais* sua efetivação objetiva, [essas forças essenciais humanas] podem encontrar apenas na ciência do ser natural em geral seu conhecimento de si. O elemento do próprio pensar, o elemento da externação de vida do pensamento, a *linguagem*, é de natureza sensível. A efetividade *social* da natureza e a ciência natural *humana* ou a *ciência natural do homem* são expressões idênticas.

Vê-se como o lugar da *riqueza* e da *miséria* nacional-econômicas é ocupado pelo *homem rico* e pela necessidade (*Bedürfnis*) *humana* rica. O homem *rico* é simultaneamente o homem *carente* de uma totalidade da manifestação humana de vida. O homem, no qual a sua efetivação própria existe como necessidade (*Notwendigkeit*) interior, como *falta* (*Not*). Não só a *riqueza*, também a *pobreza* do homem consegue na mesma medida – sob o pressuposto do socialismo – uma significação *humana* e, portanto, social. Ela é o elo passivo que deixa sentir ao homem a maior riqueza, o *outro* homem como necessidade (*Bedürfnis*). A dominação da essência objetiva em mim, a irrupção sensível da minha atividade essencial é a *paixão*, que com isto se torna a *atividade* da minha essência.

[2] Feuerbach, Ludwig. *Vorläufige Thesen zur Reformation der Philosophie*. In: *Anekdota zur neuesten deutschen Philosophie und Publicistik*, editado por Arnold Ruge, vol. 2, Zürich, Winterthur, 1843, p. 84-85. E também, do mesmo autor: *Grundsätze der Philosophie der Zukunft*, Zürich, Winterthur, 1843, p. 58-70.

5) Um *ser* se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua *existência* a si mesmo. Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda *criou* a minha *vida*; quando ele é a *fonte* da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é a minha própria criação. A *criação* é, portanto, uma representação (*Vorstellung*) muito difícil de ser eliminada da consciência do povo. O ser-por-si-mesmo (*Durchsichselbstsein*) da natureza e do homem é *inconcebível* para ele porque contradiz todas as *palpabilidades* da vida prática.

A criação da *terra* recebeu um violento golpe da *geognosia*[3], isto é, da ciência que expõe a formação da terra, o vir a ser da terra como um processo, como auto-engendramento. A generatio aequivoca [geração espontânea] é a única refutação prática da teoria da criação[4].

Ora, é certamente fácil dizer ao indivíduo singular o que já diz Aristóteles[5]: foste gerado por teu pai e tua mãe, portanto, a cópula de dois seres humanos, logo um ato genérico do ser humano, produziu o ser humano em ti. Vês, portanto, que também fisicamente o ser humano deve sua existência ao ser humano. Tens de manter, portanto, não apenas *um* dos lados sob os olhos, o progresso infinito, segundo o qual continuas a perguntar: quem gerou o meu pai, quem gerou o seu avô etc. Tens também de não largar o *movimento circular*, que é sensivelmente intuível naquele progresso, segundo o qual o homem repete a si próprio na procriação, portanto, o ser humano permanece[ndo] sempre sujeito.

[3] A geognosia nasceu na Bergakademie, Freiberg (Saxônia), por iniciativa de Abraham Gottlob Werner, no ano de 1780, como uma ciência particular de estudo da formação da terra, da estrutura do globo terrestre e de sua composição mineral. A respeito, vide: Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Naturphilosophie als der Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*, parte 2, editado por Karl Ludwig Michelet, Berlim, 1842, p. 432-440.

[4] A respeito, vide Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Naturphilosophie...*, cit., p. 455-470.

[5] Cf. provavelmente Aristóteles, *Metafísica*, VIII, 4. Vide também Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Naturphilosophie...*, cit., p. 646-647.

Responderás, porém: concedido a ti este movimento circular, concede-me tu o progresso, que sempre me impele a continuar, até que eu pergunte: quem gerou o primeiro ser humano e a natureza em geral?

Só posso responder-te: a tua pergunta é, ela mesma, um produto da abstração. Pergunta-te como chegas àquela pergunta; interroga-te se a tua pergunta não ocorre a partir de um ponto de vista ao qual eu não posso responder porque ele é um ponto de vista invertido. Pergunta-te se aquele progresso como tal existe para um pensar racional. Se tu te perguntas pela criação da natureza e do ser humano, abstrais, portanto, do ser humano e da natureza. Tu os assentas como *não-sendo* e ainda queres, contudo, que eu te os prove como *sendo*. Digo-te eu, agora: se renuncias à tua abstração também renuncias à tua pergunta ou, se quiseres manter a tua abstração, sê então conseqüente, e quando pensando pensas o ser humano e a natureza como *não-sendo* | |XI|, então pensa-te a ti mesmo como não-sendo, tu que também és natureza e ser humano. Não penses, não me perguntes, pois, tão logo pensas e perguntas, tua *abstração* do ser da natureza e do homem não tem sentido algum. Ou és um tal egoísta que assentas tudo como nada e queres, tu mesmo, ser?

Tu replicar podes a mim: eu não quero assentar o nada da natureza etc.; pergunto-te pelo *ato de surgimento* dela, assim como pergunto ao anatomista pela formação dos ossos etc.

Mas, na medida em que, para o homem socialista, *toda a assim denominada história mundial* nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu *nascimento* por meio de si mesmo, do seu *processo de geração*. Na medida em que a *essencialidade* (*Wesenhaftigkeit*) do ser humano e da natureza se tornou prática, sensivelmente intuível; na medida em que o homem [se tornou prática, sensivelmente intuível] para o homem enquanto existência da natureza e a natureza para o homem enquanto existência do homem, a pergunta por um ser *estranho*, por um ser acima da natureza e do homem – uma pergunta que contém a confissão da inessencialidade da natureza e do homem – tornou-se praticamente impossível. O *ateísmo*, enquanto rejeição (*Leugnung*) dessa inessencialidade, não tem mais sentido algum, pois o ateísmo é uma *negação* (*Negation*) *de Deus* e assenta, por intermédio dessa negação, a *existência do homem*; mas o socialismo enquanto socialismo não carece mais de uma tal mediação; ele começa a partir da *consciência teorética e praticamente sensível* do homem e da natureza como [consciência] do *ser*. Ele é *consciência de si positiva* do homem não mais mediada pela superação da religião, assim como a *vida efetiva* é a efetividade positiva do homem não mais mediada pela supra-sunção da propriedade privada, o *comunismo*. O comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento *efetivo* necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico. O *comunismo* é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo, mas o comunismo não é, como tal, o termo do desenvolvimento humano – a figura da sociedade humana.

[CRÍTICA DA DIALÉTICA E DA FILOSOFIA HEGELIANAS EM GERAL]

6) Este ponto talvez seja o lugar adequado para dar algumas indicações tanto no que diz respeito ao entendimento e à correção da dialética hegeliana em geral, quanto especialmente no que tange à sua exposição na "Fenomenologia" e [na] "Lógica"[1], [e] finalmente no que refere à relação do novo movimento crítico [relativo a Hegel].

A ocupação com o conteúdo do velho mundo, mundo cuja substância frustra o desenvolvimento da moderna crítica alemã, era tão violenta, que teve lugar uma completa relação acrítica sobre o método de criticar, e uma completa falta de consciência sobre a pergunta *aparentemente formal*, mas efetivamente *essencial*: o que fazer diante da *dialética* hegeliana? A falta de consciência sobre a relação da moderna crítica com a filosofia hegeliana em geral e com a dialética em particular era tão grande, que críticos como *Strauss*[2] e *Bruno Bauer*[3], o primeiro completamente e o segundo em seus "Sinópticos" (onde ele, frente a Strauss, põe a "consciência-de-si" do homem abstrato no lugar da substância da "natureza abstrata"), e mesmo ainda em "Cristianismo desvelado", estão, pelo menos em termos potenciais, totalmente constrangidos no interior da lógica de Hegel. Assim, diz-se, por exemplo, em "Cristianismo desvelado":

---

[1] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, editado por Johann Schulze, Berlim, 1841 [1807]; e também, do mesmo autor: *Wissenschaft der Logik*, editado por Leopold von Henning, Berlim, 1833-1834 [1812-1816].

[2] Strauss, David Friedrich. *Das Leben Jesu, kritisch bearbeitet*, vol. 1-2, Tübingen, 1835-1836; e do mesmo autor: *Streitschriften zur Vertheidigung meiner Schrift über das Leben Jesu und zur Charakteristik der gegenwärtigen Theologie*, Tübingen, cadernos 1-3, 1837; *Charakteristiken und Kritiken. Eine Sammlung zerstreuter Aufsätze aus den Gebieten der Theologie, Anthropologie und Aesthetik*, Leipzig, 1839; e ainda, também de Strauss: *Die christliche Glaubenslehre in ihrer geschichtlichen Entwicklung und im Kampfe mit der modernen Wissenschaft*, vol. 1-2, Tübingen, Stuttgart, 1840-1841.

[3] Bauer, Bruno. *Kritik der evangelischen Geschichte der Synoptiker*, vol. 1, Leipzig, 1841, p. VI-XV.

Como se a consciência-de-si ao pôr o mundo, a diferença, e, nele, produzir-se a si própria no que produz, uma vez que ela supra-sume novamente a diferença de si própria do produzido, uma vez que só na produção e no movimento ela própria é – como se não tivesse neste movimento sua finalidade[4] etc.,

ou:

Eles (os materialistas franceses)[5] não puderam ver ainda que o movimento do universo tornou-se primeiro e efetivamente para si enquanto movimento da consciência-de-si e caminhou junto [em direção] à unidade consigo mesmo.[6]

Expressões que nem sequer na linguagem mostram uma diferença em relação à concepção hegeliana, mas, ao contrário, repetem-na literalmente.

| XII | Quão pouco existia, durante o ato da crítica (Bauer, os sinópticos[7]), uma consciência sobre a relação com a dialética hegeliana, quão pouco esta consciência também surgiu do ato da crítica substancial (*stoffliche Kritik*), demonstra Bauer, quando, em sua "Boa causa da liberdade"[8], recusa a indiscreta pergunta do senhor Gruppe: "E a lógica, agora", lançando-a aos críticos futuros.

Mas também agora, depois de *Feuerbach* – tanto em suas "Teses", nos "Anecdotis", quanto, pormenorizadamente, na "Filosofia do futuro" – ter demolido o embrião da velha dialética e da velha filosofia; depois de, ao contrário, aquela crítica, que não soube realizar este ato, ter se proclamado

[4] Bauer, Bruno. *Das entdeckte Christenthum. Eine Erinnerung an das achtzehnte Jahrhundert und ein Beitrag zur Krisis des neunzehnten*, Zürich, Winterthur, 1843, p. 113.

[5] Inserção de Marx.

[6] Bauer, Bruno. *Das entdeckte Christenthum...*, cit., p. 114-115.

[7] Bauer, Bruno. *Kritik der evangelischen Geschichte der Synoptiker*, cit., vol. 1.2, Leipzig, 1841, e também volume 3, *Kritik der evangelischen Geschichte der Synoptiker und des Johannes*, Braunschweig, 1842. – A respeito da essência, papel e tarefas da crítica, vide sobretudo o 'prefácio', vol. 1, p. V-XXIV.

[8] Bauer, Bruno. *Die gute Sache der Freiheit und meine eigene Angelegenheit*, Zürich, Winterthur, 1842, p. 85 e 193-194. Neste escrito, Bruno Bauer toma posição tanto com relação a "Bruno Bauer und die akademische Lehrfreiheit" (Berlim, 1842), texto de Otto Friedrich Gruppe, quanto com relação a "Einleitung in die öffentlichen Vorlesungen über die Bedeutung der hegelschen Philosophie in der christlichen Theologie" (Berlim, 1842), de Philipp Marheineke. Nesse contexto, a polêmica a respeito da lógica aparece no debate travado com Marheineke e, num outro texto, "Correspondenz aus der Provinz", retirado da *Allgemeine Literatur-Zeitung*, o próprio Bauer parece assimilar esta questão ao ponto de vista de Gruppe: "... Estas pessoas têm voltado de novo, efetivamente, ao ponto de vista de Gruppe. Certamente sempre partiram do fato de que a crítica deve: demonstrar! demonstrar! demonstrar!, ou seja, todo ensaio deve-lhe o desenvolver de um sistema total..." A respeito vide Bauer, Bruno: "Correspondenz aus der Provinz". In: *Allgemeine Literatur-Zeitung*, editado por Bruno Bauer, Charlottenburg, 1844, caderno VI, p. 38. Marx, em *A sagrada família* (capítulo VII, item 3), retoma a referida questão.

como ato realizado "enquanto crítica pura, imperativa, absoluta, chegada à clareza consigo"[9]; depois de ela, em sua soberba espiritualista, ter reduzido o movimento histórico todo à relação do resto do mundo – que diante dela cai sob a categoria "massa"[10] – com ela mesma e ter dissolvido todas as oposições dogmáticas a *uma* oposição dogmática entre seu próprio bom-senso e a estupidez do mundo, [entre] o Cristo crítico e a humanidade como "multidão"; depois de ter demonstrado, diariamente, hora após hora, sua própria excelência frente à inépcia da massa; depois de ela ter finalmente anunciado o *juízo final* crítico sob a figura do dia iminente onde toda a humanidade degenerada se agruparia ante ela, seria por ela cindida em grupos, e cada grupo particular receberia seu testimonium paupertatis [atestado de pobreza]; depois de ela ter mandado imprimir sua superioridade acima dos sentimentos humanos, assim como acima do mundo, sobre o qual ela, em sublime solidão entronizada, deixa ressoar, apenas de tempos em tempos, o riso dos deuses olímpicos de seus lábios sarcásticos[11] – após todas estas desopilantes administrações do idealismo prostrado sob a forma da crítica (do jovem hegelianismo), este também não expressou nem uma vez o pressentimento de ter de se explicar agora criticamente com sua mãe, a dialética hegeliana, e nem mesmo soube declarar alguma relação crítica com a dialética feuerbachiana. Um comportamento totalmente acrítico para consigo mesmo.

Feuerbach é o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento *sério, crítico*, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio, [ele é] em geral o verdadeiro triunfador (*Überwinder*) da velha filosofia. A grandeza da contribuição e a discreta simplicidade com que F[euerbach] a outorga ao mundo estão em flagrante oposição à atitude contrária.

O grande feito (*Tat*) de Feuerbach é: 1) a prova de que a filosofia não é outra coisa senão a religião trazida para o pensamento e conduzida pensada[mente]; portanto, deve ser igualmente condenada; uma outra forma e [outro] modo de existência (*Daseinsweise*) do estranhamento (*Entfremdung*) da essência humana[12];

[9] Bauer, Bruno. "Neueste Schriften über die Judenfrage", in *Allgemeine Literatur-Zeitung*, cit., caderno IV, p. 10-19: "uma crítica clara e segura", "a crítica na sua pureza", "uma nova crítica, imperativa e incontestável"; e também do mesmo autor: "Correspondenz aus der Provinz", cit., p. 38.

[10] Hirzel, Melchior. "Correspondenz. aus Zürich". In: *Allgemeine Literatur-Zeitung*, cit., p. 12 e 15: "A massa ainda não compreendeu aquele apelo em favor da expiação, porque ainda não compreendeu a crítica". A questão será tratada novamente por Marx em *A sagrada família* (capítulo VII, item 1, e também capítulo IX).

[11] Bauer, Bruno. "Correspondenz aus der Provinz", cit., p. 30-32. E também Marx, Karl. *A sagrada família* (capítulo VII, seção 2).

[12] Feuerbach, Ludwig. *Grundsätze der Philosophie der Zukunft*, cit., p. 1-33.

2) A fundação do *verdadeiro materialismo* e da *ciência real*, na medida em que Feuerbach toma, do mesmo modo, a relação social, a "do homem com o homem", como princípio fundamental da teoria[13];

3) Na medida em que ele confronta à negação da negação, que afirma ser o absolutamente positivo, o positivo que descansa sobre si mesmo e positivamente se funda sobre si próprio[14].

Feuerbach esclarece a dialética hegeliana – (e fundamenta com isso o ponto de partida do positivo, da consciência sensível – *Sinnlich-Gewissen*) – do seguinte modo:

Hegel parte do estranhamento (logicamente: do infinito, do abstratamente universal), da substância, da abstração absoluta e fixa; isto é, expresso popularmente, parte da religião e da teologia[15].

Segundo: ele supra-sume (*hebt auf*) o infinito, assenta (*setzt*) o efetivo (*das Wirkliche*), o sensível, o real, o finito, o particular. (Filosofia, supra-sunção da religião e teologia).

Terceiro. Ele supra-sume novamente o positivo; estabelece novamente a abstração, o infinito. Restabelecimento da religião e teologia.

Feuerbach compreende, portanto, a negação da negação *apenas* como contradição da filosofia consigo mesma, como a filosofia que afirma a teologia (transcendência etc.) depois de tê-la negado. Por conseguinte, afirma-a em oposição a si mesma.

A posição (*Position*), ou auto-afirmação e autoconfirmação, que se situa na negação da negação, está ainda para uma sua própria [posição] não segura, por isso acometida pela sua oposição (*Gegensatz*), [posição que] em si mesma [permanece] duvidando, e, portanto, [permanece] carente de demonstração, portanto [posição] não se provando a si mesma mediante sua existência (*Dasein*), como posição não confessada e, | |XIII| portanto, é contraposta direta e imediatamente à posição sensivelmente-certa (*sinnlichgewisse*), fundada sobre si mesma.

Feuerbach concebe também a negação da negação, o conceito concreto enquanto o pensar sobrepujando-se no pensar, e enquanto pensar desejante (*wollende*) de ser imediatamente intuição (*Anschauung*), natureza, efetividade.

Mas na medida em que Hegel apreendeu a negação da negação – conforme a relação positiva que nela reside, como a única e verdadeiramente positiva, e conforme a relação negativa que nela reside, como o ato unicamente verdadeiro e como o ato de auto-acionamento de todo o ser –, ele somente encontrou a expressão *abstrata, lógica, especulativa* para o movimento da história, a história ainda não *efetiva* do homem enquanto um sujeito pressuposto, mas em primeiro lugar *ato de produção, história da geração* do homem. – Esclareceremos tanto a forma abstrata quanto a diferença que este movimento tem em Hegel, em oposição à moderna crítica, ao mesmo processo em A essência do cristianismo[16], de Feuerbach; ou antes, a figura *crítica* deste movimento ainda acrítico em Hegel.

Um olhar sobre o sistema hegeliano. Tem de iniciar-se com a *Fenomenologia* hegeliana, o verdadeiro lugar do nascimento e o segredo da filosofia de Hegel.

Fenomenologia

A) A *consciência-de-si*

I.) *Consciência*. a) Certeza sensível ou o isto e o *visar* (*Meinen*)[17]. b) A *percepção* ou a coisa (*Ding*) com suas propriedades e a *ilusão*. c) Força e entendimento, fenômeno e mundo supra-sensível.

II. *Consciência-de-si*. A verdade da certeza de si mesmo. a) Dependência e independência da consciência-de-si, dominação e escravidão. b) Liberdade da consciência-de-si. Estoicismo, cepticismo, a consciência infeliz.

III. *Razão*. Certeza e verdade da razão. a) Razão observadora; observação da natureza e da consciência-de-si. b) Efetivação da consciência-de-si racional através de si mesma. O prazer e a necessidade. A lei do coração e o delírio da presunção. A virtude e o curso do mundo. c) A individualidade, que é real em e para si [mesma]. O reino animal espiritual e a impostura ou a coisa (*Sache*) mesma. A razão legisladora. A razão examinadora das leis.

B) O *Espírito*

I.) O espírito *verdadeiro*; a eticidade. II.) O espírito estranhado de si, a formação (*Bildung*). III.) O espírito certo de si mesmo: a moralidade.

C) A *religião*. Religião *natural*, religião *da arte*, religião *revelada*.

D) O *Saber absoluto*[18].

Assim como a *Enciclopédia*[19] de *Hegel* começa com a lógica, com o *pensamento especulativo puro*, e termina com o *saber absoluto*, o [espírito] consciente-de-si, [es-

---

[13] Ibidem, p. 77-84.

[14] Ibidem, p. 62-70.

[15] Ibidem, p. 33-58.

[16] Feuerbach, Ludwig. *Das Wesen des Christenthums*, Leipzig, 1841, p. 37-247.

[17] Incorporamos aqui a tradução sugerida por Paulo Meneses para o verbo alemão *meinen* – visar, em Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*, partes I e II. Petrópolis, Vozes, 1992-93, especialmente p. 7-8. (N.T.)

[18] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, cit., p. IX-XII. Na edição utilizada por Marx, a *Fenomenologia do espírito* subdivide-se como segue:

A) Consciência.
I. A certeza sensível ou o isto e o visar
II. A percepção, ou a coisa e a ilusão
III. Força e entendimento, fenômeno e mundo supra-sensível

B) Consciência-de-si
IV. A verdade da certeza de si mesmo
A) Dependência e independência da consciência-de-si, dominação e escravidão
B) Liberdade da consciência-de-si. Estoicismo. Ceticismo; e a consciência infeliz

pírito] filosófico ou absoluto apreendendo-se a si próprio, isto é, o espírito abstrato sobre-humano, a *Enciclopédia* toda acaba sendo nada mais do que a *essência propagada* (*ausgebreitete*) do espírito filosófico, sua auto-objetivação. Assim, o espírito filosófico nada mais é do que espírito pensante [a partir] do interior de seu estranhamento-de-si, isto é, espírito estranhado do mundo, [espírito] que se concebe abstratamente. – A *lógica* – o *dinheiro* do espírito, o *valor do pensamento*, o [valor] especulativo do homem e da natureza – sua essência tornada totalmente indiferente contra toda determinidade (*Bestimmtheit*) efetiva e, portanto, [essência] não-efetiva – é o *pensar exteriorizado* que, por essa razão, faz abstração da natureza e do ser humano efetivo; o pensar *abstrato*. A *externalidade* (*Äusserlichkeit*) *desse pensar abstrato*... a *natureza*, tal como ela é para este pensar abstrato. Ela lhe é exterior, sua perda-de-si; e ele a concebe também exteriormente, enquanto pensamento abstrato, mas enquanto pensamento abstrato exteriorizado. – Finalmente o *espírito*, este pensamento retornando ao seu próprio lugar de origem, o qual, enquanto espírito antropológico, fenomenológico, psicológico, ético, artístico, religioso, não vale ainda para si mesmo até que finalmente se encontre e auto-

C) (AA.) Razão
V. Certeza e verdade da razão
A) Razão observadora
B) A efetivação da consciência-de-si racional através de si mesma
C) A individualidade que é real em e para si [mesma]

(BB.) O espírito
VI. O espírito
A) O espírito *verdadeiro*, a eticidade
B) O espírito *estranhado de si*, a formação
C) O *espírito certo de si mesmo*, a moralidade

(CC.) A religião
VII. A religião
A) A religião *natural*
B) A religião da *arte*
C) A religião *abstrata*

(DD.) O saber absoluto
VIII. O saber absoluto

[19] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*, 3ª edição, Heidelberg, 1830. A edição que Marx utiliza está dividida da seguinte forma:

Primeira parte: A ciência da lógica

Segunda parte: A filosofia da natureza

Terceira parte: A filosofia do espírito. [Edição brasileira: *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830)*, São Paulo, Loyola, 1995 (partes I e III)-1997 (parte II), tradução de Paulo Meneses.]

afirme enquanto saber *absoluto* e, por conseguinte, espírito absoluto, isto é, espírito abstrato, [até que] encerre sua existência consciente, e [a existência] que lhe corresponde. Pois sua existência efetiva é a *abstração*[20]. ...

Um duplo erro em Hegel.

1. distingue-se mais claramente na "Fenomenologia", enquanto lugar de nascimento da filosofia hegeliana. Quando ele apreendeu, por exemplo, a riqueza, o poder de Estado etc. como a essência estranhada da essência *humana*[21], isso acontece somente na sua forma de pensamento. ... Eles são seres de pensamento – por isso simplesmente um estranhamento do pensar *puro*, isto é, do pensar abstrato-filosófico. O movimento todo termina, assim, com o saber absoluto. De quê esses objetos estão estranhados e a quem eles se opõem com a petulância de efetividade, isto é precisamente o pensar abstrato. O *filósofo* – portanto, ele mesmo uma figura abstrata do homem estranhado – se coloca como a medida do mundo estranhado. Toda a *história da exteriorização* e toda a *retirada* (*Zurücknahme*) da exteriorização não é, assim, nada além da *história da produção* do pensar abstrato, do [pensar] absoluto | /XVII/ (veja-se p. XIII)[22], do pensar lógico, especulativo. O *estranhamento*, que forma, portanto, o interesse intrínseco dessa exteriorização e a suprassunção dessa exteriorização, é a oposição do *em-si* e [d]o *para-si*, de *consciência* e *consciência-de-si*, de *objeto* e *sujeito*, isto é, a oposição do pensar abstrato e da efetividade sensível ou da sensibilidade efetiva no interior do pensamento mesmo. Todas as outras oposições e movimentos dessas oposições são apenas a *aparência*, o *envoltório*, a figura *exotérica* dessas oposições unicamente interessantes, que formam o *sentido* das outras oposições profanas. Não que a essência humana se *desumanize*, se *objetive* em oposição a si mesma, mas sim que ela se *objetive* na *diferença* do, e em *oposição* ao, pensar abstrato, [é o que] vale como a essência posta e como [a essência] a ser supra-sumida (*aufzuhebende*) do estranhamento.

[20] A terceira parte da *Enciclopédia* ("A filosofia do espírito") está assim subdivida:
Primeira seção: O espírito subjetivo.
A. A antropologia.
B. A fenomenologia do espírito.
C. A psicologia.
Segunda seção: O espírito objetivo.
A. O direito.
B. A moralidade.
C. A eticidade.
Terceira seção: O espírito absoluto.
a. A arte.
b. A religião revelada
c. A filosofia.

[21] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, cit., p. 356-385. [Edição brasileira: *Fenomenologia do espírito*, cit., parte II, p. 35-60.]

[22] Paginação referente ao próprio manuscrito de Marx. (N.T.)

|XVIII| A apropriação das forças essenciais humanas tornadas objetos, e objetos estranhos, é, pois, primeiramente, apenas uma *apropriação* que se sucede na *consciência*, no *puro pensar*, isto é, na *abstração*, a apropriação desses objetos como *pensamentos* e *movimentos do pensamento*, razão pela qual, já na Fenomenologia – apesar do seu aspecto absolutamente negativo e crítico, e apesar da crítica efetivamente encerrada nela[23], crítica freqüentemente antecipadora do desenvolvimento ulterior – já está latente enquanto gérmen, enquanto potência, como um mistério, o positivismo acrítico e do mesmo modo o idealismo acrítico das obras hegelianas posteriores, essa dissolução filosófica e essa restauração da empiria existente. *Segundo*. A vindicação (*Vindicirung*) do mundo objetivo para o homem – por exemplo, o conhecimento de que a consciência *sensível* não é nenhuma consciência *abstratamente* sensível, mas uma consciência *humanamente* sensível; de que a religião, a riqueza etc., são apenas a efetividade estranhada da objetivação *humana*, das forças essenciais *humanas* nascidas para a obra (*Werk*) e, por isso, apenas o *caminho* para a verdadeira efetividade *humana* – esta apropriação ou apreensão neste processo aparece para Hegel, por isso, de modo que *sensibilidade*, *religião*, poder do Estado etc., são seres *espirituais* –, pois apenas o *espírito* é a *verdadeira* essência do homem, e a verdadeira forma do espírito é o espírito pensante, o espírito lógico, especulativo. A *humanidade* da natureza e da natureza criada pela história, dos produtos do homem, aparece no fato de estes serem *produtos* do espírito abstrato e nessa medida, portanto, momentos *espirituais*, *seres de pensamento*. A "Fenomenologia" é, por isso, a crítica oculta (*verborgene*), em si mesma ainda obscura e mistificadora; mas na medida em que ela retém (*hält fest*) o *estranhamento* do homem – ainda que também este último apareça apenas na figura do espírito –, encontram-se nela ocultos *todos* os elementos da crítica, muitas vezes *preparados* e *elaborados* de modo que suplantam largamente o ponto de vista hegeliano. A 'consciência infeliz'[24], a 'consciência honesta'[25], a luta entre 'consciência nobre e consciência vil'[26] etc. etc., estas seções isoladas encerram os elementos *críticos* – embora ainda numa forma estranhada – de esferas to-

[23] A primeira edição da *Fenomenologia do espírito* apareceu em 1807. Os três livros da *Ciência da lógica* apareceram em 1812, 1813 e 1816. No ano de 1817 apareceu a *Enciclopédia das ciências filosóficas* e, em 1821, as *Linhas fundamentais da filosofia do direito*.

[24] Das "unglückliche Bewusstsein". Vide Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, cit., p. 154-168. [Edição brasileira: *Fenomenologia do espírito*, cit., parte I, p. 134 e ss.]

[25] Das "ehrliche Bewusstsein". Ibidem, p. 298-304. [Edição brasileira: *Fenomenologia do espírito*, cit., parte II, p. 124 e ss.]

[26] Der Kampf des "edelmüthigen und niederträchtigen Bewusstseins". Ibid., p. 356-385. [Edição brasileira: *Fenomenologia do espírito*, cit., parte I, p. 134 e ss.]

tais, como a religião, o Estado, a vida civil (*das bürgerliche Leben*) etc. Portanto, da mesma forma que a *essência*, o *objeto* enquanto ente do pensamento (*Gedankenwesen*), o *sujeito* é, portanto, sempre *consciência* ou *consciência-de-si*, ou antes, o objeto aparece apenas como consciência *abstrata*, o homem apenas como *consciência-de-si*, as diferentes figuras do estranhamento que surgem são, por conseguinte, apenas diferentes figuras da consciência ou da consciência-de-si. Como, *em si* (*an sich*), a consciência abstrata – pois é assim que o objeto é concebido – é puramente um momento da diferenciação da consciência-de-si, assim também surge como resultado do movimento a identidade da consciência-de-si com a consciência, o saber absoluto, o movimento realizado (*vorgehende*) do pensamento abstrato enquanto resultado que não [se passa] mais fora de si, mas somente em si mesmo como resultado; isto é, a dialética do pensamento puro é o resultado. (Veja-se continuação na p. XXII)[27].

|XXII| (Veja página XVIII)[28] A grandeza da *"Fenomenologia"* hegeliana e de seu resultado final – a dialética, a negatividade enquanto princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação (*Vergegenständlichung*) como desobjetivação (*Entgegenständlichung*), como exteriorização (*Entäusserung*) e supra-sunção (*Aufhebung*) dessa exteriorização; é que compreende a essência do *trabalho* e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como o resultado de seu *próprio trabalho*[29]. O comportamento *efetivo*, *ativo* do homem para consigo mesmo na condição de ser genérico, ou o acionamento de seu [ser genérico] enquanto um ser genérico efetivo, isto é, na condição ser humano, somente é possível porque ele efetivamente expõe (*herauschafft*) todas as suas *forças genéricas* – o que é possível apenas mediante a ação conjunta dos homens, somente enquanto resultado da história –, comportando-se diante delas como frente a objetos, o que, por sua vez, só em princípio é possível na forma do estranhamento.

Apresentaremos a unilateralidade e os limites de Hegel pormenorizadamente no capítulo final da "Fenomenologia" – "O saber absoluto" –, um capítulo que compreende tanto o espírito concentrado da fenomenologia, a sua relação com a dialética especulativa, quanto também a *consciência* de Hegel a respeito de ambos e da sua relação recíproca[30].

[27] Paginação referente ao próprio manuscrito de Marx. (N.T.)

[28] Novamente aqui, a paginação diz respeito ao próprio manuscrito de Marx. (N.T.)

[29] Por toda a seção "B. Consciência-de-si", Hegel trata do papel do trabalho e da fruição na concretização da liberdade da consciência-de-si. Vide também, do mesmo autor: *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, editado por Karl Ludwig Michelet, volume 1, Berlim, 1833.

[30] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Phänomenologie des Geistes*, cit., p. 574-591. [Edição brasileira: *Fenomenologia do espírito*, cit., parte II, p. 207-221.]

Provisoriamente, antecipemos apenas o seguinte: Hegel se coloca no ponto de vista dos modernos economistas nacionais[31]. Ele apreende o *trabalho* como a *essência*, como a essência do homem que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo. O trabalho é o *vir-a-ser para si* (*Fürsichwerden*) *do homem* no interior da *exteriorização* ou como homem *exteriorizado*. O trabalho que Hegel unicamente conhece e reconhece é o *abstratamente espiritual*. O que forma, assim, a *essência* da filosofia em geral, a *exteriorização do homem que se sabe* (*wissender Mensch*), ou a ciência *exteriorizada que se pensa*, isto Hegel toma como sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, reunir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia como *a* filosofia. O que os outros filósofos fizeram – que eles concebem momentos isolados da natureza e da vida humana como momentos da consciência-de-si e, na verdade, da consciência-de-si abstrata – isto Hegel *sabe* como o *fazer* da filosofia. Eis porque sua ciência é absoluta.

Passemos agora ao nosso objeto.

"O Saber absoluto". Capítulo final da "Fenomenologia"

A questão principal é que o *objeto* da *consciência* nada mais é do que a *consciência-de-si*, ou que o objeto é somente a *consciência-de-si objetivada*, a consciência-de-si enquanto objeto. (Assentar do homem = consciência-de-si)

Vale, portanto, vencer o *objeto da consciência*. A objetividade enquanto tal vale por uma relação *estranhada* do homem, [relação] não correspondente à *essência humana*, à consciência-de-si. A *reapropriação* da essência objetiva do

[31] Vide Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Grundlinien der Philosophie des Rechts, oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*, editado por Eduard Gans, Berlim, 1833, p. 254-255: "A particularidade, determinada inicialmente como o contrário do universal (*Allgemeine*) da vontade em geral, é *carência subjetiva* que atinge sua objetividade, isto é, [sua] *satisfação*, por meio a) de coisas externas, que são, da mesma maneira, a *propriedade* e o produto de outras carências e *vontades*, e b) da atividade e [do] trabalho como mediadores entre os dois lados. Nisso, sua finalidade e a satisfação da *particularidade* subjetiva, mas a *universalidade* (*Allgemeinheit*) se conserva em relação às carências e à livre arbitrariedade alheia; então, este aparecer (*Scheinen*) da racionalidade nessa esfera da finitude (*Endlichkeit*) é o *entendimento* (*Verstand*), o aspecto sobre o qual repousa a consideração que constitui o [elemento] reconciliante no interior desse domínio. A *economia política* (*Staats-Ökonomie*) é a ciência que, a partir destes pontos de vista, tem seu ponto de partida, e que, portanto, tem de expor a relação e o movimento das massas na sua determinidade e no seu enredamento qualitativo e quantitativo. A economia política é uma das ciências que brotaram na época moderna como seu terreno. Seu desenvolvimento mostra o lado interessante de como o *pensamento* (vide Smith, Say, Ricardo) descobre, a partir da infinita quantidade de pormenores que diante dele inicialmente se colocam, os princípios simples da coisa (*Sache*), seus [princípios] operantes que o entendimento dirige. Como por um lado é reconciliador reconhecer na esfera das carências este aparecer ativo da racionalidade que repousa na coisa, então é [também] este o campo onde, ao contrário, o entendimento das finalidades subjetivas e conceitos (*Meinungen*) morais dá vazão à sua insatisfação e contraditoriedade moral".

homem, produzida enquanto [algo] estranho sob a determinação do estranhamento, tem assim não somente o significado de supra-sumir (*aufheben*) o *estranhamento*, mas [também] a *objetividade*, ou seja, dessa maneira o homem vale como uma essência *não-objetiva, espiritualista*.

O movimento de *subjugação do objeto da consciência* é descrito por Hegel assim como segue:

O *objeto* se mostra não apenas (esta é, segundo Hegel, a concepção *unilateral* – portanto, só um lado sendo apreendido – daquele movimento) como *retornante* (*zurückkehrend*) ao Si (*Selbst*). O homem vem-a-ser = si posto (*Der Mensch wird = Selbst gesezt*). O Si é, porém, somente o homem *abstratamente* concebido e gerado por meio da abstração. O homem *é* áutico (*selbstisch*). Seu olho, seu ouvido etc., são *áuticos*; cada uma de suas forças essenciais tem nele a propriedade da *ipseidade* (*Selbstigkeit*). Mas por essa razão é, então, totalmente falso dizer: a *consciência-de-si* tem olho, ouvido, força essencial. A consciência-de-si é, antes, uma qualidade da natureza humana, do olho humano etc., não é a natureza humana [que é] uma qualidade | |XXIV| da *consciência-de-si*.

O Si abstraído e fixado para si é o homem enquanto *egoísta abstrato*, que em sua pura abstração [é] o egoísmo elevado ao pensar. (Voltaremos mais tarde a este ponto).

A *essência humana*, o *homem*, refere-se para Hegel = *consciência-de-si*. Todo estranhamento da essência humana *nada* mais é do que o *estranhamento da consciência-de-si*. O estranhamento da consciência-de-si não vale como *expressão* – expressão que se reflete no saber e no pensar – do estranhamento *efetivo* da essência humana. O estranhamento *efetivo*, que se manifesta como [estranhamento] real, não é, pelo contrário, segundo sua *mais íntima* essência oculta – primeiramente trazida à luz por intermédio da filosofia – nada mais do que a *manifestação* do estranhamento da essência humana efetiva, da *consciência-de-si*. A ciência que conceitua isto se chama, por conseguinte, *Fenomenologia*. Toda reapropriação da essência objetiva estranhada aparece, então, como uma incorporação na consciência-de-si; o homem apoderado de sua essência é *apenas* a consciência-de-si apoderada da essência objetiva. O retorno do objeto ao si é, portanto, a reapropriação do objeto.

A *subjugação do objeto da consciência* é globalmente expressa da seguinte forma:

1) que o objeto enquanto tal se apresenta à consciência como evanescente; 2) que é a exteriorização (*Entäusserung*) da consciência-de-si que põe a coisidade (*Dingheit*); 3) que esta exteriorização tem significado não somente *negativo*, mas também *positivo*; 4) ela não o tem apenas *para nós* ou em si (an sich), mas também para *ela própria*; 5) para *ela*, o negativo do objeto ou o próprio supra-sumir-se deste tem, desta maneira, significado *positivo*, ou ela *sabe* esta nulidade (*Nichtigkeit*) do mesmo, na medida em que ela se exterioriza a si, pois nesta exteriorização ela *se* assenta enquanto objeto ou põe o objeto como a si mesma por causa da inseparável unidade do *ser-para-si* (*Fürsichseins*);

6) por outro lado, situa-se nisto igualmente este outro momento: que ela também supra-sumiu e tomou de volta dentro de si esta exteriorização e objetividade, ou seja, em *seu* ser-outro *enquanto tal* está *junto de si*; 7) isto é o movimento da consciência e, dentro dele, ela é a totalidade de seus momentos; 8) ela tem de, do mesmo modo, relacionar-se com o objeto segundo a totalidade de suas determinações, e tê-lo apreendido segundo cada uma delas. Essa totalidade de suas determinações faz do objeto *em si* a *essência espiritual*, e para a consciência isto vem a ser, em verdade, pelo apreender de cada determinação singular como [sendo uma determinação] do *Si*, ou através da relação *espiritual* para com elas, antes nomeada.

ad 1. Que o objeto enquanto tal se apresente à consciência como evanescente, é o supracitado *retorno do objeto ao Si*.

ad 2. A *exteriorização da consciência-de-si* põe a *coisidade*. Porque o homem = consciência-de-si, então sua essência objetiva exteriorizada, ou a *coisidade* – ([coisidade é] *o que para ele* é *objeto*, e objeto é verdadeiramente para ele apenas o que lhe é objeto essencial, o que é, conseqüentemente, sua essência *objetiva*. Como o *homem efetivo* enquanto tal não é construído como sujeito, e por isto a *natureza* também não – o homem é a *natureza humana* –, mas apenas a abstração do homem, a consciência-de-si, então a coisidade só pode ser a consciência-de-si exteriorizada) = a *consciência-de-si exteriorizada*, e a *coisidade* é posta por meio desta exteriorização. É completamente plausível que um ser vivo, natural, provido e dotado de forças essenciais objetivas, isto é, materiais, tenha objetos *efetivo*-naturais de seu ser, na mesma medida que sua auto-exteriorização (*Selbstentäusserung*) seja o assentamento (*Setzung*) de um mundo *efetivo*, mas sob a forma da *externalidade* (*Äusserlichkeit*), um mundo prepotente e objetivo, não pertence[nte] ao seu ser. Nisto, nada há de incompreensível ou de misterioso. Misterioso seria, antes, o contrário. Mas é igualmente claro que uma *consciência-de-si*, por meio de sua exteriorização, possa pôr apenas a *coisidade*, isto é, unicamente uma coisa (*Ding*) abstrata, uma coisa da abstração e nenhuma coisa *efetiva*. Além disso, é | |XXVI| claro que a *coisidade* de maneira alguma é, portanto, [algo] *autônomo*, *essencial* diante da consciência-de-si, mas sim uma simples criatura, um [algo] *posto* (*Gesetztes*) por ela, e o [algo que é] posto, ao invés de confirmar-se a si mesmo, é apenas uma confirmação do ato de pôr, que por um instante fixa sua energia como o produto e, *para fazer de conta* – mas só por um momento –, lhe concede o papel de um ser autônomo, efetivo.

Quando o *homem* efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas *forças essenciais* objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (*Entäusserung*), este [ato de] *assentar* não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação, por isso, tem também que ser *objetiva*. O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo

(*Gegenständliche*) não estivesse posto em sua determinação essencial. Ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos, porque é, desde a origem, *natureza* (*weil es von Haus aus Natur ist*). No ato de assentar não baixa, pois, de sua "pura atividade" a um *criar* do *objeto*, mas sim seu produto *objetivo* apenas confirma sua atividade *objetiva*, sua atividade enquanto atividade de um ser natural objetivo.

Vemos aqui como o naturalismo realizado, ou humanismo, se diferencia tanto do idealismo quanto do materialismo e é, a um só tempo, a verdade unificadora de um e de outro. Vemos igualmente como só o naturalismo é capaz de compreender o ato da história universal (*Weltgeschichte*).

O *homem* é imediatamente *ser natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Fähigkeiten*), como *pulsões*; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele. Mas esses objetos são *objetos* de seu *carecimento* (*Bedürfnis*), *objetos* essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais*. Que o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem *objetos efetivos, sensíveis* como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*), ou que ele pode somente *manifestar* (*äussern*) sua vida em objetos sensíveis efetivos (*wirkliche sinnliche Gegenstände*). É idêntico: *ser* (*sein*) objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. A *fome* é uma *carência* natural; ela necessita, por conseguinte, de uma *natureza* fora de si, de um *objeto* fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um *objeto* existente (*seienden*) fora dele, indispensável à sua integração e externação essencial. O sol é o *objeto* da planta, um objeto para ela imprescindível, confirmador de sua vida, assim como a planta é objeto do sol, enquanto *externação* da força evocadora de vida do sol, da força essencial *objetiva* do sol.

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo.

Um ser não-objetivo é um *não-ser*.

Assenta um ser, que nem é ele próprio objeto nem tem um objeto. Um tal ser seria, em primeiro lugar, o *único* ser, não existiria nenhum ser fora dele, ele existiria isolado e solitariamente. Pois, tão logo existam objetos fora de mim, tão logo eu não esteja *só*, sou um *outro*, uma *outra efetividade* que não o objeto fora de mim. Para este terceiro objeto eu sou, portanto, uma *outra*

efetividade que não ele, isto é, [sou] *seu* objeto. Um ser que não é objeto de outro ser, supõe, pois, que não existe *nenhum* ser objetivo. Tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto. Mas um ser *não objetivo* é um ser não efetivo, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração. Ser (*sein*) *sensível*, isto é, ser efetivo, é ser objeto do sentido, ser objeto *sensível*, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é ser *padecente*.

O homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um *padecedor*, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser *apaixonado*. A paixão (*Leidenschaft*, *Passion*) é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto.

Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, ser existente para si mesmo (*für sich selbst seiendes Wesen*), por isso, *ser genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Conseqüentemente, nem os objetos *humanos* são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como *é* imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado.

E como tudo o que é natural tem de *começar*, assim também o *homem* tem como seu ato de gênese a *história*, que é, porém, para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com consciência, é ato de gênese que se supra-sume (*sich aufhebender Entstehungsakt*). A história é a verdadeira história natural do homem. (Sobre isto, voltaremos a falar.)

Terceiro, porque este pôr a coisidade mesma é só uma *aparência*, um ato que contradiz a essência da atividade pura, ele necessita ser mais uma vez supra-sumido, e a coisidade negada.

ad 3, 4, 5, 6. – 3.) Esta exteriorização (*Entäusserung*) da consciência tem significado não apenas *negativo*, mas também *positivo* e, 4) este significado positivo não apenas *para nós* ou em si, mas sim para ela, para a própria consciência. 5) *Para ela*, o negativo do objeto ou o supra-sumir dele a si próprio tem o significado *positivo*, ou seja, ela *sabe* esta nulidade do mesmo, porque ela própria *se* exterioriza, pois nesta exteriorização ela se *sabe* como objeto ou sabe o objeto como a si mesma por causa da inseparável unidade do *ser-para-si*. 6) Por outro lado, está aqui presente, ao mesmo tempo, o outro momento: que ela também igualmente supra-sumiu e recuperou dentro de si esta exteriorização e objetividade, e está, portanto, *junto de si* em seu *ser-outro enquanto tal* (*Anderssein als solchem bei sich*).

Já vimos: a apropriação do ser objetivo estranhado ou a supra-sunção da objetividade sob a determinação do *estranhamento* – que tem de ir da estranheza (*Fremdheit*) desinteressada até o efetivo estranhamento hostil – tem para Hegel, ao mesmo tempo e até principalmente, a significação de supra-sumir a *objetividade*, pois não é o caráter *determinado* do objeto, mas sim seu

caráter *objetivo* que constitui, para a consciência-de-si, o escandaloso (*das Anstössige*) e o estranhamento. O objeto é por isso um negativo, um [negativo] que supra-sume a si mesmo, uma *nulidade*. Esta nulidade do mesmo não tem para a consciência uma significação apenas negativa, mas *positiva*, pois aquela *nulidade* do objeto é justamente a *autoconfirmação* da não-objetividade, da sua própria | |XXVIII| *abstração*. Para a *consciência mesma*, a nulidade do objeto tem, por isso, um significado positivo, posto que ela *sabe* esta nulidade, o ser objetivo, como sua *auto-exteriorização*; porque ela sabe que a nulidade somente é por meio de sua auto-exteriorização. ... O modo como a consciência é, e como algo é para ela, é o *saber*. O saber é seu único ato. Por isso, algo vem-a-ser (*wird*) para ela na medida em que ela *sabe* este *algo*. Saber é o seu único comportamento objetivo. – Ora, a consciência-de-si sabe a nulidade do objeto, isto é, o ser-não-distinto (*Nichtunterschiedensein*) do objeto com relação a ela, o não-ser do objeto para ela, na medida em que ela sabe o objeto enquanto sua *auto-exteriorização*, isto é, ela se sabe – o saber como objeto – na medida em que o objeto é apenas a *aparência* de um objeto, uma emanação enganadora, o seu ser nada além do que o saber mesmo, o qual se confrontou consigo mesmo e, por isso, opôs a si uma *nulidade*, um algo que, fora do saber, não tem *nenhuma* objetividade; ou o saber sabe que enquanto se relaciona com um objeto, está apenas *fora* de si, se exterioriza; que *ele mesmo aparece* a si somente enquanto objeto, ou que o quê aparece para ele como objeto é somente ele mesmo.

Por outro lado, diz Hegel, está aqui presente ao mesmo tempo este outro momento: que ela igualmente supra-sumiu e recuperou dentro de si esta exteriorização e esta objetividade, e está, portanto, *junto de si* em seu *ser-outro enquanto tal*.

Nesta exposição temos, juntas, todas as ilusões da especulação.

Em primeiro lugar: a consciência, a consciência-de-si, está *junto de si* em seu *ser-outro enquanto tal*. Por isso, a consciência-de-si – ou se abstrairmos aqui da abstração hegeliana e pusermos em vez da consciência-de-si a consciência-de-si do homem – está *junto de si* em seu *ser-outro enquanto tal*.

Isto implica, em primeiro lugar, que a consciência – o saber enquanto saber –, o pensar enquanto pensar finge ser imediatamente o *outro* de si mesmo, [finge ser] sensibilidade, efetividade, vida, o pensar que se sobrepuja no pensar (Feuerbach)[32]. Este aspecto está aqui contido na medida em que a consciência, enquanto consciência apenas, tem o seu impulso (*Anstoss*) não mediante a objetividade estranhada, mas mediante a *objetividade enquanto tal*.

Em segundo lugar, implica que o homem consciente de si, na medida em que reconheceu e supra-sumiu (*aufhob*) o mundo espiritual – ou a existência espiritual universal de seu mundo – enquanto auto-exteriorização, confir-

[32] Feuerbach, Ludwig. *Grundsätze der Philosophie der Zukunft*, cit., p. 55.

ma-o novamente, contudo, nesta figura exteriorizada e o toma como seu verdadeiro modo de existência, restaura-o, finge estar, em *seu ser-outro enquanto tal, junto de si;* por conseguinte, depois da supra-sunção (*Aufhebung*), por exemplo, da religião, depois do reconhecimento da religião como um produto da auto-exteriorização, encontra-se, não obstante, confirmado na *religião como religião.* Aqui *está* a raiz do *falso* positivismo de Hegel ou de seu criticismo apenas *aparente;* o que Feuerbach indicou como o pôr (*Setzen*), o negar e o restaurar da religião ou teologia[33], o que é, porém, de se apreender de modo mais universal. A razão está, pois, junto de si na não-razão (*Unvernunft*) enquanto não-razão. O homem que reconheceu levar no direito, na política etc., uma vida exteriorizada, leva nesta vida exteriorizada, enquanto tal, sua verdadeira [vida] humana. A auto-asserção, autoconfirmação em *contradição* consigo mesma, tanto com o saber como com a essência (Wesen) do objeto é, portanto, o verdadeiro *saber* e [a verdadeira] *vida.*

Assim, não se pode mais falar de uma acomodação de Hegel em face da religião, do Estado etc., pois esta mentira é a mentira de seu princípio.

|XXIX| Se eu *sei* a religião como consciência-de-si humana *exteriorizada*, sei portanto nela, enquanto religião, não minha consciência-de-si, mas minha consciência-de-si exteriorizada confirmada nela. Meu si-mesmo (*Mein sich selbst*), a consciência-de-si pertencente à sua essência, eu o sei, portanto, confirmado não na *religião*, mas antes na religião *aniquilada, supra-sumida.*

Por isso, em Hegel, a negação da negação não é a confirmação da verdadeira essência, precisamente mediante a negação da essência aparente, mas a confirmação da essência aparente ou da essência estranhada de si em sua negação ou a negação dessa essência aparente enquanto uma essência objetiva, habitando fora do homem e independentemente dele, e sua transformação no sujeito.

Um papel peculiar desempenha, por isso, o *supra-sumir* (*das Aufheben*), onde a negação e a conservação, a afirmação (*Bejahung*), estão ligadas.

Assim, por exemplo, na filosofia do direito de Hegel, o *direito privado* supra-sumido = *moral*, a moral supra-sumida = *família*, a família supra-sumida = *sociedade civil* (*bürgerliche Gesellschaft*), a sociedade civil supra-sumida = *Estado*, o Estado supra-sumido = *história mundial*[34]. Na *realidade* (*Wirklichkeit*) continuam subsistindo direito privado, moral, família, sociedade civil, Estado etc.; apenas se tornaram *momentos*, existências e modos de existência (*Daseinsweisen*) do homem, que não têm validade isolados, se dissolvem e se engendram reciprocamente etc., *momentos do movimento.*

Na sua existência efetiva, esta sua essência *móvel* está oculta. Manifesta-se, revela-se, em primeiro lugar, no pensar, na filosofia, e por isso minha

[33] Ibidem, p. 34-42.

[34] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, cit., p. 68-71.

verdadeira existência religiosa é minha existência (*Dasein*) *filosófico-religiosa*, minha verdadeira existência política é minha existência *filosófico-jurídica*, minha verdadeira existência natural é a existência *filosófico-natural*, minha verdadeira existência artística é a existência *filosófico-artística*, minha verdadeira existência *humana* [é a] minha existência *filosófica*. Igualmente, a verdadeira existência da religião, Estado, natureza, arte = a *filosofia* da religião, natureza, Estado, arte. Mas se, para mim, apenas a filosofia da religião etc., é a verdadeira existência da religião, então sou também verdadeiramente religioso somente enquanto *filósofo da religião;* renego assim a religiosidade *real* (*wirklich*) e os homens realmente *religiosos.* Mas, ao mesmo tempo, eu os *confirmo*, em parte no interior de minha própria existência ou no interior da existência estranha que lhes contraponho, pois esta *é* apenas *sua* expressão filosófica; em parte, na sua figura original peculiar (*eigentümlich*), pois valem para mim enquanto o ser-outro apenas *aparente*, como alegorias, figuras ocultas sob invólucros sensíveis de sua própria existência verdadeira, [isto é,] de minha existência *filosófica.*

Do mesmo modo, é a *qualidade* supra-sumida = *quantidade*, a quantidade supra-sumida = *medida*, a medida supra-sumida = *essência*, a essência supra-sumida = *fenômeno*, o fenômeno supra-sumido = *efetividade* (*Wirklichkeit*), a efetividade supra-sumida = *conceito*, o conceito supra-sumido = *objetividade*, a objetividade supra-sumida = *idéia absoluta*, a idéia absoluta supra-sumida = *natureza*, a natureza supra-sumida = *espírito subjetivo*, o espírito subjetivo supra-sumido = espírito objetivo, *ético*, o espírito ético supra-sumido = *arte*, a arte supra-sumida = *religião*, a religião supra-sumida = *saber absoluto*[35].

Por um lado, este supra-sumir (*Aufheben*) é um supra-sumir do ser pensado, portanto, a propriedade privada *pensada* supra-sume-se no *pensamento* da moral. E porque o pensar se supõe ser imediatamente o outro de seu si, *efetividade sensível*, portanto a sua ação vale para ele também como ação *sensível-efetiva* (*sinnliche wirkliche Action*), este supra-sumir pensante, que deixa seu objeto permanecer na efetividade, acredita tê-lo ultrapassado efetivamente e, por outro lado, porque se tornou momento de pensamento para ele, também vale por isso para ele, em sua efetividade, como autoconfirmação de si mesmo, da consciência-de-si, da abstração.

|XXX| Por um lado, a existência que Hegel *supra-sume* na filosofia não é, portanto, a religião, o Estado, a natureza *efetivas*, mas a própria religião já como um objeto do saber, a *dogmática*, assim como a *jurisprudência, a ciência política* (*Staatswissenschaft*), a *ciência natural.* Por um lado, portanto, está em

[35] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaft im Grundrisse*, [livro I, *Die Wissenschaft der Logik*] cit., "A doutrina do ser: A. A qualidade. B. A quantidade. C. A medida. A doutrina da essência: A. A essência como fundamento da existência. B. O fenômeno. C. A efetividade. A doutrina do conceito: A. O conceito subjetivo. B. O objeto. [C.] A idéia. – A filosofia da natureza. – A filosofia do espírito" [Colchetes do tradutor].

oposição tanto à essência *efetiva* quanto à *ciência* imediata não filosófica ou aos *conceitos* não filosóficos desta essência. Hegel contradiz, portanto, seus conceitos correntes.

Por outro lado, o homem religioso etc., pode encontrar em Hegel sua última confirmação.

Há agora que apreender os momentos *positivos* da dialética hegeliana – no interior da determinação do estranhamento.

a) O *supra-sumir* como movimento objetivo *retomando de volta* em si a exteriorização (*Entäusserung*). – É este o juízo (*Einsicht*), expresso no interior do estranhamento, da *apropriação* do ser (*Wesen*) objetivo mediante a supra-sunção de seu estranhamento, o juízo estranhado na *objetivação efetiva* do homem, na apropriação efetiva de seu ser objetivo mediante a eliminação da determinação *estranhada* do mundo objetivo, mediante sua supra-sunção na sua existência (*Dasein*) estranhada, assim como o ateísmo enquanto supressão (*Aufhebung*) de deus é o vir-a-ser (*Werden*) do humanismo teórico, o comunismo enquanto supra-sunção da propriedade privada é a vindicação da vida humana efetiva enquanto sua propriedade, é o vir-a-ser do humanismo prático; ou o ateísmo é o humanismo mediado consigo pela supressão da religião, o comunismo é o humanismo mediado consigo mediante a supra-sunção da propriedade privada. Somente por meio da supra-sunção desta mediação – que é, porém, um pressuposto necessário – vem a ser o humanismo *positivo*, que positivamente parte de si mesmo.

Mas ateísmo, comunismo não são nenhuma fuga, nenhuma abstração, nenhum perder do mundo objetivo engendrado pelo homem, suas forças essenciais trazidas à vida para a objetividade, nenhuma pobreza retornando à simplicidade não natural, não desenvolvida. São, antes, pela primeira vez, o vir-a-ser efetivo, a efetivação tornada efetivamente para o homem de sua essência ou sua essência enquanto uma essência efetiva.

| Hegel, portanto, na medida em que apreende o sentido *positivo* da negação referida a si mesma – ainda que novamente num modo estranhado – apreende o auto-estranhamento, a exteriorização da essência (*Wesensentäusserung*), a desobjetivação e a desefetivação do homem enquanto auto-aquisição, externação da essência (*Wesensäusserung*), objetivação, efetivação. Em resumo, ele apreende – no interior da abstração – o trabalho como o *ato de produção de si do homem*, o comportar-se (*das Verhalten*) para consigo como essência estranha e a sua atividade (*Betätigen*), enquanto uma essência estranha, como a *consciência genérica* e *vida genérica* vindo-a-ser.

b) Em Hegel – abstraindo do, ou antes, em conseqüência do absurdo já descrito – este ato aparece, porém, em primeiro lugar, como um ato *apenas formal* porque vale como um [ato] abstrato, porque o ser humano mesmo só vale como *ser abstrato pensante*, como consciência-de-si; e, em segundo lugar, porque a apreensão é *formal* e *abstrata*, assim a supra-sunção da exteriorização torna-se uma confirmação da exteriorização, ou, para Hegel, aquele movi-

mento de *autoproduzir*, de *auto-objetivar[-se]* como *auto-exteriorização* e *auto-estranhamento* é a *absoluta* e, por isso, a última *externação da vida humana* chegada à sua essência, tendo a si mesma por objetivo e [estando] em si mesma satisfeita. Este movimento em sua forma | |XXXI| abstrata como dialética vale assim como a *vida verdadeiramente humana*, e porque é, contudo, uma abstração, um estranhamento da vida humana, ela é considerada como *processo divino*, mas como processo divino do homem – um processo que sua própria essência, diferente dele, abstrata, pura, absoluta, sofre.

Em *terceiro lugar*: este processo tem de ter um portador, um sujeito; mas o sujeito só vem a ser enquanto resultado; este resultado, o sujeito que se sabe enquanto consciência-de-si absoluta, é, por isso, o *Deus*, o *espírito absoluto*, *a idéia que se sabe e aciona*. O homem efetivo e a natureza efetiva tornam-se meros predicados, símbolos deste homem não efetivo oculto, e desta natureza inefetiva. Sujeito e predicado têm assim um para com o outro a relação de uma absoluta inversão, *sujeito-objeto místico* ou *subjetividade que sobrepuja o objeto*, o *sujeito absoluto* como um *processo*, como *sujeito exteriorizando-se* e retornando a si da exteriorização, mas, ao mesmo tempo, retomando-a de volta em si, e o sujeito como este processo; o puro círculo *infatigável* em si.

Primeiro. Apreensão *formal e abstrata* do ato de autoprodução ou auto-objetivação do homem.

O objeto estranhado, a efetividade essencial estranhada do homem é – e aqui Hegel põe o homem = consciência-de-si – nada mais que *consciência*, apenas o pensamento do estranhamento, sua expressão *abstrata* e, por isso, sem conteúdo (*Inhaltslos*) e inefetiva, a *negação*. Da mesma forma, a supra-sunção da exteriorização não é, portanto, nada além do que uma supra-sunção abstrata, carente de conteúdo, daquela abstração sem conteúdo, a *negação da negação*. A atividade plena de conteúdo, viva, sensível, concreta da auto-objetivação torna-se, por isso, na sua abstração vazia, a *negatividade absoluta*, uma abstração que novamente é fixada como tal, e é pensada enquanto uma atividade autônoma, simplesmente atividade. Porque esta denominada negatividade não é senão a forma *abstrata, carente de conteúdo*, daquele ato efetivo-vivo (*wirklicher lebendiger Akt*), seu conteúdo só pode ser um conteúdo meramente *formal*, produzido pela abstração de todo o conteúdo. São, portanto, *formas da abstração* universais abstratas, pertencentes a qualquer conteúdo, e, conseqüentemente, tanto indiferentes a todo conteúdo, como válidas para cada um deles, [são] as formas de pensamento, as categorias lógicas arrancadas do espírito *efetivo* e da natureza *efetiva*. (Desenvolveremos mais adiante o conteúdo *lógico* da negatividade absoluta.)

O positivo, que Hegel aqui conseguiu – na sua lógica especulativa –, é que os *conceitos determinados*, as *formas de pensamento* universais *fixas*, em sua autonomia diante da natureza e do espírito, são um resultado necessário do estranhamento universal da essência humana, portanto também do pensar humano, e que Hegel os apresentou e reuniu, por isso, como momentos do

processo de abstração. Por exemplo, o ser supra-sumido é essência, a essência supra-sumida, conceito, o conceito supra-sumido ... idéia absoluta[36]. Mas o que é então a idéia absoluta? Ela se supra-sume novamente a si mesma, se não quer voltar a passar de novo por todo o ato de abstração e contentar-se, assim, em ser uma totalidade de abstrações ou a abstração que a si se apreende. Mas a abstração que se apreende como abstração sabe-se como nada; ela tem de renunciar à abstração, e chega assim junto a um ser que é precisamente o seu contrário, junto à *natureza*. Toda a lógica é, portanto, a prova de que o pensar abstrato por si nada é, de que a idéia absoluta por si nada é, de que somente a *natureza* é algo. | |XXXII| A idéia absoluta, a idéia abstrata, que

> *considerada* segundo sua unidade consigo é *intuir* (Hegel, *Enciclopédia*, 3a. edição, p. 222 [§244])[37],

que

> na absoluta verdade de si mesma *decide-se a deixar sair* livremente *de si* o momento de sua particularidade, ou do primeiro determinar-se e ser-outro, a *idéia imediata* como seu reflexo, como natureza (l.c.)[38],

toda esta idéia, comportando-se tão estranha e barrocamente, que ocasionou aos hegelianos tremendas dores de cabeça, não é absolutamente nada mais do que a *abstração*, isto é, o pensador abstrato, que, escaldada pela experiência e esclarecida sobre sua verdade, decide, sob diversas condições – falsas e ainda mesmo abstratas – a *renunciar a si* e pôr seu ser-outro, o particular, o determinado, no lugar de seu estar-junto-de-si\ser-nada (*Beisichsein\Nichtssein*), da sua universalidade e de sua indeterminidade; [decide-se] *livremente a deixar sair de si* a *natureza*, que ela escondia em si somente como abstração, como coisa do pensamento, ou seja, abandonar a abstração e contemplar por fim a natureza *liberta* dela. A idéia abstrata, que se torna imediatamente *intuir*, não é absolutamente outra coisa senão o pensar abstrato que renuncia a si e decide pela *intuição*. Toda esta transição da lógica para a filosofia da natureza nada mais é do que a transição – tão difícil de realizar para o pensador abstrato e, por isso, descrita por ele de forma tão excêntrica – do

[36] Ibidem. Trata-se da primeira parte da *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*, ou seja, *A ciência da lógica*, supra. Hegel subdivide sua *Ciência da lógica* em "Lógica objetiva" (à qual pertencem a "doutrina do ser" e a "doutrina da essência"), e "Lógica subjetiva" (ou "doutrina do conceito"), fechando com o capítulo "a idéia absoluta".

[37] Apesar de nos basearmos em critérios distintos de tradução, estamos utilizando aqui, como apoio, a partir das citações oferecidas por Marx, a referida versão brasileira da *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*, vol. I, p. 370. (N. T.)

[38] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaft im Grundrisse*, cit., primeira parte, *Die Wissenschaft der Logik*, p. 222. [Edição brasileira: *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*, cit., parte I, *A ciência da lógica*, p. 370-371.]

abstrair ao *intuir*. O sentimento *místico* que impele o filósofo do pensar abstrato ao intuir é o *tédio*, a nostalgia *(Sehnsucht)* de um conteúdo.

(O homem estranhado de si mesmo é também o pensador estranhado de sua *essência*, isto é, da essência natural e humana. Seus pensamentos são, por isso, espíritos fixos habitando fora da natureza e do homem. Hegel encerrou conjuntamente em sua lógica todos estes espíritos fixos, cada um deles apreendido primeiramente como negação, isto é, como *exteriorização* do pensar *humano*, depois como negação da negação, isto é, como supra-sunção desta exteriorização, como *efetiva* externação do pensar humano; mas – enquanto ele próprio ainda [está] embaraçado no seu estranhamento – esta negação da negação é, em parte, o restabelecer dos espíritos fixos no seu estranhamento; em parte, o paralisar no último ato, o referir-se a si mesma na exteriorização, como a verdadeira existência desses espíritos fixos {isto é, Hegel põe no lugar daquelas abstrações fixas o ato da abstração girando em si; por isso, ele tem o mérito de ter mostrado primeiramente os lugares de nascimento de todos esses conceitos impróprios pertencentes, segundo sua data de origem, a filósofos singulares; tê-los conjuntamente apreendido e, em vez de uma abstração determinada, ter criado como objeto da crítica a abstração que tem a ver com o circuito todo (por que Hegel separa o pensar do *sujeito*, veremos mais tarde; mas está já evidente que se o homem não é humano, também sua externação da essência (*Wesensäusserung*) não o pode ser; portanto, também o pensar não podia conceber-se como externação da essência do homem como um sujeito humano e natural, com olhos, ouvidos etc., vivendo na sociedade, no mundo e na natureza)}, e em parte, na medida em que esta abstração se apreende a si mesma e sente acerca de si própria um tédio infinito, em Hegel a renúncia do pensar abstrato que se movimenta apenas no pensar, sem olhos, sem dentes, sem ouvidos, sem nada, aparece como decisão de reconhecer a *natureza* como essência e transferir-se à intuição.)

|XXXIII| Mas também a *natureza*, tomada abstratamente, para si, fixada na separação do homem, é *nada* para o homem. É evidente por si mesmo que o pensador abstrato, que se resolveu pelo intuir, a intui abstratamente. Como a natureza foi encerrada pelo pensador na própria figura dele, oculta e misteriosa, como idéia absoluta, como coisa de pensamento, então ele na verdade, na medida em que a separou de si, separou de si apenas esta *natureza abstrata*, apenas a *coisa de pensamento* da natureza – mas agora com o significado de que ela é o ser-outro do pensamento, de que ela é a natureza efetiva intuída, distinta do pensar abstrato. Ou, para falar uma linguagem humana, o pensador abstrato experimenta, junto de sua intuição da natureza, que os seres que ele, na dialética divina, imaginava criar a partir do nada, da pura abstração, como produtos puros do trabalho do pensar que se tece sobre si próprio e nunca olha para fora em direção à efetividade, nada mais são que *abstrações* de *determinações da natureza*. A natureza inteira repete para ele, portanto, apenas em forma sensível, externa, as abstrações lógicas. Ele a *analisa* novamente nestas abstrações. Sua intuição da natureza é, portanto,

somente o ato de confirmação de sua abstração da intuição da natureza, o curso gerador de sua abstração, repetido por ele com consciência. Assim, por exemplo, o tempo = negatividade que se refere a si (p. 238, 1. c.[§257])[39]. Ao vir-a-ser supra-sumido como existência corresponde – em forma natural – o movimento supra-sumido como matéria. A luz é a forma *natural* da *reflexão em si*. O corpo, como *lua* e *cometa*, é a forma *natural* da *oposição* que, segundo a lógica, é, por um lado, o *positivo repousando sobre si mesmo*, e, por outro, o *negativo* repousando sobre si mesmo. A terra é a forma *natural* do *fundamento* lógico, enquanto unidade negativa da oposição etc.

A *natureza enquanto natureza*, isto é, na medida em que ainda se diferencia sensivelmente daquele sentido secreto oculto nela, a natureza separada, diferenciada destas abstrações, é *nada*, um *nada confirmando-se enquanto nada*, é *sem-sentido* (*Sinnlos*) ou tem apenas o sentido de uma externalidade que tem de ser supra-sumida.

> Do ponto de vista finito-*teleológico* encontra-se a correta pressuposição de que a natureza não contém em si mesma o fim absoluto (p. 225 [§245])[40].

Seu objetivo é a confirmação da abstração.

> A natureza mostrou-se como a idéia na *forma* do *ser-outro*. Visto que a *idéia* é assim como o negativo dela mesma, ou *externa a si*, assim a natureza não é externa apenas relativamente a esta idéia, mas sim a *externalidade* constitui a destinação, na qual ela é enquanto natureza (p. 227 [§247])[41].

A *externalidade* não é de se entender aqui como a *sensibilidade* se *externando*, aberta à luz e ao homem sensível. A externalidade toma-se aqui no sentido da exteriorização, um equívoco, uma debilidade que não deve ser. Pois o verdadeiro (*das Wahre*) é ainda a idéia. A natureza é somente a *forma* de seu *ser-outro*. E, como o pensar abstrato é a *essência*, aquilo que lhe é externo é, segundo sua essência, apenas um [algo] externo. O pensador abstrato reconhece, ao mesmo tempo, que a *sensibilidade* é a essência da natureza, a *externalidade* em oposição ao pensar tecendo-se *em si*. Mas simultaneamente ele exprime esta oposição de tal forma que esta *externalidade da natureza* é sua

[39] Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Encyclopädie der philosophischen Wissenschaft*, cit., p. 238: "A negatividade, que se encontra como ponto no espaço e nele desenvolve suas determinações como linha e extensão é, contudo, na esfera do ser-fora-de-si, precisamente não só *para si* e suas determinações aí dentro, mas também simultaneamente como pondo na esfera do ser-fora-de-si, neste caso aparecendo como indiferente ao tranqüilo ao-lado-um-do-outro (*Nebeneinander*). Assim posta para si, é [ess]a negatividade o *tempo*". [Edição brasileira: *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*, cit., vol. II (*A filosofia da natureza*), p. 53-54.]

[40] Ibid., p. 225. [Edição brasileira: cit., p. 15.]

[41] Ibid., p. 227. [Edição brasileira: cit., p. 26.]

oposição ao pensar, sua *deficiência*, que ela, na medida em que se diferencia da abstração, é um ser deficiente. | |XXXIV| Um ser deficiente não apenas para mim, aos meus olhos, um ser em si mesmo deficiente, tem fora de si algo que lhe falta. Isto é, sua essência é algo diferente dele mesmo. Para o pensador abstrato, a natureza tem, portanto, de se supra-sumir a si mesma, porque já foi posta por ele como um ser em potência supra-sumido.

> O espírito tem *para nós a natureza* por sua *pressuposição*, da qual ele é a *verdade* e, por isso, seu *primeiro absoluto*. Nessa verdade, a natureza *desvaneceu* e o espírito se produziu como idéia que chegou ao seu ser-para-si, cujo *objeto*, assim como o *sujeito*, é o *conceito*. Esta identidade é a *negatividade absoluta*, porque o conceito tem na natureza sua objetividade externa consumada, porém essa sua exteriorização é supra-sumida, e o conceito tornou-se idêntico a si mesmo nela. Por isso o conceito só é essa identidade enquanto retornar da natureza (p. 392 [§381])[42].

> O *manifestar* – que enquanto o manifestar da idéia *abstrata* e passagem imediata, *vir-a-ser* da natureza – enquanto manifestar do espírito, que é livre, é o *pôr (Setzen)* da natureza como de *seu* mundo; um pôr que como reflexão é ao mesmo tempo *pressupor (Voraussetzen)* do mundo como natureza autônoma. O manifestar no conceito é criar do mundo como ser seu, no qual ele se proporciona a *afirmação* e *verdade* de sua liberdade.

> O *absoluto é o espírito*: esta a suprema definição do absoluto ([p. 393, §384])[43].

[42] Ibid., p. 392. [Edição brasileira: cit., p. 15.]

[43] Ibid., p. 393. [Edição brasileira: cit., p. 26.]

[PROPRIEDADE PRIVADA E CARÊNCIAS]

|XIV| 7) Vimos que significado tem, sob o pressuposto do socialismo, a *riqueza* (*Reichheit*) das carências humanas e, portanto, tanto um *novo modo de produção*, quanto um novo *objeto* da produção. Nova atividade da força essencial *humana* e novo enriquecimento da essência *humana*. No interior da propriedade privada o significado inverso. Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império (*das Reich*) do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu *dinheiro* cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria (*Bedürftigkeit*) à medida que aumenta o *poder* do dinheiro. – A carência de dinheiro é, por isso, a verdadeira carência produzida pela economia nacional e a única carência que ela produz. – A *quantidade* de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser *quantitativo*. A *imoderação* e o *descomedimento* tornam-se a sua verdadeira medida...

Subjetivamente mesmo isto aparece, em parte, porque a expansão dos produtos e das carências o torna escravo *inventivo* e continuamente *calculista* de desejos não humanos, requintados, não naturais e *pretensiosos* – a propriedade privada não sabe fazer da carência rude [uma] carência *humana*; seu *idealismo* é a *ilusão*, a *arbitrariedade*, *o capricho* e não há eunuco que adule mais infamemente o seu déspota e procure exasperar por nenhum meio mais infame a sua embotada aptidão para o prazer (*Genussfähigkeit*), de forma a obter ilicitamente um favor, do que o eunuco da indústria, o produtor, para captar fraudulentamente para si centavos em prata, atrair para fora dos bolsos do vizinho cristãmente amado os pássaros de ouro (cada produto é uma isca

com a qual se quer atrair para junto de si a essência do outro, o seu dinheiro; cada carência efetiva ou possível é uma fraqueza que apresentará a armadilha à mosca – exploração universal da essência humana comunitária, tal como cada imperfeição do ser humano é um vínculo com o céu, um lado pelo qual seu coração [é] acessível ao padre; cada falta (*Not*) é uma ocasião para, sob a aparência mais gentil, dirigir-se ao vizinho e lhe dizer: dileto amigo, dou-te aquilo de que precisas, mas tu conheces a *conditio sine qua non*; sabes com qual tinta tens de enganar-te ao escrever para mim; trapaceio-te na mesma medida em que te proporciono uma fruição[1]), sujeita-se às suas idéias mais vis, joga de alcoviteiro entre ele e sua carência, causa nele apetites patológicos, espreita nele cada fraqueza, para então exigir o adiantamento em dinheiro desta obra de caridade.

Em parte, este estranhamento se mostra na medida em que produz, por um lado, o refinamento das carências e dos seus meios; por outro, a degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência; ou melhor, apenas produziu-se novamente a si na sua significação contrária. Mesmo a carência de ar livre deixa de ser, para o trabalhador, carência; o homem retorna à caverna, que está agora, porém, infectada pelo mefítico [ar] pestilento da civilização, e que ele apenas habita muito *precariamente*, como um poder estranho que diariamente se lhe subtrai, do qual ele pode ser diariamente expulso, se | |XV| não pagar. Tem de *pagar* esta casa mortuária. A habitação-*luz* que Prometeu, em Ésquilo[2], denota como uma das maiores dádivas pelas quais ele fez do selvagem um homem, cessa de existir para o trabalhador. Luz, ar etc., a mais elementar limpeza *animal* cessam de ser, para o homem, uma carência. A *imundície*, esta corrupção, apodrecimento do homem, o *fluxo de esgoto* (isto compreendido à risca) da civilização torna-se para ele um *elemento vital*. O completo abandono *não natural*, a natureza apodrecida, tornam-se seu *elemento vital*. Nenhum de seus sentidos existe mais, não apenas em seu modo humano, mas também não num modo não humano, por isto mesmo nem sequer num modo animal. As mais rudes *formas* (*instrumentos*) de trabalho humano reaparecem; assim, o *moinho de tambor* do escravo romano tornou-se modo de produção, modo de existência de muitos trabalhadores ingleses. [Isto quer dizer] não apenas que o homem deixa de ter quaisquer carências humanas, [mas que] mesmo as carências *animais* desaparecem. O irlandês apenas conhece a carência do *comer* e efetivamente [conhece a necessidade] do *comer batatas* e, naturalmente, apenas *batatas Lumper*, a pior espécie de batatas[3]. Mas a Inglaterra e a França já têm, em cada cidade industrial, uma *pequena* Irlanda. O selvagem, o animal, ainda têm a carência da caça, do movimento etc., da socialidade (*Geselligkeit*). A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para fazer, em primeiro lugar, do homem que ainda vem a ser, do homem totalmente não formado – a *criança* –, trabalhador, assim como o trabalhador tornou-se uma criança abandonada à negligência. A máquina acomoda-se à *debilidade* do ser humano para tornar o ser humano *débil* uma máquina.

Como o aumento das carências e dos seus meios engendra a falta de carências e a falta de meios, demonstra-o o economista nacional (e o capitalista, falamos em geral sempre dos homens de negócio *empíricos* quando nos dirigimos aos economistas nacionais – seu testemunho *científico* e existência) 1) na medida em que ele reduz a carência do trabalhador à mais necessária e mais miserável subsistência da vida física e sua atividade ao movimento mecânico mais abstrato; ele diz, portanto: o homem não tem nenhuma outra carência, nem de atividade, nem de fruição; pois ele proclama *também* esta vida como vida e existência *humanas*; na medida em que 2) ele *calcula* a vida (existência) mais *escassa* possível como norma e, precisamente, como norma universal: universal porque vigente para a massa dos homens; ele faz do trabalhador um ser insensível e sem carências, assim como faz de sua atividade uma pura abstração de toda atividade; cada *luxo* do trabalhador aparece a ele, portanto, como reprovável e tudo o que ultrapassa a mais abstrata de todas as carências – seja como fruição ou externação de atividade – aparece a ele como luxo. A economia nacional, esta ciência da *riqueza* é, por isso, ao mesmo tempo, ciência do renunciar, da indigência, da *poupança* e ela chega efetivamente a poupar ao homem a *carência* de *ar* puro ou de *movimento* físico. Esta ciência da indústria maravilhosa é, simultaneamente, a ciência da *ascese* e seu verdadeiro ideal é o avarento *ascético*, mas *usurário*, e o escravo *ascético*, mas *producente*. O seu ideal moral é o *trabalhador* que leva uma parte de seu salário à caixa econômica, e ela encontrou mesmo para esta sua idéia predileta uma *arte* servil. Levou-se o sentimental[ismo] para o teatro. Por isso, ela é – apesar de seu aspecto mundano e voluptuoso – uma ciência efetivamente moral, a mais moral de todas as ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é a sua tese principal. Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tornará o teu tesouro, que

[1] Goethe, Johann Wolfgang. *Fausto*, primeira parte.

[2] Ésquilo. *Prometeu*, vinctus V, p. 450-453.

[3] Buret, Eugène. *De la misère des classes labourieuses en Angleterre et en France; de la nature de la misère, de son existence, de ses effets, de ses causes, et de l'insuffisance des remèdes qu'on lui a opposés jusqu'ici; avec l'indication des moyens propres a en affranchir les sociétés*, T. 1, Paris, 1840, p. 110-111: "Regarde l'homme d'Irlande avec trois livres de pommes de terre par jour, et la pire espèce, trois livres de *lumper* (1) [nota de rodapé:] Gustave de Beaumont, *l'Irlande*, tome II, p. 114. La pomme de terre de bonne qualité est devenue pour les Irlandais un objet de luxe; ils ne cultivent plus, pour leur consommation, que la pire espéce, appelée *Lumper*, qui a l'avantage de produire plus gros tubercules." (Colchetes no original).

nem as traças nem o roubo corroem[4], *teu* capital. Quanto menos tu *fores*, quanto menos externares a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo | |XVI| o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em *dinheiro* e *riqueza*. E tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridades históricas, de poder político, pode viajar, *pode* apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é a verdadeira *capacidade* (*Vermögen*). Mas ele, que é tudo isso, não *deseja* senão criar-se a si próprio, comprar a si próprio, pois tudo o mais é, sim, seu servo, e se eu tenho o senhor, tenho o servo e não necessito do seu servo. Todas as paixões e toda atividade têm, portanto, de naufragar na *cobiça*. Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter.

Sem dúvida, eleva-se agora no terreno da economia nacional uma controvérsia. Um dos lados (Lauderdale, Malthus etc.) recomenda o *luxo* e amaldiçoa a poupança; o outro (Say, Ricardo etc.) recomenda a poupança e amaldiçoa o luxo. Mas aquele admite que quer o luxo para produzir o trabalho, isto é, a poupança absoluta; o outro lado admite que recomenda a poupança para produzir a *riqueza*, isto é, o luxo. O primeiro lado tem a *romântica* ilusão de que não unicamente a cobiça deveria determinar o consumo do rico, e contradiz suas próprias leis quando faz o *desperdício* passar imediatamente por um meio de enriquecimento. E, por outro lado, é-lhe demonstrado, assim, muito diligente e circunstanciadamente, que eu, pelo desperdício, reduzo *meus bens*, e não aumento; o outro lado comete a hipocrisia de não reconhecer que precisamente o capricho e a divagação determinam a produção; ele esquece as "necessidades refinadas", esquece que, sem consumo, nada seria produzido, ele esquece que a produção, mediante a concorrência, só tem de se tornar mais omnilateral, mais luxuosa; ele esquece que o uso lhe determina o valor das coisas e que a moda determina o uso, ele deseja ver produzido só o "útil", mas esquece que a produção de demasiado útil produz população demasiado *inútil*. Ambos os lados esquecem que desperdício e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais.

E tu tens de poupar não somente teus sentidos imediatos, como comer etc., tu tens de poupar também na colaboração com interesses universais, na compaixão, na confiança, se tu queres ser econômico, se não queres te arruinar com ilusões.

Tu tens de fazer *venal*, ou seja, útil, tudo o que é teu. Quando pergunto ao economista nacional: eu obedeço às leis econômicas quando tiro dinheiro do abandono, da oferta de meu corpo para a volúpia alheia (os operários fabris na França nomeiam a prostituição de suas mulheres e filhas de x horas de trabalho, o que é, à letra, verdadeiro) ou não procedo nacional-economicamente quando vendo o meu amigo aos marroquinos (e a venda imediata de seres humanos como comércio dos conscritos etc., se realiza em todos os países civilizados), o economista nacional responde-me assim: tu não ages contra minhas leis; mas veja o que diz a prima moral e a prima religião; minha moral e religião *nacional-econômicas* nada tem a objetar-te, mas em quem devo acreditar mais agora, na economia nacional ou na moral? – A moral da economia nacional é o *ganho*, o trabalho e a poupança, o ascetismo – mas a economia nacional promete-me satisfazer minhas carências. – A economia nacional da moral é a riqueza em boa consciência, em virtude etc., mas como posso ser virtuoso se nada sou, como posso ter uma boa consciência se nada sei? – Está fundado na essência do estranhamento que cada esfera me imputa um critério distinto e oposto: um, a moral; outro, a economia nacional, porque cada uma é um estranhamento determinado do homem e cada | |XVII| uma fixa um círculo particular da atividade essencial estranhada; cada uma se comporta estranhadamente com relação à outra. ... Assim, o senhor *Michel Chevalier* repreende Ricardo por este abstrair da moral. Mas Ricardo deixa a economia nacional falar a sua própria linguagem. Se esta não fala moralmente, então a culpa não é de Ricardo. M. Chevalier abstrai da economia nacional, na medida em que moraliza, mas ele abstrai necessária e efetivamente da moral, na medida em que aciona a economia nacional. A relação do economista nacional com a moral, se, de outro modo, não é arbitrária, acidental e, por isso, infundada e não científica, se não ilude pela *aparência*, mas é considerada *essencial*, só pode ser, contudo, a relação das leis nacional-econômicas com a moral; se isto não tem lugar, ou antes, o contrário [tem lugar], o que pode fazer Ricardo? Além disso, a oposição entre a economia nacional e a moral é também apenas uma *aparência* e, *assim como* é *uma* oposição, novamente não é oposição alguma. A economia nacional apenas expressa, *a seu modo*, as leis morais.

A ausência de carências como o princípio da economia nacional mostra-se da maneira *mais grandiosa* na sua *teoria da população*. Há seres humanos *a mais*. Até mesmo a existência do homem é um puro luxo, e se o trabalhador é 'moral' (Mill sugere louvores públicos para aqueles que se mostrarem abstinentes nas relações sexuais e repreensões públicas para aqueles que pecam contra esta esterilidade do casamento[5] ... não é isto moral, doutrina da ascese?) será *poupado* na procriação. A produção do homem aparece como miséria pública.

[4] Trata-se do *Novo Testamento*, O evangelho de Mateus 6, 19-20.

[5] Mill, James. *Élemens d'économie politique*. Trad. de l'anglais par J.T.Parisot, Paris, 1823, p. 59: "Il suffirait peut-être que le blâme public pesât de toute as force sur les hommes qui, par leur impré voyance, et en se créant une nombreuse famille, sont tombés dans la pauvreté et la dépendance, et que l'approbation publique devin le récompense de ceux qui par une sage réserve se sont garantis de la misère et de la dégradation". Marx provavelmente não utiliza o caderno de excertos. Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus James Mill: Élémens d'économie politique*. In: MEGA, IV/2, p. 435.

O sentido que a produção tem no que diz respeito ao rico, mostra-se *manifestamente* no sentido que ela tem para o pobre; para [aqueles de] cima, sua externação é sempre refinada, oculta, ambígua, aparência; para [aqueles de] baixo, é sempre grosseira, franca, sincera, essência. A *rude* carência do trabalhador é uma fonte de lucro muito maior do que a *refinada* do rico. Os porões em Londres rendem mais aos senhorios do que os palácios, isto é, no que a estes respeita, uma *riqueza maior* e, assim, para falar nacional-economicamente, uma maior riqueza *social*. – E assim como a indústria especula com o refinamento das carências, especula da mesma forma com sua *crueza*, mas sobre a sua crueza artificialmente gerada, cuja verdadeira fruição é, por isso, a *autonarcose*, esta *aparente* satisfação da carência, esta civilização no *interior* da crua barbárie da carência. – As tabernas inglesas são, por isso, exposições *simbólicas* da propriedade privada. Seu *luxo* mostra a verdadeira relação do luxo industrial e da riqueza com o homem. Elas são por isso também, com razão, os únicos divertimentos dominicais do povo, pelo menos os únicos tratados brandamente pela polícia inglesa.

[Aditamentos]

/XVIII/ Já vimos como o economista nacional estabelece, de diversos modos, a unidade entre trabalho e capital; 1) o capital é *trabalho acumulado*; 2) a determinação do capital no interior da produção, em parte a reprodução do capital com lucro, em parte o capital como matéria-prima (material do trabalho), em parte ele mesmo enquanto *instrumento que trabalha* – a máquina é o capital imediatamente posto idêntico com o trabalho – é *trabalho produtivo*; 3) o trabalhador é um capital; 4) o salário pertence aos custos do capital; 5) no que respeita ao trabalhador, o trabalho é a reprodução de seu capital vital; 6) com respeito ao capitalista, [o trabalho é] um momento da atividade de seu capital.

Finalmente, 7) o economista nacional supõe a unidade originária de ambos como a unidade entre capitalista e trabalhador, este é o estado paradisíaco originário. A forma como ambos os momentos | |XIX|, como duas pessoas, se chocam, é para o economista nacional um acontecimento *acidental* e, por isso, esclarecido apenas externamente. (Vide Mill.)[6]

As nações, que ainda estão fascinadas pelo brilho sensível dos metais nobres e, por isso, ainda são idólatras (*Fetischdiener*) das moedas – ainda não são as nações do dinheiro consumadas. Oposição de França e Inglaterra.

[6] Mill, James. *Élémens d'économie politique...*, cit., p. 32-33: "Dans le plus grand nombre des cas, mais surtout lorsque la société est très-civilisée, l'ouvrier et le propriétaire du capital sont deux personnes différentes. L'ouvrier n'a ni matière première ni outils: ces objets lui sont fournis par le capitaliste". Marx provavelmente não utiliza o caderno de excertos. Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus James Mill: Élémens d'économie politique*, cit., p. 432.

Em que medida a solução dos enigmas teóricos é uma tarefa da práxis e está praticamente mediada, assim como a verdadeira práxis é a condição de uma teoria efetiva e positiva, mostra-se, por exemplo, no *fetichismo*. A consciência sensível do fetichista (*Fetischdieners*) é uma outra diferente da do grego, porque a sua existência sensível é ainda uma outra. A hostilidade abstrata entre sentido e espírito é necessária enquanto o sentido humano para com a natureza, o sentido humano da natureza, e portanto também o sentido *natural* do *homem*, ainda não tiver sido produzido mediante o próprio trabalho do homem.

A igualdade não é outra coisa senão o eu = eu (*Ich* = *Ich*) alemão traduzido para o francês, isto é, em forma política. A igualdade enquanto *fundamento* do comunismo é a sua fundamentação *política* e é o mesmo que quando o alemão o fundamenta, dessa maneira, apreende[ndo] o homem como *consciência de si universal*. Compreende-se que a supra-sunção do estranhamento ocorre sempre a partir da forma de estranhamento que é potência (*Macht*) *dominante*, na Alemanha a *consciência de si*, na França a *igualdade*, por causa da política, na Inglaterra a carência *prática* efetivo-material, medindo-se somente junto de si mesma. A partir deste ponto é que dever-se-ia reconhecer e criticar Proudhon[7].

Se caracterizamos o próprio *comunismo* ainda – porque enquanto negação da negação, enquanto apropriação da essência humana que se medeia consigo mesma mediante a negação da propriedade privada, por isso não ainda enquanto a *verdadeira* posição, posição por si mesma, mas antes começando a partir da propriedade privada, [...] ao velho modo alemão – segundo o modo da fenomenologia hegeliana – assim [...] fosse agora terminado enquanto *momento ultrapassado* (*überwundenes Moment*), e se [...] pudesse, e se pudesse contentar-se com isto [...] da essência humana na consciência apenas mediante a *efetiva* [...] supra-sunção de seu pensamento depois assim como antes [...] assim com ele permanece, portanto, o efetivo estranhamento da vida humana, e um estranhamento tanto maior quanto mais se tem uma consciência sobre o mesmo – pode ser terminado; assim ele é, portanto, de terminar somente pelo comunismo posto à obra[8]. Para supra-sumir o *pensamento* da propriedade privada basta, de todo, o comunismo *pensado*. Para supra-sumir a propriedade privada efetiva é preciso uma ação comunista *efetiva*. A história produzi-la-á e aquele movimento que nós, em *pensamento*, já sabemos ser um movimento supra-sumindo a si próprio, sofrerá na efetividade um pro-

[7] A respeito vide, de Edgar Bauer, "Proudhon", in *Allgemeine Literatur-Zeitung*, cit., caderno V, p. 41-42. E, além disso, Marx, Karl. *Die heilige Familie*, cit., capítulo IV, item 4.

[8] Neste ponto do manuscrito a página está rasgada, sendo possíveis de ler somente algumas palavras soltas que, mesmo sendo reunidas, não têm coerência suficiente para que se possa reconstruir a passagem.

cesso muito áspero e extenso. Temos de considerar, porém, enquanto um progresso efetivo, que desde o princípio temos adquirido uma consciência tanto da estreiteza quanto da finalidade do movimento histórico, e uma consciência que o sobrepuja.

Quando os *artesãos* comunistas se unem, vale para eles, antes de mais nada, como finalidade a doutrina, propaganda etc. Mas ao mesmo tempo eles se apropriam, dessa maneira, de uma nova carência, a carência de sociedade, e o que aparece como meio, tornou-se fim. Este movimento prático pode-se intuir nos seus mais brilhantes resultados quando se vê operários (ouvriers) socialistas franceses reunidos. Nessas circunstâncias, fumar, beber, comer etc., não existem mais como meios de união ou como meios que unem. A sociedade, a associação, o entretenimento, que novamente têm a sociedade como fim, basta a eles; a fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir d[ess]as figuras endurecidas pelo trabalho.

| XX | Quando a economia nacional afirma que procura e oferta sempre se provêm, ela esquece imediatamente que, segundo a sua própria afirmação, a oferta de *homens* (teoria da população) sempre excede a procura, que, portanto, o desequilíbrio entre procura e oferta guarda sua expressão mais decisiva no resultado essencial de toda a produção – a existência do homem.

Em que medida o dinheiro que aparece como meio é a verdadeira *potência* e a única *finalidade* – em que medida afinal o meio, que faz de mim uma essência, que me apropria da essência estranha objetiva, é *autofinalidade*... isto pode-se observar [no fato] de como propriedade fundiária, onde o solo é a fonte da vida, *cavalo* e *espada*, lá onde eles são os *verdadeiros meios de vida* – são também reconhecidos enquanto as verdadeiras potências vitais políticas. Na Idade Média um estado (*Stand*) se emancipa tão logo lhe é permitido sustentar a *espada*. Entre as populações nômades, o *cavalo* é que me faz livre, um participante da coletividade.

Dissemos acima que o homem retorna à *caverna* etc., mas regressa a ela sob uma figura estranhada, hostil. O selvagem na sua caverna – esse pitoresco elemento natural oferecendo-se para fruição e abrigo – não se sente estranho, ou sente-se, antes, como em casa, como o *peixe* na água. Mas o porão dos pobres é uma habitação hostil, "que a ele resiste como potência estranha, que apenas se lhe entrega na medida mesma em que ele entrega a ela seu suor de sangue"[9], que ele não pode considerar como seu lar – onde ele pudesse finalmente dizer: aqui estou em casa –, onde ele se encontra, antes, [como estando] na casa de um *outro*, numa casa *estranha*, que diariamente está à espreita e o expulsa, se não pagar o aluguel. Do mesmo modo, ele sabe a qualidade

[9] Não foi possível encontrar na *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA) qualquer menção dos editores a esta citação. (N.T.)

de sua habitação em oposição com a habitação humana residente *no outro lado*, no céu da riqueza.

O estranhamento aparece tanto no fato de *meu* meio de vida ser de um *outro*, no fato de aquilo que é *meu* desejo ser a posse inacessível de um *outro*, quanto no fato de que cada coisa mesma é um *outro* enquanto si mesma, quanto [também] no fato de que minha atividade é um *outro*, quanto finalmente – e isto vale também para os capitalistas – no fato de que, em geral, o poder *não humano* domina.

A determinação da riqueza inativa e esbanjadora, que se abandona somente à fruição – na qual o desfrutador, sem dúvida, se *ativa*, por um lado, como um indivíduo apenas *efêmero*, que ilusoriamente se desgasta, e ao mesmo tempo sabe o trabalho escravo alheio, o *suor* humano de *sangue* como a presa de sua ambição e, por isso, do próprio homem, portanto também de si próprio, como um ser sacrificado inútil, pelo qual o desprezo humano aparece na condição de arrogância, como um desdenhar daquilo que pode prolongar cem vidas humanas, aparece em parte na condição de ilusão infame de que o seu esbanjamento desenfreado e o consumo inconsistente e improdutivo condicionam o *trabalho* e, com isso, a *subsistência* do outro; sabe que a efetivação das *forças essenciais* humanas é somente a efetivação de seu não ser (*Unwesen*), seu capricho e idéias arbitrariamente bizarros; essa riqueza, por outro lado, sabe, porém, a riqueza enquanto um mero meio e coisa digna de aniquilação, que é, portanto, simultaneamente, seu escravo e seu senhor, simultaneamente generosa e vil, caprichosa, presunçosa, pretensiosa, fina, cultivada, espirituosa – essa riqueza não experimentou ainda a *riqueza* enquanto uma *potência* totalmente *estranha* sobre si própria; vê nela, antes, apenas sua própria potência, e [não][10] a riqueza, mas sim a *fruição* [...] finalidade última. A essa r[iqueza]...[...][11] | | XXI | e à brilhante, fascinada ilusão pela aparência sensível, acerca da essência da riqueza, contrapõe-se o industrial *labutador, austero, prosaico\econômico* – esclarecido sobre a essência da riqueza – e como ele proporciona àquele sibarismo um ambiente maior, diz a ele belas lisonjas nas suas produções – seus produtos são precisamente tantos outros vis cumprimentos aos apetites do perdulário –, assim ele sabe apropriar-se para si, do modo unicamente *útil*, da potência dissipada do outro. Se, por conseguinte, a riqueza industrial aparece, antes de mais nada, como resultado da riqueza perdulária, fantástica – o movimento da primeira suplanta também de modo ativo, por ele, o próprio movimento da última. A queda do *juro monetário* (*Geldzins*) é nomeadamente uma conseqüência necessária e resultado do mo-

[10] A inserção do advérbio (que aparece aqui entre colchetes) é de responsabilidade do editor alemão. (N.T.)

[11] Novamente aqui o manuscrito se encontra deteriorado, impossibilitando a legibilidade de todo um trecho no qual estão faltando várias linhas.

vimento industrial. Os meios do detentor de rendimentos (*Rentier*) perdulário diminuem, assim, diariamente, precisamente na relação *inversa* do aumento dos meios e ciladas da fruição. Ele tem, portanto, ou que consumir seu próprio capital, portanto arruinar-se, ou tornar-se, ele mesmo, capitalista industrial... Por outro lado, com efeito, a *renda da terra* sobe imediata e constantemente no decurso do movimento industrial, mas – já o vimos – chegará necessariamente um momento em que a propriedade fundiária tem de cair na categoria do capital que se reproduz com ganho (*Gewinn*), como toda outra propriedade – e, sem dúvida, é este o resultado do mesmo movimento industrial. Portanto, também o senhor da terra (*Grundherr*) perdulário tem de, ou consumir o seu capital, portanto arruinar-se, ou tornar-se arrendatário da sua própria terra – um industrial que trabalha na agricultura.

A diminuição do juro monetário – que Proudhon considera como a supressão do capital e enquanto tendência para a socialização do capital[12] – é, por isso e antes [de tudo], imediatamente apenas um sintoma do completo triunfo do capital que trabalha (*arbeitendes Kapital*) sobre a riqueza esbanjadora, ou seja, a transformação de toda a propriedade privada em capital *industrial* – o completo triunfo da propriedade privada sobre a *aparência* de todas as qualidades ainda humanas da mesma e a completa sujeição do proprietário privado pela essência da propriedade privada – o *trabalho*.

Sem dúvida, o capitalista industrial também frui. De modo nenhum ele regressa à simplicidade não natural da carência, mas a sua fruição é apenas coisa sem importância, descanso, subordinada à produção, por isso fruição *calculada*, portanto propriamente *econômica*, pois ele junta sua fruição aos custos do capital, e sua fruição deve, por isso, custar a ele apenas tanto quanto aquilo por ele esbanjado for novamente substituído pela reprodução do capital com lucro. A fruição está, portanto, subsumida ao capital, o indivíduo que frui subsume sob o [indivíduo] que capitaliza, enquanto anteriormente acontecia o contrário. O decréscimo dos juros é, por isso, apenas um sintoma da supressão do capital, na medida em que é um sintoma de sua plena dominação, estranhamento que se completa e, por isso, avança para sua abolição. Este é, em geral, o único modo em que o existente (*Bestehende*) confirma o seu contrário.

[12] Proudhon, Pierre-Joseph. *Qu'est-ce que la propriété? Ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement. Premier mémoire*, cit., p. 230-231: "On se préoccupe fort aujourd'hui d'une opération de finances dont on espère un grand résultat pour le dégrèvement du budget; il s'agit de la conversion de la rente 5 p. 100. Laissant de côté la question politico-légale, pour ne voir que la question financière, n'est-il pas vrai que lorsqu'on aura converti de 5 p. 100 en 4 p. 100, il faudra plus tard, par les mêmes raisons et les mêmes nécessités, convertir le 4 en 3, puis le 3 en 2, puis le 2 en 1, puis enfin abolir toute espèce de rente? Mais ce sera, par le fait, décréter l'égalité des conditions et l'abolition de la propriété: or, il me semblerait digne d'une nation intelligente d'aller au-devant d'une révolution inévitable, plutôt que de s'y laisser trainer au char de l'inflexible nécessité".

A contenda dos economistas nacionais sobre luxo e poupança é apenas, por isso, a contenda da economia nacional que deixou claro a essência da riqueza contra aqueles que ainda estão acometidos por recordações românticas anti-industriais. Mas ambos os lados não sabem conduzir o objeto da luta à sua expressão simples, portanto, nem um nem outro a concluem.

/XXXIV/ Além disso, a *renda da terra* qua renda da terra seria ulteriormente derrubada – na medida em que seria antes demonstrado pela nova economia nacional, em oposição ao argumento dos fisiocratas que [dizia que] o proprietário fundiário seria o único verdadeiro produtor, que o proprietário fundiário enquanto tal seria antes o único detentor de rendimentos (*Rentier*) totalmente improdutivo. A agricultura seria coisa do capitalista que daria essa aplicação ao seu capital se dela tivesse que esperar o lucro costumeiro. A colocação dos fisiocratas – de que unicamente a propriedade fundiária, enquanto única propriedade produtiva, teria de pagar impostos estatais, portanto também somente ela outorgar e participar do sistema do Estado (*Staatswesen*) – transforma-se, por isso, na determinação contrária de que o imposto sobre a renda da terra é o único imposto sobre um rendimento improdutivo, portanto o único imposto que não é nocivo à produção nacional. Entende-se que, assim compreendida, também a prerrogativa política do proprietário fundiário não mais se desdobra de sua principal tributação.

Tudo o que Proudhon concebe como movimento do trabalho contra o capital é apenas o movimento do trabalho na determinação do capital, do *capital industrial* contra o capital que se consome não *enquanto* capital, ou seja, não industrialmente. E este movimento segue o seu caminho triunfante, isto é, o caminho do triunfo do capital *industrial*. – Vê-se, portanto, que primeiramente na medida em que o *trabalho* é apreendido como essência da propriedade privada, também o movimento nacional-econômico pode ser visto como tal na sua efetiva determinidade.

[Fragmentos]
[divisão do trabalho]

A *sociedade* – assim como aparece para o economista nacional – é a *sociedade burguesa* (*bürgerliche Gesellschaft*), na qual cada indivíduo é um todo de carências, e apenas | | [XXX]V | é para o outro, assim como o outro apenas é para ele na medida em que se tornam reciprocamente meio. O economista nacional – tão bem quanto a política nos seus *direitos humanos* – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual retira toda determinidade, para o fixar como capitalista ou trabalhador.

A *divisão do trabalho* é a expressão nacional-econômica da *sociabilidade* (*Gesellschaftlichkeit*) *do trabalho* no interior do estranhamento. Ou, posto que o *trabalho* é apenas uma expressão da atividade humana no interior da exteriorização, a externação da vida enquanto exteriorização da vida, assim também a *divisão do trabalho* não é outra coisa senão o assentar (*Setzen*)

exteriorizado, estranhado, da atividade humana como uma *atividade genérica real* ou enquanto *atividade do homem como ser genérico*.

Sobre a *essência* da *divisão do trabalho* – a qual tinha de ser naturalmente apreendida como um motor principal da produção de riqueza tão logo o *trabalho* fosse reconhecido como a *essência da propriedade privada* – isto é, sobre esta *figura estranhada e exteriorizada* da *atividade humana enquanto atividade genérica*, os economistas nacionais são muito obscuros e contraditórios.

Adam Smith:

> A *divisão do trabalho* não deve sua origem à sabedoria (*Weisheit*) humana. Ela é a conseqüência necessária, lenta e progressiva da propensão para o intercâmbio e do desbaratamento recíproco dos produtos. Esta inclinação para o comércio é, provavelmente, uma conseqüência necessária do uso da razão (*Vernunft*) e da palavra (*Wortes*). Ela é comum a todos os homeos, [e] não se encontra em nenhum [outro] animal. O animal, uma vez crescido, vive por conta própria. O homem necessita constantemente do amparo de outros e em vão o esperaria meramente de sua benevolência. Será muito mais seguro dirigir-se ao interesse pessoal deles e convencê-los de que sua própria vantagem reside em fazer aquilo que ele deseja deles. Dirigimo-nos a outros homens, não à sua *humanidade*, mas ao seu *egoísmo*; nunca lhes falamos das *nossas carências*, mas sempre de *suas vantagens*. ... Portanto, como obtemos uns dos outros por troca, comércio, regateio, a maioria dos bons serviços que nos são necessários, assim é esta disposição para o *regateio* que deu à *divisão do trabalho* sua origem. Por exemplo, numa tribo de caçadores ou pastores, um indivíduo particular faz arcos e cordas com mais rapidez e habilidade do que um outro. Ele troca amiúde com seus companheiros estas espécies de trabalho cotidiano por gado e caça, e logo percebe que por este meio pode conseguir mais facilmente os últimos do que quando ele próprio ia à caça. A partir de um cálculo interessado ele faz, portanto, da fabricação de arcos etc., sua principal ocupação. A diferença dos *talentos naturais* entre os indivíduos não é tanto a *causa* como o *efeito* da divisão do trabalho. ... Sem a disposição dos homens para comerciar e trocar, cada um seria obrigado a conseguir para si próprio todas as necessidades (*Notwendigkeiten*) e comodidades da vida. Cada um teria tido de realizar *o mesmo trabalho diário* e aquela *grande diferença das ocupações* que pode unicamente produzir uma grande diferença de talentos, não teria tido lugar. ... Como agora esta inclinação para trocar engendra a diversidade de talentos entre os homens, é também a mesma inclinação que torna esta diversidade útil. – Muitas raças de animais, ainda que da mesma espécie, receberam da natureza diferentes características que, em relação à sua aptidão, são mais evidentes do que se poderia observar entre os homens não cultivados. Por natureza, um filósofo não é, nem em metade, diferente, em gênio e inteligência, de um carregador, um cão doméstico de um galgo, um galgo de um perdigueiro e este de um cão pastor. No entanto, essas diferentes raças de animais, ainda que da mesma espécie, não são quase de nenhuma utilidade umas para as outras. O cão de guarda nada pode acrescentar à vantagem da sua força | |XXXVI|, para com isso servir-se talvez da agilidade do galgo etc. Os efeitos desses diversos talentos ou graus de inteligência, na falta da capacidade ou da inclinação para comércio e troca, não podem ser lançados conjuntamente à comunidade, e não podem de modo algum contribuir para a *vantagem* ou para a *comodidade comunitária* da *species*. ... Cada animal tem de manter-se e proteger-se a si próprio, independentemente dos outros – não pode tirar a mínima utilidade da diversidade dos talentos que a natureza distribuiu entre seus iguais. Entre os homens, pelo contrário, os mais díspares talentos são reciprocamente úteis porque os *diferentes produtos* de cada um dos seus respectivos ramos industriais, por intermédio dessa inclinação universal para o comércio e a troca, se encontram, por assim dizer, lançados numa massa comunitária, na qual cada homem pode ir comprar, segundo sua carência, qualquer parte do produto da indústria dos outros. – Porque esta inclinação para a *troca* dá origem à *divisão do trabalho*, a *prosperidade dessa divisão* está conseqüentemente limitada pela *expansão da capacidade de trocar* ou, em outras palavras, pela *expansão do mercado*. Se o mercado é muito pequeno, então ninguém será encorajado a entregar-se totalmente a uma única ocupação, por não poder trocar o excedente (*Mehr*) do produto do seu trabalho, que ultrapassa o seu próprio consumo, por um igual excedente do produto do trabalho de um outro, que desejaria comprar ...[13]

[13] Smith, Adam. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, cit., t. 1, p. 29-37: "Cette *division du travail* ... ne doit pas être regardée, dans son origine, comme l'effet d'une sagesse humaine ... elle est la conséquence nécessaire, quoique lente et graduelle, d'un certain penchant naturel à tous les hommes qui ne se proposent pas de vues d'utilité aussi étendues; c'est ce penchant à trafiquer, à faire des trocs et des échanges d'une chose pour une autre. ... ce penchant est un de ces premiers principes de la nature humaine ... ou bien, comme il paraît plus probable, s'il est une conséquence nécessaire de l'usage du raisonnement et de la parole. Il est commun à tous les hommes, et on ne l'aperçoit dans aucune autre espèce d'animaux ... Dans presque toutes les autres espèces d'animaux, chaque individu, quand il est parvenu à as pleine croissance, est tout-à-fait indépendant ... Mais l'homme a presque continuellement besoin du secours de ses semblables, et c'est en vain qu'il l'attendrait de leur seule bienveillance. Il sera bien plus sûr de son fait en s'adressant à leur intérêt personnel, et en leur persuadant qu'il y va de leur propre avantage de faire ce qu'il souhaite d'eux. ... Nous ne nous adressons pas à leur humanité, mais à leur égoïsme; et ce n'est jamais de nos besoins que nous leur parlons, c'est toujours de leur avantage. ... Comme c'est ainsi par traité, par troc et par achat que nous obtenons des autres la plupart de ces bons offices qui nous sont mutuellement nécessaires, c'est cette même disposition à trafiquer qui a, dans l'origine, donné lieu à la *division du travail*. Par exemple, dans une tribu de chasseurs ou de bergers, un particulier fait des arcs et des flèches avec plus de célérité et d'adresse qu'un autre. Il troque souvent avec ses compagnons ces sortes d'ouvrages contre du bétail ou du gibier, et il s'aparçoit bientôt que par ce moyen il peut se procurer plus de bétail et de gibier, que s'il se mettait lui-même en campagne pour en avoir. Par calcul d'intérêt donc, il fait sa principale affaire de fabriquer des arcs et des flèches ... la différence des talens naturels entre les individus ... n'est pas tant la cause que l'effet de la *division du travail* ... sans la disposition des hommes à trafiquer et à échanger, chacun aurait été obligé de se procurer à soi-même toutes les nécessités et commodités de la vie. Chacun aurait eu la même tâche à remplir et le même ouvrage à faire, et il n'y aurait pas eu lieu à cette grande différence d'occupations, qui seule peut donner naissance à une grande différence de talens. Comme c'est ce penchant à troquer qui donne lieu à cette diversité de talens, si remarquable entre hommes de différentes professions, c'est aussi ce même penchant qui rend cette

Na situação *desenvolvida*:

Cada pessoa subsiste de *échanges*, da troca, e torna-se uma espécie de *negociante*, e a *sociedade mesma* é propriamente uma sociedade *impulsionadora do comércio* (*Handelstreibende*)[14]. (Vide Destutt de Tracy: a sociedade é uma série de troca recíproca, no comércio (*Commerce*) reside a essência total da sociedade[15].) ... A acumulação de capitais sobe com a divisão do trabalho e vice-versa.

Tanto sobre *Adam Smith*.

Se cada família produzisse a totalidade dos objetos de seu consumo, a sociedade poderia permanecer em marcha, ainda que não efetuasse espécie alguma de troca – *sem* ser *fundamental*, a troca é imprescindível no estado avançado de nossa sociedade – a divisão do trabalho é uma aplicação hábil das forças do

diversité utile. Beaucoup de races d'animaux, qu'on reconnaît pour être de la même espèce, ont reçu de la nature des caractères distinctifs, quant à leurs dispositions, beaucoup plus remarquables que ceux qu'on pourrait observer entre les hommes, antérieurement à l'effet des habitudes et de l'éducation. Par nature, un philosophe n'est pas de moitié aussi différent d'un porte-faix, en talent et en intelligence, qu'un mâtin l'est d'un lévrier, un lévrier d'un épagneul, et celui-ci d'un chien de berger. Toutefois ces différentes races d'animaux, quoique de même espèce, ne sont presque d'aucune utilité les unes pour les autres. Le mâtin ne peut pas ajouter aux avantages de sa force, en s'aidant de la légéreté du lévrier ou de la sagacité de l'épagneul, ou de la docilité du chien de berger. Les effets de ces différents talens ou degrés d'intelligence, faute d'une faculté ou d'un penchant au commerce et à l'échange, ne peuvent être mis en commun, et ne peuvent le moins du monde contribuer à l'avantage ou à la commodité commune de l'espèce. Chaque animal est toujours obligé de s'entretenir et de se défendre lui-même à part et indépendamment des autres, et il ne peut retirer la moindre utilité de cette variété de talens que la nature a répartie entre ses pareils. Parmi les hommes, au contraire, les talens les plus disparates sont utiles les uns aux autres, parce que les différents produits de chacune de leurs diverses sortes d'industrie respective, au moyen de ce penchant universel à troquer et à commercer, se trouvent mis, pour ainsi dire, en une masse commune où chaque homme peut aller acheter, suivant ses besoins, une portion quelconque du produit de l'industrie des autres. Puisque c'est la faculté d'échanger qui donne lieu à la *division du travail*, l'accroissement de cette division doit par conséquent toujours être limitée par l'étendue de la faculté d'échanger, ou en autres termes, par l'étendue du *marché*. Si le *marché* est très-petit, personne ne sera encouragé à s'adonner entièrement à une seule occupation, faute de pouvoir trouver à échanger tout ce surplus du produit de son travail qui excédera sa propre consommation, contre un pareil surplus du produit du travail d'autrui qu'il voudrait se procurer". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 335.41-337.40.

[14] Smith, Adam. *Recherches...*, cit., t.1, p. 46: "Ainsi chaque homme subsiste d'échanges ou devient une espèce de marchand, et la société elle-même est proprement une société commerçante". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Adam Smith*: *Recherches...*, cit., p. 338.3-5.

[15] Destutt de Tracy, Antoine-Louis-Claude. *Élemens d'idéologie*, Paris, 1826, p. 68 e 78: "... la société est ... une série continuelle d'échanges ..." "... *le commerce est toute la société* ...". Vide, também, a respeito: Marx, Karl. *Exzerpte aus Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy: Élemens d'idéologie*. In: MEGA, IV/2, p. 489.17-18, 20.

homem – portanto, ela aumenta os produtos da sociedade, sua potência e suas fruições, mas ela rouba, diminui a capacidade de cada homem, tomado individualmente. – A produção não pode ter lugar sem a troca.

Assim, J.-B. *Say*[16].

As forças inerentes ao homem são: sua inteligência e sua disposição física para o trabalho; aquelas que derivam sua origem do estado social consistem: na capacidade de *dividir o trabalho* e de *distribuir* os *diversos trabalhos entre os diferentes homens*. ... e na *capacidade* de trocar os *serviços recíprocos* e os produtos que constituem estes meios[17]. ... O motivo pelo qual um homem oferece os seus serviços a outro é o interesse próprio – o homem exige uma recompensa pelos serviços prestados a um outro[18]. – O direito da propriedade privada exclusiva é imprescindível para que se estabeleça a troca entre os homens.[19]

Troca e divisão do trabalho condicionam-se mutuamente entre si. Assim, *Skarbek*[20].

Mill apresenta a troca desenvolvida, o *comércio*, como *resultado* da *divisão do trabalho*.

A atividade do homem pode ser reduzida a elementos muito simples. Na verdade, ela nada mais pode fazer além de produzir movimento; pode mover as coisas, para as afastar | |XXXVII| ou [para] aproximá-las umas das outras;

[16] Say, Jean-Baptiste. *Traité d'économie politique, ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*, cit., t. 1, p. 76-77: "En résultat, on peut dire que la séparation des travaux est un habile emploi des forces de l'homme, qu'elle accroît en conséquence les produits de la societé, c'est-à dire sa puissance et ses jouissances, mais qu'elle ôte quelque chose à la capacité de chaque homme pris individuellement". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Jean-Baptiste Say*: *Traité d'économie politique*, cit., p. 305.10-13.

[17] Skarbek, Frédéric. *Théorie des richesses sociales. Suivie d'une bibliographie de l'economie politique*, T. 1, Paris, 1829, p. 25-26: "Les forces inhérentes à l'homme sont: son *intelligence* et son *aptitude physique au travail*. Celles qui dérivent de l'état de société consistent: dans la *faculté de diviser et de répartir parmi les hommes les divers travaux* ... et dans la faculté *d'echanger* les services mutuels et les produits qui constituent ces moyens". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Frédéric Skarbek*: *Théorie des richesses sociales*. In: MEGA, IV/2, p.328.11-15.

[18] Skarbek, Frédéric. *Théorie des richesses sociales...*, cit., p. 27: "... les motifs pour lesquels il consent à vouer ses services à autrui ... l'homme exige ... une récompense pour les services rendus à autrui ..." Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Frédéric Skarbek*: *Théorie...*, cit., p. 328.16-17, 19-20.

[19] Skarbek, Frédéric. *Théorie des richesses sociales...*, cit., p. 75: "L'existence du droit de *propriété exclusive* est donc indispensable pour que l'échange puisse s'établir parmi les hommes". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Frédéric Skarbek*: *Théorie...*, cit., p. 329.35-37.

[20] Skarbek, Frédéric. *Théorie des richesses sociales...*, cit., p. 121: "Chapitre V. De l'influence réciproque de la division d'industrie sur l'échange, et de l'échange sur cette division". Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus Frédéric Skarbek*: *Théorie...*, cit., p. 329.6.

as propriedades da matéria fazem o resto. Na aplicação do trabalho e das máquinas descobre-se amiúde que os efeitos poderiam ser aumentados mediante uma hábil distribuição, por separação de operações que se opõem e por reunião de todas aquelas que, de algum modo, podem se ativar reciprocamente. Posto que, em geral, os homens não podem executar muitas operações diferentes com a mesma rapidez e habilidade que o hábito lhes proporciona para a prática de um pequeno número – é sempre vantajoso, assim, restringir tanto quanto possível o número de operações confiadas a cada indivíduo. – Para a divisão do trabalho e a distribuição das forças dos homens e das máquinas do modo mais vantajoso é necessário, num grande número de casos, operar em larga escala ou, por outras palavras, produzir as riquezas em grandes massas. Esta vantagem é o fundamento da formação das grandes manufaturas, das quais freqüentemente um pequeno número, fundado em condições favoráveis, aprovisiona às vezes, não apenas um único, mas muitos países com a quantidade exigida dos objetos por eles produzidos.

Assim *Mill*[21].

Mas toda a moderna economia nacional concorda que divisão do trabalho e riqueza da produção, divisão do trabalho e acumulação de capital se condicionam reciprocamente, assim como que unicamente a propriedade privada em *liberdade, entregue* a si própria, pode gerar a divisão do trabalho mais útil e abrangente.

Os desenvolvimentos de *Adam Smith* acabam por resumir-se nisto: a divisão do trabalho dá ao trabalho a infinita capacidade de produção. Ela está fundada na *inclinação* para a *troca* e [para o] *regateio*, uma inclinação especificamente humana, que provavelmente não é acidental, mas está condicionada pelo uso da razão e da linguagem. O motivo daquele que troca (*Austauschender*) não é a *humanidade*, mas sim o *egoísmo*. A diversidade dos talentos humanos constitui mais o efeito do que a causa da divisão do trabalho, isto é, da troca. Também, somente a última torna útil essa diversidade. As qualidades particulares das diferentes raças de uma espécie animal são por natureza mais pronunciadas que a diversidade da disposição e da atividade humanas. Mas porque os animais não são capazes de *permutar*, não é útil a nenhum indivíduo animal a diferente qualidade de um animal da mesma espécie, mas de raça diversa. Os animais não podem fundir as diferentes qualidades da sua species; não são capazes de contribuir em nada para a vantagem *comunitária* e a *comodidade* de sua species. É outro o caso do *homem*, no qual os díspares talentos e modos de atividade se utilizam reciprocamente *porque* podem juntar os seus *diversos* produtos numa massa comunitária, da qual cada um pode comprar. Assim como a divisão do trabalho brota da inclinação para a *troca*, assim ela cresce e está delimitada pela *extensão* da troca, do *mercado*. Numa situação desenvolvida, cada homem [é um] *negociante*, a sociedade [é] uma *sociedade comercial*.

Say considera a *troca* como acidental e não fundamental. A sociedade poderia subsistir sem ela. Ela se torna indispensável num estado avançado da sociedade. Todavia, a *produção* não pode ter lugar *sem ela*. A divisão do trabalho é um meio *cômodo, útil*, uma aplicação hábil das forças humanas para a riqueza social, mas ele restringe a *capacidade de cada homem* tomado *individualmente*. A última observação é um progresso de Say.

Skarbek distingue as forças *individuais, inerentes ao homem*, inteligência e disposição física para o trabalho, das forças *derivadas* da sociedade, *troca* e *divisão do trabalho*, que se condicionam reciprocamente. Mas o pressuposto necessário da troca é a *propriedade privada*. Skarbek expressa aqui, de forma objetiva, o que Smith, Say, Ricardo etc., dizem quando indicam o *egoísmo*, o *interesse privado* como fundamento da troca ou o *regateio* como a forma *essencial* e *adequada* da troca.

Mill apresenta o *comércio* como conseqüência da *divisão do trabalho*. A atividade *humana* reduz-se, para ele, a um movimento mecânico; divisão do trabalho e aplicação de máquinas promovem a riqueza da produção. Tem de entregar-se a cada homem uma esfera tão pequena quanto possível de operações. Por seu lado, a divisão do trabalho e a aplicação de máquinas condicionam a produção da riqueza em massa, portanto do produto. Este o fundamento das grandes manufaturas.

|XXXVIII| A consideração da *divisão do trabalho* e da *troca* é do maior interesse, porque elas são as expressões *manifestamente exteriorizadas* da *atividade* e *força essencial* humanas como uma atividade e força essencial *conformes ao gênero* (*Gattungsmässige*).

Que a *divisão do trabalho* e a *troca* assentam-se sobre a *propriedade privada* não é outra coisa senão a afirmação de que o *trabalho* é a essência da proprie-

[21] Mill, James. *Élemens d'économie politique*, cit., p. 7: "... l'action de l'homme peut être ramenée à de très-simples élémens. Il ne peut, en effet, rien faire de plus que de produire du mouvement; il peut mouvoir les choses pour les approcher ou les éloigner les unes des autres; les propriétés de la matière font tout le reste". p. 11-12: "Dans l'emploi du travail et des machines, on trouve souvent que les effets peuvent être augmentés par une distribution habile, c'est-à-dire en séparant toutes les óperations qui ont une tendence à se contrarier, et en réunissant toutes celles qui peuvent, de quelque manière que ce soit, se faciliter les unes les autres. Comme en général les hommes ne peuvent exécuter beaucoup d'opérations différentes avec la même vitesse et la même dextérité qu'ils parviennent, par l'habitude, à en exécuter un petit nombre, il est toujours avantageux de limiter autant que possible le nombre d'opérations confiées à chaque individu. Pour diviser le travail et distribuer les forces des hommes et des machines de la manière la plus avantageuse, il est nécessaire, dans une foule de cas, d'opérer sur une grande échelle, ou en d'autres termes de produire les richesses par grandes masses. C'est cet avantage qui donne naissance aux grandes manufactures. Un petit nombre de ces manufactures placées dans les positions les plus convenables, approvisionnent quelquefois non pas un seul, mais plusieurs pays, de la quantité qu'on y désire de l'objet qu'elles produisent". Aparentemente, Marx não faz uso do caderno de excertos. Vide Marx, Karl. *Exzerpte aus James Mill: Élémens d'économie politique*, cit., p. 428.7-16.

dade privada, uma afirmação que o economista nacional não pode demonstrar, e que nós queremos demonstrar para ele. Justamente nisso, no fato de *divisão do trabalho* e *troca* serem figuras da propriedade privada, justamente nisso repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida *humana* necessitou da *propriedade privada* para a sua efetivação, como, por outro lado, de que ela agora necessita da supra-sunção da propriedade privada.

Divisão do trabalho e *troca* são dois fenômenos nos quais o economista nacional reclama a sociabilidade de sua ciência e exprime, num só fôlego, sem consciência, a contradição da sua ciência, a fundação da sociedade pelo interesse particular não social.

Os momentos que temos de considerar são: primeiramente, será considerada a *inclinação para a troca* – cujo fundamento é encontrado no egoísmo – como base ou ação recíproca da divisão do trabalho. Say considera a troca como não *fundamental* para a essência da sociedade. A riqueza, a produção é explicada pela divisão do trabalho e pela troca. O empobrecimento e a desessencialização (*Entwesung*) da atividade individual mediante a divisão do trabalho são reconhecidos. Troca e divisão do trabalho são reconhecidas como produtoras da grande *diversidade dos talentos humanos*, uma diversidade que, pelas primeiras, se torna também, novamente, *útil*. Starbek divide as produções, ou forças essenciais produtivas do homem, em duas partes, 1) as individuais e a ele inerentes, a sua inteligência e especial disposição ou capacidade de trabalho, 2) as *derivadas* da sociedade – não do indivíduo efetivo –, a divisão do trabalho e a troca. Além disso: a divisão do trabalho é circunscrita pelo *mercado*. – O trabalho humano é simples *movimento mecânico*; o principal é feito pelas propriedades materiais dos objetos. – A um indivíduo tem de ser atribuído o mínimo possível de operações – fragmentação do trabalho e concentração do capital; a nulidade (*Nichtigkeit*) da produção individual e a produção da riqueza em massa – entendimento da livre propriedade privada na divisão do trabalho.

[DINHEIRO]

| XL[I] | Se as *sensações*, paixões etc. do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido próprio, mas sim verdadeiramente afirmações *ontológicas* do ser (natureza) – e se elas só se afirmam efetivamente pelo fato de o seu *objeto* ser para elas *sensivelmente*, então é evidente: 1) que o modo da sua afirmação não é inteiramente um e o mesmo, mas, ao contrário, que o modo distinto da afirmação forma a peculiaridade (*Eigentümlichkeit*) da sua existência, de sua vida; o modo como o objeto é para elas, é o modo peculiar de sua *fruição*; 2) aí, onde a afirmação sensível é o supra-sumir imediato do objeto na sua forma independente (comer, beber, elaborar o objeto etc.), isto é a afirmação do objeto; 3) na medida em que o homem é *humano*, portanto também sua sensação etc., é *humana*, a afirmação do objeto por um outro é, igualmente, sua própria fruição; 4) só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, vem a ser (*wird*) a essência ontológica da paixão humana, tanto na sua totalidade como na sua humanidade; a ciência do homem é, portanto, propriamente, um produto da auto-atividade (*Selbstbetätigung*) prática do homem; 5) o sentido da propriedade privada – livre de seu estranhamento – é a *existência* dos *objetos essenciais* para o homem, tanto como objeto da fruição, como da atividade.

O *dinheiro*, na medida em que possui o *atributo* de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o *objeto* enquanto possessão eminente. A universalidade de seu *atributo* é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. ... O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a *minha* vida para mim, *medeia-me* também a existência de outro homem para mim. Isto é para mim o *outro* homem...

> Que, diabo? Decerto mãos e pés
> E cabeça e traseiro, são teus!
> Então tudo aquilo que vigorosamente eu fruo,
> É por isso menos meu?
> Se posso pagar seis cavalos,
> Não são minhas as suas forças?

Corro e sou um homem probo,
Como se tivesse vinte e quatro pernas.

Goethe, Fausto (Mefisto)[1]. I

I *Shakespeare*, em "*Timão* de Atenas":
Ouro? Amarelo, brilhante, precioso ouro?
Não, deuses, não sou homem que faça orações inconseqüentes!
Esta quantidade de ouro bastaria para transformar o preto em branco;
o feio em belo; o falso em verdadeiro; o vil em nobre;
o velho em jovem; o covarde em valente.
Isto vai subornar vossos sacerdotes
e vossos servidores, afastando-o de vós; vai tirar o travesseiro
de debaixo da cabeça do homem mais robusto; este
escravo amarelo vai unir e dissolver religiões,
bendizer amaldiçoados, fazer adorar
a lepra lívida, dar lugar aos ladrões, fazendo-os
sentar no meio dos senadores com títulos,
genuflexões e elogios; é isto que decide a viúva
inconsolável a casar-se novamente
e que perfuma e embalsama, como um dia de abril,
aquela perante a qual entregariam a garganta, o hospital
e as úlceras em pessoa. Vamos! Poeira maldita,
prostituta comum de todo o gênero humano
que semeia a discórdia entre a multidão de nações.

E depois, abaixo:

Ó tu, doce regicida, amável agente de separação
entre o filho e o pai! Brilhante corruptor
do mais puro leito do Himeneu! Valente Marte!
Galanteador sempre jovem, viçoso, amado e delicado,
cujo esplendor funde a neve sagrada
que descansa sobre o seio de Diana! *Deus visível*,
que soldas as coisas absolutamente *impossíveis*,
obrigando-as a se beijarem; tu que sabes falar todas as línguas
para todos os desígnios, ó tu, pedra de toque dos corações,
pensa que o homem, teu escravo, rebela-se, e
pela virtude que em ti reside, faze que nasçam entre eles as
querelas que os destruam, a fim de que os animais
possam conquistar o império do mundo![2].

[1] Goethe, Johann Wolfgang. *Fausto*, I, cena 4, "A taverna de Auerbach".

[2] Shakespeare, William. *Timão de Atenas*, ato IV, cena III. A edição utilizada por Marx é a de Schlegel-Tieck, de 1832, p. 217 e 227, itálicos do próprio Marx. A versão por nós sugerida é Shakespeare, William. *Obra completa*, vol. I (Tragédias), tradução de F. Carlos

Shakespeare descreve acertadamente a essência do *dinheiro*. Para entendê-lo, comecemos primeiramente com a interpretação da passagem goethiana.

O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou – segundo minha individualidade – *coxo*, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto, coxo; sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; sou *tedioso*, mas o dinheiro é o *espírito real* de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser tedioso? Além disso, ele pode comprar para si as pessoas ricas de espírito, e quem tem o poder sobre os ricos de espírito não é ele mais rico de espírito do que o rico de espírito? Eu, que por intermédio do dinheiro consigo *tudo* o que o coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades (*Unvermögen*) no seu contrário?

Se o *dinheiro* é o vínculo que me liga à vida *humana*, que liga a sociedade a mim, que me liga à natureza e ao homem, não é o dinheiro o vínculo de todos os *vínculos*? Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é ele, por isso, também o *meio* universal de *separação*? Ele é a verdadeira I I *moeda divisionária* (*Scheidemünze*), bem como o verdadeiro *meio de união*, a força *galvano-química* (*galvanochemische*) da sociedade.

Shakespeare destaca no dinheiro particularmente duas propriedades.

1) é a divindade visível, a transmutação de todas as propriedades humanas e naturais no seu contrário, a confusão e a inversão universal de todas as coisas; ele confraterniza impossibilidades;

2) é a prostituta universal, o proxeneta universal dos homens e dos povos.

A inversão e a confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a confraternização das impossibilidades – a força *divina* – do dinheiro repousa em sua *essência* enquanto *ser genérico* – estranhado, exteriorizando-se e se vendendo (*sich veräussernden*) – do homem. Ele é a *capacidade* exteriorizada (*entäusserte*) da *humanidade*.

O que eu qua *homem* não consigo, o que, portanto, todas as minhas forças essenciais individuais não conseguem, consigo-o eu por intermédio do *di-*

de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1988. (N.T.)

nheiro. O dinheiro faz assim de cada uma dessas forças essenciais algo que em si ela não é, ou seja, o seu *contrário*.

Se eu desejo uma refeição ou se quero me utilizar da mala-posta, porque não sou suficientemente forte para fazer o caminho a pé, o dinheiro me proporciona a refeição e a mala-posta, ou seja, ele transforma meus desejos de seres da representação, os traduz da sua existência pensada, representada, querida, em sua existência *sensível*, *efetiva*, da representação para a vida, do ser representado para o ser real. Enquanto tal mediação, o dinheiro é a força *verdadeiramente criadora*.

A procura (*demande*) existe certamente também para aquele que não tem dinheiro algum, mas a sua demande é um puro ser da representação, que não tem nenhum efeito, nenhuma existência sobre mim, sobre o terceiro, sobre o outro, | |XLIII| que, portanto, permanece para mim mesmo *não efetivo*, *sem objeto*. A diferença da demande efetiva, baseada no dinheiro, e da carente de efeito, baseada na minha carência, minha paixão, meu desejo etc., é a diferença entre *ser* e *pensar*, entre a pura representação *existindo* em mim e a representação tal como ela é para mim enquanto *objeto efetivo* fora de mim.

Eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho *necessidade* alguma, isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivando-se de viajar. Eu, se tenho *vocação* para estudar, mas não tenho dinheiro algum para isso, não tenho *nenhuma* vocação para estudar, isto é, nenhuma vocação efetiva, *verdadeira*. Se eu, ao contrário, não tenho realmente *nenhuma* vocação para estudar, mas tenho a vontade *e* o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva. O *dinheiro* – enquanto exterior, não oriundo do homem enquanto homem, nem da sociedade humana enquanto sociedade –, *meio* e *capacidade* universais, faz da *representação efetividade* e da *efetividade uma pura representação*, transforma igualmente as forças *essenciais humanas efetivas e naturais* em puras representações abstratas e, por isso, em *imperfeições*, angustiantes fantasias, assim como, por outro lado, transforma as *efetivas imperfeições e fantasias*, as suas forças essenciais realmente impotentes que só existem na imaginação do indivíduo, em *forças essenciais efetivas* e *efetiva capacidade*. Já segundo esta determinação o dinheiro é, portanto, a inversão universal das individualidades, que ele converte no seu contrário e que acrescenta aos seus atributos atributos contraditórios.

Enquanto tal poder *inversor*, o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais etc., que pretendem ser, para si, *essência*. Ele transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez.

Como o dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a *confusão* e a *troca* universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas.

Quem pode comprar a valentia é valente, ainda que seja covarde. Como o dinheiro não se permuta por uma qualidade determinada, por uma coisa

determinada, por forças essenciais humanas, mas sim pela totalidade do mundo objetivo humano e natural, ele permuta, portanto – considerado do ponto de vista do seu possuidor –, cada qualidade por outra – inclusive atributo e objeto contraditórios para ele; ele é a confraternização das impossibilidades, obriga os contraditórios a se beijarem.

Pressupondo o *homem* enquanto *homem* e seu comportamento com o mundo enquanto um [comportamento] humano, tu só podes trocar amor por amor, confiança por confiança etc. Se tu quiseres fruir da arte, tens de ser uma pessoa artisticamente cultivada; se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador. Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza – tem de ser uma *externação* (*Äusserung*) *determinada* de tua vida *individual efetiva* correspondente ao objeto da tua vontade. Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar, enquanto amar, não produz o amor recíproco, se mediante tua *externação de vida* (*Lebensäusserung*) como homem amante não te tornas *homem amado*, então teu amor é impotente, é uma infelicidade.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE DE PERSONAGENS BÍBLICAS, LITERÁRIAS E MITOLÓGICAS

CRONOBIOGRAFIA RESUMIDA DE KARL MARX

1818 Nasce (5 de maio) Karl Marx, o segundo de oito filhos de Heinrich Marx e de Enriqueta Pressburg, em Trier, capital da província alemã do Reno. Trier na época é influenciada pelo liberalismo revolucionário francês e pela reação ao Antigo Regime, vinda da Prússia.

1824 O pai de Marx, nascido Hirschel, advogado e conselheiro de justiça, é obrigado a abandonar o judaísmo por motivos profissionais e políticos – os judeus estavam proibidos de ocupar cargos públicos na Renânia. Marx entra para o Ginásio de Trier (outubro).

1831 Morre Hegel.

1835 Escreve *Reflexões de um jovem sobre a escolha de sua profissão*. Presta exame final de bacharelado em Trier (24 de setembro). Inscreve-se na Universidade de Bonn (outubro).

1836 Vai para a Universidade de Bonn estudar Direito. Participa do Clube de Poetas e de associações de estudantes. No verão, fica noivo em segredo de Jenny von Westphalen, vizinha sua em Trier. Devido à oposição das famílias, casariam-se apenas oito anos depois. Matricula-se na Universidade de Berlim.

1837 Transfere-se para a Universidade de Berlim e estuda com mestres como Gans e Savigny. Escreve *Canções selvagens* e *Transformações*. Em carta ao pai, descreve suas relações contraditórias com o hegelianismo, doutrina predominante na época.

1838 Entra para o Clube dos Doutores, encabeçado por Bruno Bauer. Perde o interesse pelo direito, entregando-se com tanta paixão ao estudo da filosofia, que acaba por comprometer sua saúde. Morre o pai, Heinrich Marx. Cobden funda a Anti-Corn-Law-League, na Inglaterra. Proclamação da Carta do Povo.

1839 Feuerbach publica *Crítica da filosofia hegeliana*. Primeira proibição do trabalho de menores na Prússia. Auguste Blanqui lidera o frustrado levante de maio, na França. Wilhelm Weitling funda a Liga dos Justos.

1840 K. F. Koeppen dedica a Marx seu estudo sobre *Frederico o Grande e seus adversários*. Proudhon publica *O que é a propriedade?*

1841 Marx recebe em Iena o título de doutor em Filosofia (15 de abril), com uma tese sobre as diferenças entre as filosofias de Demócrito e Epicuro. Volta a Trier. Bruno Bauer, acusado de ateísmo, é expulso da cátedra de Teologia da Universidade de Bonn, com o que perde sua chance de atuar como docente nessa universidade. Feuerbach traz a público *A essência do cristianismo*. Primeira lei trabalhista na França.

1842 Elabora seus primeiros trabalhos como publicista. Começa a colaborar com a *Rheinische Zeitung* (Gazeta do Reno), publicação da burguesia renana em Colônia, onde mais tarde atuaria como redator. Conhece Engels, que vem em visita à *Rheinische Zeitung*. Eugène

Sue publica *Os mistérios de Paris*. O Ashley's Act proíbe o trabalho de menores e mulheres em minas.

1843 Sob o regime prussiano, Marx, na qualidade de diretor, é obrigado a fechar a *Reinische Zeitung*. Casa-se com Jenny von Westphalen (junho). Recusa convite do governo prussiano para ser redator no diário oficial. Em outubro vai para Paris, onde Moses Hess e George Herwegh o apresentam às sociedades secretas socialistas e comunistas e às associações operárias alemãs. Conclui *A questão judaica*. Substitui Arnold Ruge na direção dos *Anais franco-alemães*. Em dezembro inicia grande amizade com Heinrich Heine e conclui sua *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Feuerbach publica *Princípios da filosofia do futuro*.

1844 Elabora e publica o primeiro e único volume dos *Anais franco-alemães* (fevereiro) em colaboração com Arnold Ruge, no qual participou com dois ensaios: *A questão judaica* e *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Escreve os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Colabora com o *Vorwärts!*, órgão de imprensa dos operários alemães na emigração. Conhece a Liga dos Justos fundada por Weitling. Amigo de Heine, Leroux, L. Blanc, Proudhon, Bakunin, inicia em Paris estreita amizade com Engels, cujo artigo "Esboço de uma crítica da economia política" influencia profundamente seu pensamento. Ambos participam das tarefas dos militantes, o que os levou a criar laços cada vez mais profundos com as organizações de trabalhadores de Paris e de Bruxelas. Nasce Jenny, sua primeira filha (maio). Rompe com Ruge e desliga-se dos *Anais franco-alemães*. Encontra Engels em Paris e em dez dias planejam seu primeiro trabalho juntos, *A sagrada família*. O Graham's Factory Act regula o horário de trabalho para menores e mulheres. Surge o primeiro sindicato operário na Alemanha. Insurreição de operários têxteis na Silésia e na Boêmia. Marx escreve artigo sobre a greve na Silésia, publicado no *Vorwärts!*.

1845 Por causa do artigo sobre a greve na Silésia, em janeiro Marx é expulso da França a pedido do governo prussiano, juntamente com Bakunin, Bürgers e Bornstedt. Muda-se para Bruxelas (fevereiro) e, em colaboração com Engels, escreve e publica em Frankfurt *A sagrada família*. Ambos começam a escrever *A ideologia alemã*, e Marx elabora as teses sobre Feuerbach. Prossegue com Engels seus estudos de Economia e vão para Manchester em viagem de estudos (julho e agosto), onde percorrem alguns jornais locais, como o *Manchester Guardian* e o *Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*. Em setembro nasce Laura, segunda filha de Marx e Jenny. Em dezembro renuncia à nacionalidade prussiana.

1846 Marx e Engels organizam em Bruxelas o primeiro Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, uma rede de correspondentes comunistas em diversos países, que Proudhon se nega a integrar. Em carta a Annenkov, Marx critica o recém-publicado *Sistema de contradições econômicas ou Filosofia da miséria*, de Proudhon. Redige com Engels a *Circular contra Kriege*, alemão emigrado dono de um periódico socialista em Nova York. Marx e Weitling rompem, apesar de este também ter elaborado um ataque semelhante. Por falta de editor, Marx e Engels desistem de publicar *A ideologia alemã* (a obra só seria publicada, na União Soviética, em 1932). Em dezembro nasce o terceiro filho de Marx, Edgar.

1847 Filia-se à Liga dos Justos, em seguida nomeada Liga dos Comunistas. Primeiro congresso da associação em Londres (junho), quando se encomenda a Marx e Engels um manifesto do Partido Comunista. Com Engels, Marx participa do congresso de trabalhadores alemães em Bruxelas e, juntos, fundam a Associação Operária Alemã de Bruxelas. Marx é eleito vice-presidente da Associação Democrática. Conclui e publica a edição francesa de *A miséria da filosofia* (Bruxelas, julho). A Polônia torna-se província russa.

1848 Discursa numa das reuniões da Associação Democrática. Com Engels publica, em Londres (fevereiro), o *Manifesto comunista*. Em Paris eclode a revolução, o rei Luís Filipe abdica e proclama-se a República. O governo revolucionário francês, por meio de Ferdinand Flocon, convida Marx a morar em Paris, depois que o governo belga o expulsa de Bruxelas. Redige com Engels *As reivindicações do Partido Comunista na Alemanha* e organiza o regresso dos membros alemães da Liga dos Comunistas à pátria. Com sua família e com Engels, muda-se em fins de maio para Colônia, onde ambos fundam e começam a trabalhar na *Neue Rheinische Zeitung*. Decretado estado de sítio em Colônia em reação aos protestos populares. Marx começa a dirigir a Associação Operária de Colônia e acusa a burguesia alemã de traição. Proclama o terrorismo revolucionário como o único meio de amenizar "as dores de parto" da nova sociedade. Conclama ao boicote fiscal e à resistência armada. Definida, na Inglaterra, a jornada de dez horas para menores e mulheres na indústria têxtil. Criada a Associação Operária, em Berlim. Acaba a escravidão na Áustria.

1849 Marx e Engels são absolvidos em processo por participação nos distúrbios de Colônia (ataques a autoridades na *Neue Rheinische Zeitung*), e defendem a liberdade de imprensa na Alemanha. Engels sofre sanções legais por parte das autoridades prussianas por envolvimento na resistência operária em Elberfeld. Marx é convidado a deixar o país. Ainda publicaria *Trabalho assalariado e capital*, mas o periódico, em difícil situação, é extinto em maio – Marx venderia seus próprios móveis para pagar as dívidas. Em situação financeira precária, tenta voltar a Paris mas, impedido de ficar, vê-se obrigado a deixar a cidade em 24 horas. Ambos vão, em maio, para o sudoeste da Alemanha, onde Engels envolve-se no levante de Baden-Palatinado, antes de seguir para Londres. Graças a uma campanha de arrecadação de fundos promovida por Ferdinand Lassalle na Alemanha, Marx estabelece-se com sua família em Londres, onde nasce seu quarto filho, Guido (5 de novembro). Proudhon publica *Confissões de um revolucionário*.

1850 Ainda em dificuldades financeiras, lidera ajuda aos emigrados alemães. A Liga dos Comunistas reorganiza as sessões locais e é fundada a Sociedade Universal dos Comunistas Revolucionários, cuja liderança logo se fraciona. Edita *As lutas de classe na França*. Morre, em novembro, o filho Guido.

1851 Marx continua em dificuldades, mas, graças ao êxito dos negócios de Engels em Manchester, conta com sua ajuda financeira. Ambos colaboram com o Movimento Cartista. Marx aceita o convite de trabalho do *New York Daily Tribune*, mas é Engels quem envia os primeiros trabalhos, intitulados "Contra-revolução na Alemanha", publicados sob a assinatura de Marx. Hermann Becker publica em Colônia o primeiro e único tomo dos *Ensaios escolhidos de Marx*. Nasce Francisca, quinta de seus filhos (28 de março). Na França, golpe de Estado de Luís Bonaparte.

1852 Envia ao periódico *Die Revolution*, de Nova York, a série de artigos *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Redige com Engels o panfleto, hoje desaparecido, *Os grandes homens oficiais da emigração*, em que ataca os dirigentes burgueses da emigração em Londres, e um escrito sobre o processo dos comunistas em Colônia. Sua proposta sobre a dissolução da Liga dos Comunistas é acolhida. A situação financeira difícil é amenizada com o trabalho para o *New York Daily Tribune*. Morre a filha Francisca, nascida um ano antes.

1853 Marx escreve, tanto para o *New York Daily Tribune* quanto para o *People's Paper*, inúmeros artigos sobre temas da época. Sua precária saúde o impede de voltar aos estudos econômicos interrompidos no ano anterior, o que faria somente em 1857. Retoma a correspondência com Lassalle. Com Engels, publica artigos sobre a iminente guerra da Criméia. A Prússia proíbe o trabalho para menores de 12 anos.

1854 Continua colaborando com o *New York Daily Tribune*, dessa vez com artigos sobre a revolução espanhola. Guerra da Criméia.

1855 Começa a escrever para o *Neue Oder-Zeitung*, de Breslau, e continua a colaborar com o *New York Daily Tribune*. Em 16 de janeiro nasce Eleonora, sua sexta filha, e em 6 de abril morre Edgar, o terceiro.

1856 Ganha a vida com artigos para jornais. Discursa sobre o progresso técnico e a revolução proletária em uma festa do *People's Paper*. Estuda a história e a civilização dos povos eslavos. A esposa Jenny recebe uma herança da mãe, o que permite que se mudem para um apartamento mais confortável. Morrem Max Stirner e Heine.

1857 Retoma os estudos de economia para escrever *Crítica da economia política*. Fica no Museu Britânico das nove da manhã às sete da noite e trabalha madrugada adentro. Só descansa quando adoece e aos domingos, nos passeios com sua família em Hampstead. O médico o proíbe de trabalhar à noite. Continua a colaborar no *New York Daily Tribune*. Escreve artigos sobre Jean-Baptiste Bernadotte, Simón Bolívar, Gebhard Blücher e outros na *Nova Enciclopédia Americana*. Mais dificuldades financeiras e um novo filho, natimorto. Mantém intensa correspondência com Engels, discorrendo sobre a crise na Europa e nos Estados Unidos.

1858 O *New York Daily Tribune* deixa de publicar alguns de seus artigos. Marx dedica-se à leitura da *Lógica* de Hegel. Agravam-se os problemas de saúde e a penúria. Morre Robert Owen.

1859 Finalmente publica em Berlim *Para a crítica da economia política*. A obra não fora publicada antes porque não havia dinheiro para postar o original. Marx comentaria: "Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre o dinheiro com tanta falta dele". O livro, tão esperado, foi um fracasso. Nem seus companheiros mais entusiastas, como Liebknecht e Lassalle, o compreenderam. Novos artigos no *New York Daily Tribune*. Começa a colaborar com o periódico londrino *Das Volk*, contra o grupo de Edgar Bauer. Com Engels, faz uma análise da teoria revolucionária e suas táticas, publicada em coluna no *Das Volk*. Marx polemiza com Karl Vogt (a quem acusa de ser subsidiado pelo bonapartismo), Blind e Freiligrath.

1860 Vogt começa uma série de calúnias contra Marx, e as querelas chegam aos tribunais de Berlim e Londres. Marx escreve *Herr Vogt*.

1861 Enfermo e depauperado, vai à Holanda, onde seu tio Lion Philiph concorda em adiantar-lhe uma quantia, por conta da herança de sua mãe. Volta a Berlim e projeta com Lassalle um novo periódico. Reencontra velhos amigos e visita a mãe em Trier. Não consegue recuperar a nacionalidade alemã. Regressa a Londres e participa de uma ação em favor da libertação de Blanqui. Retoma seus trabalhos científicos e a colaboração com o *New York Daily Tribune* e o *Die Presse* de Viena.

1862 Trabalha o ano inteiro em sua obra científica e encontra-se várias vezes com Lassalle para discutirem seus projetos. Em suas cartas a Engels, desenvolve uma crítica à teoria ricardiana sobre a renda da terra. O *New York Daily Tribune*, justificando-se com a situação econômica interna americana, dispensa seus serviços, o que reduz ainda mais seus rendimentos. Viaja à Holanda e a Trier, e novas solicitações ao tio e à mãe são negadas. De volta a Londres, tenta um cargo de escrevente da ferrovia, mas é reprovado devido à caligrafia. Na América do Norte, Lincoln decreta a abolição da escravatura.

1863 Continua seus estudos no Museu Britânico e se dedica também à matemática. Começa a redação definitiva de *O capital* e participa de ações pela independência da Polônia. Morre a mãe (novembro), deixando-lhe algum dinheiro como herança.

1864 Malgrado a saúde, continua a trabalhar em sua obra científica. Amigos fazem campanha para Marx substituir Lassalle, morto num duelo, na Associação Geral dos Operários Alemães. O cargo, entretanto, é ocupado por B. Becker. Apresenta o projeto e o estatuto de uma Associação Internacional dos Trabalhadores, durante encontro internacional no Saint Martin's Hall de Londres. Dühring traz a público seu *Capital e trabalho*. No segundo semestre, ao lado de Engels, contribui para o *Der Sozial-Demokrat*, periódico da socialdemocracia alemã, popularizando as idéias da Internacional na Alemanha. Fundação, na Inglaterra, da Associação Internacional de Trabalhadores. Reconhecido o direito a férias na França. Morre Wilhelm Wolff, amigo íntimo de Marx, a quem ele posteriormente dedica *O capital*.

1865 Conclui a primeira redação de *O capital* e participa do Conselho Central da Internacional (setembro, em Londres). Proudhon publica *A capacidade política da classe operária*. Marx escreve *Salário, preço e lucro*. Publica no *Sozial-Demokrat*, periódico da socialdemocracia alemã, uma biografia de Proudhon, morto recentemente. Pouco depois, com Engels, rompe com o diretor do periódico, o lassalliano Schweitzer. Conhece Paul Lafargue, socialista francês e seu futuro genro.

1866 Apesar dos intermináveis problemas financeiros e de saúde, Marx conclui a redação definitiva do primeiro livro de *O capital*. Engels pede a intervenção do Conselho Geral da Internacional e escreve ao amigo sobre os trabalhadores emigrados da Alemanha. Marx prepara pauta para o primeiro Congresso da Internacional e as teses do Conselho Central. Pronuncia discurso sobre a situação na Polônia.

1867 O editor Otto Meissner publica, em Hamburgo, o primeiro volume de *O capital*. Engels congratula Marx por carta e escreve uma série de artigos com fins de divulgação da obra. Os problemas de Marx o impedem de prosseguir no projeto. Redige instruções para Liebknecht, recém-ingressado na Dieta prussiana como representante socialdemocrata. Na Bélgica, é reconhecido o direito de associação e férias. Fome na Rússia.

1868 Piora o estado de saúde de Marx, e Engels continua a ajudá-lo financeiramente. Marx elabora estudos sobre as formas primitivas de propriedade comunal, em especial sobre o *mir* russo. Corresponde-se com o russo Danielson e lê Dühring. Bakunin se declara discípulo de Marx e funda a Aliança Internacional da Socialdemocracia. Casamento da filha Laura com Paul Lafargue. Engels elabora uma sinopse do primeiro volume de *O capital*.

1869 Wilhelm Liebknecht e August Bebel fundam o Partido Operário Socialdemocrata alemão, de linha marxista. Engels mantém constante correspondência com o amigo e fixa uma renda anual a Marx, de 350 libras. Marx, fugindo das polícias da continental, passa a viver em Londres com a família na mais absoluta miséria. Continua os trabalhos para o segundo livro de *O capital*. Vai a Paris sob nome falso, onde permanece algum tempo na casa de Laura e Lafargue. Mais tarde, acompanhado da filha Jenny, visita Kugelmann em Hannover. Acompanhado de Eleanor e de Engels, visita a Irlanda. Estuda russo e a história da Irlanda. Corresponde-se com C. de Paepe sobre o proudhonismo e concede uma entrevista ao sindicalista Haman sobre a importância dos sindicatos. Lançada a primeira edição russa do *Manifesto comunista*. Funda-se o Partido Socialdemocrata alemão. Congresso da I Internacional na Basiléia, Suíça.

1870 Marx continua interessado na situação russa e em seu movimento revolucionário. Em Genebra instala-se uma seção russa da Internacional, no seio da qual se acentua a oposição entre Bakunin e Marx, que redige e distribui uma circular confidencial sobre as atividades dos bakunistas e sua aliança. Redige o primeiro comunicado da Internacional sobre a guerra franco-prussiana e exerce, a partir do Conselho Central, uma grande atividade em favor da República francesa. Na França são presos membros da Internacional. Envia instruções para os membros da Internacional em Paris, através de Serrailler. A filha Jenny colabora com Marx em artigos para *A Marselhesa*, sobre a situação dos irlandeses diante da polícia britânica. Engels analisa com maior profundidade as formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista, e suas conclusões seriam utilizadas mais tarde por Marx em *O capital*.

1871 Atua na Internacional em prol da Comuna de Paris. Instrui Frankel e Varlin e redige o folheto *A guerra civil na França*. É violentamente atacado pela imprensa conservadora. Em setembro, na companhia de Engels, durante a Internacional em Londres, é reeleito

secretário da seção russa. Revisa o primeiro volume de *O capital* para a segunda edição alemã. Legalização das *trade unions* na Inglaterra.

1872 Acerta a primeira edição francesa de *O capital* e recebe exemplares da primeira edição russa, lançada em 27 de março. Redige com Engels circular confidencial sobre supostos conflitos internos da Internacional, envolvendo bakunistas na Suíça, intitulado *As pretensas cisões na Internacional*; intervêm contra o lassallianismo na socialdemocracia alemã e escrevem um prefácio para a nova edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista*. Marx participa dos preparativos do quinto Congresso da Internacional em Haia, quando se decidiria a transferência do Conselho Geral da organização para Nova York. Jenny, a filha mais velha, casa-se com o socialista Charles Longuet. Morrem Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer. Fundada a *Kathedersozialisten* (Socialistas de Cátedra) na Alemanha.

1873 Escreve para periódicos italianos, com Engels, uma série de artigos sobre as teorias anarquistas e o movimento das classes trabalhadoras. Impressa a segunda edição de *O capital* em Hamburgo. Marx envia exemplares a Darwin e a Spencer. O médico o proíbe de qualquer tipo de trabalho.

1874 Negada a Marx a cidadania inglesa, "por não ter sido fiel a seu rei". Com a filha Eleanor, viaja a Karlsbad para tratar da saúde numa estação de águas. Na França são nomeados inspetores de fábricas e se proíbe o trabalho em minas para mulheres e menores.

1875 Prossegue em seus estudos sobre a Rússia. Redige as observações ao Programa de Gotha, da socialdemocracia alemã. Sob a iniciativa de Engels, é publicada a *Crítica aos programas de Gotha e de Erfurt*, de Marx. Morre Moses Hess.

1876 Continua o estudo sobre as formas primitivas de propriedade na Rússia. Volta com Eleanor a Karlsbad para tratamento. Fundado o Partido Socialista do Povo na Rússia. Crise na I Internacional. Morre Bakunin.

1877 Marx participa de campanha na imprensa contra a política de Gladstone em relação à Rússia e trabalha no segundo volume de *O capital*. Auxilia Engels na obra *Anti-Dühring*, colaborando com o capítulo 10 da parte 2 ("Da história crítica"), discorrendo sobre a história da economia política. Acometido novamente de insônias e transtornos nervosos, viaja com a esposa e a filha Eleanor para descansar em Neuenahr e na Floresta Negra.

1878 Paralelamente ao segundo volume de *O capital*, trabalha na investigação sobre a comuna rural russa, complementada com estudos de geologia. Dedica-se também à *Questão do Oriente* e participa de campanha contra Bismarck e Lothar Bücher. Bismarck proíbe o Partido Socialista.

1879 Escreve com Engels *Líderes socialdemocratas alemães*, em que atacam o oportunismo de Hochberg e a fração parlamentar da socialdemocracia alemã, composta por Kayser, Bernstein e outros.

1880 Elabora um projeto de pesquisa a ser executado pelo Partido Operário francês. Torna-se amigo de Hyndman. Elabora a biografia de Engels, e o presenteia ainda com um prefácio à edição especial de três capítulos do *Anti-Dühring*, preparada por Engels sob o título *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Ataca o oportunismo do periódico *Sozial-Demokrat* alemão, dirigido por Liebknecht. Bebel, Bernstein e Singer visitam Marx em Londres. Morre Arnold Ruge.

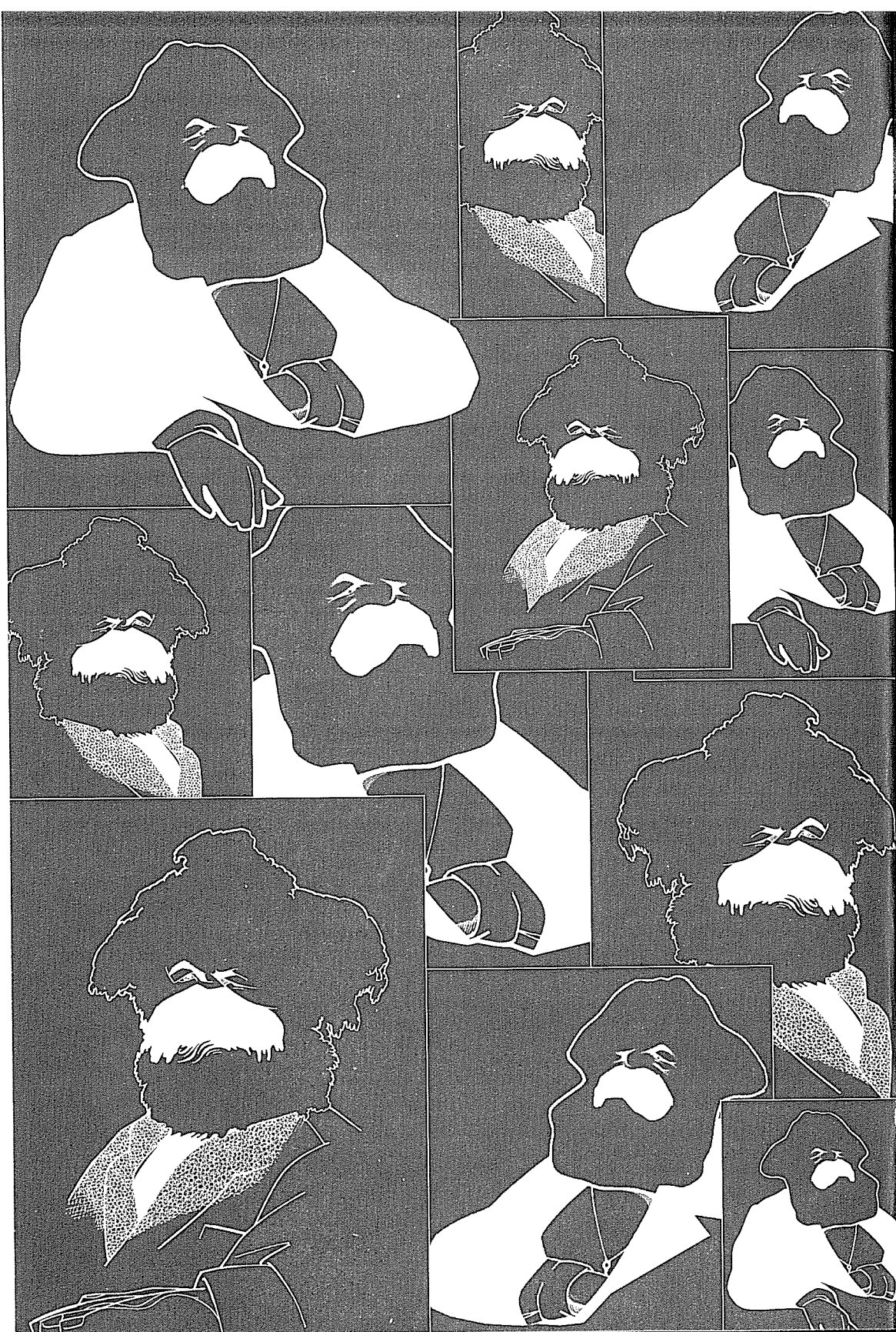
1881 Prossegue os contatos com os grupos revolucionários russos e mantém correspondência com Zassulitch, Danielson e Nieuwenhuis. Recebe a visita de Kautski. Jenny adoece. O casal vai a Argenteuil visitar a filha Jenny e Charles Longuet. Morre Jenny, em 8 de dezembro. Apesar de originária de uma família aristocrática, a mulher de Marx se entregou por inteiro à causa política do marido; Engels elabora seu obituário. Fundada a Federation of Labour Unions na América do Norte.

1882 Marx elabora com Engels um novo prefácio ao *Manifesto do Partido Comunista*, para a edição russa. Continua as leituras sobre os problemas agrários da Rússia. Acometido de uma pleurisia, visita a filha Jenny em Argenteuil. Por prescrição médica, viaja pelo Mediterrâneo e a Suíça. Lê sobre física e matemática.

1883 A filha Jenny morre em Paris (janeiro). O amigo Engels, mais uma vez, escreve um obituário. Deprimido e muito enfermo, com problemas respiratórios, Karl Marx morre em Londres, em 14 de março. É sepultado no Cemitério de Highgate. Implantação dos seguros sociais na Alemanha. Fundação de um partido marxista na Rússia e da Sociedade Fabiana, que mais tarde daria origem ao Partido de Trabalhadores na Inglaterra.

1885 Editado por Engels, é publicado o segundo volume de *O capital*. Os sindicatos franceses fundam a Confederação Geral do Trabalho.

1894 Também editado por Engels, publica-se o terceiro volume de *O capital*. O mundo acadêmico ignorou a obra marxiana por muito tempo, embora os principais grupos políticos logo tenham começado a estudar a obra completa e acabada que esse filósofo legou à humanidade.

1895 Morre Engels, em 5 de agosto. Dedicou-se até o fim da vida a completar e traduzir a obra de Marx, ofuscando a si próprio e a sua obra em favor daquela que ele considerava a causa mais importante. Os trabalhos preparatórios para *O capital* foram editados por Kautsky entre 1905 e 1910.

em torno da palavra de ordem: "o mundo não é uma mercadoria". É verdade que Marx não possui ainda, como no *Capital*, todos os elementos de análise científica da exploração, mas isso não o impede de denunciar, profeticamente, um sistema no qual "a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos seres humanos", e no qual o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Num mundo onde tudo se transforma em mercadoria, predomina o poder perverso do *dinheiro*, essa figura que produz a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas, e que transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o vício em virtude e a estupidez em entendimento. Mas Marx não se contenta com o diagnóstico: ele acredita que outro mundo é possível, no qual se poderá "trocar amor por amor, confiança por confiança". Essa seria, então, a função do *comunismo*, o princípio enérgico do futuro próximo e momento efetivo necessário da emancipação humana.

MICHAEL LÖWY